CONSELHO NACIONAL
DE SEGURANÇA PÚBLICA

26ª Reunião Ordinária
CO N A S P

17, 18 e 19 de dezembro de 2014

Salão Negro
Ministério da Justiça

Brasília, DF

(Transcrição ipsis verbis)
Textos Soluções - Estenotipia, Degravação e Revisão de Textos

INDICE

17/02/2014 – TARDE:.....Pag. 03

18/02/2014 – MANHÃ: .....Pag. 41

18/02/2014 – TARDE: .....Pag. 77

19/02/2014 – MANHÃ:.....Pag.119

19/02/2014 – TARDE: Pag.159

17/02/2014
Segunda-feira

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Bom, é um prazer de novo estar aqui, e acho que de todos nós. Almir, meu abraço especial, meu vice-presidente que segura as pontas aqui. Bom, então a aprovação da ata da reunião anterior. Depois vamos aprovar a pauta. O Almir me informa que este curso de formação de oficiais e interlocução com movimentos sociais faríamos uma permuta porque o conselheiro Luiz Paulo está chegando, então vamos tratar da temática sobre migração e refúgio. É isso? Algum questionamento sobre a ata?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – A ata anterior foi enviada. Se tem algum questionamento, a palavra está com a plenária. Podemos aprová-la? **Então, com o silêncio de todos, aprovada por unanimidade.**

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Bom, agora a pauta, ela é de conhecimento de todos? Tem alguma coisa a informar?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Bom, a questão que sempre fazemos aqui, os conselheiros que representam o Conasp em outras instâncias que, tradicionalmente, no primeiro dia dão os informes. Eu só tenho um informe aqui do conselheiro Coutinho que está ausente hoje porque está participando da reunião do Depen, onde ele representa o Conasp no grupo de trabalho do Depen sobre a questão penitenciária. Afora isso, pergunto se os outros conselheiros que representam o Conasp, eu imagino que agora em janeiro mesmo não tenha tido muita atividade, mas caso tenha havido, se alguém quiser dar os informes. Acho que Duda Quadros.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – Boa-tarde a todos e todas e um bom ano novo, é início dos trabalhos. Nós representamos o Conasp junto à Secretaria de Direitos Humanos e, conforme foi dito, inclusive na pauta da reunião passada consta, não haverá mais reuniões na Comissão de Direitos Humanos. Vão ser feitos grupos de trabalho que vão visitar locais onde existiram demandas, e em Fortaleza, inclusive por uma demanda que saiu daqui do Conasp, em relação à atuação da Guarda Municipal objeto de uma recomendação nossa há duas reuniões passadas, vai haver uma visita. Essa visita ainda não foi agendada, estamos aguardando a secretaria se pronunciar e devemos fazer parte desse grupo de trabalho. Eles fizeram uma visita ao Norte, pelo grupo que nós temos na internet, ainda não foi feito um relato dessa visita, exatamente porque eu creio que ainda estão dando os últimos informes agora, fazendo essa relação. O que foi feita de atividade nessa comissão foi em relação à atuação das polícias, da diminuição da violência policial que houve em São Paulo, no relato em que essa comissão ajudou a atuar junto ao controle que há para a atuação da polícia, e que houve uma redução da violência policial no estado de São Paulo, e isso foi relatado no grupo, foi essa a atividade que nos foi passada pelo grupo em janeiro, estamos aguardando com muita ansiedade que venha a agenda, para que nós possamos receber o grupo de trabalho na cidade de Fortaleza.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Duda, seria interessante se vocês recebessem a agenda com antecedência, de isso passar para o *mailing* do Conasp, que aí todos acompanhariam, inclusive se tiverem alguma sugestão para visita, que o faça, para que você nos represente com mais tranquilidade e também com mais conteúdo.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – Combinado. Assim que tiver qualquer notícia, eu repasso para o grupo.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – É só isso? E tem mais alguma coisa para contemplar? Então, vai. Alguém mais? Maciel?

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Falar sobre a pauta. Pode ser agora?

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Sim.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Boa-tarde. Na reunião passada ficou, Alex, aquela recomendação sobre o RIC, que segundo orientação do colega teria que constar na pauta agora, não sei se é o momento. Você se lembra? Que ao propor a recomendação aí falou que não tinha sido previamente aprovado em pauta, por isso que não poderia ter sido aprovada.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu não lembro. Na reunião da mesa, acho que ninguém lembrou também, mas quando foi mencionado na reunião passada, eu acho que isso convalida. Você tinha proposto em dezembro, não é, Maciel? Você tinha proposto uma recomendação sobre o RIC?

.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – A favor do RIC, do Registro Civil.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – E alguém levantou o regimento dizendo que tinha que constar na pauta.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Isso.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Bom, não consta, mas foi falado na reunião anterior, então, eu acho que foi dada a ciência, e por mais que a mesa diretora, como foi você que propôs, e os membros da mesa não lembraram, realmente não ocorreu isso aí, acho que convalida pelo fato de já ter sido mencionado na reunião anterior, e estava todo mundo ciente.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Ok.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Bom, eu vou pedir a palavra enquanto conselheira, e dizer que acho que este Conselho deveria se pronunciar sobre o acontecimento com aquele jogador, o Tinga. Nós temos acompanhado, ele tem tido várias manifestações e, para além disso, nós tivemos mais outro acontecimento nesse final de semana aqui em Brasília, se não me falha a memória, uma australiana, que teria ofendido uma manicure também, por racismo. Acho que este Conselho tem que se manifestar, porque uma das formas mais violentas que eu entendo é essa, então, eu acho que nós poderíamos preparar uma manifestação deste Conselho com relação a esses dois episódios.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Pedi a palavra sobre esse tema, quando a nossa presidente levantou, que eu acho que é um anseio de todos nós superar essa dimensão tão bárbara que ainda persiste. O governo brasileiro, pelo que eu vi na notícia, a nossa presidente, em nome do governo brasileiro, se posicionou, e aí a nossa sugestão, como sociedade civil, é também dar o apoio ao governo para que ela possa em todas as instâncias ter a participação, a intervenção com relação a isso. Então, eu sugeriria que o documento também contemplasse o apoio ao governo brasileiro com relação a esse tema. Só para consultar a plenária, o Alex está sugerindo prepararmos um texto, e amanhã nós aprovaríamos, nós veríamos quem poderia preparar esse texto. O conselheiro Marcello.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – Eu só lembro que, na verdade, parece que não foi ofensa somente à manicure, parece que o policial civil na delegacia também teria sido ofendido, então, eu acho que contemplaria a ambos. Ou seja, verificar tudo o que ocorreu com relação ao fato, e contemplar nessa manifestação do Conselho.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu acho que o Conselho deve aproveitar essas ocasiões, seja lá de que forma for essa discriminação e essa violência, e usar disso para fazer voz realmente, porque nós não podemos deixar que o Brasil tenha essas atitudes, aqui dentro do país, seja lá de quem for, ou qualquer irmão nosso que for para fora, para jogar ou para representar o país, que passe por uma discriminação dessa. Eu acho que é uma das piores violências que o ser humano pode ter contra o outro, é ser taxado de algo pela sua diferença, que para nós aqui até hoje nunca fez qualquer menção a isso, e agora nós vemos isso, e estamos vendo também uma corrente acirrada desse tipo de violência contra os índios e os não índios. Nós também não podemos permitir isso, razão tem quem tem, seja ele qualquer um, então, acho que nós temos que tomar a medida, e isso é muito providencial que este Conselho o faça. Mais alguma coisa?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Eu queria sugerir, presidente, em Cuiabá nós tentamos aprofundar o tema dos *black blocs*, e nós não tivemos uma demanda de aprofundamento. Como não está na pauta, nós, pelo menos, criarmos algum espaço para refletirmos sobre isso que está se aprofundando e nós não temos uma posição, pelo menos sintética, então, seriam esses dois temas sobre os quais nós poderíamos nos debruçar também nesse espaço para termos uma contribuição do Conasp.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu gostaria até ter uma notícia sobre isso. A intenção da presidenta é de mandar ao Congresso, ainda esta semana, uma lei que tipifique as ações violentas em manifestação. E aí nós estamos trabalhando em um campo muito complicado, porque não queremos de forma alguma ser entendidos como cerceamento de manifestação que é legítima, esse é o grande problema, a manifestação é legítima, agora a violência, em qualquer momento, seja ela contra quem for, ela não é legítima. Então, trabalhar com isso, e acho que este Conselho poderia realmente trabalhar até mesmo algo que nos trouxesse uma orientação. O ministro esteve com os secretários de segurança dos estados, os comandantes gerais das PMs já mandaram contribuição, talvez este Conselho devesse realmente, dado o momento, se debruçar em uma contribuição com relação a isso. Se é um aumento em um determinado tipo penal, se é realmente uma formulação de uma lei nova tipificando alguma conduta, como que nós trabalharemos, ou apoiando qualquer manifestação que possa vir do governo nesse sentido. Muito foi falado aí até a semana passada sobre isso, e nós estamos no aguardo dessa lei, e acho que seria oportuno se nós fizéssemos uma manifestação realmente. Mais alguma coisa? Não? Então, podemos aprovar essa pauta com todas essas inclusões? Pois não, Duda.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Bom, nesse mesmo sentido, está havendo um caso muito emblemático em Pernambuco, onde está sendo proibida a livre manifestação dos Maracatus de Baque Solto, e várias apresentações de ruas, que são muito peculiares daquele estado, e inclusive com uma ação da polícia, das secretarias, e que isso está gerando uma movimentação muito grande dos movimentos culturais, e que eu vejo que tem uma pauta, eu acho que lá no tema livre, mas que tem a ver com essa má interpretação. Uma coisa é você estar fazendo movimento cultural que tem uma tradição de 300 anos dentro do seu terreiro, no lugar que é seu, no interior do estado, na zona da mata, onde desde a época da escravidão se pratica a mesma manifestação cultural e, de repente, por uma interpretação da legislação ou do movimento atual você ter que interromper, e você coloca forças policiais para interromper aquela manifestação naquele mesmo local onde ela ocorria. E essas interpretações estão gerando vários movimentos naquele estado, que eu acho que vale a pena pelo menos trazer ao conhecimento do Conselho, porque está realmente fazendo uma mobilização grande. Eu gostaria que pudesse ser incluído no tema livre, ou ser incrementado junto com essa questão dos movimentos de rua.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Conselheiro Duda, como nós não temos muita informação sobre isso, não é querendo que nós não tratemos disso, eu daria uma sugestão de que você pudesse nos assessorar com relação a esse tema, pois nós não temos informação nenhuma, eu não tenho nenhuma informação a esse respeito. No tema livre seria a oportunidade de você nos trazer algumas informações, em vez de tratarmos já o assunto, porque nós não temos informação nenhuma. Eu não tenho nenhuma informação, você tem? Então, eu sugeriria, se fosse o caso de você aceitar.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Aceito com muita honra.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu acho que todas as manifestações culturais, é esse o perigo que nós temos, é criminalizar qualquer movimento, isso é um erro, nós não podemos fazer isso. Manifestação cultural, manifestação realmente democrática é legítima, o que não é legítimo é violência, o que todos nós condenamos é a violência, agora, as pessoas se manifestarem da forma que querem sobre determinado assunto, isso é legítimo em qualquer instância. Então, é esse o nosso medo da lei, de ela ser restritiva demais em alguns pontos e aberta demais em outros, para que possa dar margem a essa interpretação. Então, eu acho que nós temos que ter uma cautela muito grande, e pedir cautela a quem vai propor a lei, a quem vai votar a lei, a quem vai sancionar a lei sobre esse aspecto. Que se preservem as culturas do povo, que se preservem as manifestações democráticas, mas que nós não podemos pactuar com a violência, seja ela contra quem for, e de que forma for.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Boa-tarde a todos e todas. Eu também queria contribuir com essa pauta, na verdade por uma questão de que está no Senado o projeto de Lei nº 4.999/2013, que tipifica, na verdade, essas manifestações como terrorismo. O que vamos imaginar o que seja terrorismo? Ou seja, onde estão reunidas três pessoas, praticamente isso já é um ato de terrorismo, agora, vamos imaginar que eles dão o caráter, como eu posso dizer? O que diz lá é que vai variar uma pena de 8 a 15 anos, imaginem as manifestações de junho no Brasil, imaginem o que não vai ser agora na Copa e imaginem o sistema carcerário com todas essas pessoas lá dentro, nós não temos sistema carcerário para isso. Então, imaginar o detalhamento dessa lei, eu não sei se alguém já teve acesso, eu também não tive acesso ao conteúdo todo, mas li algumas partes de alguns textos que já chegaram até mim. Mas, seria muito interessante nós estarmos discutindo isso, até porque desse caráter mesmo, onde isso vai chegar, de que forma? Entendeu? Temos essas manifestações acontecendo em

várias partes do Brasil, e de que forma isso está sendo visto? Até porque a estrutura deste Conselho, na verdade, nos cabe um pouco fazer isso, porque a solução não somos nós como sociedade civil, nem a própria sociedade policial que pode para fazer isso, mas o que acontece, acontece ali, é de lá que vem. Então, não sei de que forma nós podemos conseguir fazer uma intervenção nesse processo, já que vai entrar em caráter de urgência para votação esta semana. É algo que nós temos para discutir, nos aprofundar mais um pouco.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – É só a título de esclarecimento. É o seguinte, nós temos vários projetos de lei no Congresso. O projeto de lei em caráter de emergência não tem nada que ver com aquilo que está ali. Inclusive, não tem nada que ver com terrorismo, então, assim, se for preciso que nós façamos uma inversão de pauta, tiremos algo da pauta, vamos trazer para cá os projetos que estão em andamento, porque ainda não tem um projeto de lei que a presidenta vai pedir caráter de emergência. Como foi feito no colégio de secretários? Levaram todos os projetos em andamento, e abriu-se uma discussão entre os secretários, uns opinaram, tiveram várias opiniões, uns diziam: "Olha, nós não temos necessidade de lei, o que nós temos necessidade é de uma sanção administrativa, de regrar essas manifestações", então, várias sugestões, o que poderia ser feito aqui também, abrir, colocar todos os projetos que estão em pauta, são vários projetos. Eu posso pedir para a Secretaria de Assuntos Administrativos elencar isso, e aí este Conselho se manifesta em propostas para o projeto de Lei que a presidenta está viabilizando. Se for isso, Willy, estou totalmente a favor. Agora, vejam bem, projeto de terrorismo é uma coisa, não tem nada a ver com projeto de manifestação, outra coisa completamente diferente. E aí se tentaram fazer confusão, está bem separado para todo mundo, quer dizer, só se lá dentro do Congresso não está, mas na nossa cabeça, de quem está aqui do outro lado, está bem separado, terrorismo, e eu estou frisando todas as vezes esta fala, ninguém pensa em criminalizar manifestação, inclusive nós temos que nos debruçar pensando em como proteger os nossos manifestantes, porque também tem manifestante que sai ferido por conta dss ações desses *black blocs*, então, como nós vamos separar o joio do trigo para que isso aconteça?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Boa-tarde a todos e todas. São duas referências, na verdade, uma delas a secretária Regina comentou *en passant*, mas foi uma fala de um deputado federal gaúcho, para a minha vergonha pessoal, e acho que de todos os gaúchos que aqui estão, o deputado Luis Carlos Heinze fazendo uma fala atentatória, não diria nem aos direitos humanos, eu diria aos pressupostos constitucionais. E talvez uma maneira de nós organizarmos essas manifestações nesse sentido seja sistematizar esse conjunto de discursos fora do lugar no tempo histórico em que nós vivemos, mas infelizmente bastante corriqueiros, e fazer uma manifestação única que possa mencionar todas essas violações que estão subjacentes ao discurso ou na prática, eventualmente pessoal ou profissional, essa é uma sugestão. Mas a outra é em relação a esse debate legislativo, de fato, há grande preocupação com essas chamadas normas penais em branco que tramitam em profusão no Congresso Nacional e, geralmente, em momentos de fronteira, como esse que nós estamos vivendo, acho que estamos vivendo um momento de fronteira, talvez seja difícil para nós todos e todas vislumbrarmos isso porque estamos nesse processo, mas por certo não passaremos desta década sem mudanças importantes, não só institucionais, mas também sociais, políticas que estão em curso. Mas eu me preocupo muito, Regina, justamente por essa sua fala, para nós está claro, mas para o Congresso Nacional, pela composição do Congresso Nacional e pelo momento político que nós estamos, há certo furor midiático, que é alimentado por essa cultura da punição, então, de alguma maneira é uma resposta que se dá, que nós sabemos que é uma falsa resposta, mas é uma resposta que se dá com a criação de novos tipos penais, com o aumento de penas em abstrato, na verdade, com comandos penais bastantes abrangentes, são as aporias da filosofia, cabe tudo, cabe nada, você

pode enquadrar em um sentido ou enquadrar no outro. Então, eu acho que uma estratégia talvez seja trabalhar com o conjunto de projetos a serem aprovados, os quais tratem de chancelar de alguma maneira, estabelecer alguma cautela, por exemplo, vamos aprovar esse projeto que cria um novo tipo penal em relação a maior gravidade das violências praticadas nas nossas manifestações, nós vamos aprovar o projeto relacionado ao fim dos autos de resistência, em conjunto com este, vinculativamente a esse, vamos aprovar o substitutivo ao PL nº 1.332/2003, que regulamenta o § 8º do art. 144, vamos aprovar, enfim aproveitar esse momento político, então, para não fazer uma aprovação parcial, unilateral, mas tentar criar um conjunto de projetos de lei, ou até PECs que possam, no conjunto, vir ao encontro dessa perspectiva do governo federal e, de alguma maneira, servir como baliza das disputas que nós teremos ali que vão exatamente no sentido da criminalização, do encarceramento, nessa lógica binária de resolver os problemas sociais com tipo e pena. Então, eu iria por esse caminho, talvez seja uma possibilidade de nós pensarmos sobre isso, e acho muito interessante a proposta que você faz de nós conhecermos esse espectro de projetos que tramitam, até para tentar situar melhor essa dinâmica. Obrigado.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Bom, a conversa agora ficou interessante. Eu tenho aqui anotado sobre isso, o risco de se criminalizar tudo, mas nós carecemos de legislação que dê o poder de polícia administrativa para as instituições. A Polícia Militar, quando foi jogado para ela polícia ostensiva e prestação da ordem pública, na Constituição de 88, se olharmos lá nas notas taquigráficas, tinha que ter no bojo a legislação, e eu acho que este é o momento, legislação que regulamentasse sua atividade como polícia administrativa, não como polícia criminal, que é outra coisa. A exemplo da Europa, as polícias latinas todas têm, no Brasil não tem. Para quem que se pede? Diz na Constituição que é autorizada a todo mundo, mas tem que comunicar a autoridade, quem é essa autoridade? Eu imagino que seja a polícia ostensiva, eu imagino, porque é aquela que está lá e precisa saber o que está acontecendo. Secretária, nós temos projetos de lei lá, construídos por nós, apresentado pela parlamentar, que estão emperrados lá por briguinha, futrica, desculpa o termo, futrica, porque essa não é da PM, nunca é da PM, nada. Nós temos um código de processo penal que regula a persecução criminal, mas na persecução administrativa nós não temos, e querer criminalizar! Então, realmente tem razão quando tem que ser algum ato administrativo, isso não é coisa para prisão, prisão, prisão, são os casos extremos. Eu acho que essa discussão tem que ser feita aqui, porque o parlamentar está assim, que nem, desculpa, lá no Sul se diz, vaca braba, ele só olha para frente, porque agora é a oportunidade de emplacar uma lei maluca, sei lá o quê, que vai ficar em branco, ninguém vai cumprir, esse é o risco que se corre. Nós vamos lá, semana passada estive lá, e é exatamente isso que está acontecendo. Se o governo, sei lá quem, não tomar pé disso com inteligência, com calma, com argumento, vai acabar acontecendo alguma coisa que ele não quer. Daqui a pouco passa na Câmara, depois mais uma crise, passa: “Ah, mas a presidente veta”, ai daqui a pouco derruba o veto, ainda mais que agora não tem mais o voto secreto, aí derruba o veto, e como é que fica? Mais prisão, mais gente presa, mais repressão. Então, a Polícia Militar, nós sentimos isso, não sei se os comandantes pensam assim, mas quero crer que sim. Que seja rebuscada essa legislação de polícia administrativa para que não se chegue lá ao crime, tudo criminalizar, já tem lei para isso. O caso lá do Rio de Janeiro está provando que tem, para manter preso. E outra coisa que eu não sei se é o momento, as polícias militares sofrem hoje de alguma parte da mídia, para não dizer toda a mídia, uma ridicularização, nós já pensamos, vamos entrar na Justiça ou não vamos contra algumas personalidades que foram dizendo que *black bloc* tem que quebrar tudo, isso eu ouvi do Boechat e de outros mais, tem que quebrar, e agora quando quebraram, quer dizer, é coautor também, desculpa. Então, eu acho que essa é uma campanha que até o governo federal poderia

fazer, através do MJ, para as forças policiais não serem ridicularizadas da forma que são, se elas têm erros que corrijam seus erros, mas não que seja ridicularizada da forma que está sendo. Aí quando acontecem essas desgraças, aí todo mundo: “Não fui eu, não sei”, não, foram sim. E o policial militar muitas vezes vai lá, quem já trabalhou na área operacional sabe disso, o policial como um todo, ele vai lá às vezes para se vingar mesmo, ele não vê ninguém o defendendo, ele não vê nada, ele acaba: “Olha, eu acabo me vingando”. Qual é o fenômeno hoje quando tem grandes clássicos do futebol? Eu vou abrir isso aqui, talvez alguns não saibam, grandes clássicos do futebol, nos grandes centros, não sobram voluntários para trabalhar, porque é a oportunidade dele se vingar, vamos falar o português claro. Então, tem que ser feita alguma campanha, sei lá o quê, de esclarecimento, até porque a mídia, parte dela, é claro, ela acaba posando de bom moço, mas às vezes é mau moço, então, a própria sociedade é levada a pensar igual, não adianta, é assim mesmo. Então, eu acho que rebuscar essa parte de legislação administrativa, para dizer como é que deve se portar, quem autoriza, como é que faz para a manifestação ser dentro dos limites mínimos de organização, claro que pode, porque nós escutamos muito: “Ah, mas a inteligência da polícia, por que não viu isso?” Como? Como é que fez isso, como que faz isso? Pede para os especialistas, como é que faz isso? Quando a coisa acontece ali, não sabe nem onde é a manifestação, se reúne meia dúzia e faz, legítima, mas tem que informar a alguém. Então, essas regras têm que ser mais claras, nós temos hoje persecução criminal para prender, mas não temos administrativa, para multar, para uma série de coisas que os países modernos do mundo utilizam no dia a dia para essas situações.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Boa-tarde novamente. Secretária, quando eu falei, eu falei no PL mesmo que está rolando. Inclusive, eu puxei agorinha, e ele continua como pauta do dia para esta semana, está como hoje, dia 17, que é o que fala sobre terrorismo. Tem os textos inclusive com relação às próprias manifestações, principalmente foi feito também para o período da Copa. “Autor: Comissão. Consolidação de Legislação Federal e regulamentação de dispositivos da Câmara Federal. A Ementa diz respeito a definir crimes de terrorismo e dá outras providências”. Esse, na verdade, é o PL que eu estava falando.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu não disse que não tem, Willy, o que eu disse aqui é que tem que separar as coisas. E não é só esse, têm vários outros PLs. Eu não disse que não tem, também na ordem do dia entra, sai, isso daí também é normal, e vai entrar, vai sair, quem está acostumado com isso já sabe. Mas, o problema é que eu acho que esse Conselho tem que se manifestar, e o que o conselheiro Marlon falou aqui é muito claro para nós, até hoje mesmo quando eu vi a mídia dizendo que um dos argumentos dos manifestantes que teriam jogado aquele rojão foi que eles não jogaram contra jornalista, eles jogaram contra a polícia. Ora, então espera aí um pouquinho, então como nós vamos resolver isso? Porque a polícia não está ali para reprimir manifestação, em qualquer caso a polícia terá que acompanhar a manifestação, e aí ela será insultada, e daí contra ela pode e contra jornalista não pode, contra o médico não pode, contra não sei quem não pode? Então, nós vamos ter que ver como é que fica isso.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Boa tarde a todos e todas. Eu acho que o momento é, usando a palavra futebolística, colocar a bola no chão e começar a ver quem dá o primeiro chute, e eu vou muito na linha do que o conselheiro Marlon colocou. Eu acho que em um tempo em que a ferramenta é a comunicação, tem muita gente falando, secretária, muita gente falando, e quem de direito deveria ser a voz da razão, a voz da decisão, não sei se está falando o bastante ou se a voz não está com a altura suficiente para que todos ouçam, no caso seria o Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça teria que ter um protagonismo, um papel

definidor na aplicação dessa política pública. Eu dou um exemplo, no meu estado, Minas Gerais, nós temos algumas varas criminais de juizados especiais que estabelecem que aquelas pessoas, os brigões de eventos esportivos, de torcidas organizadas, aqueles que estão sendo identificados no dia da partida, ele tenha uma pena administrativa de frequentar uma palestra, ele é identificado, a polícia identifica, prendeu várias vezes, sabe quem é o líder da torcida organizada, a pena administrativa, nos dias dos jogos eles não vão poder estar na rua, sob pena de conversão daquela pena alternativa em privação da liberdade. Alguma coisa tem que ser feita, e quem tem que dizer isso é o parlamentar propriamente dito, é o presidente do Senado, é o jornalista, o editor, quem faz o editorial da matéria, porque nós temos que ficar ouvindo alguns absurdos, e o caso do Santiago Andrade é um caso claro disso, até que ponto nós vamos ter que entender que o que aconteceu ali foi um homicídio doloso? Será que foi um homicídio doloso mesmo? Nós estamos diante de várias autoridades neste país, juristas, bacharéis em direito, professor, nós ficamos ouvindo que os jovens vão ter que pagar 35 anos de pena, e nenhuma autoridade vai falar: "Não, aquilo foi um preterdolo", nós temos ouvido isso todos os dias, 35 anos de pena, já estão colocando até a pena, porque o medo de falar a verdade é tão grande, de assumir: "Aquilo ali foi uma fatalidade, foi um incidente, o que ia pegar no policial podia ter pego no próprio *black bloc*, podia ter pego no médico, no Samu", mas é uma realidade. E aí eu volto até à fala que a secretária abriu com maestria, a questão do preconceito, não é possível que nós vamos assistir de cadeira a marginalização e o preconceito com esses jovens do nosso país. Nós somos um país violento, um país de poucas oportunidades, um país que assiste aí o extermínio da juventude, de cadeira, e agora nós vamos assistir isso aqui também, um parlamentar, um jornalista falando: "É jovem, então tem que ser criminalizado. Está participando de uma manifestação?". Então, eu acho que o Ministério da Justiça teria que tomar um protagonismo maior nisso, porque deixar no alvedrio dos governadores dos estados, dos secretários de Defesa Social, dos comandantes da Polícia Militar, dos chefes de polícia, eu acho que não seria o caminho adequado. É só, obrigado.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Ninguém inscrito? Bom, enquanto conselheira, e até fazendo parte do Ministério da Justiça, nós não estamos abrindo mão de nos posicionar, mas eu acho que o momento é muito delicado, e tem que ser ouvido todo mundo sim, secretários, conselheiros. Nós não vamos tomar qualquer atitude sem debater e sem ouvir muito. Quanto à investigação, o ministro jamais poderia se posicionar em uma investigação se a investigação está em curso, e quem faz a investigação neste Brasil ainda é a Polícia Judiciária. Então, assim, em todo o tempo nós tivemos muita cautela, mas muita cautela, para não criminalizar nem jovem, e quem está nessa manifestação não é só jovem, tem jovem, tem pessoa de idade, tem tudo, é um brasileiro que está na rua para se manifestar, então, nós não queremos criminalizar ninguém. Agora, as pessoas têm que saber que em um país democrático nós temos que ter limites, e que a lei também regulamenta quando aquilo passa a ser crime. Eu não quero o crime contra o jovem, nem contra o manifestante, muito menos contra a polícia ou contra qualquer um que ali esteja para nos informar. Então, é grave sim a situação que ocorreu, sem dúvida nenhuma é grave. Porque as pessoas quando vão para uma manifestação, e elas vão despojadas, e vão buscar seus direitos e reclamar, elas não vão armadas, elas não vão... nós temos que ver isso, com gasolina, com coquetel molotov. Então, por que as pessoas que vão para uma manifestação com todos esses artefatos? Algum motivo tem. Então, como nós resolvemos isso? Porque as pessoas que estavam nas ruas com as caras pintadas, com bandeiras, elas estavam em uma festa, inclusive o conselheiro Marlon tem razão, chamados pela própria mídia, conselheiro, a mídia marcou um encontro: "Vão, façam, aconteçam", aí quando o negócio virou contra a mídia, a mídia recua. Contra a polícia pode? Não pode. Nós temos que ter os limites, então, eu acho que assim, eu participei de muita manifestação na minha vida, mas eu nunca fui armada, eu nunca fui com

pedra, com coquetel, com porrete, com nada, por quê? Porque eu estava ali para reivindicar um direito, eu acho que muita gente que aqui está sentada também foi e fez a mesma coisa, agora, as pessoas não podem, na busca dos seus direitos, ferir direitos de outros, e tampouco a integridade física das pessoas que ali estão, uns trabalhando, como estavam jornalistas e como está a polícia sempre, trabalhando, e outros até mesmo fora da manifestação que já foram atingidos, nós já tivemos gente doida que pegou um carro e jogou em cima de manifestante, atropelou gente, então, como que nós vamos limitar tudo isso? Agora, em momento algum o ministro da Justiça se olvidou de falar, e também não vai abrir mão, em momento algum, de ouvir todos os fóruns, sejam eles comandantes gerais, os praças, delegados, agentes, secretários, seja quem for, nós vamos escutar e tudo que chegar para nós será bem-vindo como contribuição, porque é uma linha muito tênue para que nós possamos cair para uma criminalização geral ou para banalização do nada, então, essa linha é muito tênue, pode ser que muitas cabeças pensando consigam chegar a um melhor desfecho do que só uma. Pois não, Almir.

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Um dos maiores riscos, instrumentos perigosos que atentam contra a democracia é a violência e a barbárie, então, dentro desse aspecto a ideia desse Conselho, de tudo que nós concebemos, é como superar a violência, a barbárie em qualquer dimensão visando à preservação do estado de direito democrático e da pessoa humana, dos direitos da pessoa humana. Eu acho que nós temos que caminhar por aí, porque ao superar essa violência nós estamos contribuindo para a manutenção do estado de direito, então, é construir, não uma ideia de repressão por si só, mas a ideia da superação da violência, porque essa superação da violência realmente vai nos garantir o estado de direito democrático, e vai nos garantir os direitos fundamentais da pessoa humana.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Bom, eu só queria, como encaminhamento, então, verificar em que ponto da pauta nós poderíamos encaixar isso, para que eu possa pedir para a equipe, já que foram incluídos, os projetos de lei que tramitam no Congresso, que nós pudéssemos, então, discutir. Eu acho que seria bom que isso pudesse ser feito amanhã, por conta de nós recolhermos isso, entregar aos conselheiros para que possam ler, porque eu acho que nós não debateremos projeto por projeto, mas sim ter uma noção de tudo o que está lá, e dizer: isso aqui, este Conselho aceita e isso este Conselho de forma nenhuma aceitará, porque é muita coisa, é muita legislação.

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Com relação à Conseg, aqui na pauta tem a estrutura do evento, com a sugestão da nossa presidente, de ser amanhã, então, nós poderíamos, Alex, aqui às 16 horas, quando iríamos trabalhar a estrutura do evento, nós colocaríamos este tema no início da quarta-feira à tarde, e deixaria o tema livre um pouquinho mais para frente, e aí contemplaria esse outro tema amanhã à tarde, às 16 horas. O que vocês acham? Pode falar.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Senhor Almir, vou fazer uma outra proposta, porque assim...

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Para mim às 16 horas é uma hora boa, porque eu estaria aqui ainda. E olha, assim, amanhã pela manhã eu não posso estar aqui, à tarde eu posso. E eu viajo na quarta, às 2 horas da manhã, eu vou até Washington, em uma reunião representando o Ministério da Justiça. Então, se ficasse as 16 horas, para mim seria bom, para estar presente, só isso que eu estou dizendo.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Outra sugestão, secretária. Isso é um tema que ele não vai se esgotar aqui não, tem que ser uma espécie de pauta para as próximas reuniões já apontadas, porque algumas coisas vão acontecer e se o Congresso sentir, alguns parlamentares como o Eduardo Pazinato falou, se sentir que está sendo tratado isso por gente que sabe falar sobre isso, o pessoal respeita, agora, se ninguém falar, vem os malucos que vão querer radicalizar cada vez mais, não tenham dúvida. E eu chamo a atenção porque interessa à Polícia Militar que eu estou representando aqui, pena que não está aqui o P. Queiroz, ela é aquela que está sofrendo, aquela primeira. Hoje em dia é um martírio para a PM ir à rua para uma manifestação, ela não sabe o que faz. Se ela levantar o cassetete, pode sofrer por aquilo, hoje ela prefere levar uma pedrada, levar uma paulada, do que ir para confronto. E isso é bom para a sociedade? Isso não é policial, ele vai acabar se acovardando, é uma coisa natural, de defesa do ser humano, ele tem que trabalhar com essas questões lá, no momento. Amanhã eu vou trazer um projeto de lei nosso que está em andamento, está emperrado lá na Comissão de Constituição e Justiça, mas é coisa interna, até de ciumeira interna, projeto, por exemplo, que dá instrumento para polícia, administrativamente, não criminalmente, tomar algumas posições para evitar que se chegue ao extremo.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Conselheiro Marcello, depois o conselheiro Eduardo. Eu acho que tem razão o senhor nessa posição e por isso eu reitero a necessidade de sair um documento deste Conselho dizendo: “Olha, isso este Conselho repudia, e isso este Conselho aprova”, porque tem que ser no macro, porque se nós formos fazer ponto por ponto tem que ter uma linha, porque se nós formos fazer ponto por ponto nós não vamos chegar a consenso.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – Só a preocupação de que talvez nós não tenhamos muito tempo para prolongar o debate. Eu acho que isso vai passar muito rápido, essa discussão, com relação a qualquer possível inovação legislativa no sentido de criminalizar as manifestações. Então, eu acho que é importante, conselheiro Marlon, que nós consigamos debater e, realmente, se possível nessa reunião, vislumbrar todos os pontos. Eu acho que é muito importante para o controle do tempo, nós às vezes deixamos para uma próxima reunião, e aí já foi. O senhor conhece a Casa ali como é que funciona.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Nós podemos até fazer o encaminhamento da seguinte forma, eu mando buscar tudo isso rapidamente, forma-se uma comissão aqui, que já faz uma pré-análise, e traz dois cenários para nós, traz os cenários que se encontram: “Olha, tem isso aqui que nós estamos vendo que vai criminalizar, isso aqui pode ter tal consequência”, e nós começarmos a debater de manhã, e à tarde quando eu chegar nós já teríamos alguma coisa. Eu ainda acho que o conselheiro Marcello tem razão no sentido de que esse clamor pode acelerar uma votação, e que saia uma coisa que nós não tenhamos mais controle depois, isso pode acontecer, pois como a mídia está batendo muito, porque foi um jornalista, se fosse um policial, vamos ser bem francos, se fosse um policial que tivesse morrido, então, não tinha tido essa repercussão que está tendo agora, vamos ser bem francos. É a vida de uma pessoa humana, mas vamos lá, a mídia está dando essa ênfase toda porque foi alguém da mídia, e ainda bem que não foi um policial que tirou a vida de ninguém da mídia, porque aí nós estaríamos realmente em uma situação muito pior. Para além disso, para agravar um pouquinho mais, eu acho que nós temos, desde as primeiras manifestações, os próprios jornalistas estão até tirando dos microfones, não sei se vocês perceberam isso, aquele símbolo das emissoras, porque eles também estavam sendo vítimas, entre aspas, das próprias manifestações, então, eles é lógico que agravaram isso.

Por outro lado, nós temos policias sendo mortos em UPPs, o próprio comandante das UPPs, e não dão a mesma tônica que se traz para a mídia. Nós não queremos que ninguém seja ferido, gente, não é isso, mas eu estou dizendo que nós temos que aproveitar este momento, aproveitar, porque senão alguém vai se aproveitar, e em se aproveitando, este lado que quer criminalizar, nós podemos levar a um pior momento do Brasil daqui para frente, é só esse o meu medo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho que essa proposta de nós mudarmos o horário, a estrutura do evento às 16h, eu acho que nós tratamos pela manhã, até porque eu imagino que nós vamos tratar em bloco como é que vai se dar a organização regional, então, acho que nada obsta que seja feito dessa maneira. De fato, eu acho que isso é iminente, é iminente porque tem que ser dada uma resposta, o *lobby* é muito grande. Eu encontrei hoje um capitão da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, João Marcello, que foi cedido aqui para a Força Nacional, ele fez um relato de uma situação de conflito na Amazônia, morreu inclusive um agente da Força Nacional, não saiu uma nota, eu procuro inclusive...

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Até hoje eu estou esperando uma nota dos Direitos Humanos sobre este policial que foi morto em uma emboscada. Nós perdemos esse rapaz em uma emboscada. Ninguém, ninguém escreveu uma linha, quem teve que... Desculpa, Edu, já que você falou esse ponto.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Sim. Correto.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – É verdade, quem estava lá era o capitão Marcello comandando, quem teve que entregar o corpo deste rapaz, com 31 anos, para a mãe dele, foi o coronel Aragon e eu, depois de levá-lo,nove horas em um avião, e ninguém, até hoje, ninguém se manifestou, Denilson, para dizer: “Uma vida perdida”. Emboscada, emboscada de madeireiro. Era uma única estrada, fecharam a estrada e mandaram fogo em cima das forças policiais. E vou dizer uma coisa, tem que ser feito um elogio ao capitão Marcello da Brigada, porque poderíamos estar diante de mais um episódio de Carajás, porque ele tinha condição de fogo, ele tinha condição de abrir fogo contra essas pessoas, e ele só pedia para essas pessoas abrirem uma clareira, Denilson, para o helicóptero pousar para poder tirar o rapaz de lá, e eles não deixaram o helicóptero pousar. O capitão teve o rapaz morto na sua mão, e não deixaram o helicóptero pousar. E ainda por cima na hora da perícia, Maciel, nós tivemos que correr com uma legista daqui, porque os madeireiros estavam argumentando que um coquetel molotov que eles soltaram contra a viatura que pegou fogo, tinha armamento mesmo dentro dessa viatura, é verdade, que o tiro tinha saído de lá, um projétil, e subido, e pegado no rapaz, bem onde não pega o colete à prova de bala, e a imprensa já estava noticiando isso. Se nós não mandassemos parar tudo, mandassemos uma médica legista daqui para acompanhar lá, ia sair isso na imprensa ainda por cima, que o rapaz tinha sido morto por um tiro dado pela viatura que pegou fogo. Olha, foi um negócio, assim, aviltante contra nós, e até hoje ninguém se manifestou. Um policial de extrema categoria, com sua folha corrida excelente, policial do Mato Grosso do Sul, e que ninguém se manifestou a favor, ninguém.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu fiquei bastante impressionado com o relato dele, até porque eu o conheço há cinco anos, trabalhamos juntos em Canoas, inclusive ele comandava o POE na cidade, é um cara extremamente sério, correto, dedicado, é um dos policiais que dignificam efetivamente a Brigada Militar e a polícia brasileira. Então, eu fiquei muito preocupado, porque nós conversamos ocasionalmente aqui, eu indo almoçar hoje de manhã, e ele ficou me relatando por 45 minutos, o que também não é

exatamente o feitio do João, então, assim, eu sei que ele está impactado, eu sei que ele está sofrendo, e acho que nós temos que cuidar nesse momento, especialmente nós que temos uma militância no campo dos direitos humanos, para não entrarmos naquele caminho complexo e sinuoso ali do nós e eles, de que toda ação policial é negativa e toda ação dos manifestantes é correta. Eu acho que nós temos certo romantismo, certo idealismo que é muito complicado, mas acho que nós estamos precisando efetivamente fazermo-nos ouvir de uma maneira mais contundente, e eu não sei qual exatamente seria essa forma, mas acho que amanhã pela manhã, com essas iniciativas regionais, talvez seja aproveitar essa temática que nós vamos debater com cinco encontros regionais, de realmente fazer uma disputa mais dura. E eu queria inclusive sugerir uma nota para esse caso da Força Nacional, e me voluntario para redigir uma primeira proposta, porque quando nós invisibilizamos esse tipo de fato nós damos margem a uma versão só da história, e essas versões só da história nos preocupam. Mas eu concordo, para fechar, Marcello, com a sua sugestão, eu acho que nós temos que ser sérios. Eu não sei sinceramente se é o caso de encaminhar um projeto de lei nesse quadro de complexidade legislativa, mas também não sei em que medida como isso já se deu pela parte do Ministério, da Senasp, há essa possibilidade do debate sobre isso, mas o fato é que nós precisamos ser bastante diretivos e assertivos no rumo que isso vai, porque na ponta, por falta justamente dessas balizas administrativas, hoje o policial não vai, de preferência ele não vai para poder se resguardar, porque ele não está se sentindo amparado, e quando vai, vai demais, para se vingar, não institucionalmente, mas pessoalmente, o que é bastante, eu não diria justificável, mas quem já teve alguma situação de conflito como essa sabe que a situação é muito mais intranquila do que esse espaço que nós estamos compartilhando agora, então, eu acho que também tem que ter esse olhar com um pouco mais de cautela.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu separaria em dois momentos, em um primeiro momento eu acho que nós temos que ser ágeis sim para que nós possamos opinar: “Isso este Conselho referenda e isso este Conselho não referenda”. E em um segundo momento, aí eu também concordo com o conselheiro Marlon, de nós não pararmos a discussão, porque tem o processo legislativo que vai andar lá, e isso não para, então, primeiro nós nos posicionamos, depois nós seguimos lá para ver se realmente não vão criminalizar por demais, e aí eu acho que este Conselho pode continuar seguindo legislativamente, e participando na interlocução. Acho que são dois momentos, eu creio que nós temos aqui que ser ágeis para mandar as opiniões, e também não deixar morrer a discussão aqui, para que nós acompanhemos o processo legislativo até o final. Se isso tem que virar uma lei, que essa lei atenda a um momento nosso. Então, eu acho que nós poderíamos passar com isso, se os senhores conselheiros todos concordarem, eu vou pedir que desça o mais rápido possível o apanhado de leis que estão no Congresso nesse sentido, talvez fosse bom o conselheiro Eduardo, e outros, constituírem uma pequena comissão agora rapidamente, separando o que é, o que não é, desses projetos. O Ministério tem uma posição sobre esses projetos, eu vou pedir que se tire essa posição, porque eu não quero ser tendenciosa e nada, eu acho que este Conselho tem a sua autonomia, mesmo que tenha alguma projeto que o Ministério é a favor e que vocês são contra, tem que se manifestar contra, é legítimo, este Conselho é autônomo, ele tem que colocar a posição dele enquanto Conselho, e não a posição do Ministério, então, trazer isso para cá.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Só uma sugestão, pois nós tivemos, acho que no ano passado, a informação de que tramitam algo em torno de 1,3 mil projetos de lei, PECs, no Congresso.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Não é isso não, é menos.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Não é isso?

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Não.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Só para nós definirmos um escopo, para nós podermos fazer.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Não é isso não. Não passam de 30 projetos fechando nesse sentido aí, não passam de 30.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Isso que eu ia te pedir, para nós restringirmos.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Foram os mesmos que nós mandamos aos secretários de estado, a mesma coisa, desce para cá, na mesma linha, sem a posição do Ministério, para que este Conselho faça a sua manifestação autônoma e independente de qualquer vinculação com esse ou com aquele, o que este Conselho achar que é legítimo tem que ir. Eu acho que nós fazemos a manifestação para o ministro da Justiça, pedindo que isso seja levado à senhora presidenta da República, e também encaminhar ao presidente da Câmara e do Senado, para que isso seja levado em conta. Então, eu vou só pedir para que isso desça o mais rápido possível, esse apanhado de lei. Vamos continuando, enquanto nós vemos isso. Vamos para os informes.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então, dando aqui os informes da secretaria executiva, que seria um ponto de pauta, desde a última reunião, até agora, nós ficamos basicamente envolvidos com a questão dos eventos dos fóruns regionais, então, eu acho que os informes dos fóruns regionais, das datas, tudo isso, eu deixaria para colocar quando nós formos abrir a reunião, que seria amanhã às 9 horas da manhã, mas pelo jeito vai ser às 16 horas. Outra coisa, a ação que nós fizemos nesse mês de janeiro, foi preparar os termos de referência para a contratação dos consultores, como nós deliberamos no ano passado. Os termos estão quase prontos, só ficam sujeitos a alguma intervenção do PNUD, mas eu trouxe os dois termos, vamos colocar na tela o tópico um.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) - Eu estou achando que nós estamos com muito assunto para conseguirmos cumprir nessa reunião. Eu estou achando que os debates foram colocados aí, eu acho que seria interessante, não sei, programar uma Extraordinária, ou coisa desse tipo, porque vamos acabar atropelando e a discussão sendo muito rápida, ou tirar e deixar alguns desses itens para a próxima.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu vou dar um informe: dos temas previstos para hoje ainda tinha temática sobre migração e refúgio. O pessoal da SNJ não vai poder vir hoje, deve vir na quarta-feira à tarde, entraria no tema livre.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Isso pode ficar, isso pode postergar para outra reunião, não precisa ser agora.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Isso, se for o caso, dá para jogar depois.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) — O que é esse curso de formação de oficiais?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – O curso de formação foi proposto pelo conselheiro do CEM Brasil, só que o voo dele estava previsto para chegar, se não me engano, 15h30, 16h00. O conselheiro é o Luiz Paulo.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então, nós jogaríamos para frente para colocar, para que ele falasse isso aqui. Nós temos só os informes, que apresentaria só os consultores que vão ser contratados. Eu não sei se caberia começar já a discutir o Conseg, porque nós vamos ter que interromper a discussão e retomar depois.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Tira, passa para o outro. Tira esse de pauta, e passa para o outro. Então, vamos lá, pega a pauta aqui todo mundo, e aí opina todo mundo junto, porque senão este tema vai levar mais do que o dia inteiro amanhã.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho o seguinte, esses dois temas, esse curso de formação é praticamente uma novidade, eu acho que nós temos que saber. Eu não entendi também. Mas, assim, o curso de formação e a temática de migração e refúgio, no limite podem ser tratados na quarta à tarde.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Não dá tempo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – O fato é que eu acho que nós temos que continuar na pauta que nós estamos tratando agora, para encerrar essa pauta, para ver se amanhã nós conseguimos.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Porque depende de esperar o pessoal fazer levantamento dos PLs e trazer, então, nós temos que preencher esse tempo com alguma outra pauta, até eles trazerem.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Então, vamos antecipar a Conseg. Todos nós temos informes que ficamos responsáveis para...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Está bom, podemos antecipar. Só tem outro ponto que o conselheiro Maciel lembrou, a questão do RIC. É que era de votar uma recomendação, não é, Maciel? Você trouxe o texto? Que ele tinha colocado isso desde a reunião passada.

O Sr. Marcello Barros (Ministério da Justiça) – Particularmente, dada a relevância do tema que nós estamos discutindo aqui, eu acho que esses outros debates nós podemos passar para outra reunião, e que na verdade até facilitaria, para que nós viéssemos para cá mais contextualizados sobre o que se trata realmente. O curso de formação de oficiais está todo mundo surpreso, pelo que eu percebi.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Inclusive a questão do Brasil Mais Seguro.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – A minha sugestão é a seguinte, e junto com o conselheiro Marcello. Eu creio que este tema que nós pautamos aqui são dois temas, **preconceito e manifestações,** eles teriam que ser exaustivamente debatidos neste fórum e sair com orientações daqui. Tudo o mais que está aqui, a meu ver, e a **Conseg também, são os três temas**, o restante não tem nada que não se possa postergar, na minha opinião. Agora, está aí os senhores para que nós possamos votar. Eu acho que a Conseg nós temos que debater, porque temos pouco tempo, prazo para por isso em prática. O preconceito está intimamente ligado com as manifestações, sem dúvida nenhuma, e seja preconceito, como diz o conselheiro Eduardo, de todos os lados, se ele é preconceito contra o policial, se ele é preconceito contra, de todos os lados, eu acho que nós temos que exaustivamente debater isso, e aí as manifestações para que nós possamos falar sobre os PLs.

O Sr. Marcello Barros (Ministério da Justiça) – Presidente, se me permite, nós poderíamos votar, então, a retirada de pauta desse curso de formação de oficiais. Quem concorda com a retirada de pauta? Acho que pode ser esse encaminhamento.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Os dois? E a temática sobre migração e refúgio. Podemos votar isso? Deixar para a próxima, não é que nós não vamos debater, mas eu acho que tem que trazer, primeiro de tudo, mais esclarecimentos aos conselheiros antes, o que é isso, do que se trata, antes de colocar aqui, e segundo que nada que não possa esperar. Então, aptos a votar? Desculpa, Willy, não vi.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – É o seguinte, nós seguimos, eu não estou dizendo que é para nós deixarmos de seguir, mas eu acho que fazer uma pauta, vir para cá um dia, se montar em cima de fazer uma pauta e nós chegarmos, dizer que vamos discutir em outras reuniões, chegar e desmontar a pauta todinha é meio complicado. Mas, vamos aos votos. Luiz Paulo pediu a pauta do curso de oficiais, a interlocução com os movimentos sociais, que eu também não posso aprofundar, a pauta foi colocada. Como eu represento o movimento social na Mesa Diretora, eu propus, então, eu também não posso aprofundar, porque quem pode aprofundar é ele, porque foi sugestão dele. E aí o que eu entendo disso? Eu acho que o compromisso aqui também é nosso, de nós colocarmos ainda mais essas pautas, que para mim é muito relevante, eu entendo isso, mas eu entendo também o seguinte, nós nos comprometermos, nós já estamos aqui, vamos passar três dias aqui, nós nos comprometermos de chegar no horário, pelo menos 08 horas, pois a reunião às vezes está começando às 8, 9 horas e tal, se chegar todo mundo para ter quórum, nós chegarmos às 8 horas nós conseguiremos cumprir tudo isso. Eu acredito que nós, várias vezes aqui, já passamos pelo menos uma hora antes, porque nós sabemos que na tarde de quarta-feira já tem alguns voos, e às vezes não dá quórum. Então, não é por uma questão até nossa de não ter quórum na quarta-feira à tarde, é mais por alguns conselheiros que têm que chegar, e outra pela própria expedição de passagem. Aí eu acredito que nós possamos, eu não sei, como nós não entendemos, muitas pessoas: “Ah, eu não entendo o que é isso, o que está na pauta”, que é o que foi colocado pelo Luiz Paulo. Eu aguardaria ele chegar para poder esclarecer e dizer: “Olha, se trata disso”, e nós definirmos se pode ou não pode, então eu não entendo que nós possamos tomar uma providência antes de entender exatamente o que está sendo colocado.

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Deixa-me esclarecer uma coisa que cabe ao papel da Mesa Diretora. Uma das funções da Mesa Diretora é se reunir para construir uma sugestão de pauta, não é a pauta, construir uma sugestão de pauta para que o plenário decida aquilo que ela acha que é prioritário, como nós estamos fazendo aqui. A priorização que nós estamos tentando fazer é pela relevância dos dois temas, pelo tempo que nós vamos ter para discutir e conhecer mais profundamente cada detalhe, e não prejudicar os temas que já foram sugeridos. Isso é praxe no Conasp, de nós vermos a priorização e encaminhar para a próxima reunião. Não está tirando, pelo contrário, o conselheiro vai ficar com mais possibilidade, inclusive, porque aqui ele não deu nenhuma informação, mas nós legitimamos a vontade dele, mesmo sem ter muita informação. Então, cabe a nós realmente, essa plenária, aqui e agora priorizar, sem descartar, sem desvalorizar a proposta, porque não vai dar tempo, essa pauta realmente está cheia. Mesmo que nós tenhamos a explicação dele agora, nós ficaríamos paralisados, esperando a chegada dele e se ele não chegar? Então, eu pediria ao conselheiro Willy que realmente entendesse esse processo de priorização, que é legítimo, a Mesa Diretora apenas sugere. O horário nós estamos chegando direitinho.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Mesmo porque existe no próprio regimento temas supervenientes sobre os quais a Mesa firmou uma proposta de pauta, eles possam ser inseridos. Quando a Mesa se reuniu não tinha ainda essa manifestação toda sobre o projeto de lei de manifestações. Eu acho que é isso, nós pautarmos o que é urgente. Agora, a Mesa Diretora tem que também prestar atenção quando coloca os pontos em pauta, tudo isso que você falou, à tarde já está esvaziado, então, nós não podemos sobrecarregar uma pauta desse jeito. Essa pauta, se nada tivesse sido inserido, essa pauta já estaria difícil de ser concluída, está muito pesada para os debates, e ainda mais tendo que incluir temas. Várias vezes, nós fomos no histórico do Conasp todo, alteramos, porque nós tivemos ocasiões em que foi necessário este Conselho se manifestar além da pauta, então, legítimo é. Também não concordo que isso seja esquecido, mas postergado, ninguém está falando para não ter este tema na próxima reunião**. Então, assim, eu volto a colocar em votação a exclusão desses dois pontos.**

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho que nós temos que fazer um esforço, um senso de pragmatismo aqui do Conasp. Porque eu acho assim, este ano é um ano curtíssimo, particularmente, o meu objetivo institucional e pessoal com o Conasp este ano é nós conseguirmos fazer um bom debate público dos diálogos regionais, e que isso traga um acúmulo de várias regiões do país, e que nós possamos influir em uma agenda que nós viemos debatendo, alguns de nós, há algumas décadas. Esse é um objetivo fundamental. A segunda questão, eu acho que nós não podemos passar ao largo do momento que estamos vivendo, que está absolutamente voltados às manifestações. Então, na minha opinião, todo o resto, por mais importante que seja, e obviamente os temas aqui arrolados são importantes, não são prioritários. Porque não são prioritários não deixam de ser importantes, mas nós vamos precisar elencar quais são as nossas prioridades. Eu diria, inclusive, que nesse período de debates com parlamentares, por mais relevante que seja a temática, chamar um parlamentar aqui é complicado, independentemente de partido, não é essa a questão, ou da legitimidade. Eu acho que nós temos que focar os diálogos regionais, nós temos que focar nessa questão do mandato das instituições de força, e como nós podemos melhor regular essa questão para reduzir a vitimização de parte a parte, por isso eu sou a favor desse enxugamento nesses termos, mas nós temos que ser propositivos, porque se não nós ficamos dando voltas em torno do próprio eixo, e aí a coisa não flui.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Pegando um gancho na sua fala, parece que você leu o meu pensamento. Eu falei aqui com o conselheiro Almir o seguinte: em um ano eleitoral nós temos, independe de que partido, eu não estou nem olhando partido, mas trazer três deputados aqui, eu acho que este Conselho tinha que editar uma norma estabelecendo que este ano não vem deputado aqui, nós vamos fazer os nossos debates, porque este Conselho não tem que ser palco para ninguém, eu acho que cada um tem suas convicções políticas, nós vamos lá fora discutar isso, mas não aproveitar deste Conselho, em momento algum. Por exemplo, o tema, por mais que ele seja relevante, desarmamento infantil, alguém tem alguma dúvida sobre desarmamento nesse Conselho? Já é linha tirada aqui, todo nós somos a favor do desarmamento, nós inclusive somos a favor da campanha, fazemos campanha do desarmamento. Então, será que este tema é mais, agora, ele é mais importante para nós, ele tem que ser preterido nas manifestações? Então, eu acho que é isso, nós temos que olhar isso e otimizar o nosso tempo.

A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Obrigada. Eu tenho inscrito várias vezes, mas fiquei esperando. Mas não atrapalhou em nada o meu raciocínio as pessoas falarem. Eu estava dialogando com algumas pessoas, e nós estávamos vendo, e aí é para nós pensarmos mesmo, nós temos um ano também muito curto, e eu estava vendo, conversando com algumas pessoas, que este é o único Conselho, praticamente, que se reúne de dois em dois meses. Um conselho do porte desse, com as complicações sociais que nós temos, estão todas apontadas aí, com temas que surgem com relação à segurança pública a todo momento, e nós nos reunimos apenas bimestralmente, eu acho que nós deveríamos pensar em mais tempo de reunião. É claro que também tem temas que vai demandar uma extraordinária, eu acho que tem temas que eles são pertinentes, são urgentes. E os outros conselhos fazem isso, agora mesmo eu estou saindo daqui e estou indo para uma reunião lá no conselho LGBT, porque nós temos uma demanda que é urgente, que surgiu a semana passada, e como nós já tínhamos tido uma reunião, depois da reunião surgiu, e já se convocou uma extraordinária. Eu acho que nós precisamos focar também nesse sentido, porque têm temas que não vão dar conta, e nós temos que acelerar o processo. Por exemplo, estão aí essas manifestações, a morte desse jornalista, que aí eu nem vou me ater, porque se eu for fazer comentários as pessoas vão achar ruim. Matou-se um jornalista, e é esse escândalo todo, e se mata homossexual todo dia, e não se tem essa comoção pública que se tem neste país. É porque foi um jornalista e, infelizmente, temos que ver quem está por trás de tudo isso, e quem está patrocinando esses bandidos, não as manifestações, porque elas são legítimas, elas são legais, eu participo quando eu vejo que é um ato pacífico, agora, essa banalização, essa marginalização que está acontecendo na sociedade, esse quebra-quebra, alguém está patrocinando, talvez só esteja tendo esse estardalhaço todinho porque a carapuça de vidro de alguém quebrou, que está bancando essas arruaças. A minha proposta é essa, de nós fazermos uma reavaliação das reuniões, do tempo das reuniões, e ver se nós temos condições de fazer mais reuniões, porque quatro reuniões por ano para um conselho dessa envergadura é pouco.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Fernanda, eu concordo com você totalmente. Uma sociedade que não consegue se indignar com os mortos, seja de quem for, por isso a minha fala logo no começo. Eu acho que aqui é primordial que todos nós sejamos contra a violência, seja ela contra quem for, e venha ela de quem venha, nós **temos que ser contra a violência, porque a violência só gerou a violência até hoje neste país. Eu já estou aqui com os PLs. Eu pedi para ver se eles me conseguem trazer em um *pendrive*. Olha, Edu, não são muitos não, eles estão bem espaçados. E aqui, então, tem, o autor, a tramitação, e tem qual o objeto principal de cada um deles, é bem resumido. Cada conselheiro quer uma cópia disso? Eu já mando fazer. Eu acho que é melhor distribuir para cada um, mesmo que vá debater depois,**

mas aí eu já vou pedir, então, uma cópia para cada conselheiro, assim nós já conseguimos ir debatendo. Então, vamos votar? Vamos votar? Conselheiros aptos a votar? Por favor, aqueles que são pela postergação da pauta para a reunião que vem os dois pontos, o curso de formação e a temática sobre imigração, permaneçam como estão. Alguém contrário? Alguma abstenção? Por unanimidade. Mais alguma coisa? Temos que readequar mais alguma coisa?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu acho que um tema que estava aqui, que nós podemos resolver rápido, é a proposta do Maciel, do RIC. Eu acho que não vai ter grandes polêmicas, porque ele já tinha proposto na reunião passada, é coisa acho que cinco a dez minutos, é o tempo de imprimir a lista de PLs.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Já votamos, então, também. Deixa só o conselheiro voltar. Porque nós tínhamos uma linha, eu acho que independentemente de partido, e volto a dizer, todos nós somos agentes políticos, independentemente de partido eu acho que este Conselho tem que fechar isso, porque senão, nessa reunião são três, nas outras serão quantos?

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – A partir da próxima? Porque esses daqui já foram convidados.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – É, isso é ruim, é verdade, você tem razão, conselheiro. Mas, eu acho que nós temos que fechar aqui alguma coisa em torno disso. Pois não, Denilson?

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Eu acho que é mais uma questão de princípios que nós temos que definir aqui, o que somos e o que estamos dispostos a fazer. Eu acho que se nós ficarmos nos pautando muito pelo que pensa, como age e pelo que está estabelecido nas casas parlamentares, **nós vamos acabar nos tornando caixa de ressonância deles, vamos deixar de ser controle social, e vamos deixar de prestar essa função consultiva, fruto da curva da experiência, do conhecimento que cada um de nós aqui acumula através da base que ele representa. Então, eu acho que deve se restringir, acho que não vetar, mas restringir. Mas, considerando a fidalguia que é peculiar a cada um de nós aqui, já que o convite foi feito, que nós os recebamos e que daqui para frente seja um princípio entre nós assumirmos o nosso papel consultivo como um órgão importante da República. É só.**

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Todos concordam com o encaminhamento do conselheiro Denilson? Eu acho que é bem ponderado, e acho que cabe mesmo. É óbvio que o convite feito, não faremos isso de ligar e falar para a pessoa não vir, mas que daqui para frente nós ponderemos bem isso, e ainda estamos no início **do ano, vamos por assim dizer, mas daqui para frente as coisas vão cada vez mais se acirrando. Também o Alex me faz uma lembrança de que possivelmente nós teremos sim que trazer para uma extraordinária o Conselho, tendo em vista que os nossos próximos encontros seriam os regionais, então, nós temos que verificar como que nós vamos fazer o regional, conseguir fazer uma Extraordinária, se nós fazemos uma Extraordinária em um encontro desses do regional mesmo, levamos todo mundo para um regional, isso que nós precisamos ver, como que nós vamos compatibilizar isso para também não deixar aquilo que a conselheira Fernanda traz aqui, que vai demorar muito, e nós temos coisas urgentes para decidir, então, nós vamos ter que compatibilizar um pouco isso.** Então, vamos partir para?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Proposta de recomendação do RIC.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Ah, o RIC. Por favor, conselheiro Maciel.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Pessoal, então, conforme proposta na reunião anterior, e foi interessante que depois disso aconteceram várias matérias no Jornal Nacional, no próprio Fantástico, sobre a fragilidade do sistema de cadastro civil no Brasil, o fato do Pizzolato ter conseguido fazer uma carteira com o nome dele, Celso, ter conseguido, votar inclusive duas vezes, com o nome de outra pessoa. Isso escancarou, de certa forma, a importância do RIC. Então, eu fiz uma proposta, vocês poderiam lê-la. São só esses pontos aí. E que seja encaminhada, então, à presidente Dilma e ao ministro José Eduardo Cardozo, que o projeto RIC seja priorizado como política de segurança, tendo em vista essas fragilidades que eu enumerei, a questão de ser um projeto de 1997 que se arrastou há muito tempo, o presidente Lula regulamentou através de um decreto em 2010, no entanto, não sai do papel, foi formado o comitê gestor, existe uma discussão enorme do projeto original ter um cartão que fica caro, mas nós defendemos, inclusive, que esse modelo possa ser mais simples, com cédula mesmo, desde que sejam modernizados os estudos de identificação do país. E se alguém quiser fazer alguma observação.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Acho que você pode ler, Maciel. Lê os considerandos aí.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – "...Considerando que o projeto RIC, Registro de Identidade Civil, foi instituído pela Lei nº 9.454/97, que deveria ter sido implementado completamente em cinco anos, portanto em 2002; considerando que o RIC foi regulamentado pelo Decreto nº 7.166/2010, e criado o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil: considerando que esse documento único substituirá a tradicional carteira de identidade, bem como o CPF, título eleitoral, CNH, dentre outros; considerando que o atual Sistema de Identificação Civil é extremamente burocrático e frágil, favorecendo a fraude, uma vez que os bancos de dados não são integrados, podendo, por exemplo, o indivíduo possuir 27 identidades diferentes, uma para cada unidade da Federação; considerando que é urgente e necessária a modernização dos estudos de identificação estaduais, com vista à implementação do sistema, só possível a partir de um pacto federativo que aporte recursos da União; considerando que a garantia de unicidade do cidadão representa o verdadeiro instrumento de combate a fraude, ganha a sociedade, o comércio, as instituições bancárias, setores públicos em geral, em especial o eleitoral, previdenciário, onde é comum pessoas inescrupulosas usufruírem legitimamente de benefícios, resolve recomendar a presidente Dilma e ao ministro José Eduardo Cardozo, que o projeto RIC seja priorizado como política de segurança. Pleno do Conselho.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares e Bombeiros do Brasil) – Uma sugestão, retirar os nomes, substituir por autoridades.

O Sr. Kleber Luiz da Silva Junior (Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil – CONCPC) – Eu tive a oportunidade de participar deste Conselho já por um ano, estive ausente no ano passado, e tenho a felicidade de retornar agora. E eu queria dizer ao nosso companheiro, conselheiro Maciel, que talvez essa seja uma das propostas mais interessantes que eu já tenha visto aqui no Conselho, porque a despeito de muitos não compreenderem a dimensão dessa

questão da identificação como um dos temas mais sensíveis para a área de segurança pública, nós que militamos nessa área, principalmente da parte da Polícia Judiciária, podemos afirmar com toda tranquilidade que a falta de segurança para a identificação é um dos grandes problemas que nós enfrentamos no combate a criminalidade. Inclusive, o coronel Marlon, salvo engano, conselheiro, estava falando sobre a questão de não se criminalizar algumas condutas, mas de se buscar intervenção administrativa em alguns casos, inclusive a falta de um marco de unidade de identificação no país, e a falta também de uma punição para o não identificado gera certa dificuldade, porque em uma manifestação de vulto, aquele que já sai com um propósito de praticar a desordem certamente que ele não vai identificar. No Brasil não existe a prisão para verificação ou para averiguação, como se pode dizer, e a falta de identificação geraria um grande problema para a aplicação de sanções administrativas. Em boa parte dos países que já são mais avançados em suas democracias, e mais avançados socialmente, do ponto de vista das instituições também, existe uma punição para aquele que vai a ambientes públicos sem identificação. Por exemplo, na Espanha o denominado *indocumentado* recebe uma pena de seis meses de prisão pelo simples fato de não portar identificação, por quê? Porque isso é interesse da coletividade, que o indivíduo esteja perfeitamente identificado em alguns locais, lá é um crime de mera conduta, não adianta ele se justificar por que não estava com a documentação. E hoje praticamente 100% dos indivíduos que são apresentados em situação flagrancial na delegacia de polícia, eles não estão de posse da sua identificação e mentem sobre a sua identificação, isso gera o emprego, na verdade, um desperdício de força de trabalho enorme por parte da polícia, que acaba tendo que fazer a identificação criminal, e sem contar nesse absurdo apresentado pelo Maciel, que no Brasil um único indivíduo pode ter 27 registros civis. Então, gostaria de parabenizá-lo, conselheiro Maciel, por esse encaminhamento, e dizer que para nós é uma satisfação poder votar essa matéria, e nós acreditamos que esse é um dos grandes passivos que o Estado ainda ostenta, o fato de nós ainda não tratarmos de uma maneira tão séria uma questão que é tão complexa e tão sensível.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – É mais ou menos na linha do que o companheiro falou, e dizer que nós, enquanto poder público, estamos anos luz atrás da iniciativa privada. Vejam bem que o Sindicato Nacional dos Oficiais de Registro e tantos outros órgãos que representam nos estados, os oficiais de registro, eles conseguiram reduzir em quase 80% o sub-registro neste país. Isso é promoção de cidadania, e nós enquanto poder público não conseguimos uniformizar o registro civil das pessoas, nós temos um passivo. No meu estado todo, existem 853 municípios, e cada um deles um ponto de registro. Nós temos um problema imenso do ponto de vista de segurança processual, podemos assim dizer, é um dispêndio tamanho que a União, que os estados, que o erário tem para indenizar pessoas que são processadas indevidamente, nós temos uma quinquilharia de processos que estão parados por falta de diligência para reconhecimento das pessoas, e esse, sim, seria um legado do atual governo federal para a segurança pública, para a promoção de cidadania, se nós conseguíssemos uniformizar os bancos de dados e assim criar um registro único para essas pessoas. É lastimável, nós poderíamos ficar a tarde inteira para falar os diversos pontos de vista, os diversos aspectos que esse passivo tem causado, mas eu vou me restringir a um só, que diz respeito à soberania nacional. Uma das justificativas do consulado americano para que houvesse uma flexibilização nos vistos de brasileiros nos Estados Unidos, porque se fez essas restrições, é a falta de segurança no nosso registro civil, o nosso registro único, o nosso registro de pessoas. Então, nós estaríamos dando um salto de segurança, sem dúvida, e eu fico muito empolgado, muito feliz, Maciel, em poder estar aqui neste dia, e votar uma proposição dessa natureza, dessa envergadura, que isso sim é um projeto de segurança pública e de promoção da cidadania.

O Sr. Marcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – Boa-tarde a todos. Também aqui na minha fala parabenizar aí essa recomendação, Maciel, e que nós, como perito criminal e também como conselheiro, e cidadão no dia a dia, nós vemos essa necessidade de dar segurança a esses documentos oficiais, e como perito criminal, na seção de documentoscopia, nós temos muita demanda desses documentos falsos, e aí nós temos que buscar em cada estado os seus dados, então, o trabalho é enorme e acaba encontrando dificuldade de obter esses dados, e a facilidade que tem essas pessoas que falsificam documento atuar na criminalidade. Então, parabenizar, e nós vamos votar favorável, com certeza, a essa recomendação.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Também queria parabenizar Maciel, porque como gestor, Maciel, nós temos lá na Paraíba, por exemplo, por semana de cinco a seis pessoas são presas ou apreendidas na tentativa de tirar sua carteira de identidade, quer seja com documentos falsos, ou outros. Mas, nós apreendemos, a Polícia Civil apreende ou prende de cinco a seis pessoas por semana, então, acho a sua iniciativa louvável. Parabenizar pela iniciativa, como também pela redação do documento.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu apenas gostaria, para além de ser a favor do RIC, é óbvio, dizer o seguinte, que nós tivemos, sim, alguns problemas por conta da emissão, porque como ele tinha sido contratado a um custo muito alto e esse custo não poderia ser repassado, é óbvio, porque senão as pessoas não iriam fazer. Hoje esse projeto está com a secretária executiva do Ministério da Justiça, doutora Márcia Pelegrini e equipe, e está sendo feita uma tratativa direta com o Serpro, no sentido de baratear isso cada vez mais, e que isso possa abranger o Brasil como um todo imediatamente, porque essa é a nossa intenção mesmo, Denilson, você tem toda razão. Para além disso, eu acho que tudo vai convergir para melhorar a problemática da segurança pública, inclusive com o próprio Sinesp, Denilson, porque se nós tivermos um registro único em que aqueles operadores e investigadores possam fazer consulta, uma única consulta, é muito mais facilitado, é óbvio. Quando você puxa a grade de vínculo, você já vem com uma certeza. E ontem mesmo, no Fantástico, não sei se viram, mas as pessoas que têm que lutar, andar de lado a lado para provar que são elas, e às vezes quantas pessoas dessas não chegam a determinadas repartição e estão lá dadas como mortas, porque é um homônimo, e aí ela tem que provar que é ela, e como faz para provar que você está vivo, e que é você? Então, é muito complicado. Eu acho que o RIC seria um grande avanço para nós. Mais algum esclarecimento?

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Eu gostaria só de, inclusive presidenta, em relação, por exemplo, a Secretaria de Grandes Eventos, o cadastro das torcidas organizadas, em Goiânia, tem mais ou menos 20 pessoas que foram mortas em função do conflito Goiás/Vila Nova. Ontem teve jogo lá, e militar foi agredido com voadeira, lá no estádio, e são as mesmas pessoas. Não existe um cadastro biométrico de torcida organizada no Brasil. Se cada estado tivesse um registro civil, você poderia identificar essa pessoa no acesso ao estádio com simplesmente uma consulta pela impressão digital. Então, eu acho que faltou um pouco também essa visão de acelerar essa questão da biometria até para a segurança nacional em relação à Copa do Mundo. Lá em Goiás também nós tivemos um caso de um senhor que fez 16 identidades, e fez 16 aposentadorias, isso é um absurdo que acontece, e nós conseguimos aleatoriamente esse caso. Então, a questão do alto custo da Previdência está em função também da fragilidade desse banco de dados. E também falar o seguinte, eu acho que o Brasil tem que partir para o modelo da cédula, sem ser a questão do cartão. O cartão é importante, tem a assinatura digital, tem o interesse da certificação digital

que atende aos bancos e tudo, mas se você fizer um modelo de cédula, em São Paulo ficou a R$ 13. São Paulo cadastrou agora quarenta milhões de impressões digitais, que é um avanço para o Brasil, porque é no próprio RIC São Paulo, então os estados já estão fazendo isso, se tiver um aporte financeiro da União, as regiões podem ter o seu próprio RIC. No Centro-Oeste só falta o Mato Grosso, porque Goiás está fazendo, Mato Grosso do Sul já fez, Brasília já fez, você integra esses bancos facilmente, só basta realmente ter uma vontade do governo para fazer isso. Eu agradeço a todo mundo pelo apoio à recomendação, eu acho que isso vai de certa forma além de ser enviado, eu vou enviar para o Comitê Gestor, que dizem que são vários órgãos que fazem parte, inclusive TI, e eu tenho certeza que a exposição do Conasp vai, de certa forma, contribuir para acelerar a implantação desse projeto. Muito obrigado a vocês.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Se não tiver mais ninguém. Então, eu acho que está um consenso de mérito, só falta ver o final como é que vai ser o endereçamento aí, a quem as propostas? Seria à presidente da República e ao ministro da Justiça? Então, seria à presidente da República e ao ministro da Justiça. Aí sairia o governo federal, ele sai. Então, eu acho que o texto fica esse. Alguma proposta a mais? Então, podemos entrar no regime de votação? Tem mais um, Duda Quadros.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Sim. Pode voltar um pouco ao último considerando. "Considerando que a garantia de unicidade do cidadão representa verdadeiro instrumento de combate à fraude", aí um ponto ou alguma ligação, para "ganha a sociedade e o comércio", pode ser ponto e vírgula, porque quando fomos ler ficou meio confuso. Isso é coisa de comunicador (risos). Mas, eu acho que o mérito, que é o mais importante, que nós vamos escrever, precisa ter esse cuidado, porque é um documento que sai coletivo. Mas, o mérito é, realmente, o número de burocracia, de documentação e de tudo, eu não entendo nada na questão da identificação, na questão do lado que foi falado aqui dessa importância, eu realmente não compreendo. Eu sei que como cidadão já sofri muito por conta da burocracia, das demoras, por conta de ver muitas vezes meus documentos e minhas ansiedades de cidadão serem barrados nessa burocracia. Eu vejo que da forma como foi explicado seria tudo mais ágil, e essa questão da fraude, quantas fraudes estão sendo cometidas, dinheiros que poderiam estar sendo mais bem utilizados e estão presos, para a própria fraude ou para conseguir consertá-las.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Bom, vamos para a votação, então? Acho que é consenso aqui, todo mundo falou a favor. Vamos lá? Conselheiros aptos a votar? Todos presentes? Vamos lá. Aqueles que são a favor, permaneçam como estão. Alguma abstenção? Alguém contra? Ok, aprovado por unanimidade. Já estamos em condições, Fábio? Bom, vamos lá. Almir, quer conduzir? Então, vamos. Você pode conduzir, Almir? Eu fico aqui do lado.

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Está aberta a plenária para exposições, se alguém tem alguma informação para adiantar. Vamos fazer o seguinte, vamos dar um tempinho? Quinze minutos, todo mundo dá uma lidinha, e tomar um cafezinho. Vamos ler, porque se for um cafezinho, nós vamos ter que dar outro pela leitura. Então, vamos suspender um pouquinho, por 15 minutos.

(Pausa para intervalo)

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Bom, pessoal, está aberta agora, com um tempo de leitura, de conhecimento, está aberta para plenária para todos os posicionamentos, e nós podemos continuar amanhã, se não der para terminar hoje.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Aquele projeto de lei citado pelo conselheiro Marlon, eu pedi para ir buscar. Então, já vem vindo para nós também.

A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Bom, eu fiquei lendo aqui, eu vi muito aquele Ctrl C, Ctrl V, de quase tudo, tudo quer dizer a mesma coisa, e alguns não querem dizer é nada. Mas, na verdade, a minha preocupação, tudo bem que já são projetos que estão em tramitação, mas tenho uma preocupação aqui quando fala do uso de máscaras e outros apetrechos que possam cobrir o rosto em manifestações. Agora, não sei se no escopo, se no decorrer do projeto se diz quais as manifestações, porque eu fico muito preocupada, porque carnaval é uma manifestação de rua, é uma manifestação cultural e pública, e se for proibido isso, como é que fica o nosso carnaval? Vão matar o carnaval de rua, não tem mais os bonecos de Olinda, Virgens de Tambaú, na Paraíba, Muriçoca, não tem mais nada, nem mosquito, vai acabar tudo. Eu fico muito preocupada, porque assim, não sei, porque nós estamos vendo o escopo do projeto, eu não sei se tem essas definições, que tipo de manifestações e onde as manifestações, porque manifestações públicas, aqui carnaval entra. Para mim é uma leitura que eu faço, angustiante, porque como são projetos em tramitação, vai que de repente passa um desse aí, e pronto, acabou o carnaval.

O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Boa tarde a todos. Eu tenho olhado aqui nas seis páginas e me chamou a atenção, porque as três primeiras são iguais às três segundas, então, nós temos outros PLs, ou equívoco de reprografia? São iguais, tudo bem. Eu dei uma olhada nos PLs, eles estão circunscritos a aumento de pena, proibições, mas nada efetivamente que venha de fato a contribuir. Por exemplo, nós estamos na situação corriqueira que é do enfrentamento, nós temos as forças policiais que estão no dia a dia trabalhando e sendo açodada, vou utilizar esse termo. Eu não vi nenhum PL aqui, por exemplo, que trabalha com a questão de tecnologia, que permita o monitoramento em alta definição, que você consiga enxergar o detalhe dos manifestantes. Seria, por exemplo, uma maneira de você reduzir o enfrentamento.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu acho que vamos fazer o seguinte, se os conselheiros concordam, de nós irmos colocando as nossas manifestações, porque nós já estamos, por exemplo, a preocupação da conselheira Fernanda quanto à manifestação está em aberto, aí as sugestões, e aí nós já poderíamos ir formando uma coluna nossa, para nós não nos perdermos. Pode fazer assim?

O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Então, eu já havia sugerido a questão da utilização da tecnologia, de maneira tal que nós consigamos monitorar, sem a necessidade de ter um enfrentamento cotidiano, além de você ter um registro dessas pessoas. Devo colocar aqui também uma coisa interessante, que esse deputado do Rio de Janeiro chamado Chico Alencar, ele está preocupado com a regulação e a atuação dos órgãos de segurança, ou seja, com o *modus operandi*, que é importante. Todos os outros que estão por aqui, proibição de bala de borracha, proibição de utilização de capuz etc., em si, na minha avaliação, não interferem em absolutamente nada, não tem nenhuma sugestão que, de fato, possa contribuir, e nessa primeira leitura eu me lembro exatamente desse detalhe, eu acredito que nós precisamos trabalhar com uma agregação de tecnologia, e me parece que, Pazinato, eu andei vendo uma entrevista sua,

você falando de um estudo de caso da redução da violência, acho que em Canoas, e talvez você possa contribuir nessa direção no sentido do aporte da tecnologia. Obrigado.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Eu, na verdade, só por uma tendência de inclusão, também para avaliação, está o mesmo PL citado ainda no início, o PL nº 499, que também trata das manifestações, acho que deveria ser incluso. E eu, pelo que deu para olhar aqui nessas três páginas, então, eu acho que vou me abster do processo, porque não existe subsídio suficiente para eu dar uma olhada e poder analisar concretamente para que nós possamos... Porque os PLs não estão por inteiro, pensei que os PLs viriam por inteiro, porque seria melhor para uma análise mais profunda, eu não posso avaliar algo que eu estou vendo somente pelo objeto, somente pelo objeto, eu não tenho condições de avaliar.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho duas coisas, eu acho que nós temos que cuidar para não confundir aspectos normativos com questões procedimentais. Isso não é só uma discussão teórica, é algo bem objetivo. Eu acho que nós tendemos a encontrar nas leis o caminho natural para a resolução de todos os problemas. Eu, particularmente, sobretudo nas leis penais, não acho que esse seja o caminho, acho que sim, nós precisamos melhor regular os aspectos procedimentais, que tem mais a ver com normas administrativas do que propriamente criminais. Nesse sentido, eu sugeriria que nós aproveitássemos este momento de uma pressão midiática para respostas normativas para incluirmos projetos de leis e outros instrumentos normativos, que nós já debatemos aqui, porque embora eles não versem diretamente sobre manifestações, eles têm um impacto no processo de mediações dos conflitos. Vou dar dois exemplos, um deles eu vou pedir ajuda à Fernanda Papa para nos socorrer, porque é um projeto que tem o apoio da Senasp e da Secretaria Nacional de Juventude, PL nº 4471, que é um PL que discute o fim dos autos de resistência. E o outro que eu também venho sustentando, nós tiramos até uma recomendação nesse sentido, é o substitutivo ao PL nº 1332, que regulamenta o § 8º do art. 144. Para além desses, eu gostaria de conhecer um pouco mais do detalhamento desse PL do deputado Chico Alencar, que regula a atuação dos órgãos de segurança pública em manifestações e reintegração de posse, e o PL nº 300 do senador Lindibergh com esse detalhe aqui da proibição das balas de borracha, porque na verdade nós estamos falando de tecnologias de baixa letalidade, não sei se é o caso de proibir, mas de regular, então, acho nesse sentido. E talvez a Secretaria de Assuntos Legislativos pudesse nos auxiliar, porque têm várias questões procedimentais que nós não precisávamos nos servir de projeto de Lei, nós poderíamos usar o decreto, e em sendo decreto nós evitaríamos, por exemplo, um grande desgaste de emendas etc. No Congresso Nacional, por exemplo, se eu não me engano, foi feito um manual pelo Ministério da Defesa, a meu ver com um péssimo título "Manual da Lei e da Ordem", regulando eventual participação das Forças Armadas como força de contingência no caso da Copa do Mundo. Eu acho que nós poderíamos pensar quem sabe em um decreto então, que melhor disciplinasse, assim como a professora Jaqueline Muniz tem discutido, os usos das organizações de força, que tem mandato de força, ou seja, um decreto que regulasse a atuação dos órgãos policiais em manifestações, e que pudesse ser, digamos assim, uma norma administrativa, para melhor definir como se dá a abordagem, como se dá a relação e o uso das tecnologias. Então, eu sugeriria que questões procedimentais fossem tratadas a um nível de decretos, e que questões de fôlego e institucionais, que mexem na estrutura organizacional, nós utilizássemos os PLs. Desses que foram apresentados, eu ficaria com esses dois, porque concordo com os demais, os outros são muito mais um senso de oportunismo de diferentes partidos de surfar na onda das manifestações, levar para a sua base: "Olha, está aqui a panaceia para os nossos problemas, quem usa máscara agora vai ter um agravante, um majorante maior".

Mas isso é só enquadrar como formação de quadrilha, outro tipo etc., acumular os tipos penais você vai ter uma pena maior, se for esse o caso, não precisaria de um tipo penal por conta disso. E, por fim, eu acho que nós temos que aproveitar essa conjuntura e trazer os projetos que nós debatemos aqui ao longo de um ano, um ano e meio, alguns deles, como esse que toca sobre o marco regulatório das guardas municipais, que tramita há uma década, uma década e um ano, este ano no Congresso Nacional. Obrigado.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – Eu vou um pouquinho do que foi a conselheira Fernanda. Quando nós falamos de máscara, proibição ou uso de máscaras, nós colocamos o policial militar em uma situação extremamente desagradável, porque ele é que está no terreno. Aí ele tem uma multidão de mascarados, e você vai querer que o policial saia correndo atrás de um mascarado para que seja aplicada a lei. Então, na verdade, você não cria uma solução, você cria um problema, além de colocá-lo em uma situação de possível chacota: "Vamos botar a máscara para o policial vir correndo". Existem mecanismos, e nós temos conversado bastante, que hoje já contemplam a atuação da polícia judiciária, da polícia militar, com relação aos crimes cometidos, haja vista o que aconteceu no Rio, os dois estavam com o rosto coberto, foram identificados e presos. Então, a preocupação é nós criamos alguma norma pensando que ela vai ser utilizada de alguma forma que seja positiva para a sociedade, e o efeito seja exatamente o inverso. Ok, criminalizou, não pode mais usar máscara, pronto, criamos um problema para o policial militar que está no terreno, porque quando ele não agir, o pessoal vai falar: "Ué, você não está vendo o cara com máscara ali? Você não vai fazer nada não? Qual a sua atitude?" Então, eu acho que o discurso aqui tem sido uníssono no sentido de que mecanismos administrativos surtirão muito mais efeitos do que qualquer inovação penal para questão de manifestação. É isso.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Só contribuindo com a preocupação do Alberto em relação à tecnologia, eu acho que ela pode contribuir sim como caráter preventivo. Hoje existe *software* de comparação facial, por exemplo, que é possível você fazer. Por exemplo, Goiânia está fazendo um convênio com o BID, cem câmeras de alta resolução nas principais avenidas, nos locais onde ocorrem manifestações. Nós sabemos hoje que praticamente todo crime está sendo visto, está sendo um verdadeiro *Big Brother*, então, no momento em que a Avenida Paulista estiver toda com câmera, de certa forma quem vai para a manifestação já vai sabendo que qualquer atitude que ele faça vai ser conhecida a imagem dele, a pessoa dele. E novamente a importância do banco de dados, quando a pessoa vai fazer a identidade não se colhe só a digital, colhe-se também a fotografia, então, você vai ter um banco de comparação mesmo sem estar sabendo quem é a pessoa, porque já existe um cadastro fotográfico também. Mais uma vez, eu acho que o caráter preventivo de saber que está sendo filmado, que existe uma câmera, e isso é notório no Brasil inteiro, vai ajudar muito essa questão de controlar a violência nas manifestações, que são legítimas.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Boa tarde. Eu gostaria de fazer coro ao que foi posto por Alberto, por Willy. Nós estamos tendo uma sinalização de uma legislação que continua em uma perspectiva antidemocrática e repressiva, cada vez mais repressiva, em uma tendência de aumento de pena, de repressão propriamente dita e pouco preventiva e pouco educativa. E acho que esse não é o caminho, penso que esse não seja o caminho. Essa questão das máscaras, por exemplo, nós já temos o monopólio do uso da força e da violência pelo Estado, isso é um fato, a exemplo dos autos de resistência que nós não temos total controle do que se entende por resistência e da proporção que essa resistência vai ser retornada para o

cidadão. Então a polícia também age encapuzada, tem até um PL falando disso também. Nós vamos ter, também, mais um monopólio em relação às manifestações por parte do Estado, esse monopólio do Estado vai poder também se mascarar, agir de forma arbitrária e ninguém vai saber quem foi? Então, eu acho que é uma coisa que nós temos que amadurecer, existem muitos projetos de lei tratando disso. Temos que amadurecer o entendimento, parar para estudar mais especificamente o projeto de Lei para poder ter um posicionamento mais concreto em relação a isso. E gostaria também de ressaltar, o projeto de Auto de Resistência, para nós colocarmos em pauta, e também fortalecer a ideia do Pazinato do PL nº 300/2013. Só tem uma questão que eu coloquei, salvo engano na última reunião, da regulamentação das armas de baixa letalidade, a secretária falou até que entende que parece que já está regulamentado, na verdade, não continuo entendendo por que não tem essa regulamentação, e que é uma coisa que nós temos que fortalecer essa ideia.

O Sr. Kleber Luiz da Silva Junior (Conselho Nacional de Chefes de Polícia Civil – CONCPC) – Da leitura aqui desses projetos de lei que foram apresentados, nós verificamos que existem dois pontos de convergência. O primeiro deles é que a maioria das proposições busca qualificar o dano praticado por ocasião de manifestações, aquele dano oportunista, daquelas pessoas que se infiltram nas manifestações para provocar a desordem, e também para criminalizar o uso de máscaras ou artifícios que impeçam a identificação dos manifestantes, ou vedar a utilização desses aparatos. Nós não entendemos que essas medidas vão impedir que haja violência nas manifestações e a prática de abusos e de desordem pública, na verdade eu acho que quando os parlamentares apresentam essas proposições eles querem dar uma resposta ao que vem acontecendo, uma resposta à sociedade, geralmente o impulso legislativo acontece dessa maneira, são milhares de proposições no Congresso Nacional esperando o *time* político adequado. Isso é o *time* político, essas manifestações para apresentação desse tipo de proposição. E, na verdade, elas guardam também, um propósito, que é um instrumento de política pública denominado caráter inibitório da lei penal, só que nós chegamos a um estado de coisas neste país que na prática eu acho que isso não funciona como um instrumento voltado para esse fim, porque nem condutas mais graves tuteladas de uma forma mais dura, por assim dizer, por parte do Estado, elas têm o condão de inibir hoje a sociedade de praticá-las, quanto mais esses crimes antidano, quando se qualifica com uma pena de dois a quatro anos de detenção. Então, eu acho que esse propósito acaba não sendo alcançado na prática. Mas, como isso aqui é um conselho plural, eu sinceramente gostaria muito de ouvir dos conselheiros, que assim puderem manifestar ou desejarem, eu queria muito entender qual que é a posição da sociedade civil organizada, dos movimentos sociais, sobre a utilização de máscaras nessas manifestações, se os senhores ou as senhoras acham que isso é legítimo, ou até que ponto isso seria legítimo, e até que ponto isso não seria você, de certa forma, não privilegiar aquele indivíduo que deseja fazer uma manifestação dentro dos limites supostamente legais.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Bom, na verdade, na minha opinião muda muito pouco ou nada se aprovar isso daqui, não muda nada, pelo menos a minha opinião. Agora, nota-se que todos os projetos, quase 90%, são de 2013, também vem a oportunidade, e o Marcello falou muito bem, em vez de resolver um problema vai criar mais ainda para quem está lá na ponta, porque daqui a pouquinho ele vai prevaricar, sei lá, não sei, ou abusar, quer dizer, não tem uma negociação, é ferro ou água, não tem meio termo. Quase todos criminalizam, alguns até mudam a lei de contravenções penais, que está sendo, pelo novo código penal agora, está sendo extinta, simplesmente extinta. Aliás, vai criar um grande problema para a polícia desenrolar, existem condutas que não vão ser mais nada, nem aquele pequeno delito-anão, que se chama. Alguns até

vem controlar mais a polícia, que já está acuada. Eu repito, pode até não fluir bem para o ouvido de alguns, a polícia ostensiva hoje está acuada, tem policial que prefere levar uma bordoada a tomar uma atitude para não se incomodar. Pode fazer uma pesquisa na rua, vai encontrar esse tipo de problema. Aqui em Brasília, semana passada, foi um exemplo, onde tem 30 cabeças quebradas, por quê? Porque preferiram não agir, e o que está muito certo também, em muitas das situações está muito certo, mas isso é uma coisa que pode crescer. Outra coisa que o Eduardo falou muito bem, lei é perigosa, lei engessa, fica engessado. O próprio decreto que regula o GLO, porque é um termo constitucional, Garantir Lei e Ordem, que é das Forças Armadas, é um termo constitucional, ele regula a Lei Complementar nº 97, que é a Lei que trata das missões das Forças Armadas. E esses decretos, ou resoluções, ou normas, eles são mais flexíveis, aí sim, teria que partir para isso, por quê? Porque isso é uma coisa que não se resolve só com uma lei, vai se resolver ao longo do tempo, o Corpo de Bombeiros trabalha assim, as normas são reconstruídas a cada momento quando aparecem os problemas, eu fui bombeiro durante quatro anos, e nós fazíamos dessa forma, nada é desse jeito, e vai mudando, se adaptando. E eu insisto, esse projeto de Lei aqui, o PL nº 2292, que amanhã eu posso até trazer para todo mundo, ele diz assim: "Regula as ações de polícia administrativa exercidas pelas polícias ostensivas na prevenção da ordem pública e dá outras providências", então, ele é um projeto genérico, onde aí sim dá para baixar decreto, normas, fazer planejamento, porque hoje a Polícia Militar, e aqui eu vou defender aqueles que me elegeram para eu estar aqui, a Polícia Militar como polícia ostensiva ela só vai para a rua, para quê? Para a repressão, porque ela não tratou antes de quem foi autorizado, qual é o melhor local de fazer uma manifestação, não tem função nenhuma, só tem de repressão, e ela é jogada para repressão, e às vezes nós sabemos que existem muitos interesses políticos, até pela ordem da polícia ir lá e fazer determinada ação repressiva, tem muita questão política, dependendo dos governos. Então, tem que ter uma lei guarda-chuva realmente, mas que seja aberta. O Pazinato tem razão, seja aberta para que tenhamos por decreto, por normas, por resoluções, os órgãos consigam regular aquilo conforme as situações apresentadas. Porque hoje, secretária, está uma bagunça, se alguém fizer uma manifestação não sabe nem a quem se dirigir, porque não tem nada que regule isso, não tem. Tem os bons entendimentos e a doutrina, mas não tem. Então, eu insisto nisso, tem que ter. Hoje a Polícia Judiciária tem um código, o processo penal que regula toda a persecução criminal que ela faz, a apuração da infração, a polícia ostensiva não tem nada, ela faz por doutrina, aí nós temos os abusos, temos uma série de questões que vem trazer problema para a própria sociedade. A Polícia Militar está mudando, é difícil, está mudando esse entendimento que a manifestação é um direito, está mudando a forceps, podia ter uma lei regulando isso, e eu acho que aqui, então, podia sair uma proposição do Conasp para que isso fosse construído, de uma forma que pudesse dar mecanismos futuros para que as instituições policiais pudessem trabalhar, não vendo o crime, mas sim estruturas administrativas, que hoje não têm. E para concluir, sobre o auto de resistência, eu acho que tem que realmente ser discutido, auto de resistência é, na minha polícia, eu fui corregedor, o auto de resistência ele não é um documento por si só o bastante, para que se engavetasse uma investigação, ao contrário, ele era o início da investigação, e vai para a Justiça. Eu acho que tem que tomar cuidado, para daqui a pouco não se acabar, tem que fazer a polícia investigar, não simplesmente um auto de resistência, me desculpe os colegas do Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro os colegas agiam dessa forma, auto de resistência era o bastante, a Justiça fazia de conta que estava certo, o Ministério Público também. Não era assim? Em outros estados também que conhecemos. No meu estado não é assim. O cara vai responder lá no tribunal do júri. Ou então vai ser considerado se ele realmente foi legal. Então, eu acho que tem que ter uma discussão até para esclarecer, porque tem projeto de lei hoje que determina que o policial envolvido em qualquer crime no serviço é preso automaticamente, aí também já temos um peso e duas medidas totalmente diferentes. Mas, é isso, secretária, eu acho que tem que sair daqui realmente algo

nesse sentido, e urge, porque vem mais coisa por aí. Deu um refresco agora, nós conversamos com o pessoal lá do Rio de Janeiro, por quê? Porque as pessoas foram punidas ou estão teoricamente punidas, inclusive pela mídia, porque a mídia usa a máxima, assim, no final da frase: "E ninguém foi preso", como coisa que tem que estar preso, então, induz a possibilidade de prender, arrebentar, e o PM vai fazer isso, ele é o reflexo da sociedade, ele faz isso também. Então, acho que a postura do Conasp como órgão, como agente político que a senhora falou hoje muito bem, tem que dar a sua opinião nesse sentido, mas ficou uma coisa muito séria para ver todos os lados, não só um lado ou o outro lado.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu concordo com muito do que já foi dito, ressaltando que boa parte dos PLs que está aqui não leva a nada. Acho que o Eduardo, a fala dele me representa bastante, assim como a do Willy, nós não podemos nos aprofundar porque o que tem aqui não nos leva a entender ao que realmente se propõe, porém, também não nos engessa, porque não precisamos nos deter, está mais do que claro o que consta aqui. E nós olhando para um pouquinho da história das representações aqui nós sabemos, quem tem o mínimo de conhecimento dos movimentos políticos e sociais do Brasil, sabe que sempre o que tem por trás aqui, é só olhar como elas estão colocadas. Prender por 12 anos uma pessoa que foi presa em uma manifestação porque deteriorou patrimônio público, como tem uma proposta aqui, bem, eu acho que como vocês já colocaram ai, eu não vou repetir, porque eu não concordo, existem mecanismos que podem regular muito bem isso, e como o conselheiro Marcello falou, criar mais um problema, na verdade, para os profissionais, policiais militares que terminam sendo, estando ali na ponta, e tendo que ser... Na verdade, eles ficam em uma situação muito complicada e difícil, porque eles têm que responder pela instituição, pela farda, pelos desmandos de determinados gestores, que, por sua vez, obedecem a rigores políticos da hora, e que ninguém manda em nada, e todo mundo manda em tudo, e de repente como o coronel Marlon acabou de falar agora, a instituição termina, os policiais em si ficam em uma situação muito complicada hoje no país, precisamos atualizar, porque a situação está ficando cada vez mais complexa. E o conselheiro Kleber nos fez uma provocação do bem, e que eu acho que ela tem a ver exatamente com o que está sendo discutido hoje, o PL do Chico de Alencar, que vem chamar a atenção para a regulamentação dessas ações, para que elas tenham uma conduta pautada na não violência. Calma, estamos tratando de uma manifestação, calma, vamos ver como nós vamos fazer para resolver o que está sendo colocado ali, não estamos tratando com terroristas. O que aconteceu, que nós vivenciamos em Fortaleza no ano passado, onde a manifestação foi tratada como se estivesse enfrentando realmente bandidos perigosos, e nós sofremos na pele algo que há muito tempo não víamos acontecer contra uma sociedade, e não foi contra pessoas desconhecidas, foram contra pessoas que se conheciam, e foi uma coisa muito pesada para nós. A questão de se mascarar ou de não se mascarar é a questão, eu vou sair de casa com o meu carro hoje e eu vou obedecer às leis do trânsito, eu não vou matar ninguém, eu vou parar no sinal, eu vou dirigir na velocidade adequada, eu não vou pegar meu carro hoje, colocar um vidro fumê 100%, e vou sair matando, se eu fizer isso eu sou um bandido, eu sou uma pessoa que precisa ser perseguida, presa e responder por isso e, por favor, não me deixe mais dirigir carro porque eu sou uma pessoa perigosa. Nós não podemos dizer que uma pessoa que usou máscara já é um bandido, eu não vejo sentido nisso, também não podemos dizer que os vândalos que se infiltraram na manifestação para acabar com a paz, primeiro nós precisamos entender que movimentos são esses, como foi proposto aqui, o que são *black blocs* e outros movimentos, para entender o que são essas ações. Quando nós tivermos compreensão disso, tudo bem, nós podemos tentar versar mais sobre o assunto, até lá eu acho apenas que movimento social que faz manifestação, não é desorganizado, ele não é o caos que está acontecendo, pode ser que outros setores da sociedade não compreendam ainda, mas as manifestações geralmente são legítimas, geralmente nasceram e

tem uma história. O que o resto da sociedade não compreende é aquele grupo e aquela determinada parte da sociedade que não tem o seu poder de voz, o que ela fala não é repercutido pelo maior canal de televisão, e todo mundo sabe o que suas lideranças realmente querem. Foi assim que nasceu o movimento passe livre, foi assim que nasceram outros movimentos atuais no Brasil, como o Centro de Mídia Independente, e outros movimentos que estão aí que são altamente legítimos. Entre a correlação de forças...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – O conselheiro pode fechar, para podermos...?

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Claro.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Entre a correlação de forças eu só creio que o que nós precisamos nos ater é na proposta que eu acho mais própria para nós agora, que foi a proposta do Eduardo Pazinato, porque são instrumentos que nós temos como olhar para eles, como trabalhar aqui no Conasp, e juntos tentar chegar a uma ação concreta, objetiva, que esse congresso seja capaz de operar. Obrigado.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Bom, eu acho que eu já coloquei bem no começo da reunião a minha preocupação com a criminalização. Eu gostaria que nós começássemos a avançar. Vejam como não é fácil lidar com esse tema, porque nós todos até agora só trouxemos indignação, mas nenhuma propositura de fato, de concreto. Eu já gostaria de partir para isso. Nós temos uma Portaria nº 4226/2010, que trabalhou com o uso diferenciado da força. Essa portaria foi construída com o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos. Talvez nós trouxéssemos essa portaria à luz para que pudéssemos tratar e ver se precisa ser atualizada algo nela, para que então, possamos tirar procedimentos práticos de atuação da polícia, que esses procedimentos sejam tais e quais transparentes o suficiente para que o jogo seja aberto. Eu acho que a polícia precisa de respaldo e a sociedade também, e se nós tivermos uma norma muito clara dizendo que o uso que a polícia poderá fazer de equipamentos ou não poderá fazer, eu não sei, eu não estou aqui colocando já, mas eu acho que isso tem que ser amplamente divulgado, com uma transparência total para salvaguardar a sociedade e a própria polícia no exercício da sua atividade, essa é a primeira coisa, e eu acho que nós tínhamos que nos aprofundar. A Constituição é muito clara, ela garante sim o direito de reunião e manifestação, mas ela proíbe o anonimato. Como nós vamos compatibilizar essas normas, contudo sem trazer à luz da criminalização, mas há uma compatibilização a ser feita. No âmbito administrativo também, a própria Constituição diz que as autoridades devem ser previamente notificadas das manifestações, e aí cabe aqui dizer que quando a Constituição coloca isso, e hoje no dia a dia nós vemos que a mobilidade urbana está cada vez mais difícil. Fechar, por exemplo, quem conhece São Paulo, a Avenida Paulista, é impedir de salvar vidas, por quê? Porque nós estamos em um eixo onde todos os hospitais estão no fim dessa avenida. Ora, se eu tenho a livre manifestação na Constituição, eu tenho também na Constituição o livre comércio, eu tenho também na Constituição o direito de ir e vir, ora, nós estamos diante de compatibilização de direitos, como equilibrar tudo isso? Uma notificação prévia? Então, sairia deste Conselho uma sugestão de como fazer essa notificação, em uma reunião prévia, onde as autoridades, e aí a polícia, Ministério Público, os defensores, todos fossem notificados da intenção da manifestação, já que ela é legítima, e quem quer cometer crime não vai avisar antes, certo? Então, teria essa reunião dizendo o dia, a hora, o local, para que também pudesse se preparar a própria cidade para receber essas manifestações. Se nós tivermos um número muito grande de manifestantes, nós precisamos da área da saúde junto, nós podemos ter alguém que passe mal nessa manifestação.

Como compatibilizar isso? O cuidado com essas normas, onde nós damos a uma pessoa só ali, em fração de segundos, a decisão do que é certo e o que é errado, o que é máscara e o que não é, como um policial vai definir isso lá na ponta? Muita cautela nisso, porque nós não podemos deixar essas normas, como disse o Eduardo, em aberto, também não podemos fechar muito. Então, é essa ponderação que eu acho que nós temos que fazer. Eu já gostaria que partíssemos para momentos práticos, eu acho que já deu para percebermos que a maioria dos conselheiros está na mesma direção, sejam eles representantes dos gestores, dos trabalhadores ou da sociedade civil, não criminalização, a autorização prévia, porque está na Constituição, e como pôr isso em prática, é essa a dificuldade. E se nós não trouxermos sugestões muito claras, nós vamos dar vazão cada vez mais à criminalização, e é essa que nós não podemos em momento algum deixar. Por outro lado, eu acho que é oportuno também o que o conselheiro Eduardo traz, e acho que a conselheira Fernanda deve reprisar isso, que nós consigamos junto com essas medidas trazer outras medidas de proteção, e que às vezes nós pensamos que são medidas de proteção somente para a sociedade, e ela se torna medida de proteção ao bom policial, porque toda norma que venha a regulamentar a atividade policial é uma maneira deste policial estar protegido quando ele deve fazer o uso da força, que já foi também dito neste colegiado é uso repressivo do Estado, que é legítimo. Mas como utilizar, como fazer o uso para que ele possa proteger a sociedade e se proteger ao mesmo tempo, quando tem que lançar mão disso? Eu acho que esses são desafios nossos, e muito práticos, nós temos que sair com orientações e sugestões práticas, porque creio que reforçar isso aqui de aumentar pena, nós já vimos que não adianta, mesmo porque se isso tivesse surtido algum efeito, o nosso sistema carcerário seria a maior escola do mundo, porque nós temos muita gente dentro do nossos presídios, e somente fazendo a universidade do crime, mais nada, porque de lá de dentro não sai ninguém que tenha condições de subexistir fora do presídio, porque se as coisas estão difíceis para aqueles que não são marcados por uma pena perpétua, que é a pena do sistema prisional, para aqueles que saem com essa marca lá de dentro, então piora, e aí nós podemos estar levando mais uma vez jovens para dentro do sistema prisional. Aqueles jovens que lá não precisavam estar, como já tem muitos lá dentro, e cada vez mais nós vamos buscar quem? O jovem da periferia e o excluído, e o levar para onde? Para excluí-lo um pouquinho mais, porque escondido dentro do sistema prisional nós não precisamos ver, então, ele está lá guardado, e nós só esperamos que ele saia de lá um pouco pior, dentro de seis anos, para infelizmente conviver na sociedade.

A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Eu não ia mais falar nesse tema, mas o companheiro lá fez um questionamento em relação à sociedade civil. Nós sabemos que não é nosso papel, e nem nós queremos criminalizar ninguém, já tem muita gente, como a própria secretária fala, muita gente pagando penas, e penas altas por crimes que poderiam ter tido uma correção social, e essa pessoa estar na sociedade. Mas, assim, amigo, eu vou ser muito honesta, como sempre fui, eu posso até errar, posso ser questionada, porque não tenho problema nenhum de ser questionada, não sou dona da verdade, mas assim, enquanto movimento social não dá para esconder também não, uma coisa é ser movimento social, outra coisa são essas pessoas infiltradas dentro do movimento social, e os movimentos sociais calados, que não tomam posicionamento também, porque estão sendo coniventes. Porque uma coisa é o movimento social chamar uma manifestação aqui na frente do palácio, seja onde for, e dizer que é uma manifestação pacífica e ordeira reivindicando alguma coisa, e outra coisa é vir pessoas infiltradas nesse movimento, fazer quebradeira, destruir patrimônio público, destruir vidas, e este movimento social ficar calado. Está havendo muita conivência nesse sentido. E aí se o movimento social quiser bater em mim pode bater, mas eu também sou movimento social e sei. Não concordo com essa história de manifestação com máscara, porque se você vai reivindicar, se você vai exigir algum direito que

lhe está sendo negado, por que você tem que esconder a cara? Da mesma forma que eu não concordo com policial mascarado, o policial com capuz, porque ele está a serviço da lei, por que ele tem que se esconder? Eu me sinto muito mais segura quando estou em uma rua ou em qualquer lugar e me deparo com um policial de cara limpa, do que com um policial mascarado, porque eu não sei com quem eu estou lidando. Então, máscara só no carnaval, como eu acabei de dizer, no carnaval é permitido porque é uma brincadeira, é uma manifestação cultural, mas para manifestações de reivindicações que estão postas aí, e assim, me desculpem, faço parte do movimento de passe livre, faço parte de qualquer outro movimento que reivindique direito, mas não foi criado com esse intuito, foi criado patrocinado por empresas, por políticos para poder fazer quebradeira mesmo, para mostrar que este Brasil está uma verdadeira bagunça. Teve o seu momento mágico, uma das primeiras manifestações teve o seu momento mágico, perdeu o encanto, perdeu a magia, perdeu a forma de lutar quando se permitiu deixar que essas pessoas entrassem e não denunciassem, porque conivência de ambas as partes não dá para aceitar. Se nós queremos um mundo de paz, se nós queremos que a paz reine, como é que eu sou conivente do meu movimento, eu faço parte do movimento LGBT, mas eu disse lá na Paraíba outro dia, tem outro movimento chamado movimento Levante, que veio para a nossa parada para destruir aquilo que nós vimos construindo há anos, fui ao microfone lá em cima do trio, e disse: “Esse tipo de parceria nós não queremos, esse tipo de parceria não dá para o movimento LGBT, podem sair do nosso meio”. Porque se vem destruir aquilo que há anos nós vimos construindo, eu estou lá há anos levando porrada, correndo da polícia no passado, correndo da sociedade, apanhando da sociedade, para construir uma identidade, aí o cara, só porque ele se acha dentro de um movimento, ele vai destruindo a identidade de gênero. Não, eu não sou conivente com isso, da mesma forma que eu não sou conivente com esse povo que quebra, que destrói patrimônio público, que destrói a sociedade, que destrói vidas. Agora, o rapaz tem que pagar pelo ato que ele cometeu de acender aquele artefato e de tirar uma vida, mas vamos também investigar quem colocou a arma na mão dele, porque o bandido não é só o que atira, tem aquele que patrocina, aquele que dá a arma e o que manda fazer. Então, eu, enquanto sociedade civil, eu enxergo dessa forma, não dá para enxergar de outra forma. Lei por lei, o Brasil está cheio, abarrotado de lei, quantas são cumpridas? Quantas são exercidas na prática? Então, eu acho que criar uma normativa, tentar encontrar um termo que atenda as necessidades da sociedade e da polícia, porque eu fiquei passada quando a imprensa dizia: “Ah, era para os policiais”, quer dizer, o policial não é ser humano? O policial não está ali para defender a sociedade? Se eu começo a matar, se eu começo a apedrejar do nada, patrocinado por alguém que ali está patrocinado por alguém, aquele agente de segurança que está ali para me proteger e proteger toda a sociedade, nós vamos parar onde? Eu não tenho coragem mais de ir a uma manifestação, porque eu não sei se eu serei a próxima vítima, não sei, estou exposta tanto quanto um policial, mas exposta por quê? Porque têm movimentos que estão sendo coniventes, e essa conivência, me desculpe, eu não sou a favor de nenhuma violência, agora também não sou a favor de conivência de quem está por trás dessas pessoas que patrocinam essa violência, porque tem movimento calado sim, porque o movimento do passe livre se levantou, foi para a rua, e quando começa essa baderna ele não se retira, ele não recua, ele não faz notas públicas se retratando e dizendo que aquilo não quer, e que não vai mais, por enquanto, fazer aquelas manifestações até que isso se resolva? Desculpa, porque não dá também para ficar passando óleo de peroba em cara de pau não. Obrigada.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Só colocando, Fernanda, já é a segunda vez que você fala sobre a questão da máscara, só a título assim, é possível, claro, regulamentar isso, vou trazer aqui um exemplo rapidinho, uma lei meio deturpada, mas que vai nesse sentido. Na França proibiu-se máscara, proibiu-se a pessoa de cobrir o rosto em público, só que o

objetivo lá era proibir as mulheres de usarem o véu mulçumano ou a burca, então, é proibido cobrir o rosto, exceto para atividades artísticas, culturais, para atividades esportivas, como a esgrima, o esqui, para se proteger do frio, e tem lá um rol de umas sete coisas que você pode cobrir, só não incluiu o véu mulçumano.

Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Nesse caso, mas aqui nós não estamos falando nesse caso, então, ressalvando esses casos. Aqui essa manifestação...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Proibir de cobrir nesses casos específicos, para se manifestar e para o policial.

Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Isso.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – E aí Carnaval, qualquer coisa, claro que não está incluído.

A Sra. Fernanda de Carvalho Papa (Secretária-Geral da Presidência da República) – Obrigada. Eu queria reforçar, já tendo ouvido os colegas, os colegas que trouxeram as opiniões aqui pela Secretaria-Geral. Para nós, o central mesmo é a não criminalização, não corrermos o risco de um retrocesso democrático ao criminalizar manifestações públicas, eu acho que a secretária recuperou muito bem os pontos que já balizam na nossa norma maior, na Constituição, a legalidade das manifestações. Nós sabemos que não só a juventude, mas muitos movimentos têm sido criminalizados. É importante o que a conselheira Fernanda destaca, mas nós também não podemos generalizar, e aí a necessidade de olhar cada caso, de poder investigar, mas acho que sem retrocessos, o perigo dos retrocessos nós já sofremos também muito colocado pelos meios de comunicação o tempo todo, e acho que é sim o nosso papel, acho que o Conselho Nacional de Segurança Pública trazer essa pauta e se posicionar na sua pluralidade sobre as questões que estão colocadas é algo que pode sim fazer a diferença para quem tem acompanhado os temas e está aguardando de fato medidas concretas em relação a isso, mas que não significam retrocessos na nossa legislação ou na forma como as manifestações têm sido encaradas. Do ponto de vista da Secretaria- Geral, e muito em parceria com o Ministério da Justiça, acho que são importante as reuniões frequentes que têm acontecido, de diálogos para escutar as diferentes partes, para procurar compreender o fenômeno, porque ele tem caráter e nuances diferentes a depender do lugar em que acontecem. Eu não quero mudar o foco do assunto, mas, por exemplo, para nós que foi muito caro no período recente, o debate sobre os rolezinhos, e a maneira como eles passaram a ser criminalizados, a maneira como os jovens que têm o direito de estar na sua cidade, de ir e vir, de se expressar, inclusive afetivamente, porque eram em lugares de encontro de socialização afetiva, de encontrar os amigos, namorado, namorada, acabaram sendo criminalizados, e de uma forma muito perversa, com uma interpretação racista da presença desses jovens nos espaços públicos, e que trouxe uma interface também com uma ação da forças de segurança, que foi muito triste em muitos dos lugares em que isso aconteceu. Então, para nós trazermos que cada caso precisa ser olhado dentro do seu contexto, e nós não cairmos no lado da criminalização como vários desses projetos que estão colocados aqui. Eu acho que para nós do Conasp seria muito bem-vindo, e seria, como eu já falei, uma contribuição importante, tentar dar esse próximo passo do como, como a secretária Regina propôs. Esses procedimentos práticos em relação ao respaldo ou atuação da polícia, mas também ao respaldo a quem está se manifestando publicamente, precisam ser mais discutidos, e eu não sei qual seria o nosso próximo passo a

partir daqui, fica a minha inquietação, a proposta em relação a essa portaria, que é de 2010, e as reuniões prévias para orientar manifestações, de que forma nós poderíamos levar isso adiante, se fica como uma recomendação ou se é uma resolução, como nós levaríamos isso adiante. Acho que é isso, só reforçar a nossa preocupação, e acho que agradecer aos outros conselheiros que já trouxeram essa conexão com outros temas que são caros para o Conselho Nacional de Segurança Pública, que já tem um debate público inclusive de bastante diálogo com a sociedade civil em relação à atuação policial no caso dos autos de resistência, como vocês bem comentaram. Para nós é um risco se nas manifestações os autos de resistência passarem a ser usados, nós tivemos em São Paulo recentemente, no 25 de janeiro, um manifestante que foi atingido, que bom que ele não perdeu a sua vida, mas nós sabemos que em uma situação dessa isso pode virar uma bola de neve também, então, por que também nós não garantirmos essa oportunidade de trazer esses projetos de lei que já têm uma discussão maior na sociedade, para nós defendermos que eles entrem em pauta, como é o caso do PL nº 4471/12, porque assim nós jogamos mais luz, mais transparência, e acho que mais concretude aos debates que nós temos feito. Obrigada.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu só peço uma gentileza para o conselheiro Malta. Eu creio, conselheira Fernanda, que nós deveríamos fazer uma resolução do Conselho, uma resolução encaminhada ao senhor ministro da Justiça, à senhora presidenta da República e ao Congresso Nacional. Eu acho que seria uma resolução, eu acho que a premissa maior dessa resolução é a não criminalização dos movimentos, eu acho que essa é a premissa que todo mundo aqui tem em comum, e acho que dentro da resolução levantar os projetos de lei que temos interesse que sejam postos à votação junto com qualquer outra iniciativa que for tomada, que seria o auto de resistência e a própria regulamentação das atividades das guardas municipais, que é de suma importância, já que aquilo que não é regulamentado cabe qualquer coisa. Nós sabemos que tem a lei que, lógico, nos abusos, mas se estiver regulamentada a atividade, para nós é muito mais tranquilo a guarda poder trabalhar com essas manifestações, porque ela também trabalha, ela vai para o trânsito, vai para vários locais ajudar a polícia, auxiliar a polícia militar, e carece de uma regulamentação também. Então, eu acho que nós poderíamos, nessa regulamentação, fazer menção a esses projetos de lei.

O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais) – Eu sou oficial de carreira da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo. Ouvi muito o que a Fernanda falou, os demais conselheiros, e São Paulo, eu não tenho dúvida, foi o município brasileiro que mais sofreu com as manifestações, e ali nós tivemos policiais militares, até o caso do coronel que foi praticamente linchado, tomaram a arma dele. E eu concordo que as manifestações são legítimas, mas nós tivemos no ano passado uma semana em que todos os dias a Avenida Paulista foi fechada, vários dias as marginais foram fechadas, nós tivemos caso de óbito dentro de ônibus devido à paralisação, pessoas que perderam compromissos, não chegaram aos hospitais. Então, esse tipo de manifestação que tira o direito das outras pessoas de cumprirem os seus compromissos, não concordamos também. A questão das máscaras, como a Fernanda falou, nós somos também contra, se o movimento é legítimo, por que razão esconder o rosto? Fernanda, a questão dos *rolezinhos*, em São Paulo, a questão não foi devido ao movimento pacífico, que eu moro na Zona Leste de São Paulo, utilizo o Shopping Itaquera, e houve outros shoppings também na Zona Sul, a questão dos *rolezinhos* o que aconteceu foram jovens que marcaram encontros na rede social, não esconderam os seus rostos, e quebraram lojas, saquearam algumas lojas, furtaram e roubaram algumas pessoas que estavam utilizando o shopping. Na saída do shopping, então, o que aconteceu ali foi a questão de alguns vândalos que se infiltraram, o movimento é legítimo. E só para terminar a minha fala, eu achei muito interessante o que o prefeito de São Paulo, aqui não é partido, que eu não tenho partido político, eu sou oficial da

Guarda, mas eu achei muito importante o que o prefeito da cidade de São Paulo fez na questão dos *rolezinhos*, por quê? A prática era vir aumentando, o pessoal marcava na internet, ali mil, dois mil jovens, para utilizar um determinado espaço naquele dia e hora marcada, e o que o prefeito fez? Através do secretário de Integração Social, chamou os líderes desses jovens, e eles chegaram a alguns acordos, e inclusive com o pessoal dos shoppings, os responsáveis, os diretores dos shoppings, através da associação comercial, e Ministério Público também, as polícias, a Guarda, então, eles firmaram alguns acordos, e isso foi muito interessante. Então, hoje, o pessoal dos movimentos, esses jovens, eles marcam pela internet, se passar, vamos supor de mil pessoas, a prefeitura da cidade de São Paulo cedeu alguns parques, alguns locais, onde eles podem se encontrar, e os shoppings também tiveram o direito se a manifestação de jovens passar acima de mil, seiscentas, setecentas pessoas, que nem todos os shoppings em São Paulo comportam ali milhares de pessoas, então, os shoppings quando a manifestação é marcada e tem o número acima da capacidade operacional do shopping, é feito um contato com a diretoria daquele shopping, e eles chegam a um consenso, não é proibir entrar. Então, o que aconteceu também em alguns shoppings, Fernanda, justamente que quando alguns jovens da periferia foram, foram barrados, quando foram alguns jovens de outra classe social eles puderam também adentrar, então, também realmente é esse cuidado que nós temos que ter de não criminalizar, também não permitir que vândalos se infiltrem. Repito, utilizar máscara por que se a manifestação é legítima? Então, trazendo essa experiência de São Paulo, onde não só os policiais militares, mas nós temos uma Guarda Civil em São Paulo, uma Guarda Municipal com quase sete mil homens, que é uma guarda uniformizada e armada, e nós também temos sofrido bastante com essas manifestações, então, de guarda serem agredidos, não só os policiais militares, mas é esse cuidado que nós temos que ter de tratar esse assunto não criminalizando, mas também trazendo esses movimentos, esses líderes, envolvendo todo mundo. Uma experiência interessante que nós temos em São Paulo também, e também no Brasil, é a questão do Gabinete de Gestão Integrada Municipal, os GGIs, ali todos os órgãos participam, todas as polícias, Ministério Público, sociedade civil, todas as secretarias, e nós temos conseguido alguns resultados bastante interessantes na questão da segurança. Então, eu acho que realmente tem que conversar, mas também não temos que permitir que vândalos agridam, furtem, roubem, depredem não só o patrimônio público, mas também o patrimônio privado, e saiam impunes, isso nós não podemos permitir. Então, uma coisa é não criminalizar as manifestações, outra coisa é não deixar que as pessoas fechem as ruas, fechem os acessos das cidades, e eu não posso ir ao médico, eu perco um compromisso, perco uma viagem, até caso como eu disse de óbito, porque a pessoa se acha no direito de fazer o seu manifesto, fazer a sua manifestação, tirando o meu direito também de ir e vir. Obrigado.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu só vou pedir licença. Eu vou passar a presidência ao conselheiro Almir, que eu estou sendo chamada no Gabinete do Ministro para uma reunião às 18h00, e eu tenho que passar na minha sala ainda. Amanhã, então, pela manhã, volto a frisar, não estarei aqui com os senhores, e na parte da tarde estarei aqui, para que nós possamos, então, de uma vez por todas redigir essa resolução, e encaminhamento. Obrigada, até amanhã.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Ok, presidenta. Obrigado. Conselheiro Eduardo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Bem objetivamente, eu acho que são duas sugestões que eu queria propor a partir da provocação fundamental da secretária Regina Miki. Primeiro, acho que nós precisaríamos fazer um esforço de revisar as

normas administrativas eventualmente **existentes hoje que tratam justamente das balizas para atuação das polícias e demais órgãos do sistema de segurança e de justiça. Essa portaria, de fato, foi uma conquista importante em 2010, mas que talvez esteja carecendo de um maior nível de efetividade, de eficácia. Então, eu acho que a primeira dimensão importante é revisar essas normas administrativas, e depois sistematizá-las em uma espécie de manual, e este manual seria** entregue não só às polícias, mas também às pessoas, para que todos nós tivéssemos consciência dos limites, das balizas, das diretrizes dessa relação sociedade e polícia, e esse manual poderia ser lançado, inclusive, com uma agenda integrada entre os colégios de chefes de polícia, de comandos gerais das polícias militares, guardas municipais etc., com os demais conselhos de direitos, nós poderíamos ter um grande congraçamento, e lançar esse manual como normas que são de baliza para a atuação das polícias, mas também de proteção do cidadão e da cidadã. E segundo aspecto, que a secretária até sugeriu, essa possibilidade de uma resolução do Conasp apontando algumas normas que nós julgamos fundamentais, que tramitam no Congresso Nacional, mas talvez esse *kit* legislativo tenha mais força, Marcello, até para uma ideia de que nós nos somássemos aos esforços da Senasp, quem sabe pensemos, então, em uma resolução para a Senasp, mas que pudesse endossar, porque aqui certamente não há as prioridades todas que a Senasp tem, e várias delas importantes que ficam a margem disso, somar esses esforços, porque eu acho que o nosso nível de incidência na agenda legislativa, sobretudo de 2014, nível de incidência do Conasp, é reduzido em relação a toda a profusão de demandas que nós temos para além do Conasp. Então, eu acho que esse segundo aspecto seria esse *kit* legislativo, aproveitasse a oportunidade e transformar essa oportunidade em um momento de aprovação de projetos de leis que tramitam há anos, e que fazem parte de uma agenda no campo da segurança, com um olhar dos direitos humanos, do policial e da vítima, da vítima e do policial, saindo dessas dicotomias que levam do nada a lugar nenhum, acho que é isso.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Enfim, eu estava analisando aqui, no decorrer de algumas falas em relação às manifestações. Não existe um padrão exato de manifestação que até me aponte, porque aqui nós só fizemos falar sobre as manifestações. Aponte-me uma manifestação legítima neste país. Quem aponta? Porque se o índio manifesta, fecha a BR, ele é tratado como vândalo, se eu vou fazer um *rolezinho* no shopping, eu sou tratado como vândalo, se eu fecho a rodovia da minha comunidade Quilombola, eu sou tratado como vândalo, se eu vou para a rua, eu sou vândalo, não existe manifestação legítima neste país em que nós possamos dizer que as pessoas manifestaram e que nós chegamos em algum acordo, nós chegamos em alguma coisa, nem os cara-pintadas, que não houve muita relação de violência, mas nem isso foi tratado, ainda continua sendo discriminalizado. E essa maior parte ainda é a própria criminalização que todos esses movimentos têm, todos esses movimentos foram criminalizados. Um dia Nelson Mandela foi chamado de terrorista, e morreu como o quê? Como terrorista? A irmandade mulçumana um dia desses era a maior terrorista do mundo, e está sendo tratada pelos próprios Estados Unidos, houve eleição, quem foi que ganhou a eleição? A irmandade mulçumana. E aí depois os caras foram deportados e continuaram. E nós vamos para essa análise todinha do que nós devemos fazer ou não devemos fazer em uma manifestação, colocar regras que nós tenhamos que seguir na manifestação, usar ou não usar máscara, e eu não entendo aonde exatamente nós queremos chegar com isso tudo, porque nós não vamos chegar a lugar nenhum analisando o comportamento dessa situação todinha. Porque, ao mesmo tempo em que os manifestantes são vândalos, a polícia também é vândalo, e o Estado também é vândalo nesse processo, porque para haver essa manifestação o Estado teve que ser vândalo, e para ter os vândalos a polícia também acaba sendo inserida nesse processo, porque várias vezes no meu estado foram encontrados policiais no meio dos manifestantes tentando criminalizar o movimento e como aconteceu, então,

a partir deste país, em todos os estados brasileiros teve polícia infiltrada, inclusive com a mesma demonstração do cara que foi preso, que culminou na morte do jornalista, existem vários fatos, existem várias fotos mostrando outros argumentos, mostrando outras coisas do que aconteceu exatamente ali naquele processo. E aí até quando nós vamos ficar analisando as outras seguintes situações? Quando que o patrimônio público vale mais do que a vida de um cidadão? Porque a polícia está lá para defender: "Ah, é por causa do patrimônio público, que tem que resguardar o patrimônio público", mas aí você resguarda o patrimônio público, e vale mais do que a vida de qualquer outra pessoa que está ali naquele processo? Nós temos que entender primeiro de que forma nós estamos retratando os vândalos, e quem são vândalos nesse processo, de que forma nós estamos retratando as manifestações, e se elas são ou não legítimas, como é que eu posso analisar se uma manifestação é ou não é legítima se eu não estou vivenciando os processos que aquelas pessoas estão vivenciando? Eu não posso dizer que aquele processo contra a Marinha, lá na Bahia, do próprio Quilombo dos Macacos, não é legítimo se eu não estou vivenciando o que os caras estão sentindo lá, o que está ocorrendo lá, eu não estou vivenciando o que está acontecendo nas periferias deste país, onde todo dia morre mais jovens, e jovens negros neste país, e nós não estamos vivenciando e não temos como dizer se é legítima ou não a manifestação que acontece nas periferias com os próprios movimentos e tal e continuar criminalizando isso, porque mais do que a mídia, as outras estruturas de Estado criminalizam, e ali nós temos que analisar o contexto todinho para dizer o que é ou o que não é legítimo. Era isso.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Eu penso que o processo civilizatório provou para nós que quanto mais civilizada for aquela sociedade, mais marcada pela violência ela acaba sendo. Não é novo o adágio de que a violência é parteira da história, compete a nós controlarmos a atuação dessa violência, e já tem leis demais sim, eu acho que tem que ter esse cuidado. E o Conasp, mais uma vez, eu acho que tem que ter esse papel de baixar a bola e colocar no campo, porque muito tem se dito, é perigoso o caminho que estamos tomando. Nós vimos o que aconteceu, em menos de 10 anos nós chegamos a 40% de crescimento da comunidade carcerária, sem que com isso nós tenhamos ressocializado quem passa pelo cárcere. Por quê? Por causa de uma legislação que tornou hediondo o crime de homicídio qualificado, em 1992. O que motivou isso? A morte da filha de uma produtora de novela, que tinha o papel de protagonista, que foi assassinada a tesourada. Depois de um fato passional, aceleramos uma legislação. O que é o crime de homicídio qualificado? A coisa mais simples do mundo é qualificar o homicídio, é simples, art. 101 § 2º, vários entram nesse artigo. Aumentamos a população carcerária, aumentou o gasto com segurança pública, e ressocializamos? Então, eu acho que a fala do Willy merece, sim, uma atenção, a fala moderada aqui antes das decisões que geram impacto temos que analisar sim. E é o ano de sermos sociedade, é hora de sermos sociedade, se não houver manifestação não há transformação social. Diga-se de passagem, quem dirige o nosso país hoje, que lutou muito para que nós tivéssemos democracia, para que nós tivéssemos direito de nos autodeterminarmos sem interferências externas, sem interferências alheias pseudoideológicas? E que agora está diante de si um dilema, vamos reprimir manifestação? Em 1997, teve uma manifestação na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, Minas Gerais, morreu um policial militar, tiro na cabeça, primeira revolta de policiais militares depois de 1964, aí a doutrina castrista vai proibir que o policial que está fardado participe. A nossa Constituição fala com clareza, é livre o direito de reunião, só não pode ir armado para fins paramilitares, já tem na lei, agora eu vou proibir manifestação? Então, a fala do Pazinato foi muito positiva nesse sentido, a comunidade acadêmica pode contribuir muito conosco, muito mais do que a política, muito mais do que a que tem mandato. Este Conselho pode ser sim definidor desse processo, eu acho que tem que estar atento mesmo, viu Willy, tem que falar em nome do movimento social, são 58 mil assassinatos neste país por ano, e não estamos em guerra declarada, isso é uma tragédia. Se nós formos olhar

quantos morreram nas manifestações e quantos morreram fora da manifestação, então, manifestação não é problema neste país, o problema neste país é falta de governo, é falta de marco regulatório, então, nós temos que colocar isso. As manifestações estão preocupando depois de 2013, quantos morreram sem manifestação? Quantos policiais morreram sem manifestações? Quantos autos de resistência tiveram no Rio de Janeiro, sem a pessoa ter direito a fazer a perícia no local do crime, sem a família daquela pseudovítima ou vítima ter o direito de saber como e quais as circunstâncias que a vida daquele cidadão foi tirada, porque não tem a prática de fazer perícia naquele território do estado? Existem áreas que não foram ocupadas ainda. Olha o aconteceu com o irmão nosso no Amazonas, ali é falta de marco, de tudo, o cidadão que está no Amazonas não tem polícia, não tem governo, não tem. Então, nós temos que refletir sim, 58 mil assassinatos, sem contar a cifra que o SUS nos mostra daquele que entrou com politraumatismo, lesão perfura contusa, que era uma tentativa de uma lesão corporal grave, que depois veio a falecer, e que virou estatística, mas não é homicídio. Então, eu acho que nós temos que colocar a bola no chão, é oneroso colocar a bola no chão, mas tem que ser colocada, é oneroso você falar para a TV Bandeirantes, para a Rede Globo, parece que o Santiago trabalhava na Globo, porque a Globo fala mais do que a Bandeirantes, é oneroso falar que aquilo não foi homicídio qualificado, aquilo não foi assassinato, aquilo foi uma lesão corporal, foi um crime preterdoloso, foi culposo, tem dolo, antecedente e culpa no consequente, tem que ter alguém com coragem para falar isso, é oneroso, mas tem que falar, que poderia ter sido um policial militar que morreu também, poderia ter sido o motorista do ônibus, poderia ter sido o mordomo, o vereador que passou lá, que quis participar, aconteceu. Mas, criminalizar em hipótese alguma a manifestação, porque ela é parteira da transformação social, seja ela de policiais, seja ela de enfermeiros, seja ela de médicos. Recentemente, teve aqui, presidente Almir, no dia 4 de dezembro, a manifestação dos policiais de todo o Brasil, estiveram aqui, 16 mil, e teve em assembleia a votação. Foi incrível isso, Marcello, podemos ocupar o Plenário para fazer votar o que nós queremos aqui? Tinha uma parte que queria, mas a maioria dos policiais votou: “Não, não vamos ocupar o Plenário, não vamos invadir o Congresso, vamos confiar no governo”. Mas duas semanas antes teve uma outra plateia seleta aqui, com cerca de três mil componentes. De quem era? De prefeitos e vice-prefeitos, invadiram o Congresso e ocuparam o Congresso. Vão proibir manifestação? Então, eu acho que bola no chão, é oneroso nós assumirmos isso enquanto Conselho, mas tem que colocar, porque se nós aprovarmos aqui, aí vira carnificina. Obrigado.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – Eu vou ser breve. Eu vou me contrapor um pouco, conselheiro Willy, quando você fala que não existe manifestação legítima. Cara, nós vemos isso todo dia, aqui na Esplanada, eu daqui assisto todos os dias praticamente, aqui em Brasília, manifestações que transcorrem de uma maneira pacífica, legítima, que transmitem o seu recado, está sendo falado agora pelo conselheiro Denilson. Então, existe? Existe. Muitas e muitas manifestações legítimas e pacíficas. Nós estamos em uma discussão porque alguma coisa fugiu ao controle, nós temos acompanhado ao longo do tempo. Fechou a rodovia? Salvo ledo engano, normalmente há uma negociação prévia antes de liberar. Nós não podemos perder um pouco o foco da discussão com relação às manifestações violentas, porque se for legítima e pacífica não precisamos falar nada, está posto, é só nós aguardamos que amanhã deve ter uma aqui. Inclusive, aqui tem organização com relação a quem vai fazer manifestação, o pessoal se organiza com relação à escala, para não confrontar, para não ter mais de uma no mesmo dia, enfim. Então, quando ela perde aquela característica que todos aqui desejam, que ela pode ser contrária, inclusive àquilo que nós pensamos, mas é legítima e ela tem que acontecer, ela pode acontecer. E quando ela perde? Em que momento o poder público vai atuar? Como ele vai atuar? Aí eu tenho aqui o PL nº 300, que você falou de novo, proíbe a utilização de bala de borracha, ok, vai usar o quê? Nós também tentamos não botar de uma maneira que fique

restritivo para o servidor que vai atuar, e não permitir que ele possa fazer o trabalho dele, então, eu permito a manifestação, e quando ela foge ao controle, o servidor que tem o dever de agir não pode agir porque ele está amarrado por conta de uma legislação, talvez nem seja o nosso foco. Aquela que é legítima está posta, está certa, está ok, está ocorrendo.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Eu queria também parabenizar o nosso Willy por um item que me tocou muito, com o qual eu vivo a minha vida embasada nessa convicção. Para mim, Willy, não existe nada mais importante na existência do que uma vida, nada, nenhum patrimônio público mais significativo desse planeta, World Trade Center, o que você pensar, as Pirâmides, nada vale mais do que uma vida, mas também as manifestações com violência não têm legitimidade para tirar essa própria vida, que vale mais do que tudo. Daí a dificuldade nossa de construir possibilidades para superar isso, daí que agora exige de cada um de nós, que somos ativistas sociais pacíficos, ter realmente gabarito para pensar em alguma coisa que preserve essa vida, seja lá de quem for, esse bem maior que aqui essa tarde contemplou com a sua palavra. E eu vou agora para o meu ambiente de descanso pensando nisso, como é que posso contribuir com alguma coisa para que essa vida seja preservada, e o nosso companheiro Denilson disse que são 58 mil banalizados em nosso país. Então, já estamos... Não tem mais ninguém que vai fazer uso da palavra. Luiz Paulo com a palavra.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Primeiro, queria me solidarizar na fala de Willy. Primeiro, o que é legítimo? Quem é que vai conseguir discutir esse padrão de legitimidade das manifestações? Quem é que vive o contexto de cada manifestante, daquele que está lá na rua? É o caráter de pacificidade da manifestação que vai dizer se ela é legítima ou não? E se entrar duas ou três pessoas que tinham esse caráter de pacificidade da manifestação, ela vai deixar de ser legítima? Aí o conselheiro Marcello fala assim: “Ah, mas e se parar de usar bala de borracha, vai usar o quê?”. E tem que usar alguma coisa? E o manifestante, ele vai para a rua com arma com bala de borracha, com arma de fogo, com arma de choque, o que quer que seja, para fazer essas manifestações? Então eu acho que nós nos acostumamos a ter esse monopólio da violência na mão do Estado, e que o Estado faz esse tipo de monopólio da violência, e muitas vezes deturpado. Não estou dizendo que muitas vezes nas manifestações não existe o uso da violência, muitas vezes existem, não se sabe bem se é por parte do manifestante ou não, como o próprio conselheiro Willy falou, existem muitos profissionais até da segurança pública que tem infiltrado nas manifestações, para tornar as manifestações violentas, e justificar o uso da violência pelo próprio Estado, e isso não tira a legitimidade da manifestação não, porque nós não temos como adentrar no contexto de cada indivíduo daquele, e também não temos como saber de quem partiu a violência. E se parte também para a questão das máscaras, quem quer fazer manifestação pacífica na rua vai usar máscara? E por que não? Quantas vezes a máscara funciona justamente para se esconder da própria violência do Estado? Porque existe repressão. Quantas vezes lá em Salvador, na Bahia, nós estamos fazendo manifestação na rua, e tem gente da Polícia Civil filmando cada um de nós, com qual finalidade? Qual a finalidade? Então, nós não podemos deixar que as pessoas que vivem fora de determinados contextos digam o que é legítimo e o que não é legítimo, e pensar bem se é a pacificidade das manifestações que vão torná-las legítimas ou não legítimas, não estamos aqui fazendo apologia à violência, em hipótese alguma, muito pelo contrário, queremos salvar vidas e cada vez mais, porque no final das contas o mau uso da violência nesse Estado vem estagnando cada vez mais os jovens negros nesse país, e não é assim que nós queremos, mas nós temos sim que pensar nessa questão da legitimidade, o que é e o que não é legítimo.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Como o bem da vida é o maior, você agora colocou, apoiou o Willy, eu volto a afirmar que o maior desafio nosso não é aqui legitimar manifestações ou deslegitimar, o maior desafio é nós encontrarmos contextos que possam superar a violência que está tirando vida de pessoas. Nós sabemos que vai ser uma montanha para nós podermos descascar isso, mas, deixa-me finalizar aqui evocando uma coisa que o mundo negro nos deixou como legado, me permita isso vocês conselheiros, que o mundo negro, e a nossa educação brasileira não é capaz ainda de aprender que foi deixado, porque os grandes heróis não são muitos. Quando Mandela foi solto, depois de 27 anos preso, e ele entrou para as manifestações, tais como o Brasil vive, pela segregação e os problemas sociais, ele foi preso porque ele foi flagrado com o uso da violência, ele acreditava nisso, ele acreditava, convicto. Depois de 27 anos preso, depois de 27 anos preso, ele sai um ícone da resistência, de mudança neste planeta, não uma localização, uma comunidade, este planeta, e ele enche um estádio com um povo negro, todos exacerbados pela violência, pelo sofrimento de tudo, quando ele começa: "Nós temos que realmente ficar indignados contra o estado social, ou força social, nós temos que fazer tudo isso, agora, se o meu povo quer superar tudo isso, quem entrou neste estádio aqui com armas?" Todos. "Se nós quisermos fazer alguma mudança, deixem essas armas aqui agora", e deu o maior exemplo moral, legítimo, como ser humano, de respeito à vida: "Saiam daqui sem as armas para construir a África do Sul que nós queremos". Então, o nosso desafio, pode ter certeza, o nosso desafio, olhando esse legado, é entender todas essas problemáticas em que nós estamos inseridos, e permitir que este mundo, como Marcello falou, de construção de cultura de paz, possa ser estabelecido, há possibilidade. Quando nós estamos mergulhados em uma cultura de violência, quase não encontramos saídas, mas nós temos que sair desse quadrado para poder ver as outras possibilidades. Obrigado pela atenção que vocês me deram, e até amanhã às 9h00. Às 18 horas nós estamos encerrando.

Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Sem as máscaras aqui também.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Está bom. Um abraço, até amanhã. Amanhã nós já estaremos com as sugestões pensadas de tudo isso que nós debatemos aqui.

18/02/2014
TERÇA-FEIRA
MANHÃ

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Vamos dar início à à continuidade da pauta. A sugestão de ontem é que nós trouxéssemos já no início, algumas propostas que pudéssemos consolidar no quadro para contribuir na construção dessa resolução. Eu queria fazer uma consulta, se os conselheiros trouxeram alguma coisa e, de acordo com isso, nós poderíamos dar seguimento ao tema da Conseg. Se não foi construído, se tem construção, se há ideias já sugeridas nós colocaríamos no quadro e daríamos um retorno.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Nós vamos abrir o tema da Conseg. Com relação à ideia da resolução, tem algum conselheiro que gostaria de consolidar no quadro a sua sugestão? Ou nós postergamos isso? Consulta à plenária, pelo silêncio, parece que não teve. Então, nós damos sequência, pedimos um esforço dos nossos conselheiros para que possamos também continuar pensando no tema da resolução. E eu pediria ao nosso secretário-

executivo, Alex, que vai dirigir essa parte da reunião, com relação à Conseg+5, ele tem algumas ideias para nós debatermos aqui. Por favor, Alex.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Bom. Então, dando início às discussões do evento Conseg+5, ou Diálogos Regionais, têm os dois nomes aí colocados, nós temos que definir aqui nessa reunião, digo, entre hoje e amanhã sair daqui com tudo acertado: metodologias, prazos, datas, tudo enfim. Estamos também com o prazo meio em cima. Nós temos vários pontos aqui que precisamos acertar, ainda dos Diálogos Regionais. Acho que antes de entrar nos pontos propriamente ditos de critério, metodologia, cabe aqui cada conselheiro responsável pelo seu estado, falar como está, se conseguiu dar os informes dos andamentos, de como anda a logística local para os 5 encontros regionalizados. Então eu pediria já no início que as pessoas, os responsáveis falassem como está a situação em cada lugar.

O Sr. Alberto Aleixo de Souza (Redes de Desenvolvimento da Maré) – Nós ficamos responsáveis pela organização do fórum na região Sudeste. O Pedro Bicalho que era o conselheiro, acho que ele não é mais, o Pedro Bicalho ficou de ver a questão do auditório para nós na Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. A princípio nós indicamos o mês de abril como o mais interessante, e a partir disso a secretária dele fez uma busca, e conseguiu reservar a data do dia 23, e nós sugerimos que ela fechasse o dia 24 também para ficar 23 e 24. Então temos confirmado o dia 23, ainda aguardando confirmar o dia 24 para fechar as duas datas. Mas a ideia é que seja no auditório da UFRJ, na Praia Vermelha, que era a ideia inicial que nós havíamos apresentado.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – OK. Vamos ver outros conselheiros.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Rio de Janeiro.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Bom-dia, pessoal. Nós ficamos responsáveis pela região Centro-Oeste para organizar uma data e um local para esse fórum. Nós conseguimos o auditório da Fundação Tiradentes em Goiânia, e inclusive eu tive que fazer um ofício, como conselheiro, Alex, para poder vincular a oficialidade do local, e a data ficou dia 1º e 2 de abril. É um local bem centralizado em Goiânia, região central. Fizemos uma parceria, também, com um hotel bem próximo do local, onde a FENAPPI geralmente faz eventos com preços bem acessíveis, eu encaminhei aos conselheiros. E assim, o espaço da Fundação Tiradentes é muito interessante, porque envolve também outros órgãos. Nós já temos a PM participando e podemos ampliar com a Guarda Municipal e todos os órgãos de segurança pública. E aí eu aguardo só os encaminhamentos aqui de outros procedimentos, para concluir o trabalho em relação à região Centro-Oeste.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Bom-dia. Então eu fiquei responsável por fazer os diálogos do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre região Sul. Conversei com o professor José Vicente Tavares dos Santos, coordenador do Núcleo de Violência e Cidadania na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E temos um aparente conflito aqui com Rio de Janeiro, porque a proposta foi no dia 24 e 25, que é uma quinta e sexta-feira de abril. Ele propôs o Campus do Vale, mas Campus do Vale fica em torno de 30 minutos do centro, eu propus que fosse num auditório mais central. E a ideia é que seja então no auditório da Faculdade de Educação da UFRGS nesses dias. Também conversei com o secretário Airton Michels, que é o nosso secretário estadual da segurança pública, justamente tentando sensibilizar

para a necessidade de um apoio da secretaria estadual. E ele trouxe uma questão, obviamente que é uma questão que nos preocupa, que é como vai se dar esse apoio da Senasp, porque há uma dificuldade, tanto na universidade federal, quanto na secretaria estadual em prover a estrutura, o apoio metodológico etc. etc. Me parece que isso é central para que nós possamos corroborar, pelo menos foi essa a pactuação que fizemos, para que nós possamos corroborar a realização da atividade lá, uma grande preocupação em relação ao impacto desse evento no contexto em que ele se insere na conjuntura 2014. Havíamos discutido até a possibilidade de fazer na Assembleia, mas justamente por conta disso, a ideia foi trazer para a universidade, para tornar o tema mais técnico e menos politizado no sentido das disputas partidárias, em relação a essa conjuntura. Então eu deixo a data como referência, nós vamos ter que discutir, e faço um pedido para que nós aprofundemos exatamente em que termos vai ser esse apoio da Senasp.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Tem o Norte e o Nordeste.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Willy.

O Sr. Alberto Aleixo de Souza (Redes de Desenvolvimento da Maré) – Eu falei de forma sintética, mas inicialmente a data que nós havíamos sugerido era 9 e 10 de abril. Por sugestão do Alex nós mudamos para o dia 23 e 24, por conta de conflito com Fortaleza se não me engano, é isso?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – O Pedro Queiroz não chegou, não sei que hora é a passagem dele.

O Sr. Alberto Aleixo de Souza (Redes de Desenvolvimento da Maré) – Então só para ficar registrado que nós já havíamos, já tínhamos indicado outra data e...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está, nós vamos acertar esse conflito aí, vamos ver..

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Tem que ver Porto Alegre, é?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, Fortaleza.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Porto Alegre também está coincidindo.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Porto Alegre também está no dia 24. Willy.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Bom-dia a todos e todas. A nossa região Norte ficou no Pará, teve uma conversa logo depois da última reunião, para ser realizada em Belém, e depois dessa conversa, como eu moro no Amapá, e será em Belém, nós nos mantivemos em contato por e-mail, mas ficou difícil depois de resolver os e-mails e responder. Então na última reunião da mesa diretora nós telefonamos e falamos com...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Cel. Nonato.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Cel. Nonato, ele na verdade já tinha recebido o encaminhamento da própria secretaria, porque o primeiro contato que tive na secretaria, não sei se por conta de ser movimento social, assim como é, mais militar e tal, e somente na conversa não rolou, teve que vir um ofício do próprio Conasp para a secretaria, como se não fosse confiável a minha relação de manter a conversa com a própria secretaria, certo? Depois desse ofício foi repassado para o Cel. Nonato, e o ele respondeu essa semana marcando 14 e 15 de abril?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) –14 e 15 de abril, e mandou também alguns questionamentos que o Alex já respondeu, não respondeu?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, ainda não porque parte desses questionamentos nós precisamos definir na reunião de hoje.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Dependendo de hoje, também nós poderemos fazer os outros encaminhamentos.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Bom. O P. Queiróz não está aqui, mas ele tinha me dito por telefone que estava tentando também as datas 9 e 10 de abril, então nós teríamos fechado só Goiânia 1 e 2, e Belém 14 e 15, ficando as outras datas com algum conflito que nós teríamos que administrar de alguma forma. Está tentando contato com Pedro? Bom, então eu acho que talvez o que nós poderíamos ter de encaminhamento aqui seria, vamos dizer que as pessoas das 3 cidades tentassem conversar, ligassem nos estados e vissem se teria uma outra data, uma das 3 eu acho que precisaria mudar. Acho que conseguiram um contato ali com o Pedro.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Se ele não conseguir nós informamos outra pessoa, porque tem tudo lá. Tem 3 universidades, 2 auditórios, 5 pousadas a disposição com preço baratinho.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Ela teria emitido hoje, porque se...

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Final de abril, não, era 26 de abril a data limite para as plenárias regionais.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Ah sim, a de maio é aqui em Brasília, inclusive aqui no Salão Negro.

(Falas simultâneas fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Acho que Duda talvez tenha notícias aí. Então eu acho que nós podemos esperar o P> Queiróz chegar e retomar esse assunto das datas. Vamos passar adiante outros tópicos. O outro trabalho que a secretaria executiva fez agora no mês de janeiro foi preparar a contratação dos consultores, que vão ajudar no trabalho geral do Conasp, mas principalmente, na organização do evento. Então eu queria mostrar para vocês,

contratando, lançando o edital agora, deve sair essa semana ou semana que vem, os editais para contratar os 2 consultores. Houve algumas alterações da proposta inicial aprovada no Conasp ano passado, mas porque, por requisitos do PNUD, que pode isso e não pode aquilo, tem que ter um produto específico entre outros requisitos, e nós tivemos que adaptar. Então esse é um dos termos de referência para contratação de consultoria especializada para sistematização das análises, de análises dos históricos de debates, produção normativa, manifestações em ações relacionadas, não, realizadas pelo Conasp e a produção de um livro institucional do Conasp. Aí tem o histórico, antecedentes relatando o Conasp. As atividades do consultor serão monitorar a eficácia e efetividade das produções normativas, manifestações e ações realizadas pelo Conasp, assim como deliberações da Conseg, acompanhamento de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conasp em Brasília e descentralizadas, bem como as etapas regionais e nacional do evento de Diálogos Regionais, a ser realizado nos 5 encontros descentralizados, coligir e sistematizar contribuições advindas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, no que concerne aos projetos do Poder Legislativo na área de segurança, justiça e dos direitos humanos, entre outras interfaces com a Enasp e o Cinesp. Aí se tem os produtos, os relatórios sistematizados que serão feitos após os Diálogos Regionais. E no final do ano apresentaríamos um livro institucional do Conasp, relatando tudo o que já houve, apresentando um histórico do Conasp, incluindo esses Diálogos. As exigências são graduação na área de direitos humanos, comunicação social e experiência de 2 anos. Outro critério que, também, foi discutido internamente, pontuação extra para titulação. Aí se tem o prazo e o valor da contratação tele CCI: o valor dos produtos R$42.000 ao longo do ano. E tem o segundo tópico, Espera só um instante. Uma pessoa.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Uma pessoa vai acompanhar as 5 plenárias regionais. Não, não, a ideia desse consultor é fazer um livro, um histórico do Conasp, não é organizar, ele vai coletar informações e vai acompanhar também, ajudar nas plenárias regionais. Pode falar ao microfone.

O Sr. Roberto Soares Louzada (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) - Na última conferência nós tivemos um por região, na nossa região, por exemplo, do Sul, nós tínhamos o Wagner Moura, graduado, uma pessoa muito experiente nessas questões. Se nós tivéssemos um consultor para dar o suporte de organização e tudo, seria interessante.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então esclarecendo, duas coisas que nós precisamos deixar claras, primeiro esse evento Diálogos Regionais não é uma conferência, a pessoa às vezes pensa em uma conferência reduzida, não, nós temos que pensar: é diferente, a dinâmica é outra, a conferência é mil vezes mais complexa do que esse evento. E o consultor, assim, isso teve muito alerta, muita notificação do PNUD com o pessoal, contratar consultor e ter desvio de finalidade, o consultor vai entregar um produto específico. Ele não vai ajudar, por exemplo, na logística, não vai ajudar na organização do evento, ele vai produzir um livro, ele vai participar do evento conosco, mas o evento será menor, não terá tanta gente, não vai requerer um consultor específico. O objetivo desse consultor, o primeiro consultor desse termo de referência, é fazer um livro, ele vai lá só coletar informação, vai aos eventos ajudar nesse catálogo, nessa sistematização de informações, nesse sentido ele vai ajudar. Vai ter que ter logística local para ajudar na organização, tudo isso, essa é outra coisa. Pazinato queria falar alguma coisa? Está. Então passo ao segundo. Contratação de outro consultor, agora o segundo termo de referência. Contratação de consultoria especializada para a construção de metodologias participativas de

atuação e interlocução do Conasp com a sociedade civil e com instituições de estado. Na verdade nossa intenção seria que esse edital já tivesse saído, que esse consultor já estivesse aqui hoje, mas não foi possível. O antecedente histórico é mais ou menos a mesma coisa. Aí a descrição de atividades: construir metodologias participativas de atuação e interlocução do Conasp com a sociedade civil e com instituições de estado, especialmente para o evento Diálogos Regionais, a ser realizado por meio de 5 encontros descentralizados, sendo um em cada região e mais a etapa nacional. Acompanhamento de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conasp em Brasília e descentralizadas, bem como as etapas regionais e nacional do evento Diálogos Regionais, contribuir para preparação da 2ª Conseg em conjunto com a comissão organizadora a ser definida após a etapa nacional dos Diálogos Regionais, elaborando a proposta de metodologias da 2ª Conseg em consonância com as orientações dessa comissão, e produção de relatório final das atividades. Aí temos os produtos. A ideia seria propor a metodologia, mas como nós vamos ter que tirar a metodologia aqui hoje, o que ele vai fazer é acompanhar a execução dessas metodologias. Deverá fazer, também, um documento de avaliação, tanto das etapas regionais quanto da nacional, e depois no final, o relatório final, que, também, no final do ano, será um documento técnico com proposta de metodologia participativa para a 2ª Conseg. Então, na verdade, a construção será a metodologia da 2ª Conseg. Tem também o critério de seleção, basicamente graduação na área de ciências ou humanas, experiência de 2 anos e a pontuação de títulos, e também uma questão de valores, o mesmo valor R$42.000, só que são 4 produtos e ele receberá as parcelas conforme for entregando o produto ao longo do ano. Certo? Então nós estamos dependendo de uma reunião com o PNUD para fechar esses últimos acertos, e divulgar os editais. Alguém tem mais alguma colocação? Pazinato.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Primeiro eu acho que já é um avanço importante, de reconhecimento do esforço da Secretaria Executiva, até porque foi um período de férias não é, em que a dinâmica das tramitações, imagino que tenha sido um desafio ainda mais complexo do que no dia-a-dia. Mas fica uma dúvida em relação a esse trabalho menos construtivo e mais operacional, que é o trabalho logístico de organização do campo mesmo, digamos que nós reservemos o auditório da UFRGS, o auditório da UFRGS vai ter cadeiras, nós conseguimos água, local, vai ter algum Datashow, mas todo o processo de receptivo, de articulação naqueles 3 estados, de quais vão ser as representações, de acolhimento, de processamento das demandas, por exemplo, esse trabalho que as gurias estão fazendo aqui de nos assessorar com microfone, de que a colega faz digamos, na sistematização, essa parte como é que vocês estão pensando em trabalhar com questão operacional?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso não é por consultoria, a empresa que tem o contrato, ela faz evento descentralizado, inclusive nós já pedimos para os eventos, eu tive que pedir com 60 dias de antecedência. Então nós pusemos umas datas prováveis. Eu acho que um único que já tinha chegado era Goiânia, que entrou com a data certa, as outras todas vão ter que fazer um ofício mudando a data, mas o ofício já foi expedido solicitando o evento nas 5 cidades.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Perfeito, nós vamos ter os 2 consultores, mais o apoio da empresa do MJ que vai realizar.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Essa empresa que faz a reunião aqui vai fazer a reunião lá.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Perfeito, perfeito.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Mais alguma coisa?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – E a comunicação, vocês pensam em usar, por exemplo, a agência do MJ para fazer alguma campanha, alguma divulgação?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – A comunicação foi uma das coisas que deu problema na contratação das consultorias, você não pode contratar para um trabalho permanente, você tem que ter sempre um produto específico, então o que nós conseguimos foi o livro, fazer o livro institucional do Conasp. Agora a comunicação mais imediata teria que ser via Assessoria de Comunicação aqui do Gabinete do Ministro.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Digo assim, a Ascon, se tiver que fazer alguma peça para divulgar essa atividade nessas regiões, por exemplo, a empresa ou agência de comunicação contratada, não sei se tem uma ou duas, faria alguma peça divulgando até a identidade visual do evento?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É, teria que ver com Ascon que não sei isso aí, identidade visual é o marketing do evento não é? O que nós fizemos foi só pensar em um texto mais, um texto base, assim de duas páginas, mas realmente tudo teria que ver com Ascon, como faria isso aí, porque eu não sei se também seria possível a contratação de consultoria.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Vamos consultar depois a Ascon como é feito isso aí. Mais alguma colocação? Willy. As datas? Tem dia 1 e 2 de abril para Goiânia, dia 14 e 15 Belém. Aí dias 9 e 10 há uma sobreposição de Fortaleza e Rio de Janeiro.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, Rio de Janeiro não.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, tudo abril, tudo abril, 14 e 15 em Belém. 9 e 10 então ficaria, talvez, Fortaleza. Vamos esperar o Queiróz chegar. Nos dias 24 e 25 está uma coincidência de datas, que nós temos que ver como soluciona isso, entre Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul. Bom, com relação à metodologia, um ponto mais complicado talvez seja definir quem participa, o quantitativo, tudo isso. Tem algumas propostas colocadas na mesa de como nós vamos fazer para selecionar. Como não é uma Conseg, não existe aquela primeira plenária local municipal para eleger os representantes, então nós temos que estabelecer outro critério, tem que ser, não tem jeito, um critério vertical para definir quem são os representantes nas plenárias regionais. Nós temos 3 categorias de conselheiros, e provavelmente vamos ter também 3 categorias de representantes de membros nessas plenárias regionais, de governo, trabalhadores e sociedade civil. No caso de governo talvez seja mais fácil, nós mandamos um ofício para o secretário de segurança, e o secretário indica as pessoas que vão participar. No caso de trabalhadores e a sociedade civil é mais complicado, a ideia foi que, por exemplo, o Conasp,

os conselheiros trabalhadores e sociedade civil se reunissem e indicassem em cada estado os representantes de trabalhadores, e da sociedade civil que vão participar. Nós estamos trabalhando com o quantitativo de 6 pessoas por estado, sendo 2 de cada categoria, 2 governo, 2 trabalhadores, 2 da sociedade civil. Então, por exemplo, a sociedade civil, os conselheiros da sociedade civil indicariam esses 2 claro, e nós tentaríamos resolver no diálogo, com a chancela da Presidência do Conasp, no caso, por exemplo, de haver estados com mais de duas indicações. Nesse caso, acho que caberia à presidência do Conasp arbitrar, de forma que fique mais representativa possível essa plenária no Conasp. Nós teríamos também um representante dos conselhos estaduais nos estados onde eles existem, como forma de prestigiar o conselho estadual. Onde o conselho estadual existe você pode até consulta-lo para fazer essa indicação, o problema é que nem todos os estados têm, alguns estados têm no papel, mas eles não se reúnem, então fica até meio inócuo consultar o conselho. Então você tem uma dinâmica diferente em cada estado. A forma de harmonizar tudo isso seria via pleno do Conasp, e a mesma coisa para os trabalhadores que tentariam colocar de forma representativa, é claro que não dá para representar em cada estado todas as categorias, então a categoria talvez tivesse um representante em um estado, e a outra categoria mandasse o representante pelo outro estado, seria uma forma de equacionar e de harmonizar isso. Essa é uma proposta colocada na mesa para esse tipo de indicação. Outra proposta, que desde o começo foi rechaçada, pois é complicada também, seria pedir para o secretário estadual indicar todos os conselheiros, mas o secretário estadual indicar trabalhadores da sociedade civil é uma coisa realmente complicada. Então, eu colocaria para a plenária a apreciação da primeira proposta: os conselheiros de cada segmento do Conasp buscassem indicar essas pessoas de cada estado que representariam nas plenárias regionais.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Deixa-me fazer uma sugestão, até para nós depois organizarmos o produto desse debate. Se tivéssemos condições de recuperar aquele documento da última reunião em que nós definimos qual é o nome do evento, qual é o objetivo, quais são os dias. Porque assim, essas 6 pessoas são as pessoas que vão ser financiadas pela Senasp para participar dos 5 diálogos regionais, mas nós vamos ter por estado, a ideia eram 200 a 300 pessoas participando de cada Dialogo Regional.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, tudo isso?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Não?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, menos, menos.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Recupera para nós, por favor.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Você tem aí, Willy?

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Essa matéria todinha ficou na seguinte situação: ficaram na discussão se seriam 6, ou se seriam 9 por estado, ficaram nesse meio termo de número. Então sairiam, por região, 30 pessoas, ou seja, seriam 10 de cada segmento, sairiam para a nacional, aí a nacional seria composta por um total de 200? De 30 de cada região? 150, com mais os 60 conselheiros dariam 210. O restante, para nós completarmos os 250 seriam convidados, e alguma coisa que colocaram lá, eu sei que na plenária nacional dariam 250 no total, era essa a somatória que nós fizemos. Porém, nós temos

que voltar novamente, porque tem alguns equívocos, da nossa parte mesmo também, de não calcular, por exemplo, na região Sul são 3 estados, como sairiam 9 de cada estado? Na plenária final dariam 27 e não os 30 para chegar à nacional, ainda ficariam faltando, certo? Nós temos que repensar essa metodologia para algumas regiões, e tem regiões que são numerosas como o Nordeste, por exemplo, entendeu? Como se daria essa relação no Nordeste? Era isso ou tem mais alguma coisa que você queria?

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não. Vamos ver, deixe- me tentar.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho que era importante colocar na tela esse documento para nós usarmos como referência, até para que no final, quando formos compartilhar com as nossas entidades, nós termos uma síntese exata do que nós pactuamos.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Vou perguntar para a assessoria aqui. Cíntia, você tem esse documento com os parâmetros da realização da Conseg, que nós fizemos na última reunião? Eu tenho isso no computador só que eu tenho que ir lá buscar. Esse aqui não, é esse Pazinato? Acho que esse documento já está aí. Tem o responsável, seria o coordenador atual coordenador que estar... No microfone gente, por favor. Aqui olha.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Uma dúvida, a pergunta é a seguinte: vai ter um coordenador regional, é nominal essa pessoa, ou é uma autoridade? Segundo, porque a ideia é o seguinte, por exemplo, a mesma entidade federal nós vamos informar que haverá em cada região e tal. Se a pessoa quiser participar como será, quem ela procura? Como ela faz localmente? Essa é a dúvida, porque senão vai dizer eu não sabia, não sei quem procurar, não é? Entendeu, Alex?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Entendi.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) – Sim, mas essa parte vai ter que definir aqui também, não é? Tem que definir quem vai ser o coordenador, acredito que, por exemplo, em Goiás, quem tem que coordenar é o Maciel que é quem está a frente, e no Nordeste é Pedro Queiroz. Tem que ter as normas para que ele possa seguir, eu também acredito que a proposta de nós conselheiros indicarmos quem são, não tem sentido.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Eu tenho uma ideia que nós poderíamos talvez pensar, se nós abríssemos no Conasp a inscrição, no Conasp por região, para a sociedade civil e os trabalhadores, os que se inscrevessem lá, a quantidade que desse, seria a plenária para eleger, nós ficaríamos isentos disso. Os gestores seriam indicados e participariam dessa plenária lá. Quem elegeria seria a assembleia lá, porque nós ficaríamos democráticos, nós não ficaríamos com o compromisso de escolher quem.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu concordo inteiramente com isso, eu acho que nós temos que trabalhar na lógica do edital porque cada um de nós representa um segmento, e tem disputas institucionais da área. Imaginem nós outorgarmos praticamente a possibilidade desse ou daquele ali escolher, outorgar, eu acho que não é por aí. Mas eu tenho uma preocupação objetiva aqui em relação ao quantitativo por região, por

exemplo, as questões que ele falou, eu acho que são fundamentais, nós vamos ter que equacionar a representação na região Sul, nós temos 6 pessoas, duas de cada segmento e 3 estados.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – São 18.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – 6 por estado.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, isso é só um parâmetro.

(Falas simultâneas fora do microfone)

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – 6 ou 9 por estado, não é por região não.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Sim, como é que nós equacionamos as peculiaridades regionais? E a questão do coordenador regional, eu acho que nós temos um papel de articulador. As informações organizativas etc. nós temos que centralizar na Secretaria Executiva do Conasp.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Almir, eu vou, na verdad,e a preocupação com relação ao próprio segmento, fora os trabalhadores e fora o movimento social, outro segmento é institucional, não é?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Gestores.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Gestores. Agora nós vamos concordar que é um papel de suma importância, Mas nós temos que colocar regra também na indicação própria para os gestores, porque não adianta só o gestor que está de passagem pela secretaria por nomeação. Para mim a história do gestor, para vir para a Conseg, está para construir, teria que ser funcionário também, que nós possamos definir que 50%? Não sei 60%?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Mas como é que nós vamos interferir numa categoria?

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Não é que interfere, o governo está passando, foi nomeação, tem um monte de cargo nomeado na secretaria de segurança, ou qualquer outra secretaria que o governo queira fazer indicação, certo? Aí tem eleição logo ali, essas pessoas daqui a pouco não vão estar nessa construção que nós estamos fazendo. Na verdade também não é só pontuar por pontuar, acredito que nós estamos querendo construir algo nesse processo, e construir algo nesse processo, não é com uma pessoa que vai estar ali e daqui a pouco não vai estar mais, o que adianta nós estarmos fazendo, estarmos querendo construir com os 3 segmentos e tal, se nós sabemos que aquele pontapé dado ali não vai seguir se nós não fixarmos essa regra, que pelo menos 50% tem que ser funcionário, porque eu sei que vai incorporar ali dentro da própria secretaria de onde ele vem. Acredito nessa noção, e a outra...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Ser do quadro efetivo.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Exato, quadro efetivo. Então, e a outra seria que nós possamos não nomear pessoas, mas eu acredito na nomeação de entidades porque, por exemplo, eu conheço, em várias regiões do Norte, quem trabalha com segurança pública, mas o pessoal certo não sei indicar, se é fulano de tal, não sei, mas eu sei de outras entidades que trabalham especificamente com essas relações lá. Eu acho que a indicação por entidade seria melhor, que a entidade, ao receber a notificação, indica o nome da pessoa para participar dos fóruns regionais.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Alberto, não é? Já concluiu Willy? Concluiu? O conselheiro Pedro Queiroz.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - Anaspra) – Bom-dia a todos. Sr. Presidente, eu tomei a liberdade, eu cheguei já no meio da conversa, mas incumbido de dar os primeiros passos da organização, em Fortaleza, do encontro da região Nordeste, eu tive uma ideia e estou tentando botar em prática. Eu estou tentando colher o banco de dados dos organizadores da Conseg no Ceará em 2009, que teve a coordenação do major Plauto, e tentando montar uma coordenação colegiada: sociedade civil, gestores e trabalhadores, para ver se nós conseguimos avançar. Claro que a ideia do Willy é uma ideia extremamente brilhante, porque as pessoas passam, as instituições ficam. Então é importante, sim, que tivesse dentro desse conjunto de organizadores colegiados, instituições, porque, por exemplo, eu amanhã posso, embora o meu nome esteja como responsável para organizar o encontro do Nordeste, mas de repente digamos que haja um fato inusitado e eu não seja mais uma pessoa que possa estar ligado ao Conasp, Anaspra, Aspramece, mas a entidade estaria comprometida, Anaspra, enfim a ideia é essa. Então eu estive lá, tentei reunir já no primeiro momento e não obtive êxito, acho que faltam as pessoas acreditarem no que está acontecendo. Convidei universidades, igrejas, gestores e infelizmente a reunião foi um fracasso, apareceram lá 2 gatos pingados, e aí não houve quórum para nós deliberarmos. Então os que forem irão se mobilizar juntamente comigo, irão resgatar essas pessoas que em 2009, por meio das instituições, fizeram a Conseg no Ceará, para ver se nós conseguimos fazer uma organização colegiada. Essa é minha contribuição, Presidente.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Ok. Assim, só uma coisa mais pragmática que nós discutimos aqui antes de você chegar, como é a questão de data, auditório, essa parte da logística?

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Pois é, infelizmente, como eu não tenho força política no Ceará, eu encaminhei um pedido, estive em vários locais, fui à FIEC, fui ao Sesc, fui ao Senai, universidades públicas e privadas, buscando um espaço que fosse satisfatório para atender ao encontro, e o que eu achei mais interessante foi o da Assembleia lá, a Assembleia Legislativa. Encaminhei um pedido formal ao presidente da Casa, mas devido aos recessos que ocorreram até agora, dia 3 de fevereiro, não foi possível nós despacharmos com ele, não assim, de chegar aqui hoje com algo mais concreto. Eu fui ontem à Assembleia, mas o presidente estava num evento com o governador, e quem me atendeu foi o chefe de gabinete que não tem autonomia para de pronto liberar ou despachar o pedido formal, mas pediu inclusive, que o ministério reforçasse o pedido, porque já fui dizendo para ele que, se necessário fosse, o ministério havia se comprometido a também requerer o espaço. Então o pedido está formalizado, o chefe de gabinete e todo o gabinete sabem da importância do evento, mas o presidente em si, a pessoa do

presidente, ainda não foi comunicado. Então o encaminhamento é esse, o que nós avançamos até agora, eles estão aguardando um pedido de Brasília, digamos assim.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Eu estou querendo ser esclarecido. Vou passar a palavra ao conselheiro Marlon e depois eu peço o esclarecimento. Pode falar Marlon.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Na verdade, eu acho extremamente importante que as entidades participem, saibam disso, que nós definamos aqui, eu espero que vá acontecer isso, as datas que estão dependendo ali, quem é o responsável, e lá, as entidades locais, por exemplo, da minha federação, eu vou informar quem procura? Qual é o contato? Como é que faz? Tem e-mail? É por telefone? Acho que é importante, é um detalhe que vai ocasionar o sucesso ou fracasso da reunião local, até porque tem estados que vão para outros estados, então tem que se organizarem também. Tem que saber quem vai mandar, como é que vai funcionar, porque senão ficaria uma coisa vazia e vai ficar só o estado que vai organizar e os outros não vão participar como deveriam, porque como o Pedro Queiróz falou, marcou uma reunião e foram duas pessoas, se não tiver uma mobilização vai por terra, está fadado ao fracasso, ou pessoas participarem que não são os verdadeiros interessados na causa.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Eu queria um esclarecimento. Se nós tínhamos um prazo para as regiões.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Hoje?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Hoje, e se haveria a possibilidade de um dia sim, dado a impossibilidade de tempo, essas coisas mudarem de lugar, pensaram nisso também? Porque eu não participei da reunião anterior.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Eu estou com o auditório da FIEC lá, a Casa da Indústria como chama lá no Ceará, que é FIEC, em segundo plano, se a assembleia não conceder nós conseguimos em tempo hábil esse local, que não tem a estrutura que nós pretendíamos dar aos participantes, mas é uma estrutura.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Deixe-me esclarecer então, Sr. Almir, você não estava na última reunião. Foi votada a cidade, cada região, até em umas regiões houve disputa, foi no voto, e o que foi deliberado é que as pessoas responsáveis, os coordenadores de cada cidade, tinham que trazer tudo pronto hoje, com data, tudo definido, e só caso houvesse coincidência nós tentaríamos, aliás, nós tentaríamos antes da reunião de hoje, se houvesse coincidência de data, nós tentaríamos arranjar. E caso não fosse possível, nós passaríamos para a segunda cidade mais votada de cada região, essa foi à deliberação que nós tivemos. Aonde a coisa está certa mesmo, por enquanto, só Goiânia e Belém. Em Belém aconteceu isso, houve uma necessidade da Senasp enviar ofício, foi enviado um ofício, foi enviado e-mail explicando os detalhes do evento, e são as duas cidades onde a coisa está mais resolvida. Mas tem algumas pessoas pedindo a palavra. Denílson, Willy.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Bom-dia a todos e todos. Eu só gostaria de contribuir com uma reflexão, segurança pública não é a quebra de paradigmas que teve, de que

não é assunto de governo e de polícia, mas sim envolver toda a sociedade, em 2009. Com essa quebra de paradigmas todos nós nos sentimos interessados, envolvidos, mas para a organização desse evento, se não houver envolvimento sob a ótica da oficialidade, ele não vai acontecer. Não só oficialidade, volto aqui mais uma vez a dizer, exigir e cobrar. O protagonismo da Senasp, o protagonismo do Ministério da Justiça em oficiar os governos, porque quem conduz a política de segurança pública nos estados são os gestores, nós não precisamos ficar dourando a pílula, eu dou exemplo por mim, se eu for procurar o governador Anastasia, o secretário Rômulo, para falar sobre a realização de evento como esse, ele primeiramente vai me questionar sobre a legitimidade para envolver, para convocar, porque eu sou sindicalista, eu faço o contraponto dele. Mas vamos ver como conselheiro, assim como no estado do Pedro Queiróz, a família Gomes não vai vê-lo como membro do Ministério da Justiça, alguém que tem a condição de convocá-lo, de envolvê-lo, destinar dotação orçamentária para contratar assessoria para alocar recinto, estabelecimento. Eu gostaria de chamar os amigos, os companheiros, os conselheiros a essa reflexão, sob a conjuntura, sob a dicotomia, que é o trabalho que nós fazemos com aquilo que nós queremos nos nossos estados. Então, clamo aqui para que a Senasp, para que o Ministério da Justiça assuma essa função de convocar os gestores locais, porque ai sim, ou que façam publicação no Diário Oficial da União, na data de tal e tal vai acontecer, estarão abertas as inscrições para participarem dos fóruns regionais, algo que dê essa oficialidade, porque senão nós vamos ficar batendo em ferro frio. E outra coisa, não esquecermos que a segurança pública é o tema do debate eleitoral de 2014, ninguém vai querer soltar essa bola, Alex, para a oposição, ninguém vai querer melindrar a discussão do debate político com um tema dessa envergadura. Por isso que eu até conclamo os companheiros a refletir também, vocês acham que são só 200 pessoas que vão participar? Dependendo da forma que o estado, que aquele ente regional quiser dar a dimensão para esse tema ou o que a sociedade quiser, por exemplo, no meu estado se acontecer, se fosse no meu estado, eu estaria espalhando faixas na Savassi, que é o bairro chique, bairro de bacana: “Anastasia até quando os nossos filhos terão que morrer? Serem assassinados?”. Então vai dar, se fizer nesse bairro, soltar o anúncio, não tem 200 pessoas para qualquer meio do ginásio, porque é o tema do debate. Então essa oficialidade é necessária, e quem vai ainda conduzir esse debate ou pelo menos pauta-lo é o órgão governamental, quem pode fazer é lógico, quem vai dar efervescência somos nós, mas quem vai convocar é a oficialidade, então é isso que eu pediria até para poupar os nossos companheiros desse desgaste, desse desgaste que vai ter, e outra, nós corrermos o risco de fracassar uma proposta que é federal, que somos nós.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Um aparte, só um aparte para você ficar com o microfone. O Conasp, o papel do Conasp nessa construção, desde a 1ª conferência, quando ele era ainda um Conselho de Gabinete, e que foi proposto surgir como eletivo e tal provisório e tal. É que o Conasp ele assume esse papel de elo articulador, intermediador entre essas forças, para que nós possamos dar essa contribuição dessa cidadania, sem puxar para um lado nem para outro, esse seria o papel do Conasp, por essa diversidade, e está nos objetivos do Conasp, e ser, inclusive, coordenador da conferência. A coordenação, aquela coordenação nacional que existia, comissão nacional, ela foi substituída naturalmente, pelo processo, pelo Conasp.

O Sr. Denílson Aparecido Marins (Cobrapol) – Então não tem um decreto, inclusive regulamentador.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Sim. Então somos nós que temos que fazer isso. Agora localmente uma pessoa, vamos dizer, se o Pedro Queiroz que é da

classe de trabalhadores, vai enfrentar essa realidade que você está falando, nós temos que construir aqui o que é o melhor e o que pode ser oferecido de apoio ou alguma coisa, mas a realidade é essa, nós somos os coordenadores.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Nós demos um salto de qualidade, mas existe uma distância do real e do ideal, o ideal é que nós tenhamos essa coordenação, mas o real é que nós não podemos liberar, não podemos ordenar despesas, nós não temos a canetada da dotação orçamentária, nós não temos aqui a capacidade da condução administrativa, não temos, essa é a realidade. Então, se nós queremos realizar o seminário da Conseg vai ter que ser igualzinho a 1ª Conseg. Quem vai tomar a frente, quem vai ser o carro chefe puxador para que nós possamos fazer esse debate tem que ser o ente público, o organizador tem que ser o ente público, o Ministério da Justiça ou Senasp, senão não vai dar certo. É minha posição.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então Denílson, a questão do ofício, que é expedir, se possível ainda essa semana, a questão é fechar esse índice que esperava hoje e poder fechar data, fechar tudo para expedir o ofício já com data e local, com o coordenador, tudo definido. É claro que a Senasp vai puxar o protagonismo. O que aconteceu até agora, por exemplo, quem precisou de ofício, no caso do Willy que precisou, nós mandamos ofício quando precisou. Lembro que a Regina falou na última reunião, qualquer apoio da Senasp que for necessário para oficializar isso nos estados, seria dado, quando foi solicitado foi dado esse apoio. Agora, é claro que não adianta você mandar assim, antes de hoje, um ofício para que os governos estaduais se mobilizem, pois nós não sabemos quando vai ser e onde vai ser o evento, aí fica uma coisa muito vaga. Então a ideia era fechar isso hoje, para mandar o quanto antes esses ofícios. Por questão e a admissão do evento, a ideia que está sendo formatada é que se tenham as pessoas que serão convidadas, que terão viagens custeadas pela Senasp, que terão direito a voto, mas o evento vai ser aberto realmente, vai ser aberto para qualquer interessado, e aí por mais que possa haver um controle na entrada do recinto, de identificação das pessoas, tudo isso realmente pode dar além, digamos, que 100 pessoas, indo com direito a votos podem vir mais 50, como podem vir mais 400, aí vai depender de cada estado realmente, de como está a situação em cada um. Quem mais pediu a palavra?

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Me preocupo um pouco conselheiros, é que ficou decidido que hoje nós teríamos essas confirmações, e o que nós percebemos é que até agora só Goiás e o Rio de Janeiro fizeram essa confirmação oficial. Preocupa-me pelo tempo, então eu acho que nós temos que ter certeza aqui, no Nordeste, vai ser no Ceará? Vai ser em Fortaleza? Independente de qualquer coisa. No Norte vai ser lá em Belém? Porque senão nós corremos o risco de na próxima, chegar a próxima reunião de em...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, não tem mais, a próxima reunião já seria *(incompreensível).*

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Então, ainda mais pelo que nós sentimos aqui, por exemplo, não tem nada fechado em Fortaleza, não tem nada certo em Belém.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Belém está certo.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) –

Certo?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – O e-mail do coronel responsável ali.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Já confirmando?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Belém e Goiás são cidades onde...

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Rio de Janeiro não?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Rio de Janeiro não.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Então é Belém e Goiás, então...

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Teve um choque de datas.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Então, mas essas decisões nós temos que tomar aqui hoje, porque não tem mais tempo.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Então me preocupo, o Pedro Queiroz disse se a Assembleia não conseguir, eu não tenho condições de tomar essa decisão de conseguir lá, então isso preocupa, porque o tempo é curto e não pode dar errado.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Claro.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Então eu acho que nós temos que ser muito sinceros, e dizer: olha não tenho condições de realizar ou então dizer assim: eu tenho condições de realizar. Nesse caso que realize do jeito que der e resolva. Agora, não pode ficar nessa indefinição hoje, quando decidimos isso em dezembro, e que hoje seria a data máxima para que todas as regiões trouxessem o que ficou decidido. Está em ata, que hoje deveria ser dito data e local.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Não foi isso que foi feito? Resgata a ata, ficou acertado que hoje teríamos aqui data e local, então me preocupa não termos na data de hoje o fechamento das 5 regiões.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Willy e depois... Eu ia dar um encaminhamento, mas... Willy, Pazinato e Maciel.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Eu na verdade comungo das mesmas palavras do Denílson, então quando estive no Pará, na verdade quando saí daqui, da última reunião, eu resolvi ir por conta própria ao Pará, eu moro no Amapá como todo mundo sabe, resolvi por conta parar no Pará e fazer essa conversa lá em Belém, com relação a isso, inclusive foi mandado um e-mail de lá marcando data.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Está, marcando data e tal, mas quando eu vi que essa conversa na verdade estava sendo difícil por conta da mesma relação que o Denílson falou, quem és tu? Eu chego lá de uma hora para outra, o cara não me conhece, não sabe quem eu sou, entendeu? Como nós dissemos mesmo ontem, se eu quiser eu posso ter 27 identidades entendeu? Não sabe quem eu sou e tal, chegar de uma hora para outra o cara achar que deve, não, vai fazer o quê? Como? Entendeu? Foi que eu mandei e-mail para o Alex, eu mandei um e-mail, na verdade para o Alex com cópia para ele, explicando toda a situação e tal. O Alex respondeu, inclusive, mandando a documentação oficial, foi então que começaram os trâmites a correr lá. Eu acredito que deve acontecer a mesma coisa nos outros estados, principalmente com relação, na verdade depois nesse mesmo e-mail encaminhado, olha, fulano de tal é responsável pelo fórum regional, foi que as articulações começaram a acontecer com a pessoa que foi responsabilizada, e aí eu acredito que as coisas possam começar a caminhar nessa construção. Mas, parando para olhamos agora para a pauta que nós temos para definir agora pela manhã, que é com relação aos textos e tal, regimento, metodologia, eu não sei como é que isso está encaminhando, pelo menos o que nós tínhamos decidido na reunião ainda do ano passado, antes de dezembro, é que seria formada uma comissão, juntando a mesa diretora com as regiões que estavam faltando para vir e nós construirmos isso, eu não sei se esses textos foram construídos ou se nós vamos pelo menos pontuar aqui. Mas para além disso, Humberto, também comungo com Humberto quando eu disse nós não vamos exatamente nessa conversa, que nós não vamos poder solucionar todas as questões que nós temos e abril está logo ali, o nosso próximo encontro somente em junho, ou seja só depois desse processo. Eu proponho e vejo se há possibilidade, por parte da secretaria, de nós reunirmos os coordenadores posteriormente a essa reunião, que nós possamos todos aqui já reunidos, nós possamos pontuar quais são os rumos que nós devemos tomar, principalmente com relação ao próprio regimento, as que nós pontuarmos deixarmos um pouco mais amarrado e depois viriam os coordenadores das regiões e tal, para uma reunião onde fecharíamos tudo isso, para nós fecharmos mesmo, fechar tudo isso. Poderia ser daqui a duas semanas sei lá, daqui a 10 dias não sei, mas que nós possamos fechar isso porque abril está logo ali, os estados vão precisar disso para saber como é que vai ser, quem serão as indicações nos seus estados para poderem participar das regionais não é? E aí a regional também vai precisar desse processo todinho, e como dissemos nós não vamos terminar isso aqui. Então eu acho necessário nós pontuarmos, que todo mundo possa pontuar o que nós queremos mesmo, e aí nós fazemos essa construção em outro momento, porque a construção, ela não vai ser aqui.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Claro, Willy, assim que nós definirmos realmente as cidades, o coordenador e tudo, é possível, como as reuniões estão ficando todas para abril, é possível. A primeira semana de março é carnaval, na segunda poderemos fazer essa reunião de mesa para deixar tudo acertado. Espero que até lá os ofícios já tenham saído, porque não vamos esperar até março para mandar esses ofícios para os estados, acho que essa oficialização tem que sair antes, mas é possível sim fazer a reunião de mesa e não da coordenação das 5 coordenações regionais do evento. Bom, tem Pazinato e Maciel.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu queria voltar, eu acho que às vezes nós temos uma série de dificuldades de conseguir construir as convergências, de otimizar, de objetivar o nosso debate. Eu acho que nós precisamos colocar as questões que estão pendentes naquele documento, eu listei aqui pelo menos 8 questões que estão pendentes: o local e data, eu desde o início, quando me voluntariei a efetivar Porto Alegre, fiz uma ressalva, só posso se tiver clara qual é a metodologia, qual é o apoio da Senasp, senão eu abro mão e vou reiterar, abro mão, não tenho condições de organizar o evento sozinho, ou com os 2 consultores e praticamente toda a articulação, mobilização dos 3 estados da federação ficar por conta desse conselheiro, ou do Lozada que é meu colega lá no Rio Grande do Sul, eu não tenho condições, talvez outros colegas tenham, eu não tenho. Sou professor universitário e profissional liberal, tenho várias outras atividades e não tenho condições, acho que isso tem que estar muito claro, como disse o Marlon isso tem que estar claro. Atribuições dos conselheiros, qual o papel do articulador regional? Qual o papel dos demais? Atribuições da secretaria executiva do Conasp, atribuições dos consultores já está claro, apoio operacional e logístico, quem é o contato? Quando? Como é que vai ser a visita no local? Vai ter uma precursora antes para verificar o que tem e o que não tem, para incluir ou não incluir? O edital de seleção das entidades, concordo com Willy, acho que o critério é entidade, é sujeito coletivo, mas como é que nós equacionamos proporcionalidade e representação em cada região? E para mim edital, concordo com o Almir também, edital. Ações de comunicação e marketing, têm de divulgar inclusive do ponto de vista oficial não é? No diário oficial, mas também uma divulgação com os meios e canais que o Ministério da Justiça dispõe com agência contratada, com um contrato que existe para isso. Qual é a metodologia? Eu vou ser bem sincero, eu não consigo convidar o secretário estadual da segurança, por mais que eu me dê bem pessoalmente com ele, além de institucionalmente, se eu não explicitar para ele essas questões, então qual é a metodologia?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Só um aparte, nós vamos definir tudo isso hoje estamos aqui para definir essa metodologia, por enquanto nós empacamos ainda na questão das datas, e na questão do critério de seleção de quem vai, isso já tem parece uma proposta do edital que está sendo bem encaminhada. Vamos evoluir para a metodologia.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Deixa-me sugerir então ao pleno, vamos colocar essas questões no documento.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Vamos, vamos.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – E vamos tentar resolver ponto a ponto, porque senão quando nós virmos nós temos um monstro, o que é menos vira algo insolúvel. Ou, por exemplo, outra reunião para discutir a metodologia, é uma ideia que vai acabar sendo necessária, mas nesses termos nós vamos até abril.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – A ideia é sair com a metodologia hoje, tudo acertado daqui. Maciel.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – A preocupação que eu estava era exatamente essa, a discussão de datas e outras coisas importantes, vai passando o tempo e nós não decidimos. Uma coisa relevante que eu acho, que é interessante nós também falarmos aqui para a presidenta Regina Miki, quem sabe dos compromissos e agenda, mas é fundamental que ela esteja nessas 5

reuniões na abertura desse evento, acho que não dá para você convidar o secretário se a própria secretária nacional de segurança pública não vai estar presente, entendeu?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Inclusive na última reunião não sei se se lembram, ela pediu para não marcar na mesma semana, pois ela quer estar presente em todos.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Ok, eu acho isso fundamental até para fortalecer o evento em relação aos órgãos de segurança.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Essa parte comtemplada pela fala do Pazinato, nós temos essa dificuldade na ponta Alex, porque quando nós chegamos para arrumar um local o que o Pedro Queiróz sofreu agora, porque o Willy, mesmo quando há um intercâmbio aqui com o Conasp e com a secretaria, há esses problemas hilário: Quem é? O que é? Está legítimo não está? O que o Denílson falou é uma pontuação política importante e local, então quem é, o que vai ser, como vai ser, o que nós vamos ganhar, o que nós vamos perder, tudo isso implica quando se vai levar um movimento para a base, então me solidarizo com o Pedro Queiróz. Agora que estou como titular vou poder participar das reuniões, estou sabendo agora o que está acontecendo, e nós temos lá esse fórum da Conseg que pode ser uma saída boa para nós em Fortaleza, e para outros espaços, outros locais, outros estados. Acho que o que nós precisamos focar agora é nos debruçarmos no ponto a ponto e fazer essa metodologia o mais rápido possível, porque daí nós podemos partir para essas outras questões, que elas serão locais. Com essa garantia de que já temos, de que vai ter, só rememorando, eu estava aqui com o coração na mão, com muito medo mesmo, porque não temos recursos em nossos locais, como é que vai ser a reunião lá? Quem é que vai fazer essa parte? Mas como o Alex já falou que a empresa que faz aqui a parte de produção vai estar, ufa, então o que eu tenho que arrumar é o lugar, e o que tenho que fazer é a mobilização das pessoas e levar para o meu estado que lá vai ter. Para que tenha isso o que nós temos que fechar? Data e a metodologia para que possamos, inclusive é só uma fala viu Alex ? Para nós fecharmos alguns locais, em alguns estados, para nós podermos fechar o local, nós temos que sair com isso daqui hoje, para poder chegar lá junto com o Pedro Queiróz mesmo, e termos condições de fechar, talvez até mesmo nessa ideia, o local. Às vezes é difícil fechar o local porque nós não temos ainda essa ideia, mas com a data, a metodologia e dizendo o que é realmente, nós nos empoderamos bastante.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Eu acho que está um pouquinho errado Pedro Queiróz, Duda Quadros. Primeiro, estamos falando de mobilização, não é uma 2ª Conseg, vai definir quem são as pessoas que vão participar, mas a Senasp vai convidar, convocar, vai definir, vai custear a viagem de todo mundo, mas tem que ter calma, claro que você tem que envolver as entidades, a sociedade civil, mas não é aquela mobilização para uma Conseg, não é isso. Nós precisamos primeiro definir data e local, precisa ter o local do evento. Uma vez com esse evento em mãos, você vai chamar as entidades representativas de cada estado daquela região, a mobilização vai se dar em nível de entidades.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Deixa-me corrigir, quando eu estou falando em mobilização não estou falando de uma mobilização de movimentos públicos, como foi a Conseg. Estou falando de mobilização no sentido de mobilizar as forças locais para a realização do evento nos moldes em que ele está sendo colocado, com uma discussão regional para preparar a discussão nacional, não é uma conferência, é o diálogo regional. Quando eu falo a palavra mobilização é porque eu preciso mobilizar a secretaria estadual, e a secretaria estadual

tem que saber que eu estou legitimado para isso, eu não posso chegar para o secretário e aí, vou chegar, está entendendo? Em alguns locais isso é mais fácil de acontecer e mais rápido, em outros locais não é essa a questão, cada lugar tem suas realidades. O que facilita muito, por exemplo, lá na Assembleia, o local é maravilhoso, mas já poderia ter sido resolvido se tivesse sido encaminhado com um empoderamento maior, mas o que eu acho aqui se o local não está fechado ainda, lá em Fortaleza nós não vamos ter problemas de fechar o local se nós sairmos daqui com a metodologia, com os daqui resolvidos entendeu? Era essa a minha fala.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está, mas só estou discordando de duas coisas, a questão da oficialização local a secretária na reunião passada ofereceu apoio, onde foi pedido apoio, no Pará foi dado um apoio mais extensivo, em Goiânia, por exemplo, não precisou, Rio Grande do Sul não precisou, as pessoas foram lá e resolveram. Então assim, era a questão de ter pedido antes, está faltando ofício, nós mandamos ofício, precisava ligar para o secretário, o presidente da Assembleia nós ligaríamos, o Pará pediu nós fizemos isso. A questão era para todos terem feito, e nós não podemos sair daqui com uma metodologia para definir se vai ter data ou se vai ter auditório, isso tem que ficar definido hoje, senão nós vamos ter que passar para outra cidade, isso foi o que foi colocado. Queria depois, quando o Pedro Queiróz sair dali do telefone, saber se pode ter outro local possível, se pode ser nesse outro local, como é que vai ser isso aí. Se não definir nós vamos ter que partir para a segunda alternativa, se não me engano, acho que a segunda mais votada foi João Pessoa, deve constar na ata. Mas é isso. Tinha Denílson e Aleixo. Aleixo microfone ali, por favor, microfone ali o microfone Aleixo.

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – Alberto Aleixo pelas Redes da Maré. Responder ao conselheiro Humberto também esclarecendo, que nós estávamos responsáveis por trazer a data e o local nessa reunião, nós indicamos pela primeira vez a data 9 e 10 de abril para acontecer no Rio de Janeiro, e a pedido da secretaria executiva nós pedimos uma nova data, por conta de conflito com a data de Fortaleza. Então nós já tínhamos uma data marcada, e aí pedimos uma nova data lá onde nós estávamos solicitando o auditório na UFRJ. Eu já me sinto constrangido de fazer um novo pedido de datas, nós temos o dia 23 ok porque ela fez uma busca pelo mês e já fechou uma data eu deixei livre, e ontem mesmo ela me perguntou, então, vamos fechar qual data? Eu sugeri que fechasse 24 ficaria 23 e 24. Eu agora me sinto constrangido de pedir uma terceira data, não é? O que eu queria sugerir para a secretaria, eu acho que nós fazermos colado a Sudeste e Sul vai criar dificuldades até para a secretária e outras pessoas que queiram acompanhar. O que eu queria sugerir é que a secretaria, com a musculatura aqui do Conasp, entrasse na discussão, e aí sim, eu gostaria que pedissem uma nova data por conflitos com outra regional, aí acho que ficava mais confortável, agora eu pedir novamente uma terceira data não dá.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Tudo bem, sem problemas. Denílson.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – É rapidinho. Mais bater na questão da oficialidade, abrir um termo de convênio com esse ente federado que seja o governador do estado, que seja o secretário de defesa social. Tudo tem custo, abrir um crédito adicional, alguma coisa nesse sentido para que eles possam participar, porque não dá para nós fazermos de outra forma agora. Como o Pazinato colocou, por mais que seja amigo dele, não é qualquer pessoa que está lá, ele não está lá por acaso, ele tem os contatos, ele tem toda uma estrutura de política pública na área afim, ele tem os entes que fazem parte. Eu até gostaria de fazer uma indagação, o Ministério Público é membro convidado aqui, nós vemos a nossa companheira sempre cobrando de nós o papel, a ação, a expertise e o protagonismo, como é que vai ficar o papel dele nesse

seminário, será que vai trazer para si esse protagonismo? Será que vai concordar com isso que estamos fazendo? Então se nós nos transportarmos para os estados aonde serão realizados esses seminários, lhe dar autonomia, lhe dar participação, oficialidade, eu acredito que vai sair muito melhor do que da forma que está sendo conduzido até agora. No tocante a metodologia eu acho que nós não temos que florear muito, nós já discutimos, é avaliação, é ver o que foi feito, o que ainda pode ser implementado e retomar, isso nós podemos definir aqui hoje, não é muito. Porque já tem um acordo nos próprios estados, tem a realidade local, não é isso? Então eu gostaria que considerassem e colocassem em apreciação, será um termo de convênio com esses estados, coisa oficial, direitinho, para que nós não ficássemos na responsabilidade direta disso, o conselheiro, porque senão o risco de fracasso é grande.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está bom. Então eu acho o seguinte, estamos falando de encaminhar alguns pontos são 15m para as 11h, acho que daqui a pouquinho nós vamos chamar o intervalo, durante e intervalo nós vamos fazer o que o Pazinato propôs, colocar tudo no papel e quem precisar fazer ligação também, para o estado, para fechar negócio de data e tudo isso, nós fazemos no intervalo aqui.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Concordo inteiramente contigo, para facilitar e até por essa nossa dificuldade de agenda. O Marlon, quando ele voltar, de repente para o Marlon é muito mais tranquilo organizar a região Sul em Florianópolis, posso conversar com ele também e nós alteramos a data de acordo com a facilidade, também para haver a convergência, de fato eu acho que é essa a linha, de fato são 15 minutinhos.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está. Nós vamos dar daqui a pouquinho, em 15 minutos. Temos alguns pontos para acertar antes disso. Colocar no papel, a questão de chamamento de pessoas tem dois tópicos ainda, um nós estamos encaminhando para a proposta do edital, soltar o edital, divulgar na Internet, dar um prazo, as entidades de trabalhadores e sociedade civil se habilitariam. Vamos colocar no edital alguma coisa para a Senasp selecionar, não é ordem de chegada, o critério é ser representativo, você vai buscar uma representação, vai selecionar de forma a ser o mais representativo possível de entidades e dos estados, nós vamos arbitrar dessa forma. A questão dos governos, dos gestores, vai sair ofício para o secretário, vamos oficializar e o secretário vai indicar os gestores que ele achar mais conveniente indicar. Com relação à participação dos conselheiros nas 5 plenárias regionais. Houve uma conversa também com a presidenta sobre a questão de orçamento, não dá para irem os 60 conselheiros nas 5 plenárias regionais, 30 mais suplentes. Não dá para levar os 30 para as 5 plenárias, então qual foi a proposta que nós tiramos aqui? Claro, obviamente é natural que os conselheiros da região estejam presentes na sua plenária regional, isso é fato. Então a ideia foi de 60 conselheiros, se nós dividirmos por 5 dá 12, sendo titulares e suplentes, garantindo o quórum de no mínimo 12 conselheiros por plenária regional. Eu fiz a conta aqui, essa lista talvez esteja um pouco desatualizada, mas nós temos 12 conselheiros do Sudeste, 6 do Sul, 10 do Nordeste, 2 do Norte e 25 do Centro-Oeste. O Centro-Oeste é grande porque tem os membros de governo, muitos deles estão aqui com sede em Brasília. Os membros de outros órgãos de governo não teriam a viagem custeada pela Senasp caso eles queiram se locomover, então na verdade esses 25 aqui seriam um caso à parte. Então qual é a proposta? Que sejam 12 conselheiros oficiais com direito a voto, claro que se o conselheiro quiser ir por conta própria tudo bem é do seu interesse, seriam 12 conselheiros por região, no caso o sudeste seriam 12, mas nós não sabemos se todos vão, pode ser que alguém do Rio de Janeiro não possa ir, ou alguém do Espírito Santo enfim. Então seriam 12 conselheiros, por exemplo, região Sul tem 6, os 6 da região Sul obviamente estão automaticamente convocados, indicados para participar da plenária, os outros 6 seriam

indicados proporcionalmente, e 2 gestores, 2 trabalhadores, 2 da Sociedade Civil, pelos membros do Conasp, por exemplo, os membros da sociedade civil indicariam quem seriam os 2 da sociedade civil que vão para a plenária da região Sul e os 2 de outras regiões que vão para a região Sul. No caso do Nordeste, por exemplo, tem 10, sobrariam duas vagas, no caso da região Norte sobrariam mais 10 vagas, aí os conselheiros acho que conversando... Oi, nós sempre buscamos o acordo, buscamos o diálogo aí, ou até se você tem, ou até se for o caso do senhor ter.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Um aparte só, eu acho que aí as pessoas podem se inscreverem e haver uma votação rápida e pronto.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Como nós fazemos votação também para a indicação para outros conselhos, região Sul tem 6 vagas para quem quiser participar.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Aí quem gostaria de participar, porque às vezes a pessoa é do Nordeste e tem interesse em conhecer, ou de ajudar, ou trocar informações com o Sul, se inscreve, gostaria de ir, aí foi tirado faz uma votação rápida ali e acabou.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está garantido.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Aquela região está garantida claro. Não é não? Sem dificuldades.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Bom, então acho que essa é uma proposta bem plausível. Tem Denílson e Willy pedindo a palavra. Não, então só o Willy.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Alex, repete a parte em que na região Centro-Oeste que tem 25, na região Sudeste que tem...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Sudeste tem 12, Sul tem 6, Nordeste 10, Norte 2, Centro-Oeste 25, mas esses números podem estar um pouquinho desatualizados, pela listra estar desatualizada ou às vezes por algum erro aqui a pessoa está com o celular numa região aqui anotado eu marquei.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Centro-Oeste e Sudeste como seriam?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Sudeste tem 12, se os 12 confirmarem já está fechado. No Centro-Oeste a questão é que muitos aqui são órgãos de governo, estão constando como Centro-Oeste.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Mas aí nós também vamos ter que fazer essa disputa de vagas para essas próprias regionais, eu acredito que dividir pelos segmentos, independente de ter 12 no Centro-Oeste, se 12 forem mais de 2 segmentos os outros segmentos tem que ter o número igual. Para definir pela proporcionalidade.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então você pode fazer o seguinte, desculpe interromper, por exemplo, Sudeste tem 12 vamos supor que tenham 6 trabalhadores, tem que garantir que tenha um mínimo de 6 no segmento? Está. Pensaremos uma coisa assim.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Segundo, eu acho que mesmo a participação na própria região não daria somente para fazer a avaliação, mas com relação a ter quórum para nós também nos reunirmos como aconteceu lá no fórum de segurança pública?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não entendi.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Acontecem extraordinárias, vão acontecer nos fóruns como se fossem extraordinárias?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso, a secretária, a presidente do Conselho disse ontem que talvez ficasse muito longo, um espaço muito longo entre uma reunião ordinária hoje e a outra no final de julho e começo de agosto, então talvez nós façamos, mas isso não está certo ainda. Se casar uma reunião ordinária com alguma das regionais aí não tem problema, aí vão todos os conselheiros.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Para poder dar quórum 12?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não para dar quórum, mas caso haja uma coincidência, um casamento assim, vamos dizer da plenária regional com uma reunião extraordinária do Conselho, todos os conselheiros obviamente seriam convocados e participariam, não teria esse problema.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Na região Centro-Oeste aconteceria em Goiânia? Onde já estão a maioria dos conselheiros?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, a maioria está em Brasília, esse que é o problema.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Pois é, a maioria está em Brasília.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Que é um pé daqui para lá.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Aí não seria aqui que nós faríamos a extraordinária?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não entendi.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Em Goiânia?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Goiânia, seria em Goiânia.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Sim Goiânia. Porque o que eu estou entendendo na verdade é pelo poder e pela relação econômica das coisas de não dar para os 30 conselheiros participarem, os 60. Isso, na verdade, não foi nem fechado naquele outro acordo, que seria os da própria região participarem. Eu não estou entendendo de onde surgiu essa outra proposta, que seria necessária a presença dos outros conselheiros que não fossem da mesma reunião, é isso que eu quero entender.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está, tudo bem. Nós temos uma proposta, mas podemos fazer outra se fechar que só os conselheiros da própria região vão. O que nós estamos tentando é ampliar, que os conselheiros de uma região possam ir à outra. Essa é a ideia, não dá para todo mundo ir a todas as 5 plenárias. Na nacional sim, obviamente, irão todos os conselheiros, mas não dá para todos os conselheiros irem a todas as 5 plenárias. Assim nós precisamos fixar um critério que garanta proporcionalidade, que garanta a participação de todos, de forma clara, se não puder ir em uma, irá à outra, mas dificilmente acho que uma pessoa conseguirá ir às outras 4, porque nós vamos ter que dividir, só que precisa ter um critério para dividir, quem vai e em qual vai, de uma forma que fique equânime, que garanta que todos que tenham interesse de ir em uma outra região que possam ir na região e que garanta a paridade.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É, pode ser outro critério também a proposta do Cel. Marlon, de que cada um só pode ir a mais uma, aí escolhe.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – O risco que nós corremos é desequilíbrio, por exemplo, em uma região, 20 pessoas se inscrevem e na outra ninguém de fora se inscreve. Nós só corremos esse risco se for esse o critério. Microfone por favor.

Não identificado – Tem o Norte aí?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Norte tem 2. Acho que é *(incompreensível)* e Willy. Corre-se o risco, por exemplo, se ninguém se interessa na região Norte vamos ter somente 2 conselheiros ali? Então, por isso tem que haver um equilíbrio, nós vamos ter que fazer um equilíbrio.
Não identificado –Se só tem duas pessoas na região Norte eu acho que tem que ter mais gente, estou nessa ou em qualquer outra que esteja precisando, não tem problema nenhum.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Sim. Ai nós vamos para os critérios de paridade e nós vamos conseguir, as pessoas vão se manifestar. Então está. Mais alguma colocação nesse assunto, nesse ponto? Não, então se não há, eu acho que nós podemos chamar o intervalo, o intervalo para a maioria, para uma minoria aqui vai ser trabalho, nós vamos colocar no papel tudo isso. E vamos continuar após uns 15 a 20 minutos. 15 minutos para nós, está bom? Então intervalo.

(intervalo)

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Retornando, nós vamos só fechar aqui o que foi pactuado, para nós irmos para o almoço, é já tem gente em situação difícil. Voltamos à palavra e ao registro que o nosso Alex fez aí colocando aquela sequencia sugerida não é?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É isso. O que é promover o evento preparatório seria diálogos regionais, eu acho que nós poderíamos primeiro definir o nome, é Diálogos Regionais ou é Conseg+5? Diálogos regionais é esse nome? Então o nome oficial do evento é "Diálogos Regionais". Microfone. Pessoal retomamos a reunião aqui.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Está, está, pode falar.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Eu acho que até para reforçar a ideia do que vamos debater e qualquer limitação do tempo, porque Diálogos Regionais vão ampliar certos debates que advieram da Conseg que eu acho que não seria interessante.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Bom, então tem duas propostas colocadas, Conseg+5, ou Diálogos Regionais.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Diálogos Regionais tem alguma defesa?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho Denílson que o ideal seria Conseg+5, está? Num contexto em que efetivamente fossem etapas regionais preparatórias para a conferência nacional 2015, todavia, até por questões que você levantou, nós não teríamos esse escopo, então me inclinaria por conta disso a chamar de Diálogos Regionais, e nos Diálogos Regionais, inclusive, anunciar que o Conasp convocou a conferência nacional para 2015, e claro, o escopo do debate ser pautado pelos temas que a conferência suscitou, porque eu acho que assim, quando nós falamos em Conseg+5 na cabeça das pessoas que vão participar assim como na nossa, a própria discussão no primeiro bloco, vem à tona uma série de elementos que são construtivos das etapas das pré-conferências regionais, das conferências metropolitanas, das conferências livres enfim, de todo a metodologia que subsidiou a realização da conferência nacional em 2009. Então eu diria que o ideal seria Conseg+5, mas faticamente me parece que pela estrutura e pelo desenho que nós estamos propondo, é mais honesto nós comunicarmos que são Diálogos Regionais, e nesses diálogos anunciar que no final de 2013 o Conasp convocou a conferência, e aí sim uma retomada de fôlego para 2015.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então temos duas propostas.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Está convencido?

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Não, exatamente o que ele... Acho que suscitaria... Pazinato me permita divergir. Acho você uma pessoa extremamente preparada para esse debate. Mas nós temos que pensar com quem estamos falando, qual é o público, qual é a mensagem que nós queremos? E não deixar esfriar ou perdificar naquilo que nós construímos com muita maestria, que foi o princípio fundador da Conseg, levar o cidadão a também debater, discutir, ser parte interveniente no processo de segurança pública da sua localidade, da sua cidade, do seu estado, que foi o Conseg. Acho que se nós abandonarmos esse emblema nós estaríamos corroborando com tudo aquilo que nós criticamos, que foi o que? Que o atual governo abandonou a agenda da segurança pública muito bem iniciada por Lula. E se nós

queremos corrigir isso, se nós queremos dizer o contrário, nós temos que deixar a bandeira da Conseg cada vez mais em evidência, mesmo que seja em diálogos, debates, mas essa nomenclatura, esse signo, o signo diz muito não é? Isso é filosófico até, diz muito, nós estaríamos perdendo se fosse só Debates Regionais, ou Diálogos Regionais. Diálogos Regionais de quê? Da Conseg até que tire o +5, mas da Conseg, é esse o nosso ponto de partida...

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Que seja, mas que o nome Conseg tem que estar previsto, show de bola.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu concordo tanto com o que você colocou Eduardo, como com a colocação do Denílson. Que no nome venha a Conseg, mas que nós também deixemos claro que não é um preparatório daquelas fases. O porquê não Diálogos Regionais Conseg+5, ou que tenha Diálogos Regionais Conseg 2015, que deixe claro que não é a Conseg, mas que a palavra Conseg venha, para que nós até aproveitemos e deixemos ela lá, olha é Conseg, está lá. Ok? Eu acho que o Denílson tem razão nisso.

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Como tem a devolutiva, como nos Diálogos Regionais vai ter a devolutiva, eu acho que encontrou o consenso aí, Diálogos Regionais Conseg 2015.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Está bom?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Acho que sim, acho que fechou então o consenso, acho que Diálogos Regionais-Conseg-2005.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – 2015.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – 2015 desculpa.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então mudando lá em cima Pazinato, seria Diálogos Regionais-Conseg-2015. Em 2005 eu estava aqui, não estava na Senasp ainda. A primeira linha do fórum preparatório pode deletar, isso, fica Diálogos Regionais-Conseg 2005.

(Intervenção feita fora do microfone) – 2015.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – 2015. *(risos)* É o saudosismo aqui. Conseg 2015, o quê? Promover fórum de representantes de segurança pública em 5 regiões do Brasil juntamente com etapa nacional. Quando, ao invés de março é abril fóruns regionais e maio etapa fórum nacional. Como, diálogos? Fóruns ou reuniões, fórum nacional. Onde? Porto Alegre. Bom, a data que nós estamos caminhando para fechar é 24 e 25 de abril.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Mas não seria a primeira noite, primeiro dia à noite e no outro dia o dia todo?

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está, isso aí nós adaptamos, se for o caso nós pegamos esses três e jogamos manhã, tarde e depois outro dia de manhã, tudo bem, ainda dá para adaptar.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está. Isso aí é possível arranjar tendo o auditório reservado. Sudeste, Rio de Janeiro 9 e 10 de abril. Belém 14 e 15 de abril. Fortaleza provavelmente, coloca assim Nordeste, por enquanto vai ser Fortaleza, mas a data o Queirós está tentando confirmar, confirmou a data?

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – já vai sair agora.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está. 28 e 29 de abril Nordeste, Fortaleza. Qualquer coisa a Paraíba já garantiu que tem essas datas, então se não der Fortaleza nós passamos para João Pessoa, mas vai dar não é? Vai dar, vai dar.

Não identificado – Primeiro Fortaleza.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É. A data tem que ser dia 28 e dia 29 porque dia 1º é feriado também, então não dá para ser 29 e 30, tem que ser isso aí. E Centro-Oeste Goiânia 1 e 2 de abril. Etapa nacional, essa data é sugestiva, coloquei 19 a 21 de maio, mas ainda pode haver uma mudança, é só para nós nos balizarmos e termos mais ou menos quando vai ser, pode ser que seja na semana seguinte, um pouquinho para trás, mas vai ser mais ou menos por aí. Não dá para colocar muito para o final porque junho é Copa, e por mais que a Copa comece só dia 12, a prévia, aquela uma semana, 15 dias antes da Copa, já fica inviável fazer evento. A proposta está ali, mas é 19 a 21, 3 dias, 19 a 21 de maio, ainda pode ser que nós joguemos alguns dias para frente, ou para trás, mas para não chegar muito perto da Copa por questão até de mobilização e custeio de passagens vai ser complicado, ainda mais Brasília, cidade sede de Copa.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Uma questãozinha de ordem, essa data, 19 a 21, seria também validada como parte numa reunião do Conasp?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Poderia ser, nós poderemos pensar também numa coisa expandida.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Porque depois disso eu acho que só em novembro não é?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É, nós podemos pensar isso mesmo, e fazer expandido, se fosse o caso, 4 dias, 2 dias de Conasp, 2 dias de etapa nacional. Isso é possível nós trabalharmos, mas essa data é um indicativo. O mais urgente agora é nós fecharmos essas etapas regionais, mandar os ofícios e mobilizar tudo. Quem? Está lá, 6 representantes por estados sendo 2 gestores indicados pelo secretário estadual de segurança, 2 trabalhadores por

edital, 2 da sociedade civil por edital, 1 representante do conselho estadual de segurança nos estados da respectiva região em que esse conselho estiver instalado, 12 conselheiros do Conasp, no critério que nós já discutimos aqui, e acadêmicos especialistas a serem convidados pela Senasp. Essa é a ideia que surgiu no começo, trazer um especialista de cada região para falar, mas isso não vai ser um número muito significativo, acredito que serão convidados no mínimo 1 e no máximo 3 ou 4. Não será mais do que isso, não será uma coisa que impacte significativamente no número de pessoas da plenária regional. E ainda os demais interessados, que são as pessoas das cidades, ou de outras cidades que queiram se locomover por conta própria. Com o custeio de passagens e diárias da Senasp serão essas pessoas.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Segura aí, essa questão dos demais interessados nós vamos fixar um números de vagas, e, por exemplo, vão se inscrevendo no endereço do Conasp ou da secretaria executiva?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Vai ser limite do auditório?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, os demais não tem direito a voto e não tem custeio.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Não, tudo bem, mas só assim, se tiver no auditório 500 lugares, se tiver aquele grau de representação e tiver mais 200 pessoas isso impacta.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Nós podemos abrir um espaço no site para se inscreverem, quem estiver interessado já se inscreve antes, aí nós calculamos conforme a realidade da região. Abigail acrescenta embaixo de acadêmicos convidados, abaixo daí mais um item, seria demais interessados - demais interessados mediante inscrição prévia.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Essa questão que eu falo, da comunicação, seria legal ter hotsite, uma identidade, tudo explicado, o camarada entra lá e preenche o formulário eletrônico. Essas questões dão organicidade, facilita nossa indicação, você entra no site Diálogos Regionais-Conseg, não sei como nós faríamos, lá no site no nosso portal recuperado e tal.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – A secretaria executiva vai providenciar isso. Alguém?

Não identificado – Essa que nós estamos no processo de construção, como vai ser constituído, no caso ali, 2 trabalhadores, 2 da sociedade civil no edital e se aparecerem mais de 2?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está, é o que eu falei, a Senasp... isso está mais para frente, nós vamos falar desse assunto, vamos tocar nesse ponto mais para frente. Então a Senasp vai trabalhar o Conasp nessa questão do site e fazer essa indicação via site. Eduardo Quadros, e depois vamos ver quem levantou primeiro, eu não vi, mas pode ir.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Então, foi só uma dúvida que eu fiquei em relação ao item "Acadêmicos e especialistas a serem convidados pela Senasp", eu queria uma explicação porque, no caso, aqueles acadêmicos especialistas, eles serão do local? Para...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – A ideia era essa...

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Mas daí, acadêmicos especialistas do Nordeste, das universidades do Nordeste, a Senasp faria essa indicação, ou nós, enquanto conselho, também poderíamos indicar.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Pode também.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Vou dar um exemplo prático, nós temos na universidade de Pernambuco, na universidade da Paraíba, na universidade do Ceará, na universidade da Bahia algumas pessoas que se dedicam há anos à questão de cultura de paz, de trabalho com educação popular, com segurança pública e que tem projetos maravilhosos. Aí a Senasp indica um especialista que nós não reconhecemos, que tenha essa mesma propriedade.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu fico com medo de que essa indicação seja feita pela Senasp e nós, ou nós e outras pessoas que estão conosco construindo o momento se sintam infelizes, ou tristes porque não foram contemplados. Como seria isso? Isso não geraria um problema? Não sei.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está. Nós poderíamos abrir então para indicação dos conselheiros, os conselheiros indicariam gente da região. Eu colocaria em aberto, vai que numa região nós não conseguimos ninguém disponível para viajar, essas coisas, então talvez levaria de uma região para outra, por isso eu deixei um pouquinho em aberto. Mas colocaria acadêmicos indicados, convidados pela Senasp por indicação dos conselheiros, abriria um prazo no site, no igroup, e as pessoas indicam.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Seria interessante, porque evitaria, por exemplo, acontecer um fato como esse, de você ter uma pessoa muito interessante no local, e de repente essa pessoa não ter sido nem lembrada e isso gerar um conflito, pois em locais sempre tem esses problemas.

O Sr. Alex Canuto .(Secretário-Executivo do Conasp) – Então colocaria também mediante indicação, Nós vamos abrir um prazo então, até coincidindo com os editais depois e os conselheiros indicam eletronicamente, manda por e-mail. Porque eu acho que abrir edital é mais complicado para especialista se inscrever, então é mais fácil mobilizar, ligar, você quer ir e tal e o conselheiro indica.

Não identificado – Só uma dúvida que eu fiquei aqui Alex, quando nós falamos dos trabalhadores. Willy fez uma colocação em relação à questão de serem trabalhadores do quadro permanente de pessoal.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Tudo bem.

Não identificado – Eu acho que é uma coisa que é válida registrar, porque eu acho que nós conseguiremos dar uma continuidade melhor nas propostas que forem feitas.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então assim, então pode acrescentar eu até esqueci isso no item 2, trabalhadores, gestores seria, gestores de carreira coloca assim, efetivos, gestores efetivos. Colocar de carreira, de carreira, isso.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) – A dúvida é exatamente essa, ser meio a meio 1 de carreira e 1 que não seja. Até por questão do comprometimento no ano que vem quando as pessoas podem não estar mais lá no cargo, não é isso?

Não identificado – Eu entendi assim, não que obrigatoriamente os 2 teriam que ser de carreira, mas que se garanta pelo menos 1, ou que o segundo indicado tenha por obrigatoriedade não ser de carreira.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – O contrário, acho que, por exemplo, para mim é uma coisa tão obvia quem vai indicar representantes das polícias, de policiais, tudo isso de peritos.

Não identificado – Não, não às vezes não é tão óbvio Alex.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) – Ele pode indicar um assessor que não é.

Não identificado – Exatamente.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Mas seria até constar que seriam os 2 eu acho que tem que ser de carreira, não só 1, tem que ser os 2. Tem que ser...

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) – Porque senão se fecha muito e tira o poder, exatamente, ele não é de carreira.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está bom, então trabalhadores, sendo 1 de carreira, sendo pelo menos 1 de carreira.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos órgãos Periciais do Brasil) – Trabalhadores não, gestores.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Gestores. É.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso, então está certo assim. Willy.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Está errado, é trabalhadores, em cima que é gestores.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Gestores sendo... É trabalhadores ou gestores, gente?

(falas simultâneas)

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Gestores, aí em gestores que tem uma vaga.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está bom. Sendo pelo menos 1 de carreira. Os trabalhadores, aí é que está o problema, os trabalhadores obviamente são de carreira, representantes das categorias profissionais, ai sim, está, aí que está a confusão toda. Isso.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Questão de cálculo matemático. É porque ficaram essas duas por estado, eu lembro que nós tínhamos feito uma discussão, se eu não me engano foi até uma proposição sua de que seriam 9, porque nós fizemos o cálculo da seguinte forma e fizemos esse cálculo com a própria secretária aqui, ela disse que no mínimo teria que ser umas 200 passagens, no mínimo.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – No máximo

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – No máximo, desculpe no máximo 200 passagens, certo? Que até aí poderia custear certo? Fazendo o cálculo, considerando os 6 por 22 estados, porque no estado vai sediar não precisa de passagem, já teremos 132 passagens.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Se alguém vai do interior do estado, mas eu acho que não geralmente da capital.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – 132 passagens, certo? Ou seja, fazendo o outro cálculo, que seria o que nós tínhamos convocado, ou seja 9, dariam 198 passagens, que foi exatamente aquela mesma conta que nós chegamos, no máximo não dava para estourar 200, então seriam os 3 por segmentos.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então está. Vamos colocar 9, mas sujeito à secretária. Ela estará aqui à tarde e nós vamos retomar esse assunto, e ela confirma.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Se quiser nós podemos pegar a fala dela também naquele mesmo dia.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está bom, então coloca 9 e...

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Se ela disser que não confirmou.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Nós revemos a fala dela que eu me lembro disso. Aí nós temos que discutir como é que vai ficar a região Sul.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está. Isso.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Região Sul, porque nós definimos que por região só iriam 30 não é? Sairiam 30 por região que seria a mesma quantidade dos conselheiros aqui, e como é que nós vamos resolver a situação do Sul, de que forma o Sul vai ser um caso à parte e tal?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Ok, vamos ver isso aí depois para frente, o que nós vamos fazer. Então Aleixo também pediu a palavra.

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – Eu queria sugerir que nessa representação, nós temos um representante por conselho estadual de segurança. Eu queria sugerir que fosse invertido, os 9 representantes fossem então dos conselhos estaduais.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Mas nem todo estado tem conselho.

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – Certo, onde tiver que fosse dessa forma, porque aí você simplifica e traz mais representatividade dos conselhos estaduais para a reunião.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, mas assim, a ideia Aleixo... Passa o microfone ali.

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – É complicado. A questão é que onde tiver que seja dessa forma, e que se respeite a paridade, se não tiver aí...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – A questão é a seguinte, como nem todos têm, tem lugar que tem, mas só tem no papel, não se reúnem, tem lugar que tem, mas não tem sociedade civil, isto é, não tem um padrão. Tem lugar que tem na municipal, na capital, mas não tem estadual, então assim, eu acho que nós, claro nós vamos chegar mais para frente na hora de definir os trabalhadores, é claro que os trabalhadores e sociedade civil, quando nós formos fazer a paridade, a equivalência, vamos ter que consultar o conselho estadual, vamos ter que ouvir os conselhos, eles vão entrar nessa definição.

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – Eu acho assim, a representação é muito pequena de um só, porque onde está a discussão nos estados é nos conselhos, é onde tem os conselhos. No caso da região Sudeste eu acho que pode abrir para todos os conselheiros do estado, pois não vão ter despesas nenhuma, eles moram no Rio de Janeiro, eles vão se deslocar para casa no fim do dia.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está aberto Aleixo, eles podem participar, a questão é, por exemplo, se você colocar membro do conselho, são quantos conselheiros lá 20, 30 no conselho estadual?

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – Em torno de 30.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Nesse caso, se você colocar 30 do Rio de Janeiro com direito a voto, vai ficar desproporcional, eles podem participar porque tem conselho no estado. Por exemplo, Espírito Santo não tem conselho, não sei como é lá, e se o Espírito Santo não tem nenhum e o Rio de Janeiro tem mais 30 pessoas com direito a voto ali, a questão é o desequilíbrio. Então podem participar, está aberto como convidado. Você pode até discutir uma prioridade na inscrição, 9 com direito a voto e mais um representante do conselho, como forma de estimular e prestigiar a existência do conselho, mas não a ponto de desequilibrar e chegar um monte de gente do conselho, ainda mais se for na mesma cidade, entendeu? Isso aí é só quem tem direito a voto e passagem custeada.

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – Está claro então.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está?

O Sr. Alberto Aleixo (Redes da Maré) – Eu acho que nós temos certo temor da democracia, eu acho que nós temos que incentivar o máximo de participação possível, e nós sempre ficamos com esse temor de que os trabalhadores vão se organizar e vão fazer isso, a sociedade civil vai se organizar e fazer de outra forma. Eu acho que nós temos que superar esse medo senão esses conselhos que são de representação e controle social, eles não vão avançar no que foi proposto na constituição de 88.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está. Bom, mais alguém pediu nesse tema? Não, então vamos continuar. Os gestores serão mediante ofício para o secretário e o edital de convocação, coloquei aqui alguns prazos, algumas datas para nós balizarmos. Data de lançamento dos editais 24/02 segunda-feira que vem; prazo para inscrição 10 de março, é a segunda-feira pós-carnaval. O que vai acontecer? Nesse período talvez tenha mais de uma indicação por estado, a questão do Godoy. A Senasp vai fazer essa intermediação, buscar harmonizar de forma que todos os estados estejam representados, as categorias representadas, e vai ter uma semana, até o dia 14/03, para habilitar, ver quais são as entidades habilitadas. Nesse período Aleixo, nós vamos consultar os conselhos estaduais onde houver, vamos consultar e tentar harmonizar de forma que todos daquela região estejam representados. O Godoy está pedindo a palavra aqui, uma vez habilitadas as entidades, elas teriam até o dia 18 para indicar o representante.

O Sr. Marcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – Desculpe-me não entendi, aí seria a Senasp, você falou Senasp?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Senasp, Senasp/Conasp, nós vamos pegar todas as indicações que chegarem. Não esqueçam que pode acontecer de faltar indicação, do estado não indicar ninguém, e aí vamos fazer o quê? Ligar no estado, ficar insistindo? Nós vamos ter que articular de um jeito para ter os prazos, se tiver muito mais inscrição do que o limite, nós vamos nos ater ao edital e ficar no prazo. Agora, se tiver menos, nós vamos ter de buscar a representatividade. Eu sei que não está claro, tem um grau de subjetividade, mas é o que dá para fazer, nós vamos buscar fazer com que todas as categorias estejam representadas, por exemplo, trabalhadores no estado tem 3 vagas e tal, mas tem policial-militar indicado, a civil não indicou, no outro indicou, então, talvez um estado vai a militar no outro vai a civil, mas de forma que naquela região estejam todas as categorias profissionais.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - Anaspra) – Certo, mas a minha preocupação maior é o número acima daquele dali, 3, vamos dizer que apareçam 5, 5 trabalhadores por categoria, quais seriam esses critérios? Aí que...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Esse critério não é difícil, Pedro, por exemplo, 5, têm 4 peritos e 1 policial militar.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais - Anaspra) – Não, não, vamos dizer que tem policial civil, policial-militar, bombeiro, perito criminal, um papiloscopista, e aí?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Em categorias, por exemplo, Mato Grosso aparece 5, no Mato Grosso do Sul não aparece ninguém e aparece só um militar, então, já no Mato Grosso do Sul tem um militar, você é militar do Mato Grosso, você poderia ceder, pois no outro estado já tem. Não tem nenhum civil, por exemplo, alias tem 3 militares no Mato Grosso do Sul e aparece um de cada categoria no Mato Grosso, o que eu faria, por exemplo, eu ligaria para o policial militar que se inscreveu no Mato Grosso e falava, olha, já tem 3 do Mato Grosso do Sul precisamos de policiais civis, e nós vamos buscar paridade dessa forma, entendeu?

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Isso vai dar uma complicação.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É complicação, por causa do prazo, até porque tem que fazer. Como a primeira é no Centro-Oeste, na verdade, o prazo do dia 14 acaba sendo para o Centro-Oeste. Nos outros estados, como temos um pouco mais de prazo para emissão de passagens, nós podemos até estender mais essa negociação. Eu não sei como, mas tem que ter um critério porque é subjetivo isso aí, vamos supor que todos os estados apresentem quantidades superiores, os trabalhadores, com certeza toda sociedade civil também, vai aparecer muito mais pessoas representantes do que a quantidade de vagas. Acho que esse conselho nós temos...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, tem estado que não, tem estado que pode ser que não vai fazer.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Eu acho que nós temos que estudar e já ter um critério, porque eu acho que o mínimo que os estados...

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Eu vou escrever o critério, nós vamos escrever algo assim, a Senasp vai buscar paridade, eu acho que está em algum lugar, eu escrevi isso aí embaixo, a Senasp vai buscar a paridade na definição dessas...

O Sr. Marcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – Cada estado tem sua situação diferente, por exemplo, de repente eu sou vetado lá no Mato Grosso porque o Mato Grosso do Sul tem um representante, então vou questionar essa posição, porque são estados diferentes, situações diferentes.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Por exemplo, se, como você citou, cada categoria coloca policial militar e bombeiro, e se aparece gente demais, a federal daquele estado, a delegacia a federal quer ser representada também, você pode falar, policial militar e bombeiro vão ter que se entender e vai um só representando a categoria militar. Delegado, perito e papiloscopistas vão ter que se entender, vai um só representando a polícia civil, vai ser sorteio, na pior das hipóteses será sorteio. Para manter a paridade vai sortear. Então apresenta o sorteio, por exemplo, se caso a negociação não funcione vai para o sorteio.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Só acho que nós temos que respeitar as falas, vamos levantar para poder seguir, senão vai ficar um debate complicado. Eu acho que eu tenho uma proposição para a questão: nós definimos um prazo para que cada estado, sem comprometimento nenhum da Conasp e tal, porque vai estar no próprio estado. Vai se dar um prazo para que cada estado realize a sua estadual para discutir quem são as 3 pessoas dos 3 segmentos, convocando todos os segmentos, convocando todos. Terminou esse prazo, o estado não realizou, nós passamos para a segunda situação, que é a indicação das entidades pelo Conasp, para poder realizar, porque a maioria das indicações quem vai fazer somos nós, legitimidade para isso, eu estava analisando isso, legitimidade, nós até temos certa legitimidade, pode ter, certo? Mas nós também estamos amarrando muito a coisa, eu acredito que fixar um prazo porque não é para realizar os 2 dias, entendeu? Mas realizar um encontro no próprio estado e tal, que vai discutir isso, nós já teremos texto base para fazer essas discussões, e daí tirar por segmento, seria uma alternativa. Se caso o estado não realizasse, aí sim nós faríamos a indicação porque nós estamos fazendo, estamos sendo autoritaristas na questão de também fazer as indicações daqueles conselhos, entendeu?

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Willy, só um aparte em sua fala. Eu não sei a sociedade civil, mas você coloca PM, bombeiro, perícia, polícia civil, papiloscopista para desse grupo sair 3? Não fecha. Se não tiver a mão ou o braço do Conasp, do MJ, do Senasp coordenando isso, não funciona. Nós que tentar construir as regras para indicação, porque eu acho que o Alex está sendo assim um otimista, que na verdade é pessimista de um lado, em dizer que não vai, eu tenho certeza, a perícia vai indicar em todos os estados, a militar vai indicar em todos os estados, os papiloscopistas vão indicar em todos os estados, isso eu tenho certeza, porque existem problema de categorias. A civil, com certeza os delegados vão indicar, então nós vamos ter um problema grande, se nós não tivermos critério já preestabelecido, qual o critério eu não sei também. Mas se não tivermos o critério aqui. Não sei se a sociedade civil tem esse problema, mas na parte dos trabalhadores tem.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Talvez nós possamos pensar uma coisa assim Humberto, por região.

((Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então, na questão dos trabalhadores talvez nós possamos pensar uma coisa assim Humberto, o Nordeste tem 9 estados, 9x3= 27, dentro desses 27 você tem que ter a paridade que dá mais ou menos 2 a 3 por categoria. Então os peritos vão ter que tirar duas ou três vagas do Nordeste. No Nordeste vai ter que sair dois ou três, de qual estado, os peritos definem.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Tudo bem.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Entendeu? Os militares vão ter três do Nordeste.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – É um critério.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – É um critério, você pega por região, você multiplica três vezes o número de estados aí você divide cada categoria. No Sul, por exemplo, são 9, vai ser cada categoria um, aí os militares vão indicar se vai ser do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina no Paraná, os delegados vão definir quais dos 6 que vão.

O Sr. Humberto Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Concordo com você, pode amadurecer essa sugestão, mas eu acho que é interessante sim.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Eu acho que para os trabalhadores fica assim, para a sociedade civil não dá muito certo ainda isso, mas...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Eu queria dar uma... Às 14h nós vamos receber, já nas atividades da tarde, já são 12h30m, eu acho que nós poderíamos dar uma paradinha para o almoço, e continuar depois, não é? Vamos lá? Nós continuamos como estava previsto depois das 16h. Sim, sim, pode falar. Cadê o microfone ali com o Eduardo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu só queria recuperar aquela sugestão do Denílson, de esse processo ser regulado por algum ato normativo prévio, ou uma portaria publicada no Diário Oficial da União, convênio. Convênio eu acho que talvez seja mais complexo, mas uma portaria que pudesse chegar com um documento oficial com o nome dos conselheiros que participaram do processo, com o cronograma em que isso vai se dar e com o estabelecimento claro desses critérios, até para que não paire no ar nenhuma dúvida de que é alguma medida autoritária do Conasp, mas que houve algum esforço, evidentemente não vai ser um esforço saneador de todas essas controvérsias que podem surgir, mas houve estabelecimento de critérios democráticos, que vão ser observados por uma comissão que teria que ser formada para essa análise, para não ficar só a Senasp tramitando, a mesa diretora então, e com isso garantir uma certa equidade no processo.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Uma portaria então com esses critérios?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – A portaria estabeleceria todo o evento, toda a estrutura. Considerando, considerando, considerando, e aí vem o indicativo desse documento aqui, sumarizado, inclusive dos critérios, prazos, endereços eletrônicos, sites, comissões etc. Os nossos nomes também, para que possamos ir ao estado lastreado por este documento formal etc. etc. Algo bem formalista, mas eu acho que nesse caso um pouco de positivismo nos ajuda a vencer eventuais obstáculos institucionais.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Está anotada a sugestão. Antes de nós encerrarmos aqui só duas coisinhas. Uma é sobre a questão das datas. Está tudo certo, só Fortaleza está com pendência, mas... Já confirmou? Então está. O documento teria que chegar até hoje à tarde, senão nós íamos partir para o plano B, mas até hoje à tarde deve chegar Fortaleza. À

tarde, agora às 2h, tem a deputada Érica Kokai, que vai discutir a questão do desarmamento infantil. O evento deve ser rápido, ela não tem muito tempo, deve ser coisa aí de meia hora a 1h no máximo, acho que não dá 1h. Ela vai falar e responder as perguntas, então acredito que até as 3h da tarde no máximo, ela já terá saído, ou 3h30m no máximo, e aí nós retomamos o assunto da Conseg. Duda Quadros.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Você vai falar Duda?

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Não, então Pazinato fala.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Duda me dá frente aqui só para otimizar. Eu queria sugerir que nesse diálogo com a secretária nós pudéssemos pactuar aquela questão da pergunta que ela fez ao final, nós discutimos as manifestações, ela fez uma pergunta, o que concretamente nós podemos fazer? Nós analisamos rapidamente os PLs aqui, mas nós não encaminhamos nada. Eu gostaria de sugerir que nós fizéssemos um esforço agora à tarde para encaminhar questões, e já quero renovar as sugestões que eu dei ontem. Uma espécie de manual com regramento administrativo que possa orientar atuação das forças policiais, por exemplo, nas manifestações, e o manual que não seja um documento formal, que ele seja entregue no processo de educação popular em direitos humanos para as pessoas que participam das manifestações, e possa ter balizas objetivas. E ao mesmo tempo eu gostaria de reiterar que nós temos alguns projetos de lei aqui, nós já discutimos reiteradamente, um deles é o substitutivo ao PL 332, a questão dos autos de resistência. Assim, eu acho que nós temos que pactuar, vamos encaminhar um pacote do Conasp. Não tem mais que fazer recomendação, nós já fizemos recomendação. Nós temos que pactuar, tem que pactuar esses encaminhamentos como sugestões objetivas do Conasp, 1, 2, 3, 4 e vamos monitorar isso, inclusive nos Diálogos Regionais.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Isso.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Trabalhar para isso nos Diálogos Regionais.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Era para ter trazido, a ideia era trazer hoje de manhã, como ninguém trouxe as sugestões desses encaminhamentos, então agora, para a tarde, eu vou fazer minha lição de casa no almoço aqui.

(Intervenção feita fora do microfone)

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então está. As sugestões são para a questão dos PLs. Isso, a questão das manifestações, da lei de terrorismo tudo isso. Essas sugestões que tiverem encaminhamentos e posicionamento do Conasp que sejam trazidos agora à tarde também, vamos aproveitar a presença da secretária aqui para definir isso.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – É só uma retificação. A nossa proposta não é discutir desarmamento infantil, mas discutir com a deputada Erika Kokay a lei que está prevista no estatuto do desarmamento, que trata sobre a proibição da comercialização e fabricação de armas de brinquedo, não é desarmamento infantil, desarmamento infantil é outra coisa, está certo? Só porque ficou como desarmamento infantil, mas não é desarmamento. É uma lei que, inclusive, já foi sancionada no estado de São Paulo, aqui no Distrito Federal e em alguns municípios, está bom? Obrigado.

O Sr. Alex Canuto (Secretário-Executivo do Conasp) – Então, encerrada a reunião a da manhã voltamos agora às 14h, está bom? Obrigado.

18/02/2014
TERÇA-FEIRA
TARDE

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – A nossa presidenta está terminando uma reunião com o ministro, certamente, vai chegar a tempo de cumprimentá-la e nós passaremos a palavra ao nosso secretário executivo, doutor Alex, para fazer a apresentação da nossa convidada, deputada federal, Érika Kokay.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Bom, conforme consta na agenda, agradecemos a presença da deputada Érika Kokay. Conforme deliberado na reunião da Mesa Diretora, a questão do desarmamento é sempre uma questão que norteia as ações do Conasp e da Senasp como um todo, e uma matéria específica que foi colocada, dentro do tema do desarmamento, é a questão das armas infantis, assunto trazido pelo conselheiro Duda Quadros para discussão. A pauta foi aprovada, e, nesse sentido, nós convidamos a deputada Érika Kokay que tem uma atuação nesse tema para ter uma palavra conosco. Já fomos informados que a agenda dela está apertada, então a deputada fará uma apresentação e depois faríamos as perguntas em bloco para que ela possa respondê-las, após a apresentação. Eu vou passar a palavra para a deputada.

A Sra. Érika Kokay (Deputada Federal) - Eu queria saudar a cada um de vocês e dizer da minha alegria de estar aqui e, particularmente, para discussão desse tema. Nós temos um projeto na Câmara Federal que diz respeito à proibição da comercialização e fabricação de armas infantis, de armas de brinquedo. Esse projeto está apensado a outros projetos e ele está, digamos, pronto para ir a plenário e ele sofre uma série de dificuldades que diz respeito ao desarmamento, são as dificuldades que temos naqueles que são financiados por segmentos que se contrapõem a essa lógica do desarmamento. Nós temos uma bancada, conhecida como a *bancada da bala*, que tem um nível de financiamento de campanha que faz com que isso se expresse na sua própria digital; eu falo digital porque o voto registra a nossa digital, no ponto de vista metafórico e no ponto de vista literal também. Então, temos todo um movimento na perspectiva de que esse projeto seja colocado em votação no plenário da Câmara para que nós possamos ter o marco que outras unidades da Federação já têm. Brasília aprovou um projeto semelhante, eu diria quase que igual ao projeto que está na Câmara. Esse projeto já existe em Londrina há algum tempo, existe em Diadema, em São Paulo, são vários locais nos quais estão trabalhando a necessidade de nós não fazermos uma associação extremamente nefasta, quer do lúdico, ou da brincadeira, com as próprias armas. Eu penso que vivemos num país que tem muitas dificuldades de fazer o luto de seus períodos traumáticos. O Brasil tem dificuldade de fazer o luto do colonialismo, o luto da escravidão, o luto da ditadura, e todos esses processos e períodos se caracterizam por uma lógica muito intensa de desumanização, desumanização simbólica, desumanização litoral. Eu diria que o colonialismo, os pedaços de terra que foram entregues aos amigos do rei também desenvolveram um sentimento de que os donos da terra se sentiam também donos das crianças, das mulheres, donos dos trabalhadores. Tivemos a escravidão com a desumanização muito literal, e a ditadura que arrancou o Brasil dos brasileiros e brasileiras e expôs não apenas brasileiros e brasileiras que a enfrentaram, mas a própria Nação a uma sala escura de tortura num processo muito nítido de despersonalização. É preciso fazer o luto desses períodos traumáticos.

Isso significa ter um nível de discussão e de valorização e um olhar sobre a infância que vai fazer com que nós possamos romper essa associação entre ludicidade e ludicidade é absolutamente fundamental, a ludicidade forma o ser humano. O lúdico está presente nas nossas vidas, não é à toa que Lúcio Costa ao pensar Brasília dizia: "É preciso ser uma cidade funcional, mas é preciso que ela tenha ludicidade, que ela seja uma cidade lúdica". Nós temos a nítida impressão e certeza, eu diria, de que nos nossos pensamentos, eles carregam afetividade. E a nossa afetividade faz com que também possamos olhar os nossos próprios pensamentos. E a ludicidade, o brincar, o prazer ou a alegria são absolutamente constituidores da condição humana. E se nós temos crianças que brincam com armas e as encaram como algo que está associado ao prazer, associadas à alegria, ao mesmo tempo também tendem a naturalizar os comportamentos violentos e naturalizar a existência da própria arma. Nós temos projetos que estão todos apensados que falam inclusive da proibição da utilização de armas de brinquedo para a execução de crimes ou de conflito com a lei, utilizando-se a arma de brinquedo como se fosse uma arma verdadeira, como instrumento para o conflito com a lei. Nós vamos além disso, nós achamos que é preciso desconstruir essa associação e entender o que representam as brincadeiras, o que representam os brinquedos na construção emocional, cognitiva dos nossos meninos e meninas. Por isso, a importância de que possamos fazer essa proibição para que não haja essa associação e para que nós possamos fazer um desenvolvimento de que ludicidade não signifique você estabelecer relações subalternalizantes, relações desiguais, porque arma significa um empoderamento que é fictício, nós temos a maior parte dos homicídios cometidos no Brasil associada ou feito por arma de fogo, mas ela representa muito mais do que isso, ela representa um empoderamento que não é real, é um empoderamento fictício. Ela representa, portanto, uma sensação de segurança que não está associada à construção da condição de sujeito e do exercício de humanidade que é natural e que é um instrumento em si o exercício de humanidade que envolve a condição de sujeito. Como seres humanos não somos donos da vida, mas fazemos parte de uma trama de vida, mas temos pecularidades, uma delas é a condição de sermos sujeitos, temos consciência da nossa vida, pegá-la pelas mãos e transformá-la. Portanto, se você rompe a condição de sujeito, você rompe ou você fere a nossa própria humanidade. Eu acho que esse princípio é de reconhecimento humano e absolutamente fundamental para construir uma cultura de paz, porque nós vivemos relações que se expressam de forma muito aguda, sintomática, exemplar, mas de forma muito preocupante, mas estamos vendo relações que são relações desumanizantes muito intensas. Penso que 50 mil homicídios no Brasil representam que nós não temos a clareza de que o outro tem os mesmos direitos que você tem, ou seja, que há igualdade de direitos como é falado na Declaração Universal dos Direitos da Pessoa Humana. O ser humano nasce livre e nasce igual em direitos, quando se rompe a igualdade de direitos, há um processo em curso de desumanização que atinge as mulheres vítimas de violência, que atinge os negros vítimas de toda forma de violência e de racismo, inclusive institucional, e que nos aponta a necessidade de termos a centralidade em agir na defesa dos direitos para podermos enfrentar as relações violentas que têm características e que estão adquirindo características cada dia mais duras e fascistas. Nós temos movimento e projeto de poder, inclusive se expressando na Câmara, que pressupõe um Estado sem laicidade e a hierarquização dos seres humanos porque os seres humanos têm direitos e outros não os têm, seres humanos podem amar e outros não podem amar. Então, esse processo fascista que está em curso precisa ser enfrentado de todas as formas e, particularmente, precisa que seja dado um olhar para os nossos meninos e meninas para que nós possamos fazer com que o lúdico não seja associado à violência e a uma lógica de que eu, empoderada ou me sentindo mais forte, possa anular o mais frágil, ou seja, que o mais frágil circunstancial ou culturalmente pode ser anulado ou ser submetido a uma relação de violência. Isso é extremamente nefasto, não apenas porque significa que as pessoas ao se sentirem mais fortes, e a arma dá essa sensação de empoderamento fictício, elas podem anular o outro como

também aquele que momentaneamente se sente mais frágil pode se submeter e perder a condição de ser um sujeito crítico ou um sujeito que construa o luto da ditadura militar que impediu que nós pudéssemos determinar as nossas próprias vidas e pudéssemos construir todas as políticas, atos e fatos que dizem respeito à nossa própria existência. Portanto, penso que esse projeto é um projeto absolutamente fundamental para que nós possamos fazer com que tenhamos outro olhar sobre a infância e que possamos construir relações que sejam permeadas pela concepção de igualdade de direitos que pressupõe o reconhecimento da nossa singularidade e da nossa diversidade. Só construímos uma sociedade com igualdade de direitos se for reconhecida e respeitada a diversidade da nossa rica condição humana. Por isso eu encerro dizendo que esse projeto é pautado dessa forma. Nós queremos fazer uma série de discussões no Congresso acerca dele para que possamos escutar os psicólogos, escutar inclusive os educadores, escutar inclusive as vítimas e autores de relações que se expressam de forma absolutamente violenta. Mas cada dia que passa tenho uma convicção mais exata que antes da faca entrar no corpo ou antes da bala ser deferida, nós temos o revolver que é preparado e temos a faca que é afiada, e o discurso contribui para isso, e não só o discurso que se traduz em palavras, mas o discurso das relações que se constroem e de como nós olhamos os nossos meninos e meninas, por isso nós temos esse projeto e vamos fazer uma série de articulações. Eu diria, e me calo com isso, que fundamentalmente se olharmos o Estatuto do Desarmamento talvez não seja necessário um projeto de lei, é possível que regulamentemos como desdobramento natural do Estatuto do Desarmamento a proibição de fabricação e comercialização de armas. E, vejam, isso desenvolve a criatividade porque um menino que consegue transformar, ele adquiriu o poder de transformação e naturaliza esse poder de transformação que é inerente a seres culturais e que é inerente, portanto, à condição humana. O menino que consegue estabelecer relações onde ele possa desenvolver a lógica de respeito e de igualdade, ele também se constrói como uma pessoa que vai ser defensora desse processo. O que eu queria dizer que tem razão o Vygotski quando diz que a ludicidade, os brinquedos, aquilo que a criança vivencia na sua condição de criança é absolutamente fundamental para estabelecimento de valores, de inteligência para que nós não percamos a nossa capacidade inventiva, a nossa capacidade crítica e a nossa capacidade de sermos sujeitos. Há um educador italiano que diz que todas as crianças têm a condição de ter a genialidade no seu desenvolvimento. E essa genialidade é abafada por estruturas que moldam e impedem a sua lógica transformadora e criativa. E a arma quando ela cria esse poder, esse instrumento de dominação ao outro, qualquer que seja ela, ela rompe a ludicidade, e eu diria, sem nenhuma dúvida, a nossa genialidade. Por isso que nós fizemos esse projeto e queremos contar com a maior quantidade possível de apoiamento para que ele possa se transformar em realidade. Analisando ainda, repito e me calo, que se nós tivermos um decreto regulamentando a lei do desarmamento talvez não seja necessário um projeto de lei que vai passar por um Congresso Nacional que, cada dia que passa de forma muito célere, está mais vergado ao poder econômico. (Aplausos).

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Vamos então franquear a palavra aos conselheiros e conselheiras para alguma colocação ou pergunta.

O Sr. Roberto Soares Louzada (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) - Boa-tarde. Eu queria, na verdade, parabenizar a deputada pela iniciativa. Eu sou secretário municipal em Caxias do Sul, Rio Grande do Sul, uma cidade com 500 mil habitantes, e nós no ano passado fizemos uma campanha com as crianças do Colégio Municipal na qual as crianças entregavam brinquedos que imitavam armas e nós, em contrapartida, dávamos outro brinquedo, lúdico, como disse a deputada. Então, nós em Caxias do Sul tivemos essa iniciativa com excelentes resultados. Apoiamos isso e parabenizamos pela sua iniciativa.

A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Boa-tarde. Na verdade, é somente para reforçar, porque se formos falar somente do desarmamento de crianças, eu acredito que criança nenhuma deste país ande armada, a não ser quando algum adulto induz a isso, mas se o Estatuto do Desarmamento for realmente regulamentado, acredito que não vamos mesmo precisar. Mas, via de dúvida, sabemos como as coisas são, temos que fazer o maior esforço para que o projeto seja aprovado, mesmo conhecendo como andam as articulações políticas nesses últimos tempos naquela Casa. Mas, eu entendo que a força política, o poder de interlocução e articulação que a senhora tem, acredito que não será um projeto difícil de passar naquela Casa. Se fosse alguma coisa como LGBT, eu já ia dizer que a senhora iria ter mais dor de cabeça, mas como é criança todo mundo se pega pela emoção, e também não é só emoção, é realmente uma temática complicada, uma temática que precisa ser abolida do seio das crianças, pois elas não nasceram para viver armadas, nasceram para brincar, divertir e construir seu aspecto de cidadão e cidadã.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Primeiramente, deputada, gostaria de parabenizar pelo projeto e ratificar uma das falas da senhora, pois a violência ultrapassa o aspecto fático e também interage na questão simbólica. Então, as crianças quando portam arma de fogo de brinquedo tem um simbolismo potencial e que esse limite entre o simbolismo potencial e interacionismo fático é muito tênue. Então, para que se ultrapassem essas questões do simples brinquedo a uma potencialidade em questão de extermínio é um limite muito pequeno e tênue. Eu gostaria de saber, deputada, existem outros símbolos na nossa sociedade que significam violência e são muito perversos. Inclusive por parte do Estado. Sobre isso fazemos uma análise muito simples e visual dos próprios fardamentos e dos aparatos de segurança pública, com caveiras, com facas, com armas cruzadas e da influencia que isso tem, simbólica e potencialmente, na nossa política de segurança pública. Até que ponto estamos criando com isso uma política de aproximação ou simplesmente uma questão repressiva e que afasta cada vez mais a sociedade dos nossos aparatos de segurança pública, e se existe algum projeto de lei voltado a esse tipo de símbolos carregados pelos próprios aparatos do Estado.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu quero agradecer muito a vinda da deputada Érika Kokay; agradecer a Luís Cláudio Galharde que é da Rede Desarma Brasil que compõe agora conosco o Conasp e que deverá ser apresentado aqui aos colegas brevemente. Como havia dito pela manhã, não se trata, como está na pauta, de desarmamento infantil, trata-se de uma coisa muito mais ampla, como a deputada nos colocou, que é uma lei que já consta no Estatuto do Desarmamento, que é uma lei que proíbe a venda, a fabricação, a comercialização e a exportação de armas de brinquedos. As armas de brinquedo não servem apenas para crianças, não é apenas uma brincadeira infantil, elas têm sido, e muito, utilizadas. Inclusive, em São Paulo foi feita uma pesquisa na qual uma porcentagem incrível de crimes era praticada com armas de brinquedo. E não eram só simulacros. 41 por cento das armas de crimes cometidos contra pessoas foram utilizando armas de brinquedo e não apenas de simulacro, o simulacro é aquela arma de brinquedo muito parecida com arma de verdade. O que eu acho que fica para este Conselho é que existem alguns temas que precisam ter um reforço e que nós, enquanto Conasp, precisamos ajudar para que esses temas andem, porque esse projeto de lei, e a atuação que a deputada está à frente já não é de hoje, às vezes avança um pouco, depois recua, outros projetos vêm, e alguns começam a passar despercebidamente. O Estatuto do Desarmamento hoje talvez seja uma das leis que mais sofrem ataques para ser desfeito aquilo que já está posto. A cada legislatura sofre alguma forma de ataque por parte da chamada *Bancada da Bala*. Mas, o que acho mais importante é que este Conselho, não apenas com a fala da deputada, eu tinha enviado também para os e-mails alguns materiais para que vocês pudessem se apropriar desse tema, da

história. Alguns municípios e estados estão tomando a frente e fazendo aquilo que o Estatuto do Desarmamento já coloca para todo o Brasil. E como não foi feito, alguns estados fizeram, como Brasília, São Paulo e alguns municípios. Acho que caberia ao governo federal ajudar para que o Estatuto fosse cumprido, e como bem disse a deputada, talvez nem precise de um projeto de lei, mas regulamentar o que já está colocado desde 2003 no Estatuto do Desarmamento. Eu pergunto, deputada, se hoje, da forma como a senhora percebe o movimento que está na Câmara, com os tempos que sabemos que é ano eleitoral, de megaeventos, talvez a agenda seja bem truncada, o que, pragmaticamente, poderemos fazer para ajudar nesse processo, seja apoiar o projeto de lei, seja estabelecer um apoio melhor para a regulamentação do que está posto na lei. Obrigado.

O Sr. Alberto Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Deputada, eu ouvi com bastante atenção o seu discurso, coerente, preocupado e que faz todo sentido em uma sociedade violenta. Hoje as famílias, em todas as modalidades possíveis de família, trazem para a escola uma responsabilidade que não é dela. Não é a escola que dá educação. A escola forma. Ora, o projeto de sua iniciativa, e a senhora disse que inclusive teve uma iniciativa similar no Distrito Federal, é justo, é do momento, é importante, mas como pesquisador me atentou muito um detalhe. As leis têm prazo de validade. Eu posso falar aqui, por exemplo, a questão do Estatuto do Idoso. Faz todo sentido no Brasil hoje, daqui 20 anos não mais, pois teremos uma sociedade de idosos. Tecnologia faz parte do nosso dia a dia. Mas, nós temos agora um novo problema, que são as impressoras em 3D. Então, em que medida a chegada dessa tecnologia, com o seu barateamento, vai impactar a sua propositura? Obrigado.

O Sr. Alberto Aleixo de Souza (Redes e Desenvolvimento da Maré) - Boa-tarde. Saúdo Vossa Excelência e a proposta que a senhora veio trazer para os conselheiros. Ouvindo o conselheiro Alberto falando sobre tecnologia me fez pensar. Na proposta da senhora, como é que podemos pensar, por exemplo, nas questões dos videogames. Seriam as armas virtuais, elas não têm materialidade. Entretanto, ela induz o comportamento violento tanto quanto um brinquedo de criança, até mais ainda. Como nós poderíamos abarcar esse campo? Sabemos que é um *lobby* poderosíssimo, são empresas multinacionais, como poderíamos trazer esse campo para essa discussão?

A Sra. Érika Kokay (Deputada Federal) – A primeira coisa que temos que reconhecer é que somos uma sociedade violenta. É que esse mito da democracia racial, esse mito da cordialidade é um mito de casas grandes e senzalas. Quando se adentra, quem vem da senzala ao adentrar a casa grande adentra numa condição de subalternidade e não preenche os territórios. Os territórios da casa grande continuam sendo territórios proibidos, embora estejam lá porque é uma relação de subalternização que se impõe. Portanto, é preciso reconhecer que somos violentos, que não fizemos os lutos, quando não se faz o luto não se fecha o ciclo e ao não fechar o ciclo você convive com pedaços da ditadura, do colonialismo e da escravidão na nossa contemporaneidade. E como se constrói o mito de que somos um povo cordial, cordato, nós vamos impedir que se enfrente os desafios que estão dados, pois não se reconhece esses desafios. Então, veja, esse é o primeiro aspecto. A questão do projeto vem nesse sentido também. Ao se proibir a comercialização, a exportação, nós estamos dizendo que a sociedade se reafirma enquanto sociedade violenta a utilizar esse tipo de artefato como se brinquedo fosse. Veja, há uma necessidade, penso eu, de que possamos fazer o enfrentamento cultural. A política cultural parece que é fundamental para ter uma sociedade de cultura de paz, pois precisamos enfrentar uma cultura, a cultura do jeitinho, a cultura da subalternidade, a cultura da desumanização simbólica. Portanto, ao apresentar um projeto, estamos buscando fazer esse enfrentamento, pois

o menino com arma na mão se sente no direito e acha que é natural matar. E nós precisamos considerar os videogames, que o projeto não considera. Não considera em princípio porque ele fala de arma de brinquedo e tal, mas você pode considerar que o brinquedo que provoca essa relação violenta e que naturaliza essa relação violenta ele também estaria enquadrado, mas ele não explicita isso. É preciso que avancemos nessa perspectiva de encarar que o menino no videogame assassina milhares de pessoas por dia e ele acha que pode assassinar. Então, isso é entranhado. E objetivamente com arma de brinquedo, que é onde o projeto se dedica a fazer o enfrentamento e o combate, mas quando você tem uma arma de brinquedo é aquilo que te dá poder e o que te possibilita dominar. Então, o domínio não passa pela condição humana de construção de ideias, de pensamentos e de relações, porque você pode dominar um fato, dominar um conteúdo ou ser majoritário na opinião que você carrega pelo convencimento. Então, você estabelece uma blindagem para uma sociedade frágil que vai a cada dia que passa depender de outros elementos para poder ter visibilidade. Hoje, por exemplo, os meninos e as meninas que estão em situação de vulnerabilidade são invisibilizados, eles se tornam visíveis quando carregam uma arma na mão. Eu costumo dizer que quando ele recebe a sentença e a sentença é de internação, quando ele adentra a unidade de internação está invisibilizado de novo, a sociedade não o reconhece; é como se ele fosse invisível, como os nossos presídios que estão absolutamente lotados de jovens. Dostoiévski diz que conhecemos a nossa sociedade se conhecemos os nossos presídios. E os presídios estão lotados de pessoas de baixa renda, empregos precários, famílias monoparentais, via de regra, essa é uma realidade que vem de antes, mas hoje é um presídio lotado de jovens, quem está é jovem, então, significa que a nossa sociedade está emparedando e impedindo a liberdade dos nossos próprios jovens. Essa coisa da arma, que é um pouco diferente do videogame, mas é do poder que se constrói para anular o outro e dominar uma situação, a partir do artefato que você usa e não a partir de sua própria capacidade de convencimento para você dominar uma situação ou da sua própria capacidade de desenvolvimento das relações afetivas, amorosas, porque isso são instrumentos absolutamente poderosos e que são negados. A arma suplanta isso; ela impede isso; o jogo suplanta isso e ele diz o seguinte: “Pode-se matar, e eu venço quando eu mato, eu venço quando anulo o outro e não quando eu considero o outro como contraponto”, o contraponto é importante para a construção da síntese, pois se pegarmos a lógica dialética você tem a cada tese uma antítese que desconstrói uma síntese, que se transforma novamente numa tese, e assim pelo contraponto você constrói o pensamento humano e constrói os caminhos mais saudáveis da própria humanidade. Quando você anula o contraponto, você considera que o contraponto tem que ser exterminado, você está criando uma sociedade extremamente intolerante. Aqui no Distrito Federal são onze denúncias de racismo, todos os meses, fundamentadas. Nós temos hoje um fenômeno que é uma concepção fascista, porque quando você hierarquiza o ser humano é fascismo, é ovo de serpente, ovo de serpente você tem que enfrentar, você não pode ignorar, porque eu ignoro o ovo de serpente e você acordará cheio de serpentes. Tem que ser enfrentado os ovos de serpentes com os instrumentos que o estado democrático de direito possibilita, e que está cada dia mais ruindo a olhos vistos, pois estamos vendo os linchamentos, justiçamentos, como nunca vimos antes. Ou seja, o absurdo e a barbárie estão perdendo a modéstia. Quando você vê o exemplo da Câmara, uma pessoa que defende a ditadura militar pleitear a Comissão de Direitos Humanos, a barbárie está perdendo a modéstia e o absurdo está ficando desavergonhado. São expressões que compõem uma lógica muito preocupante, uma lógica fascista que precisa ser enfrentada de todas as formas e, particularmente, com o conjunto das políticas públicas e com o olhar nosso, carinhoso, sobre os nossos meninos e meninas, eles são os sujeitos de direito, como diz o Estatuto da Criança e do Adolescente. São sujeitos de direitos num fase peculiar de desenvolvimento e que devem ser beneficiários da política de uma doutrina de proteção integral. Isso significa que quando você permite e banaliza o videogame, a arma, você está

desconsiderando a doutrina de proteção integral que está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente. Portanto, eu diria que nós vivemos momentos muito ameaçadores. Momentos que o estado democrático de direito ao não impor passa a ser ignorado, em grande medida, quando as forças de segurança são encaradas como adversárias, a população tem medo das forças de segurança, ela tem medo, ela teme as forças de segurança e não considera que há uma proteção que está ali para protegê-la. Nós temos vários projetos de desmilitarização, de unificação que são importantes, penso eu. Mas, vamos analisar a possibilidade de transformar num projeto de lei a utilização de instrumentos ou de símbolos que são símbolos que assumem a agressividade e a violência que não podem se expressar no próprio Estado. O Estado não pode ser vingativo, justiceiro, o Estado tem que promover a justiça, que envolve inclusive a justiça social, e a meu ver as condições para que todos possam ser encarados com os mesmos direitos, acho que isso é central. Eu penso assim que a arma de brinquedo e o videogame são instrumentos de empoderamento, como eu disse, que são fictícios e artificiais e que fazem com que não reflitamos sobre nós mesmos, pois a sociedade é pouco reflexiva. Na época de Freud, as principais psicopatologias eram as relacionadas às neuroses, então, a uma sociedade extremamente repressora. Hoje, as psicopatologias mais comuns são pânico, a drogadição, a depressão, que são impulsos para que se busque uma satisfação que é absolutamente fugaz e imediata. É negar a historicidade: nega a historicidade nega a humanidade porque o ser humano é um ser histórico. É o aqui e o agora. Portanto, o consumismo que é o aqui e o agora, a busca do prazer imediato tem uma interface muito profunda com a própria drogadição, que é a busca do prazer imediato. O que leva um menino que sabe que se ele entrar naquela vida ele vai ter 18, 19, 20 anos de vida porque há um risco grande de ser encarcerado ou de ser morto, o que o faz adentrar a esse universo é a lógica do aqui e agora. Penso que esse projeto, e vamos discutir as novas tecnologias também, mas as novas tecnologias, videogames e tal, vamos construindo esse projeto nesse perspectiva, mas, veja, penso que o que está em risco é a própria capacidade de pensar, de amar e a própria alma. Nós vivemos num dilema meio Shakespeariano, penso eu, que é ser ou não ser, porque essa mão invisível do mercado e das relações está entranhando, elas estão invadindo as cidadanias da intimidade e capturando o comportamento, sonhos. Se você pegar os meninos que estão internados em medida socioeducativa, você vai ver que eles têm todos os mesmos sonhos, eles têm muita proximidade na postura corporal, e numa sociedade que sempre diz: “Consuma para eu te respeitar e não dar o direito de consumir”, então, essa é uma sociedade em que a arma vem como um empoderamento, como a busca do prazer imediato, para responder a uma lógica fragmentada, inclusive de mensagens antagônicas, são duplas mensagens, antagônicas: “Consuma, senão não te respeito”. E a outra mensagem: “Você não vai consumir, porque o consumo é restrito a outra parcela da população”. Sociedade naturalmente violenta e que ela propicia a utilização da arma. Eu digo tudo isso porque você impedir a fabricação e tal é você combater um sintoma da sociedade que são os meninos naturalizarem a arma como instrumento de empoderamento sem que percebam que somos incompletos, pois a sociedade não permite nem ao menos que você viva nem a sua própria dor, porque se você está sofrido, você sai com uma caixa de ansiolítico, o Brasil nunca forneceu tantos psicotrópicos como agora, qualquer diferença de comportamento, ritalina, qualquer diferença de comportamento há um diagnóstico imediato e há uma medicalização da própria educação e das relações que são medicalizadas. Eu me lembro da fala de uma menina que dizia: “Eu não sabia que a felicidade custava só sessenta reais”, era o ansiolítico que ela estava tomando por orientação médica e que provocava essa felicidade. É a sociedade que vivemos. Esse projeto vem na lógica de você tirar os artefatos, tirar os empoderamentos que são fictícios e frágeis e construir uma relação na qual as pessoas possam refletir sobre ela mesma, na qual o menino não precisa ser visível com arma na mão, na qual você possa resolver os conflitos, pois o ser humano é um ser faltante e por ser faltante é ser querente também. Nós somos seres faltantes. Só nos

sentimos plenos quando nos sentimos pertencentes a algo maior do que nós mesmos. Portanto, essa condição de ser faltante nos dá querência. Somos seres querentes. Mas, também faz com que nós tenhamos que viver com conflitos e esses conflitos você precisa saber como resolvê-los. Quando você estimula a arma, arma, arma e ela é introduzida pela ludicidade, pois temos os meios de entretenimento e os espaços que seriam de lazer construtores de uma ideologia que é uma ideologia desempoderadora do ser humano, assujeitadora, portanto, a ideologia de dominação e de hierarquização dos seres humanos, então se você não considera a condição de faltante e a partir daí a necessidade de reflexão para que você possa buscar o empoderamento a partir de sua própria ação e da reafirmação da condição humana, nós vamos ter uma sociedade violenta. **Então, eu vou encerrar dizendo o seguinte: "Como se pode ajudar?". Eu acho que se o Conasp tirar uma resolução de apoio a essa iniciativa é muito bom e importante. Nós podemos realizar, e gostaríamos de contar com vocês, audiências públicas e discussões acerca disso para discutir a cultura, pois o que está em risco é a construção imaginária, simbólica também na nossa sociedade.** O ser humano, e eu encerro com isso, estamos deixando a fome de pão para trás, e ela é importante, porque ela é estruturante de outras fomes, mas o ser humano não tem fome só de pão, tem fome de beleza, tem fome de arte, tem fome de amor, temos milhares de fomes que precisam ser consideradas e precisam também ser saciadas. Por isso, esse projeto, a nosso ver, carrega todo esse significado que é uma experiência que nós, digamos assim, nos espelhamos na experiência de Londrina, e é muito importante que essa experiência seja generalizada. O DF se espelhou no próprio projeto que está em tramitação para criar uma lei, depois veio a lei de São Paulo e outros municípios. É preciso criar uma verdadeira corrente para que nós possamos mostrar o que significa uma criança transformar em brincadeira a arma que vai matar o outro, que vai anular o outro e que vai, portanto, naturalizar e entranhar a cultura de subalternização que é violenta. A violência é diminuir o outro, ou que anula o outro enquanto outro. Eu queria agradecer muito a oportunidade. Só socializar com vocês: estamos numa reunião agora junto à Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, senadora Ana Rita, porque temos uma pessoa que foi abordada por policiais e desapareceu aqui em Brasília, e depois de alguns meses foi encontrada a ossada dela, e o laudo do IML surgiu agora e ele aponta que ela foi extremamente torturada, os ossos estão quebrados, várias fraturas, por tortura, esse é o laudo que está lá e nós vamos ter essa reunião para que possamos descobrir quem matou Antonio, não é onde está Antonio. Ontem o irmão dele nos falava o seguinte: "Nós não vamos enterrá-lo enquanto não soubermos o que aconteceu com ele, pois enquanto ele está lá, ele está vivo e nós não vamos enterrá-lo para que ele suma e acharmos que é isso mesmo, que não tem resposta". E tem uma coisa muito esquisita, a ossada foi descoberta em dezembro, e ele deu entrada em um hospital da cidade, com pai e mãe e tal, em novembro, só que ele já estava morto. O laudo do IML diz que ele faleceu provavelmente no dia em que ele desapareceu nas proximidades daquele dia, ele já estava morto e deu entrada no hospital, talvez seja a tentativa de construção de álibi, não sei. É o que estamos querendo ver. Agradeço muito, desejo um bom trabalho para vocês e dizer que vocês contam com um gabinete, vários gabinetes, aliás, na Câmara Federal. Um abraço. (Aplausos).

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Somente para agradecer e dizer da nossa satisfação, em nome da nossa presidente, Regina Miki, que nós vamos estar envolvidos com esse tema para construirmos juntos essas possibilidades. Obrigado, deputada.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Bom, vamos dar continuidade às discussões dos Diálogos Regionais Conseg/2015. Vamos retornar aqui e otimizar o nosso tempo, pois temos muita pauta apenas para mais um dia e meio de reunião. Então, hoje pela manhã, nós tínhamos parado na discussão do quantitativo e dos critérios de indicação das pessoas que vão

para as plenárias regionais. Nós tínhamos parado na discussão dos trabalhadores, como seria o critério de seleção. Eu pediria a atenção do pessoal porque a reunião está dispersa em três microrreuniões aqui. Vamos aguardar um pouco. P. Queiróz, você tem alguma resposta do Ceará? Tem alguma confirmação oficial, por e-mail ou ofício? Caso confirme, onde será? Na Câmara Municipal. Está ok. Então, estávamos definindo como seriam os representantes dos estados no evento Diálogos Regionais Conseg/2015, que é o nome oficial a partir de agora. Aí definimos a proposta passando de seis para nove, pois, realmente, numa das reuniões anteriores havia sido mencionado nove pessoas por estado, distribuídas da seguinte forma: três gestores de segurança pública a serem nomeados por ofício a ser enviado ao secretário estadual; três por estado, representantes dos trabalhadores e três da sociedade civil. Houve aqui um questionamento a respeito do critério dos trabalhadores. Nós tínhamos falado de edital, mas surgiu outra ideia que se encaixa melhor, aparentemente, nas nossas necessidades, que não haveria edital de convocação de trabalhadores, mas, sim, enviar ofício à direção nacional de cada entidade que os nomearia. Temos nove entidades de trabalhadores representadas aqui no Conasp, só repassando, temos a Cobrapol, temos uma vaga que é dividida pela ADPF com a Adepol, eles teriam que se entender para fazer as nomeações, uma do Fenaprf, uma vaga da Feneme, uma da Fenap, uma vaga dividida entre a APCF e a ABC, uma da Anaspra, uma do Sindaspen, totalizando oito, está faltando aqui as guardas municipais, que estão como gestores, não como trabalhadores por não haver uma entidade nacional representativa, mas para efeito de indicação, eu acho que os representantes das guardas no Conasp fazem as vezes de representante nacional nas indicações. Então, a conta que fizemos que dá redondinha seria que cada entidade de trabalhadores teria direito a nove indicações, distribuídas da seguinte forma: Nordeste – 9 estados – cada uma vai ter direito a três indicações. Cada entidade vai definir os estados da região que vão sair os representantes para a Região Nordeste. Para a Região Sul, são 9 representantes, é um por categoria; nas Regiões Norte, Sudeste e Centro-Oeste, seria feito da seguinte forma: Norte dois por categoria, sobram três vagas; no Sudeste um por categoria e no Centro-Oeste um por categoria. No Norte, Sudeste e Centro-Oeste dividiríamos também ou por sorteio ou por acordo, talvez se quisessem trocar, podem trocar, mas algumas entidades indicariam três no Norte e outras indicariam dois no Sudeste ou no Centro-Oeste, de forma a equilibrar 9 vagas nacionalmente para cada categoria profissional. Só que aí surge um segundo problema que é manter a paridade estadual, por exemplo, se no Sul, das 9 categorias, 7 resolve indicar um representante do Rio Grande do Sul por exemplo; 2 do Paraná e Santa Catarina fica sem representante. Teoricamente, cada um tinha direito a uma vaga, indicou e tem ali os nove. Eu acho que deveríamos fazer mantendo a paridade de três representantes por estado. Também o critério poderia ser o sorteio ou por ordem de chegada, eu sou mais o segundo critério, soltamos o ofício, no Nordeste, por exemplo, tem que indicar por três por categoria, a prioridade será para os que indicarem primeiro. Por exemplo, a Fenappi, a Feneme e os peritos indicaram, quando chegou a Anaspra para indicar o quarto da Bahia, nós já teríamos três da Bahia, aí o quarto já não pode mais porque já foram preenchidas as três vagas daquele estado. Tem que indicar alguém da Anaspra de outro estado. Com esse critério então, cada entidade então indica três do Nordeste, mas tem que se manter a paridade de três por estado. Mas, pode-se chegar ao absurdo de ter nove de um estado só. Então, essa é a proposta de divisão das nove vagas para os trabalhadores. Não sei se ficou clara a explicação.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – Eu conversava em *off* aqui, não sei o que os conselheiros pensam, será que não seria interessante aquela localidade que exceder os três que se fizesse um sorteio, para evitar uma corrida desenfreada para ver quem vai ser o primeiro? São três. Chegaram quatro, sorteio. Como é que seria o sorteio? Estou tentando dividir

para evitarmos uma corrida desenfreada para ver quem vai ser o primeiro. Seria para qualquer lugar, para todos que exceder essa lógica.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Vamos ver, por exemplo, a Região Sul que é mais fácil. São nove: é um por categoria. Mas, vamos supor que as nove categorias resolvam indicar alguém do Rio Grande do Sul, os outros estados vão ficar sem ninguém. Aí faria um sorteio dos nove para ver quais ficariam no Rio Grande do Sul e os outros seis serão obrigados a irem para uma segunda alternativa.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Você colocou que quem serão notificadas são as entidades maiores. A entidade maior é quem vai se responsabilizar por fazer essa divisão. Por exemplo, na associação dos papiloscopistas, a ABC, a Adepol etc., são eles que se encarregam de indicar.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Mantendo a paridade. Vamos supor que as nove entidades nacionais do Rio Grande do Sul resolvem indicar do mesmo estado, aí os estados do Paraná e Santa Catarina não vão ter nenhum representantes dos trabalhadores?

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Com certeza a entidade nacional não vai fazer isso.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Não. São 9 entidades. Vamos supor que não sejam nove, sejam seis entidades e que estas resolvem indicar do mesmo estado. Os peritos indicam um do Rio Grande do Sul, os papiloscopistas também...

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) — Mas, qual é o problema? Isso não é a entidade nacional? Eles devem ter se concertado para fazer isso. Porque senão, principalmente, os trabalhadores¸ não sei, se deixar aberto, vocês terão um pepino para descascar que não vão conseguir descascar. Sinceramente. Seria a metodologia mais interessante, eu acho que é. Não tem uma entidade nacional com representação nacional? Ela que vai indicar. Se cair de um estado só...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Mas, corremos o risco desse desequilíbrio...

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) — perfeito.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então, seria outra proposta, tudo mundo ciente. Terão estados muito bem representados e outros não.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) - Nordeste: 3 por categoria. Aquela categoria vai ter três para indicar. Problema deles. Se outra categoria resolver os mesmos estados, paciência.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Tudo bem? Então, não havendo objeção fica com essa possibilidade de a categoria nacional indicar e é possível haver esse desequilíbrio.

O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – A questão dessa sobra. Como ficaria?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Poderíamos sortear agora inclusive. Acho melhor sortear e se alguma categoria quiser trocar com outra, negociam.

O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – Porque contempla ali os nove. Pode ser.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Peço à assessoria que recolha nove pedaços de papel para sortear aqui. Pode recortar mesmo aqui na lista o nome das categorias. Bom, está superada a questão da indicação dos trabalhadores. A questão da sociedade civil não tem outro jeito que não seja edital de convocação. Não vislumbro outra proposta.

O Sr. Eduardo de Quadros *(Rede Desarma Brasil)* – O edital de convocação será aberto no site, na página do Conasp, para podermos fazer a inscrição lá, não é isso? O edital chamaria e teríamos uma página no Conasp para fazer o formulário de inscrição para participar do edital. Como seria isso?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Boa pergunta, eu também não sei. Pergunto ao Marcello se teria como colocar isso no site? Podemos enviar por e-mail também, pelo e-mail oficial do Conasp nós divulgamos. Não sei se seria viável colocar um formulário no site. Talvez os conselheiros mais antigos que estavam aqui na outra eleição, eu não estava, o problema de eleição é feita a habilitação pelo sistema Infoseg, que deu muitos problemas da outra vez. Agora, é só sociedade civil que vai ser por edital.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – O ótimo é inimigo do bom, se pudermos fazer pelo método mais simples e que seja eficiente, talvez o e-mail resolva.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Divulga o edital, enviar pelo e-mail do Conasp até a data tal, e as entidades...

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – No e-mail não dá problema. O formulário não envia às vezes, o cara não tem confirmação. No e-mail não, vai estar lá a hora que saiu, tudo certinho. Eu penso que seria mais fácil e rápido.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – E até também pela desburocratização a questão da documentação, eu acredito que não precise da entidade ter caráter nacional, como é o requisito para se eleger para o Conasp. Uma entidade de atuação regional, nesse caso, é válida.

O Sr. Eduardo de Quadros *(Rede Desarma Brasil)* – *Ok. O que seria adequado então seria que saísse com um formulário do Conasp, como consta aqui, um papel com a logomarca, e um pequeno formulário que você pode apensar ou passar no corpo do e-mail, assim fica mais fácil a inscrição, senão corre-se o risco de virem informações desencontradas. Diz o* nome da entidade, o nome do representante, qual estado, carteira de identidade etc., a pessoa responde aquilo, um formulário com os dados principais que são necessários e aí todos se inscrevem da mesma forma, fica muito mais fácil para a organização trabalhar. Se enviar só o e-mail, as pessoas vão colocar informações na sequência que elas acharem melhor, e quem for organizar terá um problemão. Seria mais adequado se esse formulário pudesse vir com a logomarca.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – O prazo para lançamento deste edital é dia 24, o prazo de resposta até 10/03, e a Senasp tem até o dia 14/03 para fazer essa definição das entidades habilitadas, tentando organizar paridade e representatividade por estado. Vamos ter um trabalho hercúleo, mas uma vez habilitadas, vamos pedir as entidades que indiquem os seus representantes.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Até quando que a secretaria vai mandar para nós o e-mail?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – No dia 24, é soltar o edital.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Eu fiquei com dúvida em relação a como vai ser elaborado esse edital para convocação da sociedade civil? Eu acho que temos que discutir antes, passar pela nossa aprovação, não pode ser uma coisa excessivamente burocrática porque afasta a sociedade civil.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu pensei em um texto curto, de uma página e meia, apresentando o que é o evento, soltaríamos o texto e também o chamamento para inscrição, via e-mail.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Eu acho que seria legal por parte da Secretaria-Executiva que apresentasse aos conselheiros antes, ou mesmo à sociedade civil, os critérios que vão ser postos como pré-requisitos para habilitar essas instituições ou não. E outra coisa, como vai ser essa coisa de paridade no edital?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – **A** ideia é ter três entidades por estado. Corre-se o risco de ter estado que não tem três entidades e não apresentar.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Na sociedade civil, nós estamos pensando em questão de paridade em gênero e raça?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – É de entidades e não de pessoas.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Não entendi, Alex, a questão de pessoas, fiquei na dúvida. Está se falando de equilíbrio.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Por exemplo, o movimento negro indica 6 entidades na Bahia, as três vão ser do movimento negro? Não vai ter nenhuma do LGBT, nenhuma do desarmamento...

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Estamos falando justamente para garantir a paridade para que todos tenham o direito de participar.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Isso. Vai ser equilibrado, às vezes não cabem mais causas do que o número de vagas, por exemplo, movimento negro vai ter um em cada estado, não dá. O movimento do Nordeste vai ter um na Bahia, um no Ceará, um em Pernambuco. Em Sergipe, por exemplo, você pode ter um LGBT, um desarmamento e outra, feminista, por exemplo. Você não precisa ter movimento negro em todos os estados. É nesse

sentido que vamos tentar equilibrar. Como eu disse de manhã, terá um grau de subjetividade porque há entidade que é LGBT, mas também é movimento negro, mas também é direitos humanos ou desarmamento. Nós vamos buscar um equilíbrio para que todo mundo seja representado, todos os segmentos tenham voz. Não dá para um segmento querer ocupar todos os espaços. A não ser que seja o único inscrito. Se você tiver uma proposta melhor do que essa...

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Na verdade, eu queria que fosse passado para nós os critérios para avaliarmos corretamente, se contempla ou não.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Acho que temos que colocar isso no papel, buscar que todos os segmentos estejam representados. Não necessariamente dentro do mesmo estado, mas que na mesma região todos estejam representados, na medida em que apresentarem as inscrições. Claro, bem lembrado aqui, vão ser custeadas as viagens. Mas, se quiserem ir por conta também fica aberto. Entre essas bases que vão custeadas vamos buscar a representatividade de todos os segmentos. Vamos colocar isso no papel e no próximo intervalo colocamos o texto para ser aprovado, pode ser? Bom, o prazo para indicação de representantes no caso da Secretaria de Segurança seria 10 de março. O próximo passo então é a programação. A princípio, no primeiro dia a abertura do evento com palestra da secretária nacional e presidente do Conasp, Regina Miki, e como de outras autoridades presentes. No segundo dia, das 8 às 12, debate sobre o impacto da 1ª Conseg, bem como implementação de suas deliberações. Na parte da tarde, debate sobre o início da preparação da 2ª Conseg e eleição dos representantes de cada região na etapa nacional. Isso está um pouco flexível, como já foi colocado o caso de Porto Alegre, talvez lá seja o primeiro dia inteiro e o segundo dia só pela manhã, mas o fato é que são três blocos. A questão seria abrir a palavra a todos, não no primeiro dia, é claro, que é apresentação, no segundo abrir a palavra e fazer esse debate. À tarde já a apresentação de candidaturas e eleição dos representantes que vão levar as propostas deliberadas para a plenária nacional.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Alex, você acha interessante colocar o tema da Regina Miki na abertura, às vezes na hora de formatar a programação, colocar um tema. A abertura não tem muito a ver com a própria metodologia do dia, seria interessante.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Participação popular e a 2ª Conseg**.** Pode ser esse? Ok. Mais alguma colocação? Nós tivemos a proposta de fazer a divisão de grupos, mas eu acho que o tempo ficaria exíguo. Cabe avaliar também em cada plenária regional, dependendo do quantitativo de pessoas, a limitação de tempo das falas.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Se não fizermos essa divisão de grupo, como é que vai fortalecer os debates se temos texto-base? Não é texto-base?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Não, tem um texto de chamamento que definiríamos depois que definíssemos esses parâmetros. É um texto de uma página e meia. Se alguém quiser acrescentar mais alguma coisa, vai ficar aberto? Por enquanto é um único texto.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Eu achei que ia dividir os textos por tema.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Gente, não é uma conferência, conferência tem oitenta páginas, não cabe discussão de oito eixos como numa conferência. O tema é geral, o que foi a 1ª Conseg...

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Eu sei que não é, desculpa, Alex, mas o que tínhamos debatido aqui seria uma pré-avaliação do que foi a 1ª Conseg e o que foi encaminhado da 1ª Conseg até aqui. Para mim, são temas distintos, eu fazer a avaliação do que foi ela e o que temos em avanços. E aí a outra coisa seria para a construção da Conseg/2015. Para mim, são assuntos diferentes. Se formos debater tudo isso...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – É como eu disse, o tempo é exíguo e o evento é pequeno, não é uma Conseg. Você falou primeiro é na parte da manhã, debater o que aconteceu na 1ª Conseg até aqui, e a 2ª Conseg na parte da tarde. É assim que está estruturado.

O Sr. Eduardo de Quadros *(Rede Desarma Brasil) –* *O formato precisará ser igual para todos nessa questão, se vai haver grupos ou não? Ou deverá ser formatado para que no aspecto metodológico ele dê vencimento ao que se está propondo. Vou explicar. Por exemplo, nós lá em Fortaleza, em Pernambuco ou na Paraíba, nós trabalhamos, e foi assim que formamos tanto a Conseg municipal, como a estadual, como fazemos muitas outras atividades a partir da metodologia utilizada como da educação popular, na qual você faz o debate com o discurso e a forma de debate é geralmente em mesas-redondas, não em formato de auditório. Eu só quero saber se há um direcionamento para que o formato seja fechado ou se o estado que está propondo, desde que dê vencimento ao que está sendo colocado metodologicamente que precisa ter, ou seja, o produto possa ter determinadas liberdades para trabalhar porque, volto a dizer, em alguns locais funciona melhor em forma de auditório porque as pessoas já têm aquela forma de trabalhar. Eu pergunto se há essa amarração?*

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Não há, o critério obviamente tem que ser o mesmo nas cinco plenárias. Como já inclusive pedimos em formato de auditório em que as pessoas vão chegar ao microfone, se inscreverem, vão falar e vão ser realizados os debates, como aqui. Aqui apesar de serem trinta conselheiros, geralmente fazemos o debate com 15 a 20 pessoas. Lá talvez sejam 70 pessoas. As pessoas ali vão querer se manifestar. Quando eu falo do tempo é por que realmente não dá para a pessoa falar 15 minutos, as pessoas têm que trazer suas reivindicações e serem objetivas. Não vai haver espaço para grandes elucubrações e divagações.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – O papel do mediador, quem é que vai fazer a coordenação dos trabalhos? Dado que a metodologia, em princípio, é clara, mas é bem simples, reforça o papel do mediador. Talvez o mediador não deva ser um conselheiro, até por nós representados, entidades que eventualmente vão estar com seus interesses sendo pautados nessa esfera pública. Isso é uma questão. Outra questão é se o consultor que vai trabalhar com a metodologia participativa, ele eventualmente pode produzir algum tipo de intervenção?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Está em aberto. Podemos colocar isso tudo no termo de referência.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu incluiria, se fosse possível, algum tipo de pesquisa de opinião, mesmo que seja um questionário objetivo, com

poucas questões, mas que depois possa ser sistematizado como parte, por exemplo, das sugestões temáticas e outras sugestões afetas à Conseg/2015, porque eu imagino que uma sistematização, digamos, dois turnos de trabalho, tirando a abertura, por parte de um consultor tende a ficar extremamente qualitativa. Então, eventualmente, vamos ter excertos de falas sendo reproduzidos aqui e acolá que não necessariamente traduzam um sentido comum, convergente, que foi, inclusive, um dos riscos que nós corremos, de alguma maneira, nos resultados da Conseg, temos proposições totalmente divergentes, aprovadas com o resultado da Conseg. Então, é uma para desmilitarizar e outra para manter como está. Como vamos equalizar esse tipo de questão que tende a ser mais fragrante ainda, dado que não tem nenhuma metodologia mais direta incidindo no processo.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então, seria um questionário para os presentes?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Talvez esse consultor pudesse participar do processo como mediador também. Se não ele, um convidado, nós tínhamos falado do próprio Ipea, alguém externo que poderia facilitar essa mediação. E segundo, se for o mesmo está resolvido, ele mesmo fará isso, só que ele terá que ter o cuidado depois de toda a gravação ser degravada para ele fazer uma análise dos debates, ou pelo menos vamos ter que trabalhar com o documento que essa região vai produzir, como a síntese dos debates, para que ele possa produzir o livro, fazer uma análise posterior. E a outra proposta seria uma espécie de pesquisa, porque vamos ter mesmo que quantitativamente um universo pequeno, o universo é representativo dessas categorias todas que participam do debate. De alguma maneira, poderíamos colher sugestões e até um perfil dos participantes para partir de uma pesquisa, um instrumento, um questionário, podemos rebuscar isso, se tiver tablet podemos até fazer on-line. Claro que não vamos ter em princípio, estou sugerindo um questionário, o próprio consultor entregaria no início e ao final ele seria responsável por sistematizar isso. Ele pode usar um software depois, SPSS, Sphinx, e por aí vai.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Podemos pensar em alterar o termo de referência, ou até se fosse o caso, outro consultor porque realmente um não dá conta dos dois ao mesmo tempo. Vamos pensar nessas duas sugestões. No caso da mediação, ou talvez um auxílio à mediação no debate, mas a princípio eu pensei caso a secretária, não sei como vai ser, se ela tiver disponibilidade, por exemplo, para os dois dias, ela pode fazer a mediação. Ou então seria a própria mesa do Conasp, a Secretaria-Executiva e a presidência, não sei.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu sugiro até ao próprio plenário convidar uma instituição sobre a qual não paire suspeitas de qualquer interesse aqui ou acolá, por exemplo, o Ipea e através do Ipea que eles participassem como mediadores, pessoas do próprio Ipea poderiam mediar. Não estou dizendo propor a metodologia, mas facilitar o debate. E o próprio Ipea poderia aplicar a pesquisa por exemplo. Imagino que deva ter um acordo de cooperação técnica, sem custo, como parte do processo...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Nós já tentamos no início um diálogo com o Ipea não fluiu muito, mas podemos tentar outra vez já que é uma coisa mais concreta por exemplo precisando de mediadores, e também se eles querem fazer uma pesquisa assim e tal. O primeiro diálogo falando de um evento genérico não conseguimos afinar.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Vamos fazer assim: um mediador por região; eventualmente se for o mesmo tudo bem, a equipe, por exemplo, ali do Cerqueira poderia produzir uma pesquisa de opinião e depois divulgar esse resultado conjunto para se ter outro nível de chancela que não só o Conasp, Senasp, uma instituição que trabalha com isso e é reconhecida por isso, vários pesquisadores da área que é o Ipea.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Bem, temos as sugestões do Pazinato. Alguma sugestão? Vamos buscar essa parceria. Podemos passar adiante? A questão de custos do evento. Foi tudo colocado aí como foi solicitado hoje de manhã. A Senasp custeará o deslocamento dos participantes, item 5, que são aqueles 9, mais o representante do Conselho Estadual, onde houver, dos representantes que não residam nos locais do evento, através de pagamento de diárias e passagens aéreas, que cobre os gastos com estadia, alimentação e transportes desses participantes. A Senasp não custeará o deslocamento e estadia dos demais participantes interessados que não constem no item 5. Se, além disso, as pessoas quiserem ir, as que não terão direito a voto, quem quiser acompanhar as discussões e se manifestarem, o evento está aberto, mas não há o custeio. Cabe aos participantes, uma vez recebida a verba indenizatória correspondente às diárias, providenciar a estadia e o transporte local da forma que melhor lhe aprouver. Esta condição não exclui, evidentemente, a possibilidade de que a organização do evento preste algum apoio, tal como a indicação de hotéis e restaurantes próximos ao local do evento, entre outras facilidades, como forma de cortesia aos participantes. Indicar, mas uma vez pagas as diárias e passagens, os participantes farão isso por conta própria, portanto, não há previsão dessa logística. No evento, terá a empresa que está dando o apoio aqui, vai dar o apoio nas cinco reuniões e com a diária a pessoa se vira. Alguns estados até já falaram que querem prestar o apoio, transporte, mas é por conta do governo local. A Senasp vai custear diárias e passagens. O conselheiro-coordenador tem apenas que arrumar o local. No caso, se a equipe técnica pedir apoio, se quiser ir antes para levar o pessoal lá, indicar onde é etc., para organizar no local do evento. Alguma dúvida? Objetivos? 1 - Socializar o balanço das ações levadas a cabo pelo CONASP; 2 – Monitorar o impacto da I CONSEG; 3 – Debater as conquistas e desafios de segurança pública no Brasil, privilegiando as peculiaridades regionais; 4 – Contribuir para o formato da II CONSEG.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – Lá no custeio, só para saber, a equipe que faz essa logística, ela faz imagem, oferece *data show*, telas, esse mesmo esquema aqui, mas ela faz a gravação, filmagem, transmissão simultânea?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Quando nós solicitamos a empresa para o evento local tem tudo que tem aqui, no caso, eles vão levar microfone, tela, computador, áudio, estenotipista. Filmagem eu acredito que não tinha. Gravação sim, como aqui, s reuniões não são filmadas, são gravadas.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – O que pudermos agregar fica por conta do estado e por conta das articulações que conseguirmos.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Se o estado quiser filmar, até porque mesmo a divulgação na mídia local do evento, aí, sim, vai precisar muito do apoio do pessoal local.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – É o que chamamos de mobilização local.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Jogar o evento na mídia.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – A minha pergunta é: como vamos fazer essa mobilização local, essas articulações para, por exemplo, que possamos ter pauta na mídia local, porque isso gera uma divulgação, para que possamos articular grupos que tenham essa fala, essa voz, para que possam expandir os eventos. Porque às vezes não é nem as pessoas estarem presentes ou ter quinhentas pessoas lá, mas você repercutir o evento na sociedade, que tenham lá 250 pessoas, mas 250 pessoas que façam repercutir na região que aquele evento teve um peso. E isso a mídia e, principalmente, a pauta positiva é fundamental. Por isso, a minha pergunta, e que o Eduardo já tinha colocado, é que se você faz isso com o apoio, por exemplo, da Ascom do ministério, oferecendo notas que repercutam na página do ministério ou o ministro falando, ou a secretária falando sobre esse evento nos empoderando lá na base. Nós lá na base diremos que vamos realizar aqui nos dias 28 e 29, vai ser assim e assado, colocamos o link de um texto daqui, da Ascom, do Gabinete do Ministro, falando que isso é uma iniciativa do ministério etc. Isso empodera a base e quem está lá fazendo a mobilização. E conseguimos trazer um grupo de jovens que trabalha com vídeo. Então, esse grupo de jovens é militante, foram da Conseg, eles podem vir para o evento e fazer a filmagem do evento por exemplo. São coisas assim que fazem com que nós nos empoderemos lá na base.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Bom, mais alguma colocação? Vamos para o item 8. Secretaria-Executiva do Conasp: organizar os eventos locais, prover a estrutura de apoio operacional e logístico, coordenar as reuniões. Bom, agora o Pazinato levantou a questão de que talvez seja o Ipea que vá fazer isso, a mediação, coordenar os trabalhos dos consultores e da estrutura de apoio. O coordenador local. São essas cinco pessoas indicadas para serem os representantes da Senasp lá: serão responsáveis para providenciar o local de realização do evento. Conselheiros da região do evento: articular junto às lideranças locais e órgãos de governo para mobilizá-los para o evento. Conselheiros das demais regiões: colaborar com a mobilização social. Bom, alguma colocação ainda? Então, agora, vamos para o texto que é o texto de chamamento. Primeiro, vamos fazer o sorteio. Vamos colocar na tela os quantitativos por região. Vamos discutir a metodologia do sorteio. Tem aqui 9 papeizinhos. O Josias, nosso estagiário, vai fazer o sorteio. Então, vamos lá. Temos que sortear três para a Região Norte 7 x 3 = 21 : 2 por categoria + 3: Guardas Municipais, ADPF/ADEPOL; FENAPPI. Então, na Região Norte, são essas categorias que vão indicar três pessoas. Vamos para a Região Sudeste agora: Sudeste 4 x 3 = 12 : 1 por categoria + 3: SINDARSPEN; ANASPRA; COBRAPOL; Centro-Oeste 4 x 3 = 12 : 1 por categoria + 3: FENAPRF; FENEME; APCF/ABC. Então, estão aí definidas, na Região Norte cada categoria vai indicar dois e as Guardas Municipais, ADPF/Adepol e Fenappi vão indicar três; no Sudeste cada categoria vai indicar um; o Sindarspen, Anaspra e Cobrapol vão indicar dois no Sudeste; no Centro-Oeste cada entidade indica um, e a Fenaprf e a Feneme e os peritos indicam dois. Caso queiram trocar, a negociação está livre, só nos comuniquem que houve a troca. No Nordeste todos indicam três. E no Sul todos indicam um. Ali a conta está redonda, só nas regiões onde teve que fazer o equilíbrio. Por exemplo, a Anaspra, no Nordeste vai indicar três, no Norte vai indicar dois, no Sudeste dois, no Centro-Oeste e Sul, um. Eu vou mandar por e-mail. A Feneme vai indicar três no Nordeste, 2 no Norte, 1 no Sudeste, 2 no Centro-Oeste e 1 no Sul. Os peritos ficam 3 no Nordeste, 2 no Norte, 1 no Sudeste, 2 no Centro-Oeste e 1 no Sul. As Guardas são 3 no Nordeste, 3 na Região Norte, 1 no Sudeste, 1 no Sul e 1 no Centro-Oeste. Mais alguma entidade com dúvida? Quantitativo de conselheiros que serão eleitos para a plenária nacional. Serão 12 conselheiros do Conasp, garantindo a participação dos conselheiros da própria região, e garantindo a paridade de representação dos segmentos; nós vamos solicitar que confirmem presença, como se confirma para a reunião do Conasp e vamos

colocar o quantitativo de vagas. Por exemplo, no Norte só dois. Então, os conselheiros vão se manifestar se querem ir para o Norte, dois do Norte estão garantidos, o da região, com certeza. No Norte só têm dois conselheiros, eles estão garantidos que vão. As outras dez vagas os conselheiros das outras regiões vão se manifestar, se houver mais do que dez interessados vamos fazer acerto como fazemos quando é indicação para conselhos, para grupos de trabalho, GTs.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Não esquecendo as paridades, ou seja, 13, 4 e 4.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então, vão ser 4 trabalhadores, 4 gestores e 4 da sociedade civil. Nós podemos até colocar 12 conselheiros do Conasp, garantindo a participação dos conselheiros da própria região, e garantindo a paridade de representação dos segmentos.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – E a outra foi a questão das vagas por regiões que seriam 30?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Na verdade, não ficou fechado se seria por região ou por estado.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Por isso mesmo porque eu me lembro dessa discussão de trinta por estado, mas que teria que ver como iríamos garantir, seria trinta por região?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Não, na verdade, o 30 seria um número para começarmos a trabalhar pensando nisso. Mas, é claro a Região Sul tem menos estados e a Região Nordeste tem mais. Pode-se pensar numa coisa diferente disso. Trinta por região dá mais ou menos 5 por estado. É só um balizador para começarmos a trabalhar em torno disso, não é que seria 30 por região.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Se formos trabalhar por estado aí não vai dá a paridade dos segmentos por região.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Isso. Como estamos abrindo aqui, já tem a proposta, por exemplo, dos trabalhadores que é você abrir mão da representação por estado, porque pode acontecer do estado ficar super-representado e o outro sub. Então, não dá mais para começar a pensar em estados, pois vamos ter um problema com isso. Pode-se pensar na região, mas proporcional ao número de estado daquela região. Por exemplo, vão ser 4 por estado, quer dizer, a Região Sul vai eleger 12, a Região Nordeste vai eleger 36, mas não quer dizer que tem que os 12 tem que ser 4 de cada estado, a Região Sul elege 4 e o Nordeste 36, mas que não precise ser do estado.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Mas, faremos a seguinte simulação: dos 27, saindo 6 por estado vezes 27 daria 162, com mais os 60 conselheiros que dariam 228, que seria a faixa, 250, extrapolando os 300 na nacional, lembra-se disso?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Lembro que foi um indicativo, não foi um número fechado.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Pois é, não é um indicativo um número fechado, mas está bem menos do que o mínimo, 228 no total, ou seja, sobrariam 32 vagas ainda para convidados.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Aí teria que ver as questões orçamentárias.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Foi a palavra da secretária.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu acho que poderíamos deixar sobrestada essa questão do quantitativo. Mas, eu acho que essa proposta de número por região, mas variando. Eu não sei o número fixo lá, 20 por cada região, mas que seja proporcional ao número de estados daquela região.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Pois é. Esse é o cálculo que estou fazendo, exatamente para que saiamos com os três segmentos de todos os estados, são seis, vai para a região, mas na região, saem seis de cada estado para ir para a nacional. Mesmo que lá no Sul tenha os três estados e tal, vão sair de lá somente 18, então, sairia contemplando os três segmentos, pois se formos definir, era o que você estava falando ainda há pouco, os trinta por região, mesmo que seja por segmentos, nós poderemos acabar prejudicando algum estado ou então dando mais ênfase a outro. Se sobrar, caso a presença de algum estado não foi contemplada, ai que poderíamos ceder essas condições de vagas, mas acho que não vai, pois já que vai sair nove de cada estado, e só vai ser isso para a nacional.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Não vai sair 9 de cada estado. Mas quebrando essa paridade de estado com a questão dos trabalhadores. E é possível também que entre a sociedade civil, mais uma vez, é bem possível que haja algum estado sem indicação. Ou estado que terá mais de três obviamente. Pode ser que haja estado que o secretário não indique os gestores, no prazo, é bem possível acontecer. Então, não é garantido que vai ter essa paridade lá na regional.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Alex, eu não quero garantir lá, eu quero garantir aqui porque quando garantirmos aqui, lá rediscutiremos a situação, de acordo como estaremos na região. Caso algum estado não comparecer, é isso que estou falando, nós vamos amarrar isso, se as vagas não forem completadas para virem para a nacional que se abra assim um parágrafo único lá para que a região decida o que vai fazer com as vagas. Simples. Aí eu posso redividir pelos outros estados? Depende da região, pois vai estar todo mundo lá reunido e lá se decide. Mas, que possamos garantir aqui que os segmentos saiam dessa forma, é uma coisa, aí abre um único dizendo que a região se responsabiliza em resolver, caso algum estado não tenha confirmada a presença dos seis, por exemplo, é isso.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Acaba caindo na sua ideia, de que os delegados viriam da região, independentemente de estado. Então, se naquela região tiver estado que não tem interesse em mandar, a plenária da regional vai delegar qualquer integrante do evento, desde que queira vir. Acaba contemplando a sua ideia de que os delegados sairão da regional independentemente de estados, quando obviamente tiver ociosa a vaga.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então, vamos deixar sobrestado esse quantitativo por razões orçamentárias, definiríamos depois.

O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – Entrando aí nessa questão o caso dos trabalhadores, como é diferente a questão da sociedade civil, eu vejo que no caso dos trabalhadores, temos que pensar também, por exemplo, que não foi feita essa divisão. Mas, a categoria lá não apresenta, aí fica vago, tem que deixar bem claro. Como já foi bem dividido aqui, agora as entidades nacionais vão ter que correr para fazer esse preenchimento, não fez, está aberto. É só para deixar claro.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – No caso dos trabalhadores, foi acordado que em havendo vacância, o cargo fica vago. Tudo bem. Esclarecido esse ponto. Mais alguma colocação?

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Eu acho que houve agora aqui um contraponto entre o conselheiro Willy e o Godoy. Que o Godoy sugere que a vaga...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – São duas coisas. Para trabalhadores é um critério, para a sociedade civil vai ser outro. A colocação do Godoy foi só para os trabalhadores para ter a paridade de categorias. Se uma categoria ficar vaga, como que as outras categorias vão pegar aquela vaga?

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Porque aqui no conselho quando a entidade é eleita, ela não pode ser representada por uma pessoa que não é do segmento?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Não. Ela vai indicar qualquer pessoa. Se for de carreira ou não, isso é assunto da entidade. É o fato de indicar ou não indicar. Se a entidade não indica ninguém no prazo, esse é o fato, se não indica, vai ficar vago.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – No caso, os trabalhadores ficam em desvantagem se o estado boicotar por exemplo...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Mas aí é culpa da entidade que não indicou.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Mas, às vezes, Alex, foge à vontade do trabalhador. Você sabe que o estado tem o braço forte sobre os trabalhadores, sobre as entidades e tudo mais. Então, de repente eu não posso vir, mas posso ser representado.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Sim, pode.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Você falou que tem que deixar vago.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Não, vago se não indicar ninguém.

O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – Um esclarecimento P. Queiróz: a sua entidade, por exemplo, lá no Sul, tem uma vaga, na Região Centro-Oeste, está sobrando vaga lá, mas você já está contemplado, há uma vaga sua, se você não mandou, a sua entidade não fez uma gestão para alguém do Centro-Oeste comparecer está vago, mas está garantida uma vaga para sua entidade, você pode mandar outro, a entidade é que vai fazer o trabalho lá. Agora, essa vaga, se não fizer a gestão para completar a vaga, vai ficar vago mesmo.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Vamos agora passar para o texto de chamamento. Fiz algumas adaptações. Vamos ler o texto? "Texto de Chamamento: Diálogos regionais – CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEG 2015 - A participação social tem sido um dos importantes pilares do processo de consolidação da democracia brasileira nos últimos anos e, por isso, a valorização deste instrumento tem sido uma política constante da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP. O fomento constante aos espaços de intercâmbio de ideias e a transparência nos debates tem sido uma marca da gestão da segurança pública e vem se tornando cada vez mais um processo irreversível, garantindo acesso da sociedade às instâncias decisórias e participação nas deliberações acerca dos princípios e diretrizes da política nacional de segurança pública. Dentro desta perspectiva, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública - CONSEG em 2009, que propiciou um grande aprendizado mútuo para a nossa jovem democracia. Na ocasião, foram debatidos diversos temas importantes, opiniões foram confrontadas e deliberações foram tomadas, sempre de forma transparente, e com o objetivo de aperfeiçoar o modelo de segurança pública no Brasil. Mais importante ainda foi a oportunidade ímpar que a 1ª CONSEG proporcionou, de trazer para o debate setores da sociedade que antes não eram ouvidos, o que certamente enriqueceu as discussões, trouxe novos pontos de vista e ampliou o horizonte de participação na elaboração de políticas públicas na área de segurança. Nesse sentido, após 5 anos da concretização deste marco histórico que foi a 1ª CONSEG, urge manter acesa a chama desse processo participativo, através de uma ação política contínua que mobilize de forma permanente os atores do campo da segurança pública em todas as etapas do processo decisório, quais sejam, a formulação, a implementação e a avaliação das políticas públicas de segurança, garantindo assim a horizontalidade do processo decisório. Assim sendo, com o objetivo de dar continuidade ao crescente movimento de participação social, o CONASP convocou a 2ª Conferência Nacional de Segurança Pública, que deverá ocorrer ao longo do ano de 2015. Dentro dessa perspectiva, o CONASP pretende dar início a esse processo da forma mais participativa possível, ou seja, em conjunto com os atores que a operam na área de segurança pública. Para tanto, será realizado entre abril e maio deste ano o evento "Diálogos Regionais – CONSEG 2015", que consistirá na realização de debates com o objetivo de discutir os impactos das deliberações da 1ª CONSEG nas políticas públicas de segurança, bem como começar o desenho da 2ª CONSEG, definindo o papel e a composição da comissão organizadora. Como forma de garantir o máximo de participação possível desde o início, os Diálogos Regionais – CONSEG 2015 consistirão de reuniões descentralizadas nas 5 regiões do Brasil, de maneira a levar os debates para perto da sociedade. Posteriormente, haverá uma plenária nacional em Brasília, que condensará todo o conteúdo debatido. Conforme deliberação dos conselheiros e conselheiras do CONASP, as cidades escolhidas para sediar os debates regionalizados serão Goiânia, Belém, Fortaleza, Rio de Janeiro e Porto Alegre, garantindo assim a realização de uma plenária em cada uma das 5 regiões. Esses encontros regionalizados contarão com a presença de representantes dos 3 segmentos que compõem o CONASP: Governo, Trabalhadores e Sociedade Civil; além de

representantes dos Conselhos Estaduais de Segurança Pública, e dos próprios conselheiros e conselheiras do CONASP. Na ocasião, serão escolhidos os representantes regionais para a plenária nacional que, por sua vez, deverá eleger a comissão organizadora da 2ª CONSEG. A partir de então, o processo de construção da 2ª CONSEG passará a ter luz própria, consolidando-se como instância máxima de participação social na área de segurança pública no Brasil. Para tanto, é necessário que haja mobilização dos atores sociais da área da segurança pública neste ato inicial, pois a participação social é essencial para o sucesso desta empreitada, além de conferir legitimidade ao processo desde o início. Nesse sentido, chamamos os órgãos de segurança pública, os trabalhadores da segurança pública e a sociedade civil organizada para construirmos juntos a 2ª CONSEG e consolidarmos cada vez mais no Brasil a cultura da participação social no processo decisório de políticas públicas". O texto é este.

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Está tudo correto. Quando fala nas políticas públicas da Senasp, eu acho que deveria englobar o Ministério da Justiça, só para não ficar setorizado.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu achei bem bacana o texto, contemplou bem. Claro que essa parte inicial, damos uma força ali – toda política nacional - acho que não temos tantos canais de participação assim, mas vamos lá. Quatro ou cinco linhas. **Eu sugeriria só onde tem as siglas, vamos colocá-las por extenso, pois nem todos conhecem. Ac**ho que vale a pena ao final dizer quem é o Conasp, quando surgiu, está referenciado em qual ato normativo. Eu digo de novo, temos que aproveitar essa oportunidade para resolver um problema que não conseguimos até agora que são as questões de comunicação. As pessoas vão receber esse material, vão procurar no site informações do Conasp e vai estar lá novembro, ele foi atualizado? Os nomes estão atualizados? Sim, mas a última matéria é de novembro de 2012? Essas coisas fazem parte de uma construção. Mas, acho que em linhas gerais o texto está bem posto. **Eu te sugeriria, inclusive você como secretário-executivo aproveitar essa oportunidade dos Diálogos Regionais para colocar na pauta questões que não conseguimos resolver, por exemplo, o portal, é uma questão menor?** É menor, mas as pessoas não sabem o que é e elas vão procurar e não vão achar nada. Elas vão achar o site da Conseg e vai estar fora do ar. Assim como temos que aproveitar a oportunidade também e pegar as questões normativas que debatemos e que não foram aprovadas e colocar na agenda. Mas, o texto está bem referenciado. Há alguns ajustes aqui, depois podemos corrigir.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – O problema do site é um problema de comunicação, ali foi sempre difícil. Vamos tentar agora. Nós pedimos quatro vezes até conseguirmos atualizar os nomes. Bem, temos que rever as siglas, colocá-las por extenso no texto.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – Essa questão da comunicação é muito forte realmente, quando falamos na questão da institucionalidade. Quando falamos Conasp, quando falamos conselhos, principalmente, nós que militamos na área da saúde, a minha referência é o Conselho Nacional de Saúde. Nós somos um conselho consultivo. Para nós atualizarmos a página para dizer o que foi que fizemos aqui para termos um retorno, o retorno do governador do Ceará sobre outubro do ano passado, não sei, quando chegamos lá para conversar as pessoas não querem nem saber quem é, por isso que eu disse que se a Ascom coloca o nome Conasp, coloca o nome do conselheiro, por exemplo, o conselheiro P. Queiróz, do Conasp, organizando junto ao grupo de Fortaleza/Ceará e tal, aí teremos um respaldo para atuar, pois as pessoas desconfiam muito. Infelizmente, as pessoas nos nossos locais desconfiam muito, porque vivemos diferentes

situações em cada contexto. Essa história de potencializar este momento é importante, mesmo porque eu vejo aqui às vezes, eu estava até comentando que o Alex está sobrecarregado, porque a secretaria não tem a força que precisa para exercer o mínimo que é a demanda deste Conselho que não é um conselho deliberativo, é um conselho consultivo. Imaginem se fosse deliberativo! Um dia chegaremos lá. Mas, a comunicação é fundamental, as pessoas não sabem o que está acontecendo. É como a questão do desarmamento. Pode procurar no site do Ministério que não vai achar, as pessoas querem entregar uma arma e não sabem como fazer. Eu poderia aqui desfilar várias coisas que poderiam ser melhoradas. Eu acho que é o momento, vamos pegar aqui, por exemplo, as notícias da nossa participação na ONU, na qual o governo brasileiro assina o Tratado de Comercialização de Armas, pela primeira vez no mundo os países vão ter que assinar um tratado que não se pode vender armas para país que está matando gente, sem considerar os direitos humanos, pois arma mata. São essas pontuações. Estamos em um bom momento para fazer e potencializar e, principalmente, quando vamos falar do Conasp precisamos ter essa força e este vai ser um momento de pegar essa força. Mesmo porque se não fizermos isso agora vamos sofrer uma avalanche com o que vem aí com os megaeventos e depois a pauta vai ser toda em cima de campanha eleitoral que a segurança vai ser pautada. Então, vamos aproveitar até abril.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Dizem que movimento social só faz reclamar. Agora eu vou propor. Eu proponho que façamos um blog, pois é uma vergonha não conseguirmos fazer uma comunicação direta com a Assessoria de Comunicação do Ministério da Justiça**.** É vergonhoso dizer que um conselho desta envergadura vai ter um blog em vez de atualizar sua própria página no site devido a fatores técnicos que pessoas não conseguem fazer as nossas próprias atualizações. Isso não vai ser uma relação vergonhosa para nós, mas vai ser para o próprio ministério, para a própria secretaria.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu não conheço, tem custo ou é gratuito?

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – É de graça. E é muito mais fácil.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Você não quer ajudar a montar esse blog?

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Posso fazer, não tem problema.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Lembro que o Robson criou a página no Facebook no começo do ano. Não foi muita gente que aderiu.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Alex, essa temática da comunicação como estamos colocando aqui, é óbvio, têm elementos epistemológico que estamos falando. O Denilson usou a filosofia ali, mas têm elementos que constroem a realidade e é o símbolo da matéria, não adianta ser só a matéria, nós sabemos o que está acontecendo, mas as pessoas que estão lá na ponta não sabem, então, temos que construir símbolos. Não adianta fazer grandes debates com todo esse esforço pessoal e institucional, toda essa equipe aqui e ficar numa salinha dentro da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que é o risco, conhece a (?) lá, é enorme, uma salinha com 50 pessoas se dilui como se não tivesse acontecido. Se não tivermos a

capacidade de comunicar, de publicizar o que estamos fazendo, esse evento passou com o vento e é mais um que não aconteceu. Eu acho que temos que colocar nos custos, usar o contrato que o ministério tem com a agência de comunicação, nós sabemos que fica mais caro para fazer um cartaz é muito mais caro para fazer de forma isolada, mas como usou para a Campanha do Desarmamento, como se usou para o Brasil mais Seguro etc., e colocar no centro uma entidade visual, um blog, porque o ministério está se pautando por blog, o próprio ministério está fazendo blogs, mas tem que ter um cuidado profissional. Vamos fazer os eventos nas regiões, tem que ter assessoria de imprensa. Não dá para sair do evento e não ter uma comunicação no jornal local. Não dá para deixar para que eu fale com a Zero Hora por exemplo e digo ao editor: "Você quer comunicar que estamos debatendo um tema Segurança Cidadã? Eu acho que isso é central.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Eu ia criticar o blog, mas você disse que o próprio ministério está fazendo. Eu acho que é até um retrocesso fazermos um blog, um Conselho Nacional de Segurança Pública ter um blog! Blog é para mim, para nós, mas um ministério, um conselho nacional ter um blog...temos é que nos posicionar aqui, pois o ministério tem, sim, que atualizar a página do Conasp e não ficarmos atrás buscando soluções e não exigir um direito que é atualizar um site do Conasp. Afinal, é um Conselho Nacional de Segurança Pública. Teoricamente, é um órgão muito importante.

A Sra. Fernanda Benvenutty (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT) – Até que enfim alguém começou a se posicionar e falar as coisas que faltam neste conselho, pois ele está numa fartura muito grande. São muitos os problemas para resolver, desde o começo que eu digo, a estrutura é pequena demais para dar conta e o mínimo que se deveria ter é a coragem de dialogar e, neste momento, seria importante que a secretária estivesse aqui para ela ouvir isso, pois não faz sentido um governo que tem um setor de comunicação com uma falha tão grande. Blog, me desculpe, é para meia dúzia de jornalistas fofoqueiros, que não têm o que fazer, de gente que vive bisbilhotando a vida do outro ou de gente que quer se autopromover. Estamos falando de governo. Blog, me desculpe, até o meu eu já tirei. Blog para uma coisa institucional, para um conselho como este! As falas daqui são muito coerentes. As pessoas querem saber informações do Conasp e não acham nada. Você vai fazer um evento como esse, como é que as pessoas vão ter um lugar para elas se referenciarem se não sabem nem o que estamos discutindo aqui? Foram três dias de reunião, a ata disto aqui não está publicizada num lugar onde as pessoas têm conhecimento, onde a sociedade tem o direito de saber o que estamos debatendo, o que estamos discutindo. É um conselho consultivo, mas também não é algo irrelevante que não possa levar a coisa governamentalmente a sério.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares e Bombeiros do Brasil) – Sinceramente, esse negócio do site do MJ, se há algo que não funciona é aquilo. Eu vou falar no nosso simples site da nossa federação. Lá tem pessoas que têm senhas, vão lá, alteram, colocam com a maior facilidade, desde que elas estejam autorizadas para aquilo. Aqui para uma nominata sair foi um ano. Você vai lá não tem informação nenhuma. Tem de 2012, parece que de 2013 não houve o Conasp. Então, eu não sei qual é a dificuldade. Até acho que tem que sair daqui uma recomendação do Conasp para que isso funcione. Isso não é possível, a coisa é tão fácil, mas parece que para o governo as coisas travam mesmo. E, realmente, se não tiver divulgação vai ficar no *interna corporis* como se diz e fica por aí mesmo. É muito importante que isso seja definido. É pena que a secretária não está aqui para ouvir. Hoje em dia tem que dizer o que está fazendo, a sociedade espera isso afinal. Às vezes, as pessoas

perguntam: “Mas, vocês fazem o quê?”, só sabem o que eu divulgo que pode ser tendencioso, mas o que a instituição divulga é diferente.

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – A secretária ficou de vir aqui, eu sugiro que nós devemos falar porque fazendo isso construiremos saídas em vez de problemas. Isso é um problema e estamos aqui para contribuir para o Conasp e para o ministério. Então, quando ela chegar nós pontuamos, sem nenhum problema.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Alex, temos que ter um pragmatismo responsável. A Decisão Colegiada número 9, de 7 de junho de 2013, eu tenho certeza que você recorreu a ela quando foi estabelecer os TORs, as contratações, ela já prevê uma série de pedidos nossos para a Secretária Nacional de Segurança. Uma delas é essa; quem sabe repisamos? Não é preciso fazer uma nova decisão colegiada. Vamos aproveitar a oportunidade dos Diálogos Regionais que vão sair, vamos colocar os custos na previsão orçamentária, construir um novo site ou repaginar um novo site, criar uma identidade visual, colocar todas as atas, como parte do processo dos Diálogos Regionais. Vamos vincular! Vai custar mais quanto? Mais dez mil, que pague dez mil para podermos noticiar o que estamos fazendo. Está aqui a decisão colegiada, inclusive as atas foram objetivo dessa decisão colegiada, ata de 157 páginas, de 250, é importante para fins de registro, mas não pode começar uma reunião aprovando uma ata de 157 páginas. Eu pergunto quem leu a ata de 157 páginas? Eu quero dizer o seguinte: tem que ter um plano de ação. Usa para registrar, recupera um ponto de ação, porque senão não monitoramos nem o que fizemos aqui.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Mas, essa história do monitoramento, isso nós discutimos na última reunião, nós discutimos nas outras reuniões e temos discutido isso de monitoramento do que nós decidimos nesta reunião, como é que vai ser o andamento na próxima reunião, quando é que tem uma data prevista para que isso seja resolvido, como foi o encaminhamento e tal. Aí nós nos embasamos no seguinte: não tem o consultor, nós começamos a construir, esbarramos na lamentação, por quê? Porque não tem comunicação. Nós começamos a construir, daqui a pouco temos outra matéria de pauta, construímos, vamos esbarrar em outra coisa que não temos, ou seja, toda vez que construímos algo vamos deixar pela metade pelo fato que vamos nos esbarrar na lamentação, porque não tem isso, não tem aquilo, dá licença! Se não tivermos mesmo essa estrutura que já foi dito aqui várias vezes, eu estou engolindo essa papa aqui desde o ano passado de que é necessário um consultor, mas e aí? Continua sendo necessário. Nós vamos sair, virão outras pessoas e vão falar que é necessário alguma coisa.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Mas, olha, nós conseguimos os consultores depois de muita briga, os termos ordinários estão aí e se não saírem esta semana sairão na semana que vem. Está avançando.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Sem querer trazer para o lado político que não é o nosso jargão aqui discutir política, mas o dinheiro que o Ministério da Justiça, via Senasp, injeta nos estados é exatamente o dinheiro que está faltando aqui para que o Conselho seja mais efetivo. Os governadores economizam lá e gastam com propaganda institucional. O dinheiro da segurança pública dos estados está sendo economizado e o ministério está gastando do povo brasileiro para

bancar governadores. Então, isso tem que ser discutido, Alex, eu sei que a sua função é extremamente delicada porque você tem que agradar a gregos e troianos, tem que agradar o governo e aos conselheiros, mas essa é uma realidade nua e crua. Eu vi numa matéria que 80 por cento do orçamento do ministério é gasto com governos estaduais, e aí faltam para os conselheiros efetivamente possam fazer suas atividades para o Brasil como um todo. Foi ridículo. Eu sei que você está cheio de boas intenções, conselheiro Willy, mas de boas intenções o inferno está cheio, blog é reprovado. A página institucional do Conasp, via Ministério da Justiça, tem que ser ativada.

O Sr. Antonio Maciel Aguiar Filho (Federação dos Profissionais em Papiloscopia e Identificação – FENAPPI) – Eu queria nessa mesma linha falar sobre a página do Conasp e que ela mostrasse o retorno do que foi produzido. As recomendações, por exemplo, Alex, até que ponto houve retorno do órgão para o qual foram encaminhadas? A força do Conasp vem dessa cobrança. Em vez de fazermos uma recomendação, vamos voltar atrás ver até ponto aquela recomendação ou moção teve algum efeito positivo. Se não foi cumprida aquela recomendação, vamos reiterar! Deu retorno, vamos colocar na página como uma coisa positiva do Conselho. Eu acho que está faltando colocar coisas positivas que foram feitas que, infelizmente, não sabemos o resultado, é mais uma coisa feita aqui sem obter o retorno.

O Sr. Eduardo de Quadros *(Rede Desarma Brasil)* – Eu reforço. Esse retorno é fundamental. Inclusive nós como conselheiros que estamos aqui para representar uma força institucional, como o próprio ministério ou um grupo mais forte, nós nos colocamos em situações muito difíceis. A minha situação em Fortaleza é complexa porque fui eu uma das pessoas que trouxe o problema da violência da Guarda Municipal que hoje tem um pelotão, que anda armada inclusive, fui eu quem denunciou isso e essa denúncia hoje está encaminhada ao Conasp, à Senasp, à Secretaria de Direitos Humanos, e está sendo marcada uma visita ao território. Foram encaminhados documentos ao governador, prefeito, secretário. Eu sou cobrado lá e não sei o que está acontecendo, não sei se houve um retorno. Eu não posso chegar para alguém e dizer o que o Marcello acabou de falar que uma coisa como essa é o que nos pode garantir a nossa atuação, pois ser conselheiro por vezes é muito difícil. Nas nossas bases, nos nossos estados e municípios, nós fazemos enfrentamentos para estar aqui, principalmente quem não tem uma força institucional, isso acontece mais com os movimentos sociais, com certeza. Está aqui o P. Queiróz que passou por uma situação difícil lá no Ceará e que aqui mesmo neste Conselho, na minha convicção, não foi dado o respaldo que ele merecia enquanto conselheiro. Na ata de dezembro, da última reunião, quantas falas não tiveram, eu li a ata, Eduardo, eu precisei ler porque tive demanda e assumi como titular da Rede Desarma Brasil, inclusive, aqui no site, Alex, você vai ter que brigar de novo porque está constando aqui que sou suplente, e não sou mais, conforme encaminhado, eu assumi como titular...

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Um aparte: essa atualização foi feita em dezembro e a sua indicação chegou há uma semana. Ainda não comuniquei à Assessoria de Comunicação.

O Sr. Eduardo de Quadros *(Rede Desarma Brasil)* – *Quando eu, conhecido como Duda Quadros, chego a fortaleza sofro pressão. A página do Conasp pode ser uma coisa que pode me facilitar e resguardar ou uma dificuldade. Para vocês verem a importância da comunicação. E outra coisa: o Eduardo citou aqui: nós devemos apoiar muito a Secretaria Executiva neste momento,* pessoal, é hora de cobrarmos o que foi colocado aqui, o Humberto falou muito seriamente, temos que cobrar para que a Ascom do Ministério da Justiça assuma o que o Conasp

tem direito a ter. Já tem um documento sobre isso, ele tem que fazer valer, e o Conselho tem que se impor. Nós como conselheiros temos que dar o respaldo e não cobrar, mesmo porque, Alex, essa cobrança não é para o Alex, quando falamos o ministério não estou falando do Alex, você aqui é um secretário executivo. Eu sei o que é trabalhar com Ascom, pois sou comunicador e já fui Ascom. Temos que aproveitar este momento e se exercer enquanto conselho. Os Diálogos Regionais vão acontecer e se o Brasil não souber que este Conselho funciona, vamos chegar ao fim do ano e quando formos ouvir as falas vão ser falas: "Eu não sei o que aconteceu este ano, eu não sei o que vim fazer aqui", como eu li em vários depoimentos da ata da reunião passada.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Só para ratificar a fala dos companheiros, porque essa crítica que se faz é muito pertinente. Temos no Conselho uma representação de instância democrática e a impressão que se tem lá fora é de que o MJ/Senasp não fortalece essa instância democrática. Então, vamos ficando nessa política antidemocrática. O P. Queiróz nos traz aqui que 80% do orçamento do ministério vão para os estados. É uma questão de prioridade, de agenda política. O Conselho vai ser prioridade de uma agenda política? E a Conseg que é convocada a partir do Conselho, vai ser prioridade na agenda política? Nós sempre ficamos falando que tem a questão do orçamento, me desculpe mais uma vez, mas isso é uma questão de prioridade. Toda limitação que temos é uma questão de prioridade. Então, a limitação existe porque não somos prioridade e nós não falamos somente enquanto conselheiros, falamos como segmentos sociais que representamos aqui, estamos falando de uma camada social muito mais ampla. O ministério não está preocupado com essa representatividade. Isso é um risco de uma perspectiva antidemocrática sendo fortalecida dentro do Ministério da Justiça.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu concordo. Acho que já reprisamos esses argumentos algumas vezes. Da minha parte desde o ano passado quando ingressamos no Conasp. Outros colegas vêm reprisando também historicamente. Mas também percebo que temos que ter uma perspectiva política desse processo, estamos em 2014, é o último ano de gestão do governo federal, estadual etc., os limites que existem estão postos, transformações substantivas neste momento são inviáveis, algumas delas até por limites eleitorais da legislação eleitoral. Eu considero que temos que aproveitar esse problema, que é a meu ver não só conjuntural, é estrutural, mas nesta conjuntura já que não podemos incidir totalmente na estrutura, deveríamos aproveitar minimamente para fazer valer alguns elementos e alguns dos reclamos que nós já atestamos e consignamos inclusive numa decisão colegiada. Da decisão colegiada, têm algumas coisas que não serão mais possíveis, dada a conjuntura e aos limites estruturais. Mas, a questão da comunicação, poderíamos acordar e colocar um parágrafo no documento onde fala dos custos: "Vale destacar, por oportuno, a importância estratégica de que sejam feitos investimentos...". Claro, existem questões que vão ficar para a próxima legislatura, nós não vamos conseguir levar a efeito, mas algumas conquistas são importantes. Dessa decisão colegiada, eu vejo o seguinte: dois dos consultores aqui apontados estão sendo contratados. Se nós resolvermos a comunicação é mais um ponto. Claro, existem outras questões pendentes, mas pelo menos, taticamente, damos um passo à frente, estrategicamente temos muito a fazer ainda, mas taticamente avançamos.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Vamos abrir o documento. O quarto parágrafo do item seis. O Pazinato vai escrever a proposta.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Tem tempo determinado a consultoria?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Ela não é por tempo, é por produto. Você tem que dizer o que o consultor vai fazer. Aliás, uma das razões do atraso é por que o convênio com o Pnud encerrou em dezembro. Ele foi prorrogado. Então, não tinha sentido soltar um edital em setembro sendo que o contrato iria ser encerrado em dezembro, não teria tempo para nada. Tivemos que aguardar a prorrogação do convênio com o Pnud para viabilizar a consultoria. A consultoria, por exemplo, vai produzir o livro institucional do Conasp, ele vai catalogar tudo em um livro. Você pode pedir, por exemplo, um livro e em mídia, se for, por exemplo, para alimentar o site, o consultor vai fazer todos esses textos ao longo do tempo. Não é só também bater à porta da Ascom, você tem que ter o conteúdo. Eu quero atualizar, mas tem que redigir os textos, fazer uma notícia da reunião em linguagem jornalística e entregar ao pessoal da comunicação. O consultor vai fazer isso.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Até o final do ano com a realização do Fórum Pró-Conseg, esse consultor já estará aqui?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Ele vai estar agora no início de março. A ideia é soltar o edital até a semana que vem, passado o carnaval, na segunda ou terceira semana de março já estará contratado.

O Sr. Willy Miranda Silva (Fórum Nacional de Juventude Negra/FONAJUNE) – Depois disso, vamos trabalhar para a Conseg/2015. Aí vai ser outra briga para chamar outro consultor. O produto maior dos fóruns para a Conseg é a própria Conseg. Esse produto não poderia ser a II Conseg e pudéssemos ter esse consultor por mais tempo?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Podemos contratar mais consultores além desses. Esses foram pensados mais no livro e para esses próximos eventos. Após os eventos, ou até antes do término deles, pode-se pensar nos consultores para a Conseg. Agora que o convênio já está renovado é uma coisa mais rápida. Você tendo o produto definido que se quer, por exemplo, o consultor irá fazer toda a comunicação da Conseg, já começamos a discussão por aí. O Pnud é cheio de regras. Os dois termos ordinárias de referência que eu apresentei hoje de manhã deve ser a oitava versão, muda a toda hora. Por exemplo, a nossa deficiência é o site. Você não pode contratar um consultor para cuidar do site, pois isso é um trabalho permanente, contínuo. Tem que ser por produto. Então, ele vai fazer a metodologia, ele vai fazer o livro institucional. Regra do Pnud, ele não pode fazer o site. Consultor é para quando você precisa de alguém especializado para fazer um trabalho específico que você não tem expertise para fazer. Não é uma forma de driblar a falta de servidor para colocar mais servidores trabalhando. O consultor, por exemplo, não pode ter uma estação de trabalho lá no Conasp permanentemente. Isso vinha acontecendo, não só no Ministério da Justiça, mas em toda a Esplanada. O Pnud mandou notificação para todos. O consultor pode vir um dia trabalhar, vem aqui faz o que tem que fazer, mas ele não pode ser um servidor permanentemente alocado aqui no Conasp. Ele vai entregar um produto. Eu preciso de um livro, não tem gente, não tem expertise para isso, então, contrata-se um consultor com essa finalidade. O prazo é determinado conforme a complexidade do trabalho ou conforme a sua necessidade de ter aquele produto terminado.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Só para esclarecer, Alex. Trabalho especializado de um *webdesigner* ou de um analista de sistemas para desenvolver um site, é um consultor?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Foi vetado. Não pode. A área de comunicação não pode. O livro conseguimos.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Engraçado, o livro é comunicação.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Sim, mas site não pode.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Inclusive hoje uma forma de fazer o livro chama-se *e-book*, que precisa de um *webdesigner*.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Mas pelo Pnud não dá. Você tem o site do Ministério da Justiça, teria que pedir um TI, que a maioria é terceirizada, isso depende da equipe de TI do ministério. Eu não sei se é feito via Ascom, eles reformularam o site do MJ. Esses detalhes eu não sei.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Alex, longe de você achar que essa crítica é para você, obviamente que não. Gostaríamos até que essas notas estenográficas chegassem até a presidente Dilma, porque nos dá uma angústia. Eu sou dirigente de um sindicato. Se eu preciso fazer um panfleto e se esse panfleto é para ofender o governador, ou à presidenta da República eu me sento com meia dúzia de diretores e essa decisão sai, mando para a gráfica e o produto sai. Eu aqui estou mandando matéria para colocar no site, agora mesmo a página nossa do sindicato já deu mais de cem acessos do que estamos fazendo aqui. Eu não estou entendendo por que é tão preso, tão amarrado, estamos falando da política de segurança pública do Brasil, duzentos milhões de brasileiros; mais de cinquenta mil assassinatos por ano. É a Nação mais poderosa da América do Sul. O problema mais grave em qualquer pesquisa é a segurança pública. Eu estou com uma dificuldade, está me dando uma dor, uma angústia ouvir isso, não pode isso, não pode aquilo. Estamos falando de vidas humanas. Falta dinheiro? Mas, estamos vendo que abre dotação orçamentária, créditos suplementares, créditos adicionais. Eu estou falando para ser registrado, não é uma crítica a você, é para a secretária tomar conhecimento, pois ela não está mexendo com bobos. Essas diárias que recebemos, na verdade, é um prejuízo, pois, se ficarmos nos nossos estados produzimos muito mais do que ouvir nãos. Quando eu falei, por exemplo, que era para oficiar aos governadores dos estados, porque nos estados eles estalam os dedos e a coisa acontece. Duas notas que colocamos segunda-feira sobre criar batalhões, levou o governador a dar uma entrevista coletiva na imprensa, ele está falando que vai criar batalhão virtual, não vai ter batalhão físico mais, porque a população e os sindicatos entenderam mal, faz coletiva, chama consultor, chama isso, chama aquilo, mas desdizer o que os sindicatos estão fazendo. Colocaram-se ali um monte de caixão e põe fogo, faz um manifesto, já estala o dedo e chama as equipes para desdizer a notícia. Põe-se fogo em ônibus, como aconteceu em São Paulo, já tem toda uma assessoria para desdizer aquilo e o dinheiro aparece. Então, os estados são mais eficientes para criar a cortina de fumaça do que nós do Ministério da Justiça para fazer política pública de segurança. É um protesto. É chato ouvir isso que não pode isso, não pode aquilo. Nós temos dinheiro em caixa para não depender do Pnud para tocar um projeto desse, pois se tudo for depender do Pnud estamos perdidos. Nós queremos saber qual é a dotação que o Ministério da Justiça possui para retomar aquela agenda tão bonita, virtuosa tocada pelo governo Lula. Ou este governo toma frente da mesma forma ou então não faz sentido estarmos aqui, pois se voltarmos para os nossos estados, vamos ser mais bem-sucedidos em promover ações que vão fazer com que, aí, sim, o governo federal vai ter que dizer a que veio, pois estamos deixando de atuar lá

para atuar aqui. Estou só fazendo uma fala de protesto aqui porque parece que estamos brincando. Não vão acontecer esses seminários, estou vendo, parece que não querem que os seminários sejam realizados. Na Conseg, Pazinato, o Rodrigo Xavier, que hoje é o nosso ouvidor de polícia, um grande ouvidor, até colega de faculdade, ele foi escolhido para ser o nosso mobilizador. O então secretário era Maurício Campos Júnior, emérito jurista, aparecendo direto nas sessões do STF defendendo o Mensalão. Sabe quanto o estado de Minas Gerais recebeu para fazer a Conseg, a etapa oficial, as outras os sindicatos bancaram? Mais de dois milhões de reais. Não é possível que pelo menos dez por cento disso não pode ser liberado para fazer os seminários! 200 mil! Eu vi que só a consultoria vai ficar em quarenta e dois mil. Cento e sessenta para fazer o resto da estrutura! Será que não pode um panfleto ou um folder? Eu passei lá na nossa sala de apoio aqui. Um monte de caixas de materiais da antiga Conseg ainda, nem incineraram. Eu estou vendo aqui uma amarração enorme.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Em cima da sua fala, nós temos a Lei da Transparência, mas não tem transparência dos atos do Conasp. Ninguém conhece os nossos atos. O Conasp é um conselho que tem uma página inútil, desatualizada. O seu reclamo é corretíssimo. Nós também ficamos tristes. Sabemos que você foi bem feliz em dizer que Alex é mais um também que sofre com isso. É complicado para ele estar aqui e não ter uma resposta. Seria importante que a doutora Regina viesse á nossa reunião para que pudéssemos fazer esse mesmo discurso. É injustificável.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Só um aparte, conselheiro Humberto? Tudo é política. O principal adversário da maior mandatária deste nosso governo disse que o tema principal da campanha é segurança pública. Não é ninguém não, é só o presidente do partido mais forte da oposição, não é ninguém não, é só o relator da PEC 24, que é o principal projeto que temos batalhado aqui que é o de financiamento da segurança pública. As coisas vão conduzindo e ficamos pensando: “Será que estou sendo usado? Será que o Conasp está sendo usado?”. Deixa assim para ver como é que fica. Cuidado! Cuidado que se a informação sair daqui de dentro que está tratando com desleixo a segurança pública, que não está dando estrutura para o Conasp funcionar, que estamos aqui enxugando gelo, se isso cai lá fora, isso tem uma repercussão negativa. Quem sou eu para ensinar política à doutora Dilma! Quem sou eu para ensinar política ao doutor Eduardo Cardozo? Mas, cuidado! Tem um ditado lá em Minas Gerais que fala que porco magro suja a água. Ou trata isso com o devido respeito, estrutura e talante que isso aqui merece ou vai ser usado pela oposição. Política é tudo neste mundo. Não é possível!

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu entendo que a crítica que vocês estão colocando não é para mim, a equipe sou eu e a Cíntia, agora tem o Josias, a Ana Paula saiu, estamos só nós três, o Josias trabalha meio período. Temos as limitações. As críticas com relação à comunicação são pertinentes, a crítica talvez tenha faltado um pouco mais de insistir na Comunicação Social, eles dizem que vão fazer e não fazem, e nós em vez de ir lá cobrar uma vez por mês, teremos que ir uma vez por semana ou todos os dias. Agora, eu acho também que deveríamos tomar cuidado com os exageros, dizer que o evento não vai sair! Não. A Senasp vai gastar, não sei quanto ainda, mas se você tomar como base dois mil reais por pessoa com diárias e passagens para mobilizar esse monte de gente é um gasto enorme que está sendo utilizado numa época de contenção geral de recursos do governo. Não só na segurança pública, vemos cortes em tudo. E aqui está alocado certo recurso para isso. Você disse que na I Conferência foram alocados dois milhões para Minas Gerais. Esse número é alto porque o orçamento que me passaram foi que a I Conseg inteira custou oito milhões. Se para Minas foi dois milhões, então foram muito mais do oito do governo federal.

O Sr. Pedro Queiróz da Silva (Associação Nacional de Entidades de Praças Militares Estaduais – Anaspra) – Alex, dois mil reais por pessoa não vai pagar a vida dos cinquenta mil brasileiros que a segurança pública deixa de gastar por ano.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Eu quero dizer o seguinte: nós estamos nos esforçando aqui dentro dos recursos que temos. Eu acredito que o evento vai sair. Concordo com a crítica do Pazinato e outros, a comunicação está capenga, mas o evento vai sair. Temos que trabalhar para não acontecer o que o Pazinato disse ao juntar oitenta pessoas numa sala na UFRS e pronto, discutiu e ficou naquilo ali. Vamos trabalhar para corrigir essas falhas. Agora, é um exagero dizer que o evento não vai sair. Estamos aqui o dia inteiro formatando o evento, discutindo, afinando tudo para que saia. Acredito que pessimismo não caberia muito aqui.

O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – Sobre essa questão que está sendo levantada agora aqui e que já foi levantada em vários outros momentos, acho que nós conselheiros temos que tomar uma decisão. Já temos a consciência da dificuldade do trabalho do Conasp, sabemos que não podemos jogar a responsabilidade em cima da Secretaria-Executiva, agora temos que cobrar daqueles que têm o poder de decisão, a secretária e o ministro. Temos que tomar decisão e atitudes para que possamos realmente cobrar deles para que este conselho possa funcionar. Porque da forma como está aqui vai esvaziando, sem estrutura, sem condições, só ficamos na vontade e a coisa não acontece, está desestimulando a Secretaria-Executiva, temos que partir para uma atitude de qual vai ser nossa atitude de cobrar de pessoas que tomam decisão e que possam fazer acontecer.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho que dá pano para manga essa discussão que o Denilson está colocando. E acho que realmente a conjuntura 2014 nos reserva grandes surpresas e desafios. Mas, para além disso, na linha do pragmatismo responsável que o Alex está citando ali, eu fiz uma proposta de redação que ela fosse condição *sine qua non* para a realização dos diálogos. Não tem diálogo se não tiver isso. Então, se vocês me permitirem eu vou ler, é o último parágrafo, é tentando avançar um passo a mais nesse debate: "Caberá, ainda, a SENASP promover os ajustes necessários para atualizar o site institucional do Conasp no portal do Ministério da Justiça a fim de que sejam publicizadas a composição do conselho, suas deliberações e atos normativos, bem como notícias acerca dos principais encaminhamentos pactuados no âmbito do Conasp desde 2013, pelo menos, preservando sua história político-institucional. No que pertine à organização dos Diálogos em tela, competirá também à Senasp elaborar a identidade visual para divulgação e repercussão do evento, incluindo a alocação de assessoria de imprensa específica para cobertura das etapas regionais e nacional, de modo a potencializar os principais aspectos objeto da agenda nacional de segurança pública em debate na oportunidade".

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Pelas reações é consenso, não é?

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu chamo a atenção para que não engesse colocando assessoria de imprensa, coloque assessoria de Comunicação, isso facilita no âmbito da burocracia, se você colocar assessoria de imprensa você, obrigatoriamente, terá que contratar um jornalista e esse jornalista tem que fazer parte da Ascom. Colocando só assessoria de comunicação, você pode chamar até um estagiário e ele pode ser da ponta. O comunicador pode ser radialista, pode ser de mídia digitais, de TV. Assessoria de comunicação engloba a imprensa,

mas não diz que é só imprensa. Não restringe, amplia. Eu só acho que "...específica para cobertura das etapas regionais e nacional" tira o específica.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu pensei ali na palavra específica porque se houver o comprometimento e a pessoa envolvida tiver cobrindo a agenda do ministro por exemplo no dia, a assessoria do evento vai ficar secundarizada. A ideia era ter uma pessoa especificamente alocada.

O Sr. Duda Quadros (Rede Desarma Brasil) – Veja, na comunicação, cobertura do evento significa a presença *in loco* de profissionais. E a outra coisa é você poder receber das pessoas que estão na base a notícia e você aqui publicar. Não necessariamente em todos os momentos precisa ter um profissional especificamente lá. Por exemplo, eu estou preparando, faço uma pauta, lanço para cá essa pauta, preparando minha agenda lá. Então, esses profissionais já vão estar aqui. Então, se você colocar – específico para cobertura – você vai dizer que o profissional vai trabalhar nos eventos, ele não vai trabalhar no período entre os eventos. É ter esse cuidado.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Bem objetivo: eu não sei dentro da comunicação como é que se diz isso. Acho que estávamos pensando a mesma coisa: nós fazemos o evento lá e não sai nenhuma notícia. Se o camarada pode fazer da daqui e vai garantir que os veículos vão cobrir, ótimo, se o camarada tem que ir lá para fazer uma articulação local, eu não vou saber fazer, nenhum de nós, imagino, exceção do Duda, alguém que tem expertise na área de comunicação, tem que ver como traduz isso para mim, tanto faz a palavra, se a coisa é o que estamos falando, pode ter vários significantes para isso.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Para fazer cobertura significa você estar na hora, no local transmitindo aquilo, e você fazer o apoio institucional é você estar aqui e lá, que é o que estamos querendo, imagino, porque uma coisa é: "Eu sou daqui do ministério e estou ligando aí, onde está a Ascom da Secretaria de Segurança para vocês pontuarem?". Está entendendo? É essa pessoa fazer essa interlocução. É só substituir comunicação específica para apoio institucional e cobertura, porque aí ele estará fazendo o apoio da instituição. Substitui imprensa por comunicação, porque imprensa restringe e comunicação amplia e a imprensa está contida na comunicação.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – A secretária já está descendo. Vocês mudaram o texto? Vamos ler: "Caberá, ainda, a Senasp promover os ajustes necessários para atualizar o site institucional do Conasp no Portal do Ministério da Justiça a fim de que sejam publicizadas a composição do Conselho, suas deliberações e atos normativos, bem como notícias acerca dos principais encaminhamentos pactuados no âmbito do Conasp desde 2013, pelo menos, preservando sua história político-institucional. No que pertine à organização dos Diálogos em tela, competirá também a Senasp elaborar a identidade visual para divulgação e repercussão do evento, incluindo a alocação de assessoria de comunicação específica para apoio institucional e cobertura das etapas regionais e nacional, de modo a potencializar os principais aspectos objeto da agenda nacional de segurança pública em debate na oportunidade.". Sim, por mim tudo bem. A secretária está descendo agora nós colocamos essa questão da comunicação para ela. Eu acho até que poderíamos verificar a questão da recomendação. Alguém trouxe o texto? Ok. Sobre a questão do PL alguém trouxe proposta? Não, você trouxe outra, da Força Nacional.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares

Estaduais – FENEME) – Antes disso, não dá para a ata chegar mais cedo para nós para ser divulgada lá internamente, cada entidade, nós temos interesse. Ela demora um pouco. Eu não sei qual é o processo.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Com a entrada do ano teve a questão do pessoal da equipe, nossas férias também, tudo isso atrasa, mas na próxima vamos agilizar.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Mas, por exemplo, esta ata de hoje, quando poderia?

(*Intervenção fora do microfone)*

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Como a última reunião foi na segunda semana de dezembro, houve um atraso, o previsível é de duas ou três semanas, a ata já deve estar pronta.

(*Intervenção fora do microfone)*

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Cíntia, o Paulo Teixeira confirmou? Não confirmou nada. Então, o Protógenes confirmou. Tinha a questão das resoluções de ontem. Estamos aguardando a secretária chegar para resolver essa questão da comunicação e do quantitativo. Nós vamos mandar por e-mail. O texto só na semana que vem porque temos que formatar. Para os conselheiros sim, podemos enviar amanhã por e-mail. Se fechar hoje, podemos mandar até hoje mesmo, caso contrário amanhã no máximo até quinta-feira.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Boa-tarde a todos e todas.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Então, secretária, nós fechamos aqui quase tudo a respeito do evento. Em linhas gerais ficou assim: o nome do evento: DIÁLOGOS REGIONAIS CONSEG/2015. Estão praticamente acertadas todas as cidades já com as datas, vão ser todas ao longo do mês de abril. Serão nove conselheiros por estado, mais ou menos com alguma mudança nessa regra conforme a categoria dos trabalhadores por exemplo. Falta definir o quantitativo nacional. E uma questão que foi bem levantada até agora foi a questão da comunicação, que está muito falha no Conasp, o site está muito desatualizado, precisa de uma agilidade maior e precisa ter um logo, uma entidade visual para o evento, é preciso montar cartazes, banners que seja, divulgar melhor o evento para evitar que pessoas se reúnam em determinado local, discutem determinados assuntos e vão morrer ali. Então, é preciso ter esse logo, necessário para mobilização; é preciso ter apoio de assessoria de imprensa, tanto nacional quanto local, nas cidades dos eventos, então, essa área é a que está exigindo maior cuidado.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Secretária, uma coisa que foi bem debatida aqui foi a questão do site. Nós temos observado que o site está desatualizado, o que para um Conselho Nacional de Segurança Pública me parece, não conheço os demais, mas como foram citados aqui, eles têm uma dinâmica de atualização, e o nosso se for buscado pela sociedade, ela vai achar um site atualizado até 2012. Então, a nossa preocupação é exatamente em ter um olhar diferenciado, com mais visibilidade, mais apoio ao conselho no que tange, principalmente, à questão de visibilidade. Os nossos atos não são conhecidos porque se pesquisar no site, este está atualizado até 2012. Entre outras coisas, esse fato, em particular, gostaríamos de seu empenho no sentido de dar uma atenção

especial a este conselho que a senhora preside, e o nosso cartão de visita é exatamente a página para que a sociedade possa saber e reconhecer o trabalho deste conselho. Não sei se alguém quer complementar com mais alguma coisa ou é isso mesmo?

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Bom, o Ministério da Justiça como um todo está passando por uma reestruturação em termos de sites e tudo mais. Se vocês pegassem até o final do ano passado, por exemplo, o site do ministério tinha um formato, hoje tem outro. A identidade visual do ministério está sendo totalmente refeita. Inclusive dos conselhos. Quanto a isso existe um cronograma. Nós devemos entrar nesse cronograma dentro em breve, o Marcone que assumiu essa área de identidade visual é um cara muito bom, tem trabalhado bem, mas não é tão tranquilo. Nós estamos tirando parte da TI daqui do ministério para ver se deixamos um pouco mais de folga para a CS só cuidar de comunicação social mesmo, razão pelo qual, por exemplo, o Sinesp nem está hospedado mais aqui, já está hospedado no Serpro; o Infoseg deve até o final do mês passar para o Serpro também. Com isso, ganhamos mais agilidade para os que ficam aqui. Eu estou trazendo de volta uma jornalista que foi embora, ela estava conosco, venceu o prazo dela, ela teve de voltar para o estado, agora nós pedimos e o estado está liberando de novo para cá. Ela tem uma peculiaridade que para além de ser jornalista, ela trabalha na área da segurança pública. Então, tem uma facilidade maior, porque não é todo jornalista que consegue traduzir a área de segurança pública, é muito complexa. Participou conosco da conferência. Ela tem bem esse jogo de cintura que dá para traduzir isso. É a Daniele, ela deve chegar e vai trabalhar diretamente no gabinete, ligado ao Marcello, e não tem problema, Humberto, de nós nos empenharmos nisso. Só vou pedir um pouquinho de calma para vocês porque ela realmente está chegando e assim que ela chegar, nós passaremos a tarefa para ela, inclusive acompanhar os diálogos, sem problema nenhum, ela fará com o maior carinho, ela é uma excelente jornalista, quem a conhece sabe do que estou falando, uma excelente jornalista, gosta da área, terá uma facilidade muito maior no Nordeste, porque ela é de Sergipe, mas também não implica que não trabalhará nos outros estados com delicadeza e com todo afinco que lhe é peculiar. Vamos só guardar, daqui a uns 15 dias ela já deve estar aqui, nós estamos trazendo de volta alguns colaboradores que foram no final do ano passado, mesmo porque o nosso orçamento, embora ele tenha sido votado no final do ano passado, o decreto dos limites orçamentários, os senhores sabem, deve ser firmado hoje. Então, nós sequer sabemos o quanto temos de limite e em que categoria está esse limite para poder usá-lo. É prematuro dizer que não tenho orçamento, ou tenho orçamento porque nós não sabemos ainda. Nós temos o orçamento votado, porém quem conhece de orçamento público sabe que não basta votar o orçamento. Eu preciso dos limites e das dotações. Isso será determinado por um decreto. Assim que isso sair, nós trabalharemos inclusive naquilo que couber ao Conasp da melhor forma possível, priorizando sem dúvida nenhuma os diálogos que foi aquilo que tiramos aqui como prioridade. Os senhores serão informados. Eu creio que assim que sair esse decreto, vai para a Secretaria-Executiva, quem divide o limite do ministério é a Secretaria-Executiva e assim que tivermos isso já vamos ver o que é a parte do Conasp para separar e prepararmos os diálogos. O número nacional. Ontem tínhamos falado em um número suficiente de uma representatividade que eu acho que não podemos perder, mas também dentro daquilo que estamos propondo de ser uma prévia de uma conferência. Eu tinha dito ao Alex que poderíamos trabalhar com número que inclusive pudéssemos fazer essa plenária final aqui dentro do auditório do ministério, que é compatível para trezentas pessoas, mais ou menos.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Nós estamos com 9 representantes de cada estado; um de cada Conselho Estadual de Segurança onde houver instalado; 12 conselheiros do Conasp, garantindo a participação dos conselheiros da própria região, e garantindo paridade

de representação dos segmentos. E mais acadêmicos e especialistas a serem convidados, mediante indicação dos conselheiros que serão convidados pelo Conasp. Isso é um cálculo que fizemos para os trabalhadores, para os trabalhadores não vai ficar muita proporção por estado, cada entidade nacional vai ser notificada e vai indicar 9, conforme um critério de distribuição que acordamos. A sociedade civil vai ser por edital de convocação, vamos abrir o edital, abrir prazos, as entidades vão se candidatar e o Conasp vai arbitrar de uma forma que tenha paridade e representatividade todos os segmentos interessados.

(Intervenção fora do microfone)

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Para a nacional nós precisamos definir agora. Nós tivemos um indicativo na última reunião, que não era um número absoluto, trabalhar pensando numa média de 20 a 30 por região, que daria de 100 a 150 pessoas.

(Intervenção fora do microfone)

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Não, aqui não dá para fazer uma plenária desse tipo. Mas, nós temos a ANP, a ANP tem um auditório bem grande. Eu só falei aqui até mesmo para facilitar a participação do ministro. A PRF agora também tem um auditório muito bom. Eu tenho certeza de que a PRF não vai se furtar disso. Temos vários lugares. Veja bem, eu não tenho nada a obstar no número que vocês acordarem. O nosso problema é depois de aberto o orçamento para ver se isso chega dentro do nosso orçamento. E eu queria deixar muito claro uma coisa, bem claro mesmo, eu acho que temos que ter muita responsabilidade com o dinheiro público, e não é pouca não, é muito mesmo, e é muito fácil questionarmos quando estamos de fora. Então, nós vamos trabalhar dentro da nossa realidade. Eu trago aqui a transparência e vamos trabalhar dentro da realidade. E não adianta se reportar em momento algum ao que foi a Conferência Nacional. A Conferência Nacional, eu já falei diversas vezes, teve um *Prodoc*, naquela época era permitido fazer conferência através de *Prodoc*, hoje o TCU proíbe, razão pela qual nós nem tentamos porque há uma proibição expressa do TCU e é obvio que dentro de um *Prodoc* num organismo internacional nós tínhamos dinheiro. Também tínhamos uma grande diferença que eu já trouxe para este colegiado: nós não tínhamos o conselho atuante. O que existia era um conselho firmado com militares, não eram policiais militares, eram militares. Então, não tinha mesmo a capilaridade que temos hoje. Por exemplo, hoje, (?), eu estou dando um exemplo só, tem uma capilaridade imensa dentro dos seus sites e conseguem mobilizar. A Feneme, a própria Fenaprf, nós não conseguimos mobilizar? Claro que conseguimos, através dos nossos sites e isso estou trazendo para a sociedade civil também. Todas as organizações que aqui estão têm condições de mobilizar. Inclusive o próprio o Ministério da Justiça, sem dúvida nenhuma. Nós continuamos dentro do Conasp com o *mailing* da conferência e é óbvio nós vamos *estartar* esse *mailing* para as regionais. As pessoas que participaram da conferência e que deixaram os *mailings* aqui, vamos *estartar* do mesmo jeito. A identidade visual não é problema para nós na medida em que temos a CS para fazer isso e tudo mais. Dentro dos nossos limites nós vamos trabalhar, não tem problema nenhum, mas com transparência e em conjunto. Se tivéssemos condições hoje de já ter esse orçamento aberto, eu acho que 250 pessoas está dentro da realidade. Acho que é tranquilo, acho que estaria compatível e se não tiver lugar aqui, nós vamos buscar junto à PF, junto à PRF, à Adepol, enfim, temos como conseguir local para fazer aqui em Brasília. Eu acho que é simbólico, é lógico, a plenária maior tem que ser aqui, não tenho dúvida disso, e sem qualquer problema. Mais alguma coisa? As datas. Eu estarei. Quanto a isso já falei com o Alex, se a reunião ultrapassar um dia, o que eu prometo aos senhores é que ora eu consigo fazer a abertura, ora o encerramento. Mas estarei. Vamos lá, as datas: 24 e 25 de abril,

Porto Alegre; Rio de Janeiro 9 e 10; Belém 14 e 15; Fortaleza 28 e 29 e Goiânia 1 e 2 de abril. Nós já vamos colocar na agenda. Por favor, Marcello, peça para subir isso para a agenda, não tem problema, abril para mim, para todos nós, é uma data melhor porque ainda não chegamos à Copa do Mundo, estaremos ainda nos preparativos, é óbvio, mas ainda é tranquilo. Vou tentar também deixar na agenda do ministro porque por vezes poderá casar com alguma viagem dele. E se isso acontecer, ele participa das plenárias, mas a plenária final aqui com certeza ele participará. (*Intervenção fora do microfone)* Essa eu já vou garantir na agenda dele, e as demais deixo como indicativo se acaso estiver no estado ou perto que possa estender um pouquinho. O aporte para isso também. Eu gostaria de liberar o Guilherme no mês de abril, pois ele já fez o Conasp, mas ele não poderá, mas de todo jeito vou consultá-lo da possibilidade dele não se locomover ao estado, mas pelo menos ficar aqui no seu suporte no mês de abril. A Dani e o Guilherme nós vamos deslocá-los para o Conasp em abril porque o Guilherme teve mesmo esse envolvimento todo lá na conferência e seria muito bom. E temos os dois consultores que estão sendo contratados. Eu não sei se foi falado de alguma produção de material escrito. O consultor vai fazer isso. Então, eu queria ver se conseguimos garantir a publicação disso também, uma publicação com um número razoável. Acho que era isso. Mais alguma coisa?

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Senhora secretária: eu acredito que a senhora tem que participar é de toda reunião mesmo porque quando a secretária vem esclarece tudo para nós. Essa informação do orçamento principalmente. Para nós aqui já tinha sido batido que não tinha recurso para isso, que nós dependeríamos do Pnud, que dependeríamos de certas limitações, que bom que o orçamento ainda não está fechado, porque esse grupo que está aqui é composto de lideranças, é um colégio de líderes, advém de batalhas, de conflitos, de negociações tensas com os seus respectivos governantes, não obstante o fato do cenário brasileiro, 80% de todos os investimentos em segurança pública e também o mandonismo, a coordenação dos serviços de segurança pública é feita pelos governadores. Essa é a crítica que ouvimos todo dia. É desse cenário que nós advimos. E vemos que para fazer a estrutura de segurança pública nos estados não tem tantos empecilhos como os que nos foram colocados aqui para a realização de um seminário. E a colocação que fizemos foi se já está dessa forma, é melhor que não se faça, porque temos que observar também o cenário político ao qual nós estamos inseridos, pois se fracassarmos quem vai colher ou captar esse fracasso não é o Conasp, não é a Senasp, é o governo federal. Se deixa vazar que temos dificuldade para implementar a nossa função de controle social...foi a colocação que eu fiz aqui.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Me dê um aparte? Vamos lá, pode vazar. Dificuldades todos nós temos, e temos dificuldade com orçamento. A transparência se faz por diversas formas. Se é esse o entendimento de que um orçamento curto nos traz um fracasso, então, estamos todos fracassados. Eu digo a você, conselheiro, nós fizemos uma pesquisa sobre instituições no país, não existe nenhum estado no Brasil que esteja na condição de folga na área de segurança pública, razão pela qual por diversas vezes eu já disse aos senhores que qualquer mudança legislativa com relação à segurança pública que não traga um orçamento próprio para a área da segurança é uma lei fadada a não ter qualquer fôlego de vida, porque vamos mudar a lei, mas não vamos mudar a realidade lá na ponta, de 70% do orçamento para a folha de pagamento para a área de segurança. Essa é a realidade do Brasil, passando do governo federal com as nossas polícias para os estados. Não é realidade diferente. Agora, a franqueza com a qual temos que trabalhar aqui não é de buscar quem vai fracassar ou não, eu acho que o fracasso se traduz na política de segurança pública e não é só do governo Federal com certeza porque quem faz a política de segurança pública não é só o governo federal. Agora, nós não temos o número exato do orçamento. Mas, assim que tivermos vamos trabalhar em cima da nossa realidade. Isso não

significa que o ministério não trabalhe com transparência porque não é, infelizmente, nem com o controle social, não é dessa única forma que nós fazemos o controle social ou a transparência. O Conasp é um elemento fundamental na área de segurança pública, razão pela qual ontem eu até fiz uma fala aqui dizendo que este conselho teria que ter parado nesses dois pontos, para mim são os dois pontos fundamentais: esse e as manifestações, porque é urgente que este conselho se posicione. Agora enquanto gestora da área de segurança pública do ministério eu me preocupo com a sua fala, muito.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – E eu quero que a senhora fique preocupada mesmo e leve em gênero, número e grau à presidenta da República e ao ministro, porque da forma que estamos fazendo parece que nós não temos adversários, parece que todos estão comungando com os mesmos propósitos para que tudo dê certo na política de segurança pública nacional, que a meu ver é muito tímida diante do conflito que temos nos estados, nós demos muita capacitação para os governadores decidirem aquilo que afeta em gênero, número e grau o resultado final da segurança pública.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Então, temos que mudar a Constituição.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Mas, aqui é lugar certo para mudar, é o Ministério da Justiça, é o ministro.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Espera um pouquinho, conselheiro. O senhor não pode estar dizendo isso sendo o bacharel e tudo mais.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Ora, uma proposta de emenda à Constituição pode sair daqui do governo federal, Poder Executivo.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Está cheio de proposta lá conselheiro. Kléber, quantas PECs têm para mudar a segurança pública? Existem enes PECs lá.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Hoje o art. 144 não foi tocado, secretária. É o nosso desejo.

ASra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Todas elas alteram o art. 144.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Alguém tem que ter coragem de falar isso para fazer.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – O ministro da Justiça tem sobre ele várias coisas, agora, mudar a Constituição Federal ainda não está entre as atribuições dele, infelizmente.

O Sr. Denilson Aparecido Marins (Cobrapol) – Só para concluir, acho que estou falando até demais aqui, estou sendo interrompido, é bom ouvir. O que eu disse é que se nós fizermos com a estrutura que foi nos oferecida, era um Diálogo Conseg + 5, nós vamos fazer apenas um diálogo Conseg/2015, poderemos dar um tiro no pé, secretária, se nós mostrarmos à sociedade brasileira que este governo não está habilitado para falar sobre segurança pública, que fez com despreparo, de forma tímida, um debate que é um dos mais sérios que assola a nossa sociedade. E eu disse aqui que é importante nós nos preocuparmos com essas informações, porque oposições têm na

sua base o discurso da segurança como meta principal. Foi isso que eu coloquei aqui. Que um tema que discutimos em Mato Grosso, a PEC 24, financiamento da segurança pública, tem na sua relatoria ninguém mais ninguém menos do que Aécio Neves. Nós não demos sequência a esse debate sobre o financiamento da segurança pública, colocamos como pauta-bomba. Ou fazemos um seminário realmente capaz de esgotar, esvaziar essa pauta, mostrarmos que temos condições de oferecer esse debate claro nos estados ou então seria melhor não fazê-lo. Porque se hoje era o último dia para fechar a data e sabemos que não foi fechada, era o último dia para acionarmos os governos dos estados e isso não foi feito, não teve isso aqui partindo do Ministério da Justiça, e nós não temos autonomia para fazer. E se estamos dependendo de verba do Pnud muito menos ainda. Eu acho interessante a sua fala de que o orçamento não foi fechado, pode-se fazer suplementação, tomara, porque se não fizermos vamos ser bombardeados nos estados e é isso que está acontecendo.

O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – A minha fala, doutora, é com relação aos encaminhamentos da Conseg+5 e também com relação ao trabalho do Conasp. Estamos debatendo, discutindo várias vezes, ouvindo algumas reclamações com relação à estrutura que nos é disponibilizada pelo Conasp, e hoje, mais uma vez, voltou esse debate em virtude da formação desse evento, que é importante, mas temos condições de realizá-lo sim. Agora, temos que ser realistas, vamos precisar de uma estrutura, logística de apoio, como foi falado, além da publicidade, da comunicação, o material gráfico, a impressão, enfim, vamos precisar desse recurso. E nos preocupa como está hoje o Conasp em termos desse orçamento, como a senhora há pouco disse: “Estamos aguardando para ver a realidade ali do orçamento para ver se vai ser possível”, e nós também temos que ter consideração e respeito com a verba pública, não queremos aqui de forma alguma extrapolar, mas termos o mínimo de condição, por exemplo, os consultores, essa situação já deveria ter ocorrido. E não só com relação à Conseg+5. Existem muitas reclamações com isso ou aquilo, então, eu pedi a palavra para dizer que nós sabemos das dificuldades e agora temos que ir onde tem o poder de decisão para que possa melhorar as condições que a Secretaria-Executiva está precisando. O conselho vai fazer um trabalho de convencimento, um trabalho político de ampliar isso aqui, muitas vezes extrapola a vontade da senhora que gostaria de atender melhor este conselho, mas muitas vezes é aquilo que foi dado, o orçamento é aquilo, vamos trabalhar para melhorá-lo, para mostrar a importância e buscar mais apoio para que possamos fazer um trabalho que realmente chegue à ponta. E minha fala é nesse sentido: onde deveremos buscar? É ao secretário? É à secretária? É ao ministro da Justiça? É no Planejamento?

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – É no Ministério do Planejamento.

O Sr. Márcio Correa Godoy (Associação Brasileira de Criminalística-ABC) – É ao governo federal? Como a senhora há pouco disse que enquanto não tiver o orçamento vinculado na Constituição à segurança pública ficamos amarrados realmente. Mas, enquanto isso, para que possamos ter essas condições, vamos buscar as condições mínimas para que este conselho possa fazer um trabalho a contento, ter uma página atuante, que tenha pessoas para dar assessoria, que tenha condição de fazer outras linhas de trabalho e fortalecer este conselho tão importante para a nossa segurança pública.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (Ministério da Justiça) – Eu acho que está tendo um pouco de confusão no discurso, no que está sendo planejado e naquilo que estamos almejando executar. As primeiras conversas que eu tive com o Alex sobre os eventos, não só o Conasp, mas a própria Senasp, o MJ e toda a Esplanada, nós fazemos um planejamento macro, com base nesse

planejamento macro que é montado o orçamento. Então, isso foi pensado antes para que possamos executar em 2014. Quando trazemos para a realidade, uma vez votado o orçamento, temos que aguardar que sejam liberados os limites. Uma vez liberado os limites, vamos ver quais são os programas prioritários que já estão em andamento e que foram contemplados e a partir dali teremos um quadro real. Mas, eu não posso planejar só quando isso sair. Então, seguimos no nosso planejamento, temos execuções de 2013 que não foram realizadas, mas estavam no planejamento. É a mesma coisa este ano. Eu acho que o evento está bem desenhado, acho que ele vai cumprir a missão dele com a divisão que foi feita aqui, porque não foi feita uma divisão em que a Senasp ou o Ministério da Justiça imputou, foi feita pelo colegiado, foi discutida, debatida, pactuada, então, não vejo como visualizar fracasso nisso. Fracasso é não termos espaços para discutir. Fracasso é termos a vontade, termos a legitimidade para falar e não tem onde, nós estamos dentro do Ministério da Justiça discutindo com toda liberdade e vamos sair do Ministério da Justiça e vamos para as regiões discutir, vamos ouvir, vamos falar, vamos debater segurança pública. Isso não é fracasso. Vamos olhar dez anos atrás para ver como é que estava isso! Hoje está aqui todo mundo sentado, discutindo, pactuando, construindo juntos. As datas estão ali na tela para um evento que vamos fazer em 2015! É assim que temos que pensar, vamos para frente! A dificuldade que foi para fazer a I Conferência Nacional e vamos fazer a segunda. Então, eu acho que estamos planejando para que possa ser executado, a questão do orçamento uma vez liberado vamos acionar. Vai acontecer? Vai. Conseguiremos contemplar na totalidade o que foi feito? Em casa não conseguimos, aqui é a mesma coisa. Mas vai acontecer dessa forma e nós ajustaremos para cumprir nossa missão. Vamos fazer o nosso melhor. É o que fazemos todo dia. É isso, estamos juntos, não estamos em barco separado. Todo mundo aqui tem voz, isso não tem preço. Todo mundo aqui tem legitimidade, está aqui o espaço dado. E estão ali as datas e os locais. A questão do orçamento, realmente, o secretário-executivo não pode falar, ninguém aqui pode falar hoje. É isso que temos de observar e tentar não perder esse norte, porque estamos caminhando e é positivo, as coisas estão acontecendo. Era isso uma pequena contribuição à nossa reunião.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Bom, eu vou fazer um esforço de síntese e de convergência porque acho que há um acirramento discursivo, evidentemente temos pontos de vista diferentes, mas acho que chegamos a alguns pontos de convergência. Acho que é produtivo que tenhamos esse debate, o conflito é mote das relações humanas e das mudanças sociais, mas eu queria objetivar quatro pontos: 1 – sobre os DIÁLOGOS REGIONAIS CONSEG/2015. Acredito que chegamos a um bom termo, há limites estruturais, me parece, na política nacional de segurança, há limites conjunturais e nesse contexto nós chegamos a um caminho possível, não é o ideal, mas o possível. Eu só queria chamar atenção, secretária Regina, num ponto em que falamos ao final que é a questão da comunicação. Eu até sugeri que aproveitássemos esse fato político dos DIÁLOGOS REGIONAIS CONSEG/2015 para lidar com um problema estrutural que é a comunicação do Conasp, porque corremos um risco de ficarmos inertes nessa invisibilidade de uma agenda que já é invisibilizada, ou quando o é, é visibilizada nos PLs que vimos ontem, no debate midiático da cultura da comissão, então, a ideia é que a Senasp nos ajude a fazer desse fato político uma oportunidade para qualificarmos a nossa comunicação, também interna, na linha da nossa Decisão Colegiada nº 9 de junho do ano passado. 2 – A sua pergunta de ontem. De fato, nós fomos também provocados sobre o tema das manifestações. Eu queria sugerir duas questões bem objetivas: que nós pudéssemos revisar, eventualmente elaborar, qualificar instrumentos normativos, podem ser portarias, decretos, isso é decisão de técnica jurídica, para melhor disciplinar e regular administrativamente as polícias em relação aos grandes eventos, sobretudo no tocante à abordagem de grandes eventos e manifestações. Não é tipo penal, não é um novo tipo penal,

crime, é uma regulação administrativa. É um protocolo integrado operacional, enfim, os nomes variam, mas que pudéssemos ter um protocolo nesses termos na linha do que propõe a Portaria nº 4226/2010, e que mais do que ter essa portaria publicada, que nós pudéssemos transformá-la numa espécie de livreto, manual, livro de bolso para não só o policial ser subsidiado nesse sentido, mas também o manifestante receber esse material. É claro que não tenho nenhum romantismo de que isso vai resolver o problema. Mas, acho que é importante explicitar e nessa linha apontar um caminho que não é o de criminalização. Ter um evento para marcar isso. Quem sabe uma agenda com os colégios todos, com o Conasp para lançar, para direcionar esse debate. E a segunda questão é que nós trabalhamos um kit de projetos de lei e/ou PECs que nós já discutimos aqui, e que esses sejam os projetos de lei que o Conasp, junto com a Senasp, está referendando. Máscara, coquetel molotov, proibição de balas de borracha, isso tudo a meu ver chegamos a certo consenso que é uma cortina de fumaça. Acho que o que nós precisamos é do substitutito ao PL 1332, os autos de resistência, o financiamento da segurança pública, o fortalecimento das ouvidorias, enfim, um kit de projetos legislativos que possamos encaminhar. Acho que não é recomendação, não é moção, acho que é um encaminhamento, um fato político. Quem sabe nós marcamos a etapa nacional com um ato nesse sentido. E, por último, eu queria mais elementos sobre o evento da Força Nacional que vitimou um policial da Força Nacional porque eu me coloquei à disposição ontem para minutar essa moção para submetê-la à apreciação do Conasp amanhã. Tem inclusive uma relação não só institucional, mas um compromisso ético por conta de conhecer o comandante dessa operação, de ter trabalhado com ele em Canoas, que é o capitão João Marcello, então, eu gostaria de propor esse debate, geralmente, nós fazemos só de um lado, da vitimização, não há dois lados, as vítimas são sempre um fato que precisamos respeitar.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu vou pedir inclusive o nome de todos que participaram da operação. Estou pedindo lá a ocorrência, o nome de todos que participaram e já te passo para que possa elaborar.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Obrigado.

O Sr. Roberto Soares Louzada (Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança Pública) – Secretária, eu quero me juntar a essa manifestação do Eduardo a respeito dessa recomendação de normas de ações para as ações das polícias militares de todo o Brasil porque fomos pegos de surpresa, todos nós, com as manifestações de junho, inclusive as polícias militares e guardas municipais. Porque o principal elemento que se compõe nesse momento é o problema do anonimato que temos nas manifestações. Eu que sou policial militar, nós, em todas as manifestações, que entravámos sempre tínhamos um líder com quem negociávamos, que encaminhávamos as questões. Hoje não temos isso. Por exemplo, o nosso ex-presidente Lula nas greves do ABC sempre dirigiu aquelas questões. Mas, ele sabia como entrar e sabia como sair. Hoje as polícias militares não têm com quem negociar. As polícias militares, efetivamente, estão trabalhando contra um anonimato nas manifestações e isso prejudica o diálogo e prejudica todo o desenvolvimento de qualquer operação policial militar que sabemos que tem passos e recomendações que são históricas e que nós no país vimos trabalhando dessa forma. Então, eu me junto ao Eduardo nessa posição. E me preocupa, secretária, eu estou participando pela primeira vez desta reunião, mas quero dizer que a minha participação aqui é uma participação como sempre fiz, há dez anos como secretário municipal, e tenho procurado ter junto ao governo federal e até ao próprio governo estadual que nós em Caxias do Sul, por exemplo, temos um embate muito forte com o governo estadual do Rio Grande do Sul, mas mesmo assim temos uma relação de respeito e uma relação sempre muito democrática. E ouvi aqui, inclusive citaram o

nome do Aécio Neves, isso me preocupa bastante, nós não estamos aqui a serviço de posição e nem da oposição, nós estamos a serviço do Brasil, e a minha participação eu quero levar dessa forma, de uma forma republicana, eu não sou ligado a ninguém, nem de PT, nem de PMDB, a ninguém. A minha participação aqui, como do Conselho Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Segurança é uma forma de eu procurar colaborar, com os meus conhecimentos, e trazer aqui a minha participação de forma republicana. Então, essas posições para dizer que nós temos que ter cuidado com oposição, isso me preocupa bastante. Eu quero registrar que pela minha primeira participação, eu tenho uma preocupação com isso. A minha participação, repito, quero fazer de uma forma republicada e profissional representando o Conselho Nacional de Secretários que tem representantes de todos os matizes do país. Obrigado.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Primeiro, eu queria compartilhar e muito da fala do companheiro Denilson. Eu acho que hoje um dos maiores problemas que temos no Brasil no cenário nacional é com relação à segurança pública. E quando se fala que o Conselho Nacional de Segurança Pública é uma das prioridades do ministério, eu fico mais preocupado ainda porque diante de todos os questionamentos que fizemos aqui, alguns na ausência da secretária, mas estão registrados em ata, se diante de todos os questionamentos que fizemos aqui, nós somos prioridade para o ministério eu tenho muito receio dos rumos da política de segurança pública nacional. E aí conselheiro Denilson eu compartilho muito do seu pensamento. Eu tenho medo porque eu admito que nesta gestão houveram alguns avanços. Eu tenho medo do retrocesso. Conselheiro Marcello, o senhor colocou que não há espaço para pensar no fracasso e que temos liberdade dentro deste conselho. Temos liberdade sim de falar, de pontuar, mas eu entendo liberdade com a possibilidade de escolha dentro da conjuntura posta. Eu não estou vendo muito essa liberdade de escolha não. Eu estou vendo liberdade de expressão. Nós falamos, nós pontuamos nosso pensamento, isso é muito importante. Mas, há pouco tempo estávamos questionando a ausência de acompanhamento das mesmas coisas que estamos colocando aqui. Então, que liberdade é essa que falamos e não se está dando o acompanhamento necessário. É liberdade? Será que não é para se pensar no fracasso? Não sou pessimista. Alex colocou a questão do pessimismo, do receio de não acontecer, Alex, é porque até então nós só tínhamos ouvido não e não. Com tantos nãos, qual a nossa perspectiva?

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Desculpe, mais quais nãos?

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Vamos pensar aqui uma questão da comunicação: “Não, é porque não pode ser dessa forma”, “Não pode contratar dessa forma”, “É porque não tem recurso”. Vamos tentar ampliar a participação? “Não, não pode, tem que ser assim”. E se excluir determinada categoria? Vai ter que excluir, terá que ser uma decisão. Acho que temos que fazer valer a questão da instância democrática que estamos aqui. Pensar do segmento que nós apresentamos e que estamos lá na base, repito minha fala, nós não podemos fazer da instância democrática com um pensamento de perspectiva antidemocrática, acho que não é essa a intenção deste conselho, nem a intenção da secretaria, temos certeza disso. Mas, corremos, sim, esse risco. Conselheiro Louzada, eu entendo até a preocupação do senhor. “As manifestações não têm mais líderes”. Não tem, realmente não tem. Mas, o Estado precisa se adaptar aos contextos, conselheiro. O Estado precisa aprender a dialogar com os fóruns. Não tem líderes! E aí como vamos fazer? Nós não vamos dialogar? O Estado não consegue dialogar com as coletividades? Não podemos pensar também na possibilidade de transferirmos as responsabilidades. Temos que assumir o nosso papel. E, lógico, estamos aqui para construirmos uma política coletiva. Esse ponto e contraponto faz parte da dialética necessária para construirmos isso. Eduardo Pazinato falou bem, nós estamos conseguindo algumas

convergências, sim, que bom, mas, Denilson, eu compartilho muito da sua fala, também estou muito preocupado, porque se este conselho é prioridade do ministério, realmente tenho uma preocupação muito grave com relação aos rumos da política de segurança pública.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Mais alguém? Não? Então, encaminhamentos para amanhã, por gentileza.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Esclarecida a questão da comunicação que vai vir uma jornalista que vai apoiar. A questão da comunicação que foi, enfaticamente, colocada que precisa ter comunicação, a atualização do site, a Secretaria-Executiva vai fazer um esforço extraordinário para conseguir divulgar bem esse evento. Presidenta, a questão do logo, dos cartazes também será via Ascom do ministério?

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Eu estarei nos próximos dias fora do ministério, mas o secretário em exercício, doutor Marcello, por favor, já peça uma reunião com o doutor Marconi e encomende isso porque aí temos que entrar na programação, até abril, ainda temos tempo, passamos por e-mail, os conselheiros opinam e já mandamos fazer e preparamos o material. Como temos já os dias das plenárias, talvez já pudéssemos fazer para cada região até uma caracterização para dentro daquela região, não é muito material, não sei, estou só falando, mas já põe a data para ficar mais fácil. Também já vê a data que a Dani chega, ela já vai começando a escrever os textos, a transitar pelo *mailing*, já pôr no site e tuto mais, fica mais fácil para nós.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Definido também o quantitativo em 250. Nós vamos trabalhar nisso. Dado o adiantado da hora, são 18h20, podemos abrir amanhã já para definir os critérios. Fica encaminhado que amanhã retornaremos com essa discussão.

A Sra. Regina Miki (Presidente do Conasp) – Nós tivemos uma proposta vinda do Conselho dos Comandantes Gerais (CNCG) que se reuniram, junto com a Secretaria de Grandes Eventos, para firmarem um procedimento operacional padrão *pop(?)* diferenciado, já que temos, sim, pensado muito em adaptarmos às realidades. Isso acaba ficando até meio defasado. Pode ser que até a Copa do Mundo tenhamos que mudar, a dinâmica da sociedade nos impõe uma dinâmica diferente dentro das instituições também porque não podemos continuar do jeito que estávamos um tempo atrás. Eu posso transmitir aos senhores aquilo que chegou para nós, aquilo que foi analisado pela Consultoria Jurídica e que foi encaminhado ao ministro. Creio que junto com a recomendação de amanhã, e aí também seria muito rápido para os senhores, acho que até a semana que vem os senhores poderiam se posicionar sobre esse procedimento operacional padrão. Por que falo isso? Nós já estamos formatando o curso de multiplicadores para aperfeiçoamento, não que não tenha sido feito curso de multiplicador para procedimento operacional até hoje para a Copa, seria uma insanidade falar um negócio desse, mas nós temos que nos adaptarmos a esse novo *pop*. É rápido isso. Eu precisaria que este conselho também opinasse rapidamente. O que seria muito bom ao publicarmos isso eu não sei qual será a medida jurídica escolhida pela Consultoria Jurídica, eu não sei se uma portaria do ministro, eu não sei se uma portaria da Senasp, uma recomendação. Já que estamos falando em estados e não temos autonomia, nós não podemos determinar ao estado que faça, mas podemos buscar o estado parceiro numa assinatura conjunta, e é isso que o ministro estava querendo fazer, um pacto, assinado com os governadores, o que para nós hoje não é difícil com relação a isso, seria muito bom se tivesse o aval do Conasp, que entre os considerandos tivesse um considerando que teria passado pelo Conasp. Então, eu me disponho a transitar isso o mais rápido possível a versão que

está na mão do ministro. O manual advém do procedimento e vamos preparar para a reestruturação do curso e a recomendação. É importantíssima a recomendação. Eu tive a oportunidade de despachar com o ministro ontem à noite após a reunião e disse a ele da preocupação do Conasp, inclusive com a votação do PL da auto de resistência e do PL 1332. E o ministro disse que receberia muito bem uma recomendação nesse sentido, inclusive que fosse acelerada a votação desses PLs. Então, eu acho que é importante se este conselho se posicionar. Alguns PLs o doutor Marcello tem acompanhado mais de perto junto à Secretaria de Relações Institucionais e a Casa Civil, que já foram feitas inclusive a defesa pela Senasp em nome do Ministério da Justiça que são o auto de resistência que foi feito pela SAL e nós, o doutor Marcello e o doutor Marivaldo fizeram a defesa, ele está pronto para votar; o PL 1332 já também feita a defesa, pronto para votar e o PL da Lei Geral dos Delegados de Polícia Civil, não vou me lembrar do número, também já foi feita a defesa. *(intervenção fora do microfone)* O senhor me perdoe, eu falei errado, porque eu não tenho essa mania de perseguição, conselheiro, desculpe. Então, esses já foram recomendados. Se tiver mais algum que os senhores achem que temos que fazer a defesa, o Kleber está dentro do Congresso e está acostumado, vamos colocar porque é a hora de não votar uma coisa só, votar um bloco. Vamos aproveitar! Estamos aí à disposição.

O Sr Alex Canuto (Secretário Executivo do Conasp) – Bom, ficamos encaminhados assim. Amanhã retornamos às 9 com o fechamento dos últimos pontos que estão faltando do evento e às 11 horas o debate sobre o auto de resistência com o deputado Protógenes. O senhor Almir quer encerrar?

O Sr.. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do Conasp) – Encerramos juntos. Nós precisamos relaxar um pouco para amanhã construirmos aquilo que precisamos construir. Parabéns a todos os conselheiros, vamos voltar amanhã com energia renovada.

19/02/2014
QUARTA-FEIRA
MANHÃ

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Então têm sido discussões importantes e nós saímos frustrados nesse ponto... Eu não sei se o P. Queiroz, outro de sindicato de policiais e associação, se sente assim. Sai frustrado, porque o policial pergunta: e daí? O que vai ser feito a nosso favor? Então as iniciativas em favor do policial, eu quero deixar registrado isso do policial. Elas são muito menores do que quando têm iniciativas para proteger determinados segmentos profissionais que muitas vezes nem todo dia está envolvido com essa questão de segurança pública. E repito, para se encerrar: o policial cada vez mais está acuado e vai trabalhar menos em prol da sociedade, porque ele não é maluco. Ele não é doido de daqui a pouquinho estar atrás das grades agindo em nome da sociedade. Então deixar registrado isso.

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – Indo na mesma linha do senhor Marlon, companheiro Marlon, registrar aqui também, e gostaria até de um esclarecimento da mesa, uma vez que nós colocamos como ponto discussão a falta de transparência, a falta de divulgação das ações aqui desenvolvidas pelo nosso Conselho e a Secretária ontem foi muito pontual em dizer que estava resolvendo isso, que estava colhendo isso, mas o tirocídio policial não me permite passar por despercebido. Eu vi aqui ontem à tarde, enquanto nós falávamos, equipes e mais equipes de comunicação: 4 ou 5 emissoras, e é lamentável nós sabermos que o Ministro tomou uma decisão de qual seria a prioridade de qual seria a prioridade de atuação no tocante às manifestações sem ouvir o Conselho. Ela nem teve essa clareza de nos explicar e falar: olha,

agora nesse momento está dando entrevista. Agora nós deliberamos que vai ter uma repressão mais incisiva no tocante ao uso das máscaras, que vai ter aqui um certo agravante no tocante a quem agredir profissionais da imprensa, mas em nenhum momento falou em quem agredir os profissionais de segurança, que a imprensa pode até faltar nesses locais onde está acontecendo conflito, pode até demorar a chegar, mas a polícia está lá. A polícia está lá. O operador está lá, que não é o *Robocop*, que não é uma máquina. É um ser humano que tem emoções, que a sua integridade física pode ser lesionada. Essas coisas foram tomadas as decisões sem ouvir o Conselho, que estava fazendo isso tudo ontem à tarde sem nos comunicar em nada. Então eu queria uma nota de esclarecimento. Apenas uma palavrinha: o que aconteceu, aonde que houve a ruptura do processo de transparência tão bem colocado ontem aqui pela Secretária Regina Miki. Porque não foi informado isso para nós? Eu acho que perde até o objeto também nós fazermos qualquer tipo de posicionamento a respeito das manifestações, uma vez que o próprio Ministro já tomou a sua posição. Muito obrigado.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Só é para confirmar mesmo o que Denilson estava colocando. Eu iria colocar isso, porque até então foi feita a indagação no início da nossa reunião aqui na segunda-feira e com isso, com essa indagação nós ficamos de dar algumas respostas. Adianta alguma coisa, se nós mesmos aqui, enquanto posicionamento dos próprios policiais, dos próprios praças e dos próprios sindicatos, enfim, falavam coisas que estariam ali como absurdo, e tudo isso foi votado. A relação de não usar máscara, aumento da pena para quem está na relação de confronto com a própria polícia ou vandalismo e tal. Ou seja, são coisas que na verdade só fizeram... Para mim, isso não vai mudar o posicionamento das manifestações. Isso não vai mudar o agravamento das manifestações, uma lei mais severa, mais dura e tal com isso. As pessoas vão continuar na manifestação, então pegue-se quem puder. Se fosse por isso, não existia mais ladrão, não existia mais... Corrupção pode até existir, que é difícil nós conseguirmos encontrar alguém que cometeu corrupção ser preso nesse país. Não teria mais ladrão. Nós não teríamos mais assassinos. Nós não teríamos um monte, porque as leis são mais severas. Então fazer... Para mim, colocar... Dar essa tonalidade à relação das manifestações é... Sinceramente eu não sei em que pé esse país está tomando essas decisões com relação principalmente às manifestações. Enfim, era só para complementar aí.

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Bom dia a todos. Eu comungo com as palavras do Conselheiro Marlon, quer dizer, pedir aos conselheiros que atentem para essa questão de que nenhuma profissão envolvida em atos de manifestações deve ser mais ou menos considerada. Eu acho que todos os trabalhadores têm que ter o seu grau de respeito diante das leis, de proteção. Claro que se o Ministério, na pessoa do seu titular, resolve, deliberadamente, tomar uma decisão unilateral e dizer que vai fazer isso e aquilo e nós sequer dizermos que vamos discutir o assunto, eu acho que isso é uma ofensa ao Conselho. Eu fico assim, pasmo com essas atitudes do Governo Federal em relação a essas manifestações que iniciaram em junho de 2013. Nós vemos que a gestão federal está atônica. Ela está perdida diante dessa nova geração de brasileiros pós-Constituição, pessoas que têm menos de 25 anos de idade em detrimento de nós, que temos mais de 30, e somos de outro regime que o Brasil adotou. Então a nossa formação realmente é diferente. Nós, às vezes, agimos por emoção, às vezes agimos ali, acreditando que os conceitos desse pessoal com idade inferior a 25 são totalmente diferente dos nossos, e eu vejo então que nem o Poder Executivo e nem o Parlamento está conseguindo fazer a leitura de como vai recepcionar esse manifesto que o Brasil passou a viver agora. Eu, vendo ontem, mais o Conselheiro Duda Quadros, uma manifestação no exterior, não sei bem qual era o país... Ucrânia. Que mesmo a polícia, o Estado Ucraniano reprimindo a juventude lá, que nós vemos pela imagem que são pessoas jovens, entre 18 e vinte e poucos anos, eu me vi no Brasil, que

daqui a pouco, Conselheiro Marlon, mesmo diante da repressão... O que o Brasil sabe fazer é reprimir. O Brasil é um país de diálogo. Ele não é um país que consiga fazer uma mesa e... Consegue. Ela tentou fazer esse modelo: gestor, sociedade e trabalhador, mas como foi um fracasso de lá para cá, não sentou-se mais, alguns conselheiros ou alguns moderadores daquela, eu já falo assim, ainda tentaram manter um *blogzinho*, um grupo ali para continuar discutindo, mas foi tudo assim, ao fracasso. Então assim, a CONSEG poderia ter evitado o que está acontecendo agora se nós tivéssemos dado continuidade aos princípios e às diretrizes que aqueles 5.000 delegados recomendaram que o Brasil adotasse. O Governo não se preocupou. Hoje, a juventude cansada... As pessoas perderam totalmente a noção do que é vida, do que é patrimônio, do que é o ser humano. Enfim, o Brasil está perdido e as pessoas ficam se utilizando das suas pastas para poder dizer: eu vou fazer isso e vou fazer aquilo e esquecem que isso é um país continental, com diversos estados, todos com autonomia, cada governador mais vaidoso do que o outro, e aí fica essa intriga entre podres e o povo pagando o preço caro. Eu vi ontem também... Hoje de manhã também na televisão um grupo de senhoras que estava na parada de ônibus aqui em Brasília... O pessoal diz que Brasília é a polícia mais bem apaga, o maior efetivo, 180 habitantes para cada policial ostensivo. Enfim, bota aquele quadro lá que diz que é o recomendado. Mas o índice de criminalidade aqui em Brasília é uma coisa assustadora. Então nós temos que ver como nós poderíamos fazer para realmente cortar na carne. Eu, com o Conselheiro Marlon no sentido de Auto de Resistência ou Melhor Discussão, porque hoje os policiais ostensivos, e os civis não ficam, eu acho, para traz, temem agir em dessa do Estado, porque quando é para punir, o Estado tira o dele fora e deixa o agente sozinho no banco dos réus, para o Ministério Público, que aqui não está presente, a nossa Conselheira, meter a pua. Tirar o couro, esticar e salgar ao sol. Deixa o cara lá. E aí realmente estou atônico com tudo isso. Eu não sei como o Ministro faz um negócio desses com o Conselho: vai à imprensa e diz que o Conselho está supostamente ratificando toda essa situação de tratar manifestante com repressão, com isso, com aumento de pena. Eu acho que nós estamos precisando é conversar. Eu acho que o Conselho precisaria se descentralizar, ir para as universidades... Eu sei que aqui tem muitos pesquisadores de universidades, mas está faltando aí um *plus*, está faltando uma gotinha de alguma coisa para mudar esse quadro que nós estamos permitindo acontecer. Eu, infelizmente, vou embora hoje desse Conselho e vou triste, de coração partido, porque eu vi que todo o meu esforço não valeu em nada. Muito obrigado.

O Sr. Marco Antônio Pampolha Gomes da Silva (FENAPRF) – Bom dia. Só fazer coro com os colegas, dizer que... O Coronel falou aqui da questão do auto de resistência. Na verdade, hoje o policial... Nós estamos tendo uma inversão de valores aqui. O policial, hoje, está sendo marginalizado. E essa questão que o Coronel Marlon falou, eu quero deixar bem claro aqui, ele disse e ele defendeu os bons policiais. Aqui se defende os bons policiais. Certo? E do jeito que está, os bons... Do jeito que está, não. Do jeito que estão pretendendo fazer, os bons policiais vão ser penalizados. Então era só isso que eu queria dizer, Coronel. Dizer que eu compactuo da sua fala e, Denilson, provou-se ontem, com as notícias, reportagens, que quando o Ministro ou o Ministério... Não vou falar da pessoa do Ministro. O Ministério não se reporta ao nosso Conselho, ficou provado, mais uma vez, que o Conselho... Não é dado a esse Conselho o devido valor.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Rapidamente, eu queria só corroborar às falas dos colegas. Realmente é uma pauta de respeito em relação ao trabalho que nós viemos desenvolvendo aqui, esse tipo de manifestação. Ontem eu não tive a oportunidade de assistir, mas um amigo que reside em Brasília me comentou. Eu fali: não. Deve ter te enganado. Não é possível. Nós passamos dois dias inteiros, inclusive ontem com a presença da Secretária,

debatendo justamente no sentido contrário a esse e concomitantemente a essas falas, uma declaração nesses termos, nós, na verdade, não rompemos esse ciclo vicioso da cultura da punição. Novos tipos penais, agravantes, ainda mais criando uma nova categoria de cidadão. Então o jornalista é o supra cidadão, e nós aqui, o sub cidadão. E o policial que está na ponta, que nós militamos pelos direitos humanos no campo da segurança. Inclusive porque reconhecemos que os direitos humanos são indivisíveis, universais, para o policial e para o não policial. E jogamos para a torcida que o jornalista... Bom, e quantos morreram nas manifestações do lado de cá ou de lá? Que isso é um lado só, é sociedade, e não tiveram uma oportunidade como essa para um agravante de pena. E se fosse resolver, teria se resolvido com um crime hediondo, no caso da Glória Peres, ou Abílio Diniz, no RDD. Então, por favor. Eu acho que esse tipo de coisa reforça a importância da assessoria de comunicação, porque nós vamos discutir isso aqui e toda a discussão que nós fizemos não vai estar em lugar nenhum e, na verdade, nós nos sentimos, inclusive, desrespeitados. Eu acho isso um absurdo e queria registrar isso, e acho que temos que pensar realmente uma medida mais dura, inclusive um diálogo com a Secretária nesses termos, porque é contraditório, no mínimo. Contraditório, no mínimo, a trajetória que as pessoas que aqui estão e ao padrão de discussão civilizada que se tem nesse Conselho, em alto nível. Todos buscando pautar as questões em outra perspectiva. E bom, esses limites estruturais extrapolam as possibilidades de intervenção da conjuntura. Mas aí realmente... Eu estou aqui minutando. Já escrevi uns 5 ou 6 considerandos exatamente nesse sentido. Vou terminar, mas em respeito ao policial Pedro, que foi vitimado lá no caso do Norte do País. Em respeito ao cinegrafista, em respeito ao Tinga, em respeito a todas as violações... O repúdio a todas as violações de direitos humanos, mas realmente é lamentável.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Ontem, nós falávamos da questão do respeito que se tinha a esse Conselho e que se colocou, a meu ver, de modo equivocado, que esse Conselho era prioridade dentro desse Ministério, ainda que apenas como órgão consultivo, que eu não acho pouco, mas eu penso que poderíamos ser muito mais do que isso. E eu acho que os conselheiros sentados aqui nessas cadeiras têm competência para ser muito mais do que isso. Mas como órgão consultivo, nós não somos consultados. Falam por nós. E ainda que dentro de uma democracia representativa, conselheiros, eu não acredito quando as pessoas falam por nós quando não têm legitimidade para falar por nós. E eu acho que uma entrevista nesse teor é uma violação a esse aspecto. E nos colocam em uma situação muito delicada, porque a impressão que passa é que o Conselho ratifica esse tipo de postura, quando se mostrou aqui um posicionamento quase que consensual muito contraditório a isso. Ontem nós discutimos muitas coisas, e o Conselheiro Marcello não está aqui presente, ele falou, dentre elas, que esse Conselho era um Conselho que tinha liberdade. E eu vou bater na tecla de novo: nós não temos liberdade. Nós não temos liberdade, porque nós não podemos optar entre as possibilidades que estão postas. Nós não temos liberdade. Não adianta nós falarmos aqui, falarmos, falarmos, registrar em ata, registrar em ata, registrar em ata e nossa opinião não ser levada em consideração, porque o que aconteceu foi que a nossa opinião não foi levada em consideração. Então, conselheiros, eu acho que nós precisamos, inclusive em audiência com o Ministro, Alex, se for possível, porque eu acho que nós precisamos de mais respeito, e respeito a nós é respeito a quem nós estamos representando. Isso é algo muito sério e muito essencial ao funcionamento pleno desse Conselho.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu também fiquei surpreso e ratifico aqui duas coisas. A primeira é de que é muito difícil para nós aqui que militamos e que prestamos contas na base das nossas ações. Estava agora a pouco sendo cobrado sobre o retorno do que aconteceu em Fortaleza. O que eu vou levar de volta? O que é o CONASP vai dar de retorno sobre uma deliberação que aconteceu aqui. Nós mudamos uma moção, fizemos um

documento que foi enviado em outubro, uma recomendação pela Plenária deste Conselho e eu não sei qual foi o retorno, não tenho... Vou agora, um ano seguinte sem levar um retorno, e que eu não posso nem apresentar o que foi tomado nesse Conselho, porque não temos a comunicação funcionando e eu possa abrir uma página, um documento oficial, que seja uma página, porque é considerado um documento, e que eu mostre: não, está aqui: a deliberação pelo Conselho. Os conselheiros apoiaram a causa da sociedade civil. Realmente houve um abuso e está sendo buscado apurar pelas vias legais, normais, pedindo à Guarda Municipal, à Prefeitura, a Secretaria de Segurança do Estado que apure se houve realmente uma conduta exagerada, se houve abuso de violência, enfim, uma prestação de contas. O Conselheiro Marlon levantou uma questão e quando o Eduardo falou e P. Queiróz, Denilson, até Luiz Paulo, nós não podemos cair no erro de ficar só de um lado. Por mais que nós soframos na base, nós estamos no Conselho plural aqui. As emoções... Agora mesmo a emoção nos toma quando estamos falando aqui, porque nós trazemos essa história, Denilson. Você fala muito bem quando... Nós trazemos a história para cá. Quando nós participamos dos movimentos lá na base, às vezes... Eu já fui agredido por policiais, mas eu também já vi policiais recebendo o castigo da sociedade quando ele não é o culpado. E nós que estamos aqui juntos é que temos que fazer com que os bons policiais sejam ajudados, e os maus profissionais, eles é que têm que sofrer, como na sociedade, as pessoas que se comportam mal também têm o seu grau de punição. É para um, como é para outro. Eu sou comunicador social. Eu não quero que profissionais da imprensa tenham privilégio em detrimento a qualquer outra pessoa que esteja em manifestação, seja ela uma manifestação em prol de um tema social, de um tema cultural como a manifestação cultural, como qualquer outra forma de se expressar no nosso País. O que está havendo é o que nós estamos discutindo uma coisa que é um sintoma da sociedade, quando nós temos que estar, na verdade, deveríamos estar e nós tínhamos nos proposto a discutir aqui as causas desses problemas, porque a segurança hoje... Nós estamos aqui então indo para lá e vindo para cá, vamos fazer uma moção, vamos fazer um registro aqui, uma coisa lá, e de repente onde está o problema, nós estamos sem resolver nada e sem tomar atitudes. Na verdade nós tomamos atitudes, porque se ler as documentações que estão aqui, existem documentações muito coerentes no seu *time*, mas que não tem reflexo legal assim, palpável. Como eu vou me referir agora? Eu tenho uma reunião marcada, acabei de receber um telefonema. Sexta-feira eu tenho uma reunião marcada com a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal. Estão fechando agora comigo, porque eles querem saber o resultado do CONASP. Eu vou dizer o que? Eu não sei o que eu vou dizer, porque primeiro eu não vou... Eu tenho que resolver alguma coisa. Eu tenho que levar alguma coisa para a base, porque quando eu venho para cá, eu venho para cá para resolver coisas, para fazer coisas e levar para lá, senão não adianta eu estar vindo para cá. Eu queria muito ter esse respaldo. Muito, muito mesmo, porque eu acredito que espaços democráticos como esse, que foram difíceis de construir... Foram. Isso aqui é uma conquista. Estarmos aqui é uma conquista, mas não é por estarmos aqui que vamos nos acomodar. Temos que melhorar essa conquista. E eu quero dizer que se eu me emociono e se eu vejo outras pessoas emocionadas aqui, não é porque não respeitamos esse espaço. É porque amamos e respeitamos a conquista desse espaço. Queremos melhorar cada vez mais e transformar isso aqui em um Conselho que realmente funcione como Conselho, para que possamos ajudar cada vez mais a segurança pública no nosso país.

O Sr. Antônio Maciel Aguiar Filho (FENAPPI) – Bom dia a todos. Eu fazia algumas colocações aqui, inclusive ao que o Coronel Marlon falou, que eu também comungo com essa preocupação da questão do auto de resistência, se vai ser extinto, o que vai substituir essa ferramenta que quem está na ponta utiliza. Eu acho que tem que, sim, haver um debate melhor sobre isso e não nós aceitarmos uma imposição do Ministério em relação a isso. Eu acho que o Conselho tem que decidir melhor e debater melhor esse tema. Uma outra preocupação que eu

fiquei após assistir a matéria, a questão da criminalização do uso de máscaras e tal, e eu fiquei pensando: tal qual um filho adolescente, que o pai faz uma coisa, faz outra, esses jovens que estão na rua hoje têm uma confusão enorme na cabeça deles. É tanto que não tem liderança. São várias pessoas que e a polícia não consegue identificar a liderança, porque o sentimento de revolta é individual. E aí o cara que está conectado a várias mídias tem uma comunicação muito forte. Eles marcam *whatsapp*, e tudo essas coisas. E aí o cara vê na imprensa, por exemplo, que o mensaleiro Delúbio ou qualquer outro aí que foi condenado pela maior instância do nosso país, o STF, solicita uma ajuda lá e arrecada R$ 1.000.000,00, cumpriu a pena ali, já balizou uma decisão, que o cara está cumprindo o semiaberto. Quantos crimes decorreram desse desvio de dinheiro e ele, que estava na rua, mostrando indignação, vai ter uma pena hedionda. Sei lá, 15 anos em regime fechado. Eu acho que realmente gera uma confusão ainda maior. O sentimento de revolta que essa medida pode gerar, eu acho que o efeito vai ser contrário. Eu acho que vai realmente generalizar a revolta do sentimento do jovem, porque ele não consegue entender a distinção de uma categoria que tem o apoio da mídia para colocar ali, como é o caso do jornalista. Se fosse um policial, talvez a mídia de um dia tivesse... Mas eu assisti ao Jornal da Globo. Ele ficava o tempo inteiro... O Jornal Nacional praticamente voltado para fazer cobertura daquela tragédia, que nós entendemos que realmente é um fato lamentável, mas que poderia ter sido com um policial ou com uma pessoa civil e que não teria tido essa repercussão. Aí o espaço que você não consegue na mídia é escancarado para representante de associação de jornalistas, não sei o que e não sei o que, ou seja, há uma super valorização da tragédia em detrimento do caos social que nós temos hoje, sobretudo sobre os jovens. Então eu acho que isso vai dar um efeito contrário: vai aumentar ainda mais a revolta nos jovens. Obrigado.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – A minha proposição, na verdade, que nós já citamos aqui várias vezes, eu acho que: ah, pega aquele nome complicado que tem bem ali, que a moça está fazendo ali, manda para saber se a Secretária lê ou se o Ministro lê, não lê. Não lê. Como foi dito ontem, o único que leu foi Duda, porque não esteve na última reunião e queria saber. Nós que estamos sempre na última reunião não vamos ler, porque eu estou aqui, estou vivenciando e vivo ensaiando isso então ler aquelas duzentas e poucas páginas não cabe eu acho que isso, certo? Então ler aquelas 200 e poucas páginas não cabe. Eu acho que nós fazemos o seguinte, mais uma proposição: eu acho que nós fazemos uma carta manifesto nossa, uma manifestação nossa do CONASP, tanto para a Secretária, quanto para o Ministro, com todas as nossas reivindicações, com tudo que nós queremos, com todos os nossos anseios e tal e esperamos resposta na próxima reunião, porque no próximo encontro, na próxima reunião, se nós não tivermos resposta ou então pelo menos presença, respondendo a todas as nossas reivindicações, nós continuamos aqui sem fazer nada. Na boa, porque nós já estamos sem fazer nada, porque tudo que nós fazemos... Ontem até Luiz Paulo comentou: ontem tinha tudo para ser produtivo, e aí nós esbarramos em um probleminha que é desse tamanho, que dá para resolver, que é uma pessoa. Mesmo que não tenha contratado, mas, poxa, dava para ter alguém. Eu não acredito que alguém no Ministério não possa dar esse suporte até chegar essa tal pessoa que possa resolver todos os problemas. Aí eu acho que a próxima reunião, de vir para a próxima reunião, enquanto nós não tivermos respostas, não se faz nada, porque nós não vamos poder fazer nada. Não adianta nós fazermos produtividade se nós não vamos poder alcançar o que nós queremos ali. Então a minha proposição é essa: que nós façamos uma carta manifesto, tanto à Secretária, quanto ao Ministro, com todas as nossas reivindicações.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (**Grande Oriente Brasil) –** Bom dia a todos e a todas. Eu vou usar esses minutos que tenho para fazer uma reflexão. E eu começo dizendo que tudo que é sólido se desmancha no ar. Isso Berman e Marx. A partir dessa perspectiva, nós precisamos

entender um detalhe: não importa a matiz de governo, tanto à esquerda, tanto à direita. Quando chega ao poder, ela vira de centro, porque ela quer se perpetuar no poder. Não importa a legenda. Para se perpetuar no poder, ela precisa de um outro poder, que é o quarto. O quarto poder, filme dos anos 70, é a imprensa. A imprensa foi vilipendiada agora, e ela usa todas as ferramentas que ela tem para se mostrar importante. Em momento algum eu estou descredenciando, estou dizendo que não é importante. Mas se quem está no poder e está no centro precisa se preservar, ele vai dar uma resposta. E ele vai dar uma resposta ao quarto poder da maneira que o quarto poder quer ouvir. Nessa perspectiva você consegue entender o que aconteceu. Agora, nós vivemos dirigindo um automóvel, ou pilotando um avião, mas dirigindo um automóvel você tem um para-brisa, que representa o futuro, e você tem um retrovisor, que representa o passado. A questão é: nós queremos enxergar o futuro ou queremos ficar presos no passado? O passado é manutenção de poder e manutenção de poder diz: enfrentamento tal qual as guerras clássicas. Ora, o que é o terrorismo hoje? O que é o Al Qaeda? Em que localização geográfica ele se encontra? Quem eu vou destruir? Então o terrorismo deixa de ter a figura do Estado-Nação, e deixando de ter a figura do Estado-Nação, eu não tenho a quem me reportar. Eu trago essa analogia do Estado-Nação à questão específica dos movimentos que estão acontecendo no Brasil hoje. Eles guardam grandes similaritudes. Não existe mais a figura do protagonista, porque o protagonista foi atomizado. Ele está em qualquer lugar e ninguém tem o direito de dizer: eu sou, porque ato contínuo, ele será repreendido e a massa vai dizer: você não é. Este é o grande desafio. É olhar para o para-brisa e não para o retrovisor. Nessa perspectiva, nós temos um Conselho Nacional de Segurança Pública, que é um órgão consultivo. Então as limitações são gigantes. Ele pode ter sido espelhado como o Conselho Nacional de Saúde, mas efetivamente não o é, porque nós somos um conselho consultivo apenas. O que sobra a nós é o que está sendo pedido há muito tempo, que é uma visibilidade no mundo exterior daquilo que é discutido aqui. Aí sim nós podemos nos salvaguardar. Nós podemos mostrar efetivamente o que nós estamos querendo e o que nós estamos pensando de uma forma plural. O desafio é esse. Não é outro. E eu termino a minha fala como eu comecei: tudo que é sólido se desmancha no ar. Nós estamos atravessando um momento de ruptura da sociedade global e poucas pessoas estão enxergando isso. Nós saímos dos 1000 anos de treva, que foi a idade média, passamos para outra era, estamos em uma terceira e mais uma vez temos uma ruptura. Os modelos clássicos que nós entendemos de poder, os modelos clássicos que nós entendemos de governo estão se desmanchando. Precisamos olhar para o para-brisa e para o retrovisor. O retrovisor apenas como percepção do que foi o passado, que não irá se repetir. O desafio é entendermos e conseguirmos decodificar as mensagens atomizadas que estão vindo da rua, porque caso contrário, nós enquanto sociedade, já morremos e não sabemos.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Na linha da proposição do Willy, mas eu acho que nós temos que, nesse caso, aumentar um pouco o tom e talvez a tática, eu acho que não é o caso de nós oficiarmos mais a SENASP, ao Ministério, porque nós temos feito isso inclusive com atos normativos previstos no Regimento do CONASP e há problemas e limites estruturais para que isso se dê. Eu acho que nós poderíamos publicar uma carta aberta com todos os nomes das entidades que compõem o Conselho e com os nossos nomes em todos os *sites* e portais das instituições que aqui estão, e se possível com o apoio das assessorias de imprensa das respectivas entidades, sobretudo de classe, que têm esse potencial, o próprio Fórum Brasileiro também, no sentido de manifestar a opinião do CONASP em relação à conjuntura atual, em relação à necessidade de que nós não violemos os direitos nem de civis e nem de policiais, quer dizer, que nós avancemos na consolidação da justiça de transição no Brasil, na efetivação da democracia. Um texto de uma página. Não é um texto acadêmico, não é um texto com grandes pormenores, mas objetivos que nós possamos... Eu acho que também

sem... Porque não é uma posição contrária à SENASP, ao Ministério. É uma posição do Conselho. Nós temos divergências. E é salutar que assim o seja. Eu, infelizmente, lamento que não tenhamos outro nível de relacionamento interinstitucional, sem dúvida nenhuma, que vai corroborando essas premissas que foram tão bem faladas e sintetizadas pelo Alberto nessa sua última fala. Agora, eu acho que chegou. Vamos fazer uma carta aberta de uma página. Nós temos capacidade intelectual para minutar isso aqui e distribuir nas nossas redes, inclusive fazendo um balanço dessa reunião, dos diálogos regionais com sede em 2015 nesses termos e rechaçando qualquer ato, tanto do Congresso Nacional, quanto do Poder Executivo de acirramento da criminalização, encarceramento em massa, porque se isso funcionasse, nós já teríamos resolvido os problemas de segurança no Brasil. Eu me inclino e proponho que nós demos esse passo.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Eu tinha pedido a palavra como Conselheiro. Eu consigo enxergar no CONASP uma diversidade que, desde o seu início, enfrentou certa dimensão de conservadorismo das estruturas, das coisas e o vento da CONSEG, de tudo que ela evocava, vinha a romper com isso e rompeu. Rompeu tanto que nós estamos aqui. Nós somos frutos daquilo. Por mais que nós possamos desqualificar, que não é o que nós estamos fazendo, O CONASP foi fruto daquela mobilização de 2009, esse CONASP aqui. Na visão, e aí respeitadas as visões, até dentro da própria sociedade civil, dos trabalhadores, essa vertente da diversidade, isso é maravilhoso, porque não dá para a minha opinião ser a opinião. Quando eu coloco a minha opinião, jamais eu teria a pretensão de ser a opinião. Seria um reducionismo muito profundo. Quando o Dr. Marcello ontem falou sobre a oportunidade de estar aqui falando, eu enxerguei não como o nosso Conselheiro Luiz Paulo. Eu enxerguei de outro modo, embora respeitando a posição dele, porque o Luiz Paulo só pode falar tudo o que ele falou porque o espaço foi aberto e está dado. Se nós não concordamos nada que o Ministro está fazendo, nós estamos tendo o direito de dizer isso aqui. Nós podemos construir. Vamos dizer: ele deu uma... Como nós estamos falando aqui, a palavra de quase todos os conselheiros, ele deu uma informação, uma entrevista e nós achamos que tinha o apoio do CONASP. E o CONASP pode tomar a posição dele aqui, só que nós precisamos fazer isso, porque a cidadania brasileira está esperando desse CONASP porque nós temos um custo: mais ou menos R$ 50.000.000,00 por reunião para falar sobre políticas públicas... Não é só para falar das dificuldades do funcionamento do CONASP, das dificuldades... Tem que falar nisso também, porque essa estrutura vai permitir as outras ações subsequentes, mas o nosso papel aqui, vamos dizer, nós propomos hoje, no início dos nossos trabalhos, fazer as duas... O nosso trabalho, ou seja, a recomendação. Essa recomendação é a que o Ministro vai gostar? A pergunta que nós fazemos é essa. Essa recomendação é o que o Ministro ou qualquer instituição ou pessoa vai gostar ou é a nossa posição? Temos que fazer o nosso trabalho, a nossa posição. Mas deixar de fazer isso por conta de estrutura, me parece que nós vamos ficar realmente devendo à Cidadania Brasil o nosso papel. Então a minha reflexão é de que, aliando-se a todas as palavras, eu me alio a todas as palavras, mas também quero chamar a reflexão de que todas as dificuldades que foram postas e estão tendo e que nós precisamos superar, não impedem que nós tomemos as nossas posições. E aí já existe o encaminhamento do Conselheiro Willy, como pode haver encaminhamentos de outros conselheiros, em vez de estarmos falando, ontem falamos sobre isso, estamos falando metade do nosso expediente hoje sobre isso, mas precisamos, eu acredito agora, de proposta para nós termos uma definição, senão nós vamos terminar a nossa reunião realmente indignados mais uma vez, mas sem nenhuma proposta para a cidadania brasileira. Não é resposta pessoal ao Ministro, como o Conselheiro Edu falou. Nós não estamos aqui para sermos contra a SENASP. Nós precisamos construir o pensamento desse Conselho a respeito das questões profundas da segurança pública. Nós pautamos dois temas e ainda não colocamos o nosso pensamento nesses

dois temas. Me parece que nós precisamos fazer esse dever de casa para podermos realmente ter aquela legitimidade. Nós viemos aqui, fizemos nosso dever de casa, mesmo superando todos os problemas que estão quase que permanentes. Então tem algum Conselheiro, Maciel. Passo a palavra.

O Sr. Antônio Maciel Aguiar Filho (FENAPPI) – Eu queria, nessa linha que você está falando, concordar com a proposta do Eduardo aqui, dessa carta aberta, que eu acho que é, de certa forma, uma forma de nós demonstrarmos uma autonomia do Conselho frente à realidade que está aí, das coisas postas, porque nós sabemos muito bem que vivemos no estado democrático de direito, onde o papel do próprio direito, do controle social e cabe a nós, como membros desse Conselho, também impor limite ao próprio poder do Estado de punir. O Estado não pode ser um grande monstro alimentado por sequencias de tragédias no país. Eu acho que o Conselho tem que ter sim esse papel de orientar, de tentar contribuir no limite de punir do Estado. Eu acho que essa carta aberta pode ser nessa linha de demonstrar essa insatisfação que nós temos hoje.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Eu gostaria de propor... Pedir, Humberto, um aparte aqui. Eu gostaria de propor que nós façamos a carta aberta, façamos o que a Plenária decidir, mas que nós também nos posicione sobre os dois temas que foram propostos na pauta e que nós demos a posição do Conselho da forma mais transparente que esse Conselho está evocando, mas que a nossa proposta também, esses dois temas nós não deixemos de dar a nossa posição, porque não tem estrutura, porque não tem... Então a nossa proposta também é que nós nos posicionemos nessas duas propostas que foram a pauta aprovada desde o primeiro dia de trabalho. Então nós podemos nos debruçar... Se o Conselho, a Plenária já quiser se debruçar na construção dessas três possibilidades, ou uma possibilidade, ou duas possibilidades para nós definirmos, aí nós poderíamos nos tornar mais pragmáticos e já começar a construção dos textos. O que vocês acham? Vocês aprovam essa ideia de nós começarmos a construir? Então seria nesse segmento a nossa proposta. Passamos a palavra ao Conselheiro Humberto.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Inicialmente a nossa fala é em apoio à proposta do Eduardo, que possamos sair, por exemplo, um texto único, para que pudéssemos divulgar realmente nos nossos *sites* ou *blogs*, como queiram. Agora, eu também queria fazer um encaminhamento no sentido, na linha do Willy, porque nós debatemos aqui e nós fazemos varias lamentações das necessidades, das carências do Conselho, mas quando a Secretária chega, talvez uns por timidez, outros por entusiasmo assim, nós esquecemos aquele discurso que nós tivemos e não passamos para a Secretária a verdade que nós debatemos tanto, como vimos ontem, eram tantos assuntos, mas apenas o Denilson se manifestou, quando tantos de nós nos manifestamos, e no momento da presença, no momento ideal, nos calamos. É só para reflexão. Então, a nossa sugestão é que nós elaborássemos... Não precisa ser carta aberta, mas nós elegermos, pudéssemos ver quais são as necessidades, quais são as carências que nós estamos sentindo no Conselho. Por exemplo, a necessidade de uma assessoria de imprensa, a necessidade de termos consultores permanentes, a necessidade de atualização da página do CONASP, do Conselho. Então que nós pudéssemos elencar uma série de necessidades e de carências que nós sentimos, e elaborarmos um documento. Não é um documento público, mas um documento tirado desse Conselho e encaminhado á Secretária, para que ela possa analisar, aquilo que tiver ao seu alcance, ela possa resolver e o que não estiver, ela leve para o senhor Ministro tomar as providências também que achar possível. Mas eu acho que nós não podemos estar todo início, toda reunião reclamando das

mesmas coisas, das mesmas necessidades e sei lá. Então vamos fazer um documento formal, tirar um documento formal desse Conselho, e não é para a imprensa, para ninguém. Encaminhar à Presidente do Conselho, que é a Dra. Regina Miki, com todas as necessidades, todas as carências que nós elencarmos e aguardar um posicionamento. Então esse encaminhamento, Almir, que eu gostaria de fazer, porque não dá para nós estarmos... Toda reunião eu acho que nós perdemos nem que seja um turno do Conselho para chorar, para se lastimar. Então eu acho que nós temos que fazer um documento dizendo as nossas necessidades e aguardar o *feedback*. Depois do *feedback* aí nós sim tomamos algumas medidas desse Conselho, ou torna público. Faz o que esse Conselho achar melhor.

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – A minha fala inaugural foi, na verdade, um pedido de esclarecimento, porque eu acho que o que está acontecendo é muito mais grave. Até por experiência de vida e profissional, nós somos levados a perceber isso, senão vejamos: todos nós iniciamos aquela reunião ontem falando, debatendo da necessidade de pautarmos a questão das manifestações e do preconceito e fomos inclusive motivados, impulsionados pela própria Secretária. Eis que nós fizemos esse debate, eis que nós demonstramos a gravidade desse debate e desse assunto. Só que parece que a Secretária levou outra coisa para o Ministro. Talvez que nós estivéssemos apoiando, corroborando com esse recrudescimento. Por isso que a minha fala foi de um esclarecimento dela, o que foi que ela levou para o Ministro para ele, de noite, de tarde, dar uma entrevista daquela contundência, diametralmente contrária a tudo aquilo que nós debatemos. E a minha verve indignada é porque eu não admito ser usado por ninguém. É como o companheiro Luiz Paulo falou: ninguém tem legitimidade para falar em meu nome, salvo aquilo que eu autorizo. E se é verdade que nós fizemos um debate na direção contraria a tudo que aquilo que foi divulgado de noite pelo Ministro, ou ele está com uma má assessora, uma má interlocutora, que é a Presidente desse Conselho diante dele, e se é má, tem que ser substituída, porque Conselheiro ruim, Conselheiro que não leva para o seu aconselhado aquilo que na verdade está acontecendo, ele não está tendo a função, não está tendo a função. Não é nada pessoal. Porque é muito sintomático. Nós fizemos um debate diário e de noite a pessoa que tem como conselheiro todos nós, fala bugalho, tem alguma coisa errada. Ou então algo tão grave quanto, que é o que? Não importa, não interessa o que esses conselheiros estão fazendo, estão falando. Não importa a curva do conhecimento que cada um aqui tem. Não importa a legitimidade do processo que levou cada um deles a chegar até aqui. Não importa tudo que tem sido feito, discutido, escrito e falado aqui. São dois fatos muito difíceis para nós encararmos. Mas como eu vi a Érika Kokay falando ontem, me senti até inspirado. Nós temos que enfrentar o ovo da serpente, Presidente Almir, porque senão essa serpente cresce e te pica. Ou nós resolvemos isso aqui agora, ou então volto a dizer: esquecemos esses diálogos. Se nós mesmos sabemos o que nós estamos falando, diálogo para que? Isso é muito grave. É um ovo de serpente. O Ministro levou algo errado ou então que fritar cada um de nós aqui, ou todos nós juntos. Aparte concedido, companheiro.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Conselheiro Denilson, nós não tomamos uma posição ainda. As posições foram colocadas no debate, as posições que são respeitadas: a sua posição está sendo respeitada, as outras, a minha, de todos. Mas o Conselho não tomou uma posição. Não tomando uma posição, é isso que eu estou falando desde o primeiro momento. Nós não tomamos uma posição sobre o tema e nós estamos dando também a mesma impressão de que tomamos uma posição. Gente, pelo amor de Deus. Nós estamos nos posicionando, mas precisamos nos posicionar como Plenária sobre esse tema, para não perder o *time*. Isso já foi dito na primeira reunião e eu queria fazer um esclarecimento. Eu queria pedir perdão aos conselheiros porque não fiz esse esclarecimento antes. Esses dois temas que vieram

como apenso à pauta foi sugerido por mim, só que eu coloquei no e-mail CONASP/MJ. Eu pedi assim: aos conselheiros e conselheiras, gostaria que refletissem... Eu gostaria até de recuperar esse e-mail com data. Refletir sobre porque a Mesa Diretora se reuniu e o caso Tinga não tinha acontecido ainda. Como o caso Tinga aconteceu depois, veio à tona, aí falamos sobre os dois temas e o outro tema também aconteceu, está em voga, então não foi a Secretária, não foi o Ministério que tomou a iniciativa de nos propor esses dois temas. Foi esse nosso, e aqui no início da reunião eu pedi para colocar os dois temas, e por isso nós fizemos aquela inversão. Não veio de lá. Então nós precisamos, Conselheiro Denilson, nos posicionar para ter a nossa posição, a nossa, que seja lá qual for. Eu estou com essa ânsia, com essa ansiedade, porque me parece também que nós estamos dando a entender que nós já temos uma posição, e nós não temos ainda.

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – É porque parece...

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Quero fazer um aparte do aparte. Respeito o posicionamento. Foi pedido que nós fizéssemos, ontem de manhã, alguma Resolução a respeito da questão das manifestações. Possivelmente para que isso fosse levado ao Ministro antes da reunião à tarde. Só que chegou de manhã, como ninguém trouxe uma proposta de Resolução, nós entramos no tema do evento. E acabou não se discutindo o evento a manhã inteira, aliás, o dia inteiro discutindo o evento e não se discutiu a questão da manifestação. E aí tinha reunião marcada, o Ministro precisava tomar uma posição lá e ele tomou uma posição que...

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – Mas em nenhum momento nos foi informado que era para o Ministro se posicionasse. Em nenhum momento nos foi informado. Talvez se tivesse informado, nós teríamos sido mais contundentes, teríamos deixado outros debates à posteriori, mas em nenhum momento nos foi informado: olha, tem uma entrevista coletiva aqui, tem outros segmentos aqui presentes e que o Ministro precisa de um balizamento. Isso não nos foi informado. Faltou transparência. A transparência tão propagada, tão propalada ontem pela Secretária e pelo Marcello, não foi executada. Essa é a realidade. Volto a dizer: nós não tivemos nenhum tipo de debate pacífico aqui a respeito de manifestações, não. Foi um debate acirrado. E se nós estamos corretos aqui, certos na avaliação, a maioria de nós repudiou e reprovou a forma com que foram apresentados os 30 projetos que tratam sobre esse assunto. Então não era pacífico. Era mais para rejeitar do que para aprovar. Então quero acreditar que a posição nossa não foi definida pacífica. Então era porque era tenso que deveria ter um cuidado maior. E aqui, quem está falando é a sociedade. É segmento do trabalhador, é segmento dos gestores, é segmento da sociedade civil organizada. Então não tem jeito de ouvir 200.000.000 de brasileiros, ouça a pequena porção. Para saber que o corpo está doente, não tem que tirar o sangue dele todo. Uma pequena gota dele, eu ponho na análise, não é isso, meu querido? E eu vou saber que tipo de patologia acomete esse corpo doente. E a nossa sociedade está doente por causa da segurança pública. Mas parece que não é esse o entendimento que nós ouvimos ontem à tarde. É só isso. Eu quero um esclarecimento da Secretária.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Nós voltamos a falar. Não vamos encerrar o assunto, porque esse assunto não dá para nós estarmos com características de encerramento. O esclarecimento, Conselheiro Denilson, eu não posso lhe dar, e nem essa mesa, porque a pessoa que você perguntou, de tudo que você falou, ela viajou. Nós não temos contato. Viajou para Washington. Infelizmente nós não podemos retornar de modo muito prático. Não tem como nós nem entrarmos em contato com ela, porque ela está em viagem. Viajou 3h da madrugada, para Washington. Mas ficará registrado para possível esclarecimento futuro.

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – Eu reproduzo com o Marcello. Alguém tem que informar para nós, antes de terminarmos a reunião, o que aconteceu, porque eles viram. E foi o próprio Marcello que (...) transferência. Então, que ele me responda. Responda a cada um de nós aqui o que aconteceu ontem.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Bom, a proposta do Humberto aqui eu acho que é bastante coerente. Eu até estou lendo o Regimento e não prevê, além das moções e recomendações, não prevê um documento do CONASP para o Ministro ou para a Presidente. Não prevê esse documento. Mas eu acho que como forma de mostrar e de solicitar as consequências dos encaminhamentos do CONASP, por exemplo, a questão do Duda Quadros aqui, essas respostas eu acho que poderiam ser rapidamente elencadas em um documento diferente de qualquer... Até para mostrar a manifestação do CONASP sobre determinados assuntos. Não seria moção, não seria nada. Um documento solicitando que ele tenha resposta, devidamente protocolado no MJ. Eu não sei como funciona, Alex, para tentar ter essa resposta que todos tanto clamam por escrito, senão às vezes se perde. Ata, como foi dito aqui, ninguém lê, ou poucos leem. Eu tenho o cuidado de ler, para ver se não falei, inclusive, bobagem. Mas eu acho que tem que sair esse documento, e teria que ser, quem sabe, só essa do caso Tinga e da Força Nacional, teria que ser um único documento para mostrar: olha, está faltando resposta para isso, para isso e para aquilo. Queremos saber disso, disso e daquilo. Um documento que nem está aqui no regimento, mas é um documento de indignação. Denilson tem razão. Para ter resposta. Já que a resposta não vem de forma presencial, que ela venha por escrito então. Já que é assim... Mas que tenha resposta, porque senão, realmente... Eu até estou pensando muito se vou participar da próxima reunião, porque três dias para todo mundo aqui eu acho que é muito difícil sair e tal, tem um problema lá. Eu, sinceramente, sobre essas manifestações, eu estava até *twitando* aqui agora. Estava sendo cobrado. Eu não vejo que nós avançamos em nada aqui. Pelo contrário. Isso daqui é um assunto... O tema agora e que vai ainda ter um desdobramento em várias cidades. Então eu acho que tinha que ter aí um documento. A proposta do Humberto eu acho que é muito interessante.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – É assim, mesmo que nós tivéssemos naquele primeiro dia nos debruçado sobre essa situação todinha, sobre as manifestações, não sei até que pé isso poderia, na verdade, modificar o que já estava, porque foi um Projeto de Lei encaminhado à Câmara dos Deputados e naquele Projeto de Lei estariam todas essas falas que já foram ditas por alguns conselheiros aqui, que nós, na verdade, fomos divergentes. Isso aqui foi óbvio que nós divergíamos das máscaras, que nós divergíamos da forma como essas leis assim, inclusive foi bem falado nos autos de resistência em relação às próprias manifestações. Eu não sei até que ponto as nossas decisões poderiam, na verdade, influenciar, porque se é m Projeto de Lei, isso já está sendo trabalhado há bastante tempo. É um Projeto de Lei mandado daqui para lá. E como é um Projeto de Lei, é assim: agora eu vou dizer que o que foi encaminhado para nós, esse daqui, análise dos principais projetos de lei em tramitação, não tinha nada a ver com o que foi encaminhado ontem. Porque esse aqui, o que foi mandado para nós, era para nós avaliarmos o que estava em tramitação e o que estava em tramitação não tem nada a ver com o que foi encaminhado ontem. Volto a repetir. Ou seja, é como o Denilson falou mesmo: a situação não ficou escura para nós, pelo fato que o seguinte: porque quando você faz isso, dá para nós projetos de leis que estão em tramitação e não fala que está sendo encaminhado... Eu, pelo menos, não sabia. Até ontem, quando vi a notícia, eu não sabia que o Ministério estava encaminhando um Projeto de Lei, porque ela falou aqui de uma forma que eu mesmo perguntei, quem fez a indagação fui eu sobre os outros projetos que não estavam e de que forma nós poderíamos também trabalhar com isso. Aí ela disse: não, o que o Ministro está fazendo é outro. Eu não

entendi o que seria esse outro. E fui entender ontem o que seria esse outro. Eu fui entender ontem, porque para mim não ficou escuro. Não ficou escuro da forma de dizer que era para nós repensarmos, para nós fazermos as nossas próprias proposições com relação a isso e que seria um encaminhamento do Ministro à Câmara dos Deputados. E eu acho que nós já discutimos muito isso. Eu acho que nós temos que partir agora para votação, se nós vamos fazer a carta ou não vamos fazer a carta e vamos nos debruçar sobre isso, porque está dando 11h e daqui a pouco...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Eu acho que nós não temos que reclamar aquilo que nós mesmos produzimos. Eu fico assim, constrangido, se você faz uso da palavra, pede a palavra, pede a palavra e depois diz que não tem valor. Tem valor, gente. Agora mesmo vai ser colocada a palavra para a P. Queiroz, que é um Conselheiro. Se você pedir novamente, vai ser dada novamente. Somos nós mesmos que estamos fazendo essa... Então nós não podemos ser acusados...

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Sim. Eu estou falando em construir logo o documento para nós visualizarmos essa construção. É isso que eu estou falando. Por mais que nós já tenhamos colocado desde segunda-feira todas essas proposições, mas que nós possamos resgatar e possamos colocar no documento. Que nós possamos visualizar e sair daqui. É isso que todo mundo quer? É isso? Pronto. Nós fechamos. Simples.

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Eu confesso que realmente ainda não me situei na discussão, porque voltando aqui às manifestações, as manifestações ocorreram no mês de junho e julho. Logo em seguida o CONASP, aproveitando o princípio da oportunidade do encontro do Fórum lá em Cuiabá, reuniu-se extraordinariamente. E lá nós formos discutir realmente os manifestos. Ocorre que, naquela ocasião, eu até invoco para mim a culpa, nós acabamos desfocando a questão dos manifestos e levamos para o financiamento da segurança pública. O CONASP, através da Secretaria Executiva, contatou senadores: Capibaribe, enfim, Renan Calheiros, trouxemos o Capibaribe aqui, fomos ao Renan Calheiros e etc., que é Presidente da Câmara, e não tratamos, nessas duas reuniões, de manifestações. Depois nós viemos para outra reunião e trouxemos o Pedro Tax, que estaria então fazendo uma relatoria de um pacote de mais de 600 projetos voltados para a segurança pública, e naquele momento nós também não falamos em manifestações que ocorreram no Brasil. E agora eu vejo esse pronunciamento do Ministro, que não discutiu com o Conselho. É claro que o Conselheiro Luiz foi feliz em dizer que esse Conselho realmente é apenas consultivo, e eu não sei até onde ele é consultivo. Eu pouco fui consultado para dar ao Ministro pareceres aqui, juntamente com o Conselho, de temas polêmicos e que precisam ser urgentemente tratados, e eu volto a repetir de novo: eu acho que eu não fui ouvido. Está faltando alguma coisa entre nós, que temos uma geração da formação ditatorial, para os jovens que estão na rua hoje, que têm toda uma vida voltada para a democracia. Eles não foram alcançados, em nenhum momento, pela ditadura. Todos são nascidos posterior a 88. Nós vemos pelo perfil. Eu já disse isso e vou repetir: são jovens, bem jovens, adolescentes e jovens adultos e diferentemente de nós, que tanto fomos formados cantando o Hino Nacional, respeitando a polícia como senhor, senhor policial, hoje não tem nada disso. Então nós temos que encontrar qual é a fórmula mágica para compreender essa vontade dos jovens brasileiros que querem romper, como disse o Conselheiro Alberto, essa mudança de era. Os mais antigos chamam de era. Então o Brasil está passando a viver uma nova era, e nós ainda não caímos a ficha, usando a linguagem jovem. Eu acho, Conselheiro Alberto e Alex, o Conselho tem que encontrar aqui com os nossos pesquisadores das universidades, uma fórmula de ouvir os jovens e compreender, fazer a leitura mais ou menos dentro do pensamento

deles para poder mudar o Brasil, porque se reprimir, talvez piore. Se reprimir, piore. Porque como disse aqui sabiamente o Conselheiro Maciel, eles não têm líderes. Eles são líderes individuais. Cada um age como entende melhor. Não adianta dizer... Porque o Governo diz logo que a questão é partidária, e não é verdade. Pode até ter lá um gato pingado do partido A, B, C, D, mas a massa é independente. Ela não tem líder. E aí o Conselho, muito sábio, com pessoas, como disse o Conselheiro Denilson, tem toda uma história. Ninguém chegou aqui porque a Regina, ou o Alex, ou o Almir, ou o Ministro achou bonitinho e vamos botar ali. Porque ele é bonitinho, bota ali. Não. Nós pagamos um preço caro para estamos aqui. Estamos aqui espontaneamente, em nome do povo brasileiro via sindicatos, entidades, maçonaria, ONGs e tudo mais para poder tentar desenhar nova política de segurança pública para jovens. Claro que também nós vamos usufruir, Conselheiro Almir. Mas são jovens que vão daqui para frente determinar o que o Brasil deve ou não fazer para poder eles viver melhor, porque o modelo que nós temos adotado e temos mantido e financiado, é um modelo péssimo para eles. Então assim é a minha contribuição.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente Brasil) – Conselheiro, me permite um aparte? Dentro da sua fala, eu me lembrei de um detalhe, que é a questão da liderança. A liderança, hoje, tal qual a liderança clássica, ela morreu. E ela é datada no Brasil. Ela morreu com ACM. O que você tem hoje é uma questão que nós chamamos de liderança situacional. Em uma determinada situação, você é líder. Não existe mais a figura do líder messiânico. Aquele que conclama e leva massas. O que você tem é a atomização dessa liderança e uma nova abordagem, que é a questão da liderança situacional, o que complica mais ainda uma teoria para você tentar entender, porque as teorias que foram colocadas até hoje não dão conta dessa complexidade. Ela precisa ser construída, e eu temo que quando ela estiver redonda, já seja ultrapassada.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Nós ponderamos sobre as posições sobre os temas. Nós não vamos mais fazer isso, porque nós temos que ser pragmáticos. Eu consulto essa plenária se não chegou a hora de nós construirmos o nosso pensamento. Bom, todo mundo falou que tem as histórias. Todos nós temos as nossas histórias e agora a cidadania brasileira espera, por tudo que a nossa história representa, a construção de um documento, seja ele uma página, seja ele um texto, mas nós precisamos fazer isso agora. Então eu sugiro que nós vamos na proposição do Conselheiro Eduardo, Willy, Humberto e todos que falaram aqui. Vamos construir esse documento, para poder ter a posição do CONASP a esse respeito?

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Levando em consideração que o Conselheiro Marlon alertou: a legitimidade do documento, se o Conselho tem ou não tem... O título, claro.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – O pensamento... O que nós estamos falando aqui é o seguinte: existe, na pauta, o pensamento desse Conselho, que é representado pelos conselheiros, o pensamento sobre as manifestações. E aí nós vamos dizer: não concordamos com isso, com aquilo. Vai ter que ser. Aprovado ou não.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Se me permite, na minha opinião, teria que ser um documento apartado inclusive do Regimento, até para mostrar... Diferente de recomendação, moção e etc., para mostrar a posição do Conselho, e protocolar no MJ, desde que aqui for aprovado, obviamente. E mais: se a resposta não vier em tempo hábil, existe o Conselho de Ética, que pode o Ministro responder no Conselho de Ética por não dar atenção ao Conselho aqui. Já que chegou a esse ponto, vamos às consequências mais há frente, desde que o Colegiado aprove isso, o

documento que o Humberto propôs. Eu acho que é nessa linha, não é, Humberto? É um documento apartado até do regimento. Protocolado oficialmente. Penso isso. Penso dessa forma. Para ser contundente. Senão não adianta.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Eu queria sugerir o seguinte: eu acho que tem dois encaminhamentos bem objetivos. Nós temos uma moção e/ou recomendação, Força Nacional, caso de racismo, inclusive institucional. As manifestações, eu acho que talvez uma recomendação em relação ao que fazer, mas eu propus uma outra linha, que é menos institucional nesse sentido. Ela não é a prevista no Regimento. É, digamos assim, o CONASP com o movimento social. É uma proposição, uma tática de uma carta aberta. Não é protocolada no Ministério nesses termos. Ela não é formalizada. É lima carta aberta, assim como recentemente a Federação da Polícia Federal noticiou uma carta aberta de alguns pesquisadores brasileiros em relação à conjuntura. Uma carta aberta. Ela não tem, digamos, um regramento institucional, normativo. É uma carta aberta. Mas nós temos, eu acho, outras questões, e eu queria propor, eu elaborei a moção relativa à Força Nacional enquanto nós conversarmos aqui, mas eu tentei fazer uma coisa mais aberta nessa linha de contemplar não só os policiais.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Conselheiro Eduardo, se nós formos trabalhar agora a questão da Força Nacional, que nós não estamos debatemos agora, não seria...

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Mas está no bojo. Eu acho que tem que ser um bloco de...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Para a carta aberta. Vamos fazer a carta, construir essa carta? Vamos fazer?

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Conselheiro Eduardo, se me permite, com toda... Assim, eu acho também carta aberta, aí tem que cuidar muito nos termos, porque aí você vai expor uma autoridade. Não pode. Carta aberta. Agora, se for feito...

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Não é uma carta aberta contra o Ministro, contra a SENASP. É uma carta aberta da posição do CONASP em relação à conjuntura que nós vivemos atualmente, a linha que nós estamos propondo que se siga.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Perfeito. Então que seja votado para ver se parte para isso ou não, para liquidar a questão.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Seja o nome carta aberta, seja Resolução, seja tudo, vai ser público para o povo brasileiro a decisão do pensamento. É isso que nós temos que construir. Depois nós escolhemos o nome, se é carta aberta, se é Resolução. Nós decidimos. Porque mesmo que seja qualquer denominação, ela será pública. O povo brasileiro tem o acesso. E se nós quisermos divulgar mais ainda, melhor. Mas o que nós precisamos é construir esse texto do nosso pensamento. Nós precisamos fazer isso. Nós precisamos talvez agora nos juntar para a construção desse texto.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Almir, eu falei da moção, porque na moção eu escrevi uma página de considerando para introduzir a moção, que eu acho que tem a ver com os termos de uma carta aberta. Não sei se é o pensamento. Eu estou propondo como sendo uma introdução que nós podemos depois adaptar, mudar.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – A Plenária concorda seguir esse pensamento para nós construirmos? Vamos lá.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – É o seguinte: a carta aberta vai ter as reinvindicações todas do Conselho, ou não?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Pessoal, uma carta aberta de uma página, nós vamos ter que escolher qual é o foco, não é? Qual é o centro da carta.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – É isso que eu quero entender. A carta aberta vai falar do que o Ministro falou ontem? É uma posição que é um pensamento contrário que o Conselho tem? Mas a minha proposição foi que nós botássemos as nossas manifestações e encaminhasse, porque eu não sei se chegam todas as nossas manifestações nesse período todinho. Eu não sei. Eu tenho essa dúvida, porque nós nunca propusemos uma relação de sermos bem mais próximos então, de realmente notificar o Ministro ou a Secretária sobre as nossas ações. Só quando nós estamos... É um ou dois assuntos. Mas o resto que nós falamos no decorrer da reunião, não falamos. Aí eu quero saber, porque eu estou entendendo que são duas coisas diferentes. A minha proposição foi uma e eu entendi, eu pensei que o Eduardo estava propondo a mesma coisa, mas agora eu estou entendendo que não é. A minha proposição foi uma, sobre as nossas manifestações sobre o funcionamento do Conselho, sobre as nossas reinvindicações, sobre até mesmo como são recebidos todos os argumentos que nós propomos aqui, todas as nossas propostas.

O Sr. Humberto Jorge de Araújo Pontes (Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) – Só um esclarecimento, Eduardo, mas eu acho que é só das ações, do que nós... Não essa parte interna. Eu acho que é aquilo que eu falei: nós tentarmos primeiro fazer isso para dentro, mas que eu acho que nós expormos o CONASP... Eu acho que é uma exposição que não deveríamos fazer. Aí é bom o Eduardo esclarecer a proposta dele.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – A minha proposição e a seguinte: nós estamos padecendo de uma invisibilidade total e irrestrita. Essa invisibilidade precisa ser rompida. Nós temos canais institucionais para isso. Nós estamos nos servindo deles desde essa nessa nova gestão, pelo menos. Anterior eu imagino que sim também, mas como eu não estava, não falo sobre ela. Nós mandamos moções, recomendações. Nós temos um livro já de moções e recomendações. É um expediente ordinário, faz parte do Regimento. Não vejo a necessidade nesse momento, à exceção dessas moções que falamos e recomendações tratamos, de novas moções e recomendações pedindo para que... Recomenda-se que o Ministro leia a recomendação que foi feita. Recomenda-se que o Ministro tome ciência da moção que foi feita, porque esse é o objetivo da moção e da recomendação. Se isso não está acontecendo, nós vamos seguir o diálogo institucional. O que eu estou propondo é uma carta aberta, com manifestação do CONASP em relação ao acirramento das violências nas ruas, à violação dos direitos humanos contra civis e policiais, os riscos do retrocesso para a democracia...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Conselheiro Eduardo, me permita. A sua proposta... Eu só queria um esclarecimento. Me permita que a sua proposta tem alguma coisa de diferente do que nós pautamos sobre os dois pontos? Não tem. Desde o início que nós estamos propondo para fazer isso, Eduardo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – A proposta tem uma diferença fundamental, que é o meio através do qual ela vai ser expressa. Denilson, me ajuda nisso. Eu quero dizer o seguinte: se nós escrevermos uma carta aberta dizendo que o CONASP, vinculado ao Ministério, que tem uma composição, uma câmara, ninguém vai divulgar isso. Agora, se nós escrevermos uma carta aberta com a opinião do Conselho, com todas as entidades representativas que aqui fazem parte... Não é um texto longo. É um texto assertivo, objetivo para marcar a posição do Conselho, inclusive para fora dos muros da institucionalidade, nós vamos atuar com o movimento social. E cada um de nós, lá na ponta, nas nossas bases, nas regiões, cidades e etc., teremos outros elementos, mas nada obsta que nós façamos a moção.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Esse documento que você está falando é o que nós, desde o início estamos precisando. Porque o nosso movimento, o MOVPAZ, a Rede Desarma Brasil, a maçonaria, estão esperando esse documento, desse pensamento, desse conjunto para trabalhar, Eduardo, desde a primeira... A nossa primeira pauta da reunião é sobre isso: construir. Aí você está dizendo: sintetizado, bem pensado. Mas é esse documento que eu estou esperando como movimento social para fazer alguma coisa. Esperando desse Conselho. É isso que ele está dizendo também, porque todo mundo está propondo essa convergência, vamos dizer, mas essa convergência é desde o início que nós estamos tentando. Por isso que nós não temos um documento para dizer: nós tínhamos um documento e alguém falou diferente dele. Não tem.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Eu só estou dizendo o seguinte: eu acho importante a moção em relação ao policial da Força Nacional. Acho importante os outros elementos do racismo institucional. Acho importante. Eu estou propondo que, para além disso, inclusive isso, nós tenhamos uma carta aberta, que é uma inovação. Nós não fizemos isso ainda. E eu estou propondo mais. Eu escrevi essa moção agora nessa ultima uma hora e pouco que talvez alguns dos termos e a linha, nós possamos aprovar a moção e usar como referência para o texto da carta aberta, ajustando aqui, mudando lá. Mudando tudo. Mas é uma proposta.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Então vamos na construção disso. Eu acho que nós temos que construir esse texto. Aprovamos esse encaminhamento, essa construção do que foi proposto pelo Eduardo? Três documentos. Construir o documento. Aprovado? Então vamos para lá. Vamos construir. Gostaria agora da ajuda dos conselheiros para a construção desse texto. Se tiver um pronto, já... Está lá? Então vamos lá.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança pública) – Eu vou ler. Ele foi construído para um objetivo, que é em relação à questão do policial vitimado na operação da força nacional, mas dando conta dessa preocupação do Coronel Marlon, e também dos movimentos sociais. Então vamos lá. Considerando a segurança dos direitos fundamentais e sociais como princípio basilar do estado democrático de direto do país; considerando o reconhecimento político, institucional e jurídico constitucional da livre manifestação como conquista democrática da República e garantia irrevogável da cidadania brasileira; considerando

a importância da transparência e do controle social e da *accontability* na gestão de segurança pública, notadamente na mediação dos conflitos interpessoais e sociais pelas agências e órgãos do sistema de segurança pública e justiça criminal; considerando a indivisibilidade e a universalidade dos direitos humanos como marco fundande da justiça de transição no Brasil, duramente conquistada na luta pela superação do Estado Exceção, ficou histórica. Histórica recente do país; considerando a legitimidade das manifestações sociais pacíficas e não violentas como expressão dos direitos da cidadania em prol da reinvindicação de melhores condições de vida da população; considerando os riscos de retrocessos democráticos no campo de segurança pública e uma conjuntura de acirramento das relações interpessoais e institucionais do Brasil, explicitados pelas graves violações dos direitos humanos praticados contra civis, a exemplo o desaparecimento do pedreiro Amarildo de Souza e do profissional da imprensa, Santiago Dantas, e agentes policiais, como o policial militar do Estado do Mato Grosso do Sul, Luiz Pedro de Souza Gomes, integrante do efetivo da Força Nacional, também vitimado fatalmente em confronto entre grupos guerrilheiros armados no Estado Brasileiro em Rondônia. Nesse contexto, a Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública, de composição... E etc., aprovou, por unanimidade, em vermelho, vamos discutir se é isso ou não é, moção de apoio e reconhecimento a todas e todos lutadores e lutadoras dos direitos humanos, da sociedade civil e das agências e órgãos do sistema de segurança pública e justiça criminal em prol de uma segurança pública e justiça criminal democrática e cidadã. Para tanto, o CONASP propõe a outorga de distinção e louvor aos familiares do policial militar Luiz Pedro de Souza Gomes, assim como a totalidade dos policiais da Força Nacional envolvidos no confronto ocorrido no dia 14 de novembro de 2013, no município de Porto Velho – Rondônia, próximo ao Distrito de Rio Pardo, sendo-lhes garantido todo o apoio psicossocial, jurídico e administrativo possíveis para a preservação da sua integridade física, moral e psicológica, notadamente para o profissional policial fatalmente vitimado. Propõe-se ainda e finalmente que tal distinção seja realizada com a presença dos familiares e colegas da vítima no Edifício-Sede do Ministério da Justiça, marcando simbólica e materialmente a defesa da vida, da cidadania brasileira em respeito a quaisquer diferenças de credo, raça, etnia, orientação sexual, gênero, geracionais e classe social, como também a necessidade premente de reformas institucionais no sistema de segurança pública e justiça criminal no Brasil. É uma ideia.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Onde colocou "lutadores e lutadoras", nós poderíamos substituir por "ativistas". O termo "lutador" evoca uma... Se você concorda de nós substituirmos esse... Está aberta aos conselheiros... O Conselheiro Eduardo nos permitiu que nós pudéssemos construir, junto com ele, essa ideia. Vamos agora... A Plenária concorda com uma parada para nós darmos uma olhada no texto e... Então, meia hora. Está bom? Tem um Deputado chegando às 11h para aquela pauta que foi aprovada. Então nós...

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Já pedi para ligar lá agora para ver se vem mesmo. Mas enfim, é aquele atraso tradicional. São 5 minutos. Eu pedi para ligar lá e confirmar.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Vamos dar uma paradinha para dar uma lida? 10 minutos.

(Leitura da moção).

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Informar a todos os conselheiros que o Deputado está chegando aí. Pedimos a presença dos conselheiros para... Nós estamos aqui com a presença do Deputado Protógenes, dizendo da nossa satisfação em tê-lo aqui

no nosso CONASP, que o tema seja debatido, que ele seja bem-vindo. Nós vamos passar ao Dr. Alex para que ele possa conduzir essa reunião. Nós estamos produzindo um documento, mas ele apresentar o Deputado.

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Conforme definido na reunião da Mesa, nós estamos com esse sistema muito pendente, a questão do auto de resistência, e aí nós trouxemos aqui o Deputado para discutir esse assunto. Eu queria agradecer aqui a presença, dizer que o Deputado é muito bem-vindo para debater esse tema. E eu queria pedir... Eu não sei se ainda tem os conselheiros que estão aí fora, que retornassem para nós darmos início agora a essa etapa da nossa reunião. Então sem mais delongas aqui, eu vou passar a palavra para o Deputado. O PL 4471.

O Sr. Protógenes Queirós (Deputado Federal - PCdoB) – Primeiramente, bom-dia a todos. Obrigado pelo convite. Esse Projeto tem aí não só a minha autoria, como de outros dois deputados, o Paulo Teixeira e do Fábio Trad e do Miro Teixeira também. Nós, esse grupo de deputados e outros também participaram um pouco da chamada violência, da escalada de violência que passava naquele momento o país e precisávamos ter um instrumento que arrefecesse um pouco essa escalada de violência, que desse um viés para a instituição policial de proteção, e não de servir de marreta para solucionar qualquer problema governamental ou qualquer problema estruturante no Estado Brasileiro. Vimos que as instituições policiais, em determinados momentos, estavam sendo usadas de uma forma inconsequente. E por outro lado, nós vimos também os integrantes dessa mesma instituição... Eu sou policial e posso falar com muita tranquilidade isso, muitas vezes o estresse da própria atividade policial leva a além daquele trabalho, que já não é um trabalho muito fácil de se fazer, leva a determinadas ações inconsequentes, levado muito pela emoção do que pela própria razão. E você, quando você se depara com uma situação de perigo, o estresse é tanto da carga horária de trabalho que você acaba avançando um pouquinho daqueles limites impostos pela nossa legislação inerentes à atividade policial. Quando colocamos de fazer um instrumento que arrefecesse essa escalada violência mascarada de certa autorização para matar, que a polícia vai para o confronto e para justificar aquela ação de confronto, para que não lhe tenha nenhuma situação que lhe imponha alguma responsabilidade, utilizava-se... É muito comum até nos dias atuais, utiliza-se o auto de resistência, que seria uma proteção, entre aspas, daquele operário da segurança pública, que é um policial, enfim, que muitas vezes ganha mal, mora mal, mal-equipado, maltreinado, um serviço estafante, que muitas vezes não vocacionado para a atividade policial, e para se proteger, porque esse agente do Estado cai em uma vala comum depois que pratica esse ilícito e é penalizado por isso. Então ele se vale do auto de resistência. Para arrefecer isso, nós colocamos esse Projeto de Lei que mitigaria um pouco essa situação, ou seja, que qualquer confronto que tivesse, aquele confronto que tivesse vítima fatal fosse primeiro ter uma perícia, chamar previamente os órgãos de fiscalização e controle a antes de desfazer o local, enfim, de ter legitimada aquela ação. Então essa foi a primeira... O primeiro... Está até incerto no art. 234, tem o 292, então acrescente-se o § 3°: Se o emprego da força resultar ofensa à integridade corporal ou à vida do resistente executor ou de terceiro, a autoridade de polícia judiciaria militar deverá instaurar imediatamente o Inquérito Policial Militar para apurar o fato, deixando de recolher ou conduzir à prisão na hipótese do art. 42, devidamente fundamentado... Enfim, isso aqui é a proposta que foi colocada para tentar... E o art. 292, no § 1° diz o seguinte: se no emprego da força resultar ofensa à integridade corporal ou à vida do resistente executor ou de terceiro, a autoridade policial poderá instaurar imediatamente o Inquérito Policial para apurar o fato, deixando de recolher o autor do delito à prisão nas hipóteses e devidamente comunicar imediatamente ao Ministério Público e ao Juiz que discordando, requerer ou determinar a prisão preventiva. Então no art. 282, a emenda do

Relator, que está aqui: no § 1°: se o emprego da força resultar ofensa à integridade corporal ou à vida do resistente, o delegado de polícia deverá instaurar o Inquérito imediatamente para apurar esse fato, podendo, se entender necessário, a formação de provas e obtenção de informações, deixar de recolher o conduzido à prisão. Então altera os artigos 161, 162, 164, 165, 169 e o 292 do Código de Processo Penal, que fala da instauração e também da elaboração desse auto de resistência. Nós estamos em uma linha muito tênue na República, muito difícil, muito incerta, de muita incerteza mesmo, nem incerta de inserir nada. De incerteza mesmo, quando o Estado Brasileiro perdeu a sua autoridade. Então não existem hoje instituições de Estado com autoridade no país. Infelizmente chegamos a esse ponto. A credibilidade hoje está nivelada horizontalmente. Todo mundo é igual. Se perguntar a qualquer trabalhador hoje se acredita nas instituições de Estado, todos vão dizer "não". Se acredita no órgão mais amplificador das mudanças, que seria o poder que transforma a sociedade, o país, chamado Poder Legislativo, você acredita em Deputado e Senador, Governador ou qualquer político, vão dizer "não". Por quê? "Todos são ladrões". Então a classe política está à peste muito negativa. Imagine nós com deputados presos por corrupção, condenados. É uma coisa muito difícil do consciente coletivo criar essa autoridade que a democracia deveria ter através do Congresso Nacional. Por outro lado, poderíamos, se olhar os outros poderes da República como confiantes. Existem pesquisas políticas que medem aí o grau de aceitação de políticas públicas do próprio Poder Executivo, não só do Governo Federal, mas também do governo dos estados. Eu confesso aos senhores que eu não acredito nessas pesquisas. Eu não acredito. Eu acredito em fenômenos que ocorrem e que não estão nas pesquisas, que as pesquisas não apontam e não sabem como identificar isso. Não sabem como lidar com isso. Se colocar hoje, dos três podres da República, o poder que seria aí o divisor de água desse caos na iminência do caos social que vivemos, da falta de credibilidade do Estado, que seria a quem é lhe incumbida a competência de solucionar esses conflitos e as incertezas na República, que chama Poder Judiciário, justiça brasileira. Se colocar: você acredita na justiça? Você tem uma demanda judicial, você acredita que você vai sair vencedor nessa demanda? Você acredita que o resultado vai ser justo, vai ser honesto? Vão falar: "não, eu prefiro não me socorrer da justiça, porque a justiça..." Hoje tem... O CNJ, no ano passado, puniu mais de 70 juízes por venda de sentença. É uma coisa absurda. Se não tinha CNJ antes, imagina como era isso aqui. Tem hoje isso por que... E os casos que chegaram ao conhecimento. Tem o CNMP, Conselho Nacional do Ministério Público, que se tornou um órgão de chancela corporativa. Não pune ninguém, não afasta ninguém. Afasta os que porventura contrariam a própria corporação. E você tem a Suprema Corte, o Supremo Tribunal Federal, com ministros com comportamentos incompatíveis com a seriedade, a sobriedade e a segurança que daria à população. Imagine você ter ministros com a sua conduta duvidosa dentro da Suprema Corte. Imagine você ter ministros que o próprio Ministro pega um caso e se dá como suspeito. Um Ministro do Supremo não pode se dar como suspeito de nada. Então não era para ser Ministro. Mas quem escolhe é a Presidência da República, é o Senado que homologa essa escolha. Então está todo mundo errado. Escolheram errado, homologaram errado, e o sujeito, quando tem um caso que conflita os interesses nacionais e do povo brasileiro, ele se dá como suspeito. Então tinha que renunciar ao cargo. Tinha que sair dali, porque é uma demanda nacional. É uma demanda de Estado. É uma demanda que envolve responsabilidade coletiva. Então eu confesso aos senhores que hoje no Congresso nós temos um debate na minha bancada para falar justamente de uma questão que é colocada dentro da estrutura do Estado o seguinte: temos que regulamentar as questões da escalada de violência em razão das manifestações. O que tem aí de guardado, amontoado aí, engavetado de Projeto de Lei que fala sobre criminalizar esses atos, que eu acho que é terrorismo. Tem uma parte: isso aí é terrorismo. Está pagando. Isso é baderneiro. Tem outra parte que fala: isso é vândalo. Tem uma parte: isso é anarquismo. Tem uma parte que fala: não, nós temos que assegurar a governabilidade e assegurar que o Estado merece ser

respeitado. Então vamos botar uma lei para quebrar o terrorismo. Apresentou-se, houve uma surpresa, principalmente de nós parlamentares da esquerda, de quem está se manifestando na rua são estudantes, são trabalhadores. Evidentemente você tem lá um componente de violência marcado por um fenômeno que diz assim: isso é bancado por algum grupo político, é bancado por algum organismo internacional, é bancado por uma ONG. Sim, mas o fenômeno está existindo em várias partes do mundo. E como lidar com isso? Vamos botar todo na vala comum? Esse projeto de lei vem a colocar a situação no lugar, porque as forças policiais de segurança pública, primeiro que elas estão sendo usadas para ir para o confronto. Vai lá, força tática, vai o Batalhão de Choque. O Batalhão de Choque é para acabar com aquele conflito. Os policiais são treinados para isso. E tem a chancela do Governador, acaba. Depois que ocorre algum excesso nessa ação de ambos os lados, aí há o recuo do próprio administrador do Estado, que fala assim: olha, vamos punir. Ué, mas ele mandou acabar. Como vai punir? Quem levou a pedrada na cabeça fui eu. Quem levou a barra de ferro na cabeça fui eu. A paulada fui eu. Mas eu fui treinado para dar paulada também. Mas eu fui agredido fardado. Sou um agente do Estado. O senhor está preso. O sujeito vem para cima de mim e me agride? E eu vou sair correndo? Fardado, eu tenho que sair correndo? O Estado tem que sair correndo? Então essa é a realidade que nós estamos vivendo, ao ponto de próprios comandantes da polícia militar, como foi no Estado de São Paulo, sendo agredido publicamente por três jovens. Publicamente e exibido nacionalmente como se aquilo fosse uma vitória da manifestação, e como se aquele ato de violência fosse um ato de violência coletivo, com se todo mundo que estava na manifestação quer bater em polícia. Então esse Projeto de Lei é um projeto que os colegas policiais: poxa, Protógenes, você é policial. Como você avaliza um negócio desses? Eu falei: meu amigo, eu estou lhe dando a segurança para você não ter autorização para matar, cara, porque se você mata, se você dá porrada, se você agride, se você lesiona, você vai para a rua e você vai preso, porque você não é nada. Você não é nada. Você não é governador. Você não é nada. É mais um para entrar na estatística de maus policiais. É mais um para entrar na estatística dos bandidos que estão infiltrados na instituição policial, que tem muito. A corporação policial está tão desajustada na instituição policial que ela não tem nem condições de fazer uma depuração interna nos seus quadros. Chegamos a tal ponto. Então isso aqui é uma garantia para a atividade policial. Isso aqui não é acobertar, porque quando eu saio na ação policial, eu não saio com autorização para matar. O Governador me manda matar. Vai lá e entra e prende. Como você vai em uma comunidade prender um traficante, que muitas das vezes não estudou, não tem nada, mas ele sabe manusear um fuzil melhor que muitos policiais. Você vai tratar ele com florzinha? Isso não existe. Agora, como resolver isso? Sinceramente eu não tenho essa regra, não. Sinceramente eu não tenho. Eu acho que o Brasil tem que dar exemplo. As instituições têm que dar exemplo. As instituições têm que dar exemplo. Hoje, as instituições não estão dando exemplo. Estão passando a mão na cabeça de coisas erradas na supraestrutura do Estado, e quem está na base do Estado não é bobo. O povo não é bobo. O povo não é trouxa. Pensamos que estamos: olha, eu vou encaminhar a tua proposta para poder diminuir essa pressão. Tudo bem. Vai diminuir naquele momento, mas vai aumentar o problema. Lá na frente vai ser maior ainda. Lá na frente vai ser maior. Então tem que começar de cima. O exemplo tem que começar de cima. Ministro do Supremo tem interesse de conflitos nacionais? Sai da Corte. Não pode ficar lá. Não pode ficar essa guerra de poderes. Sai. Quer ter uma posição política dentro de uma corte jurisdicional fora do âmbito da política judiciária? Quer ter uma posição político-partidária, política ideologicamente concebida? Quer prejulgar falando para a imprensa fulano é ladrão, que fulano corrompeu? Então vai para o partido político e se candidata. O Ministro Barroso sentou na cadeira... Eu o conheci como professor de Direito Constitucional. Nunca o vi dar entrevista em lugar nenhum de uma forma... Ele sentou na cadeira, foi parar na TV do UOL e falar sobre reforma política, e falar sobre proporcionalidade, falar sobre regras no processo eleitoral, e falar

que estava tudo errado, e falava sobre financiamento de campanha público e privado. Ele está ali para julgar. Não que a opinião dele não seja importante. É importante, mas não como Ministro do Supremo. Mas não para judicializar a política brasileira. Igual a ele, tem vários lá dentro. Então chamar, fazer o pacto: quem daqui não quer ser mais Ministro? Sai. E próximo que vier, listar os mais de 20 mil processos que tem dentro do Supremo Tribunal Federal, ver se o escritório que eles pertenciam tem ações tramitando. Se tem, gente, não pode ser nomeado. Está tudo errado. Se tem, não pode ser nomeado. Está tudo errado. Ministro da Justiça. O Ministro da Justiça é que vai administrar essa situação da justiça brasileira. Que vai colocar onde houver conflito, dentro do que se lhe cabe, do que lhe compete, de interesses. Tem que pegar o histórico desse Ministro e ver se tem algum histórico da atividade dele como advogado, ver se tem algum interesse dentro da estrutura do judiciário, porque se tiver, ele não pode ser Ministro, porque vai virar um super advogado depois, com trânsito dentro da estrutura judiciária brasileira fenomenal. Tem que corrigir isso. Congresso Nacional. O Congresso é composto de integrantes da sociedade brasileira, que vai desde o mais pobre, da camada mais pobre, até as camadas mais ricas, da elite brasileira, da produtividade agrícola, da industrial, do movimento sindical, dos trabalhadores, das classes sociais. Está bom. Todos nós ali somos conglomerados de interesses, e ali que forma a democracia e a transformação do país tem que sair da convergência desses interesses. Ora, se eu sou dono de construtora, eu não posso ter obra pública licitada por nenhuma cidade brasileira, principalmente aonde pertence a minha base eleitoral. O que se tem mais lá dentro é isso. As leis que nós votamos é de interesse de corporações. Que respeito vai ter esse Congresso? Nenhum. Desculpe, mas nenhum. Você vai lá para o Poder Executivo: prefeito, governador. Tem prefeito que é dono de construtora, que a construtora dele faz obra para a cidade onde ele é prefeito. E todo mundo sabe. Qual é a concepção que o povo vai ter na cabeça, o povo que elegeu? Vou ser amigo do prefeito, mas eu sei que ele é ladrão. Está desse jeito. E o Estado perdendo essa sua credibilidade, é como disse... Tem um trabalho muito bom, só terminando, para vocês abrirem o debate, o Professor Roberto da Mata, que é antropólogo, professor de Harvard, tem uma tese da instituição policial que diz o seguinte: a polícia é a puta da sociedade. É um trabalho dele, uma tese muito bonita de segurança pública. E essa puta da sociedade hoje se tornou a mais descredenciada. Quer dizer, todas as agruras do Estado Brasileiro se colocam hoje na questão da segurança pública, que é mais fácil. Na criminalização da atividade policial, que é mais fácil. Dos conflitos gerados pelo próprio sistema para desagregar a instituição policial, que é mais fácil. É mais fácil de controlar. Tratando a polícia como instrumento de pressão do Estado, e não como instrumento democrático de dar segurança ao cidadão. Se eu quero um instrumento de dar segurança ao cidadão, eu tenho que ter uma instituição policial isenta, com autonomia administrativa e financeira. Quando eu falo isso lá dentro do Congresso, mais da metade quer me cair de pau: você está louco? Eu vou perder a chance de indicar meu delegado, meu comandante. Para que? Para fazer os acertos. Você está louco. Vão me investigar. Bem fez o Governador Marcello Deda, que inovou no Governo de Sergipe e diminuiu a criminalidade. Ele chamou a instituição policial, a polícia civil, deu dignidade, salário compatível com a importância do cargo e falou: vocês escolham o delegado geral. Chamou o comandante da PM, deu dignidade e salário aos policiais da PM toda, da Polícia Militar. Vocês escolham o comandante geral da Polícia Militar, no primeiro ano do governo Marcello Deda, a turma caiu de pau dentro do Governo, corrupção, não sei o que, fraude de remédio, os políticos foram todos em cima dele: o que é isso? Tem que trocar o delegado geral, tem que trocar o comandante. Ele falou: não, a instituição policial é independente. É proteção do Estado e do povo sergipano. Se todos os governantes pensassem assim, embora não tendo a estrutura ainda constitucionalmente aprovada, mas se já desse esse primeiro passo, eu acredito que a credibilidade do Estado estaria um pouco mais fortalecida. Não digo que tendo a credibilidade à questão da segurança pública resolveria todos os problemas, mas com certeza, quando o policial fosse para a rua e falar: olha, aqui não pode ter

nenhum excesso de violência e as pessoas respeitassem, aí sim. Como no passado, você entrava em uma comunidade, a polícia entrava e entrava e ninguém tomava tiro e nem pedrada. Muito pelo contrário. Era recebida com respeito. Olha, até o povo apontava: o bandido está ali. Vai lá que ele está naquela casa. Prende-o. Hoje o plano mudou. Então, só finalizando, Piracaia, uma cidade de 26 mil habitantes, interior de São Paulo. Uma cidade importante, produtiva. Teve uma tomada de cidade. Foi tomada de cidade... Desculpa, mas aquilo não é tomada de cidade, não. Tomada de cidade, quando eu estava na Polícia Federal, hoje eu estou licenciado, nós víamos muito isso lá no Norte e Nordeste, que eram famílias, que ainda inspirado no Lampião, Rei do Cangaço, que tomava cidade de 5 mil habitantes, mil habitantes, No máximo 5 mil, 3 mil. Tomava para roubar o Banco do Brasil, os bancos estatais. Banco do Brasil, a Caixa Econômica que tinha e algum comércio importante e ia embora. Metralhava tudo e ia embora. 25 mil habitantes, delegacia da polícia civil, companhia da Polícia Militar, guarda civil metropolitana, fórum considerável, igreja, tudo funcionando. A turma entrou lá... Dizem que no jornal está 20, mas já me falaram de uns 50, tudo com arma longa. Tomaram a polícia militar, tomaram a delegacia da polícia civil, tomaram a prefeitura, tomaram câmara, tomaram os bancos todos. Fizeram saque na cidade, lesionaram pessoas. Está muito esquisito. Aí falaram: isso é tomada de cidade. Na minha avaliação, não é, não. Isso é um recado claro de uma escalada que se nós não tomarmos a escalada de violência e a incerteza que está no país, não é essa a lei que vai dar solução. A solução eu já falei para vocês. Agora, como fazer isso? Como chegar para um Ministro Gilmar Mendes e falar assim: você tem que sair do Supremo. Como eu vou falar isso para ele? Falar: olha, você tem que sair, porque você tem um instituto que você lava dinheiro. É suspeito de lavar dinheiro, tem conflito, tem judicial. Como eu falo isso para ele? Ele vai mandar te prender. Ele vai dar uma ordem de prisão para você. Então, gente, está aí a minha posição para abrir o debate.

O Sr. Antônio Maciel Aguiar Filho (FENAPPI) – Bom dia, deputado. Maciel, da Federação Nacional dos Papiloscopistas. Primeiramente, Deputado, essa questão da auto de resistência, retirada ou esse efeito nefasto que se tem do conceito do auto de resistência que o policial que está na ponta lá enfrenta, situações de morte também. Então como ficaria a situação de um policial se às vezes é o único recurso que ele tem de proteção institucional em relação à atividade fim dele naquele confronto, que ele também não gostaria de estar presente? Agora assim, como parlamentar e, sobretudo, da área de segurança pública, eu penso que de repente, o senhor como liderança e, sobretudo, de oposição, de haver um pacto em relação aos problemas cruciais da segurança pública que o senhor colocou muito bem. A insegurança que existe, de guerrilhas, de tomadas de cidades, sendo que os estudiosos da área já colocaram que o problema da segurança pública passa, sobretudo por uma questão de recursos. Se você for analisar os três grandes problemas do Brasil: saúde, educação e segurança pública, se você olhar a saúde, houve transformações muito importantes nos últimos 20 anos, sobretudo dez anos para cá, depois que foi implantado o SUS, por exemplo. Queira ou não, houve avanço nessa área. Na área da educação também. Nós sabemos que a Lei de Diretrizes e de Bases da Educação também promoveu grandes mudanças. E, no entanto, segurança pública é sempre relegada à falta de projetos, de políticas voltadas para investimento. Não existe segurança pública sem recursos. O envolvimento dos municípios... Assim, eu penso que dentro do Parlamento, parlamentares como o senhor poderiam, nesse sentido... Já existem os projetos, mas nós vemos que existe mais uma atenção de um programa... Por exemplo, um projeto desse, que tem que ser discutido também, mas não vai resolver em nada. Por exemplo, a questão das manifestações, a questão de máscara. Vamos criminalizar, que é mais fácil. Aumentar o poder punitivo do Estado. Então eu queria fazer essas considerações no sentido de que como parlamentar, que conhece a área de segurança

pública, se o senhor não poderia encampar melhor esses projetos mais amplos de solução para a segurança pública.

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Bom dia, deputado. É um prazer tê-lo aqui como agente de segurança pública e, ao mesmo tempo, um parlamentar na Câmara Federal. Eu ouvi atentamente as palavras de Vossa Excelência no tocante a um panorama de supostas corrupções que ocorrem nos podres desse país, e talvez essa falta de doutrinação de cada ente na sua pasta, se desviando para um lado e para o outro, querendo fazer política do seu cargo, realmente tenha desvirtuado uma melhor aplicabilidade da função dentro do Estado Democrático de Direito. Vossa Excelência falou que nós estamos no momento de incertezas, e realmente temos que concordar, porque as manifestações que explodiram no ano pretérito trouxeram isso à tona pelo viés que nós até então nós não queríamos enxergar. O país já estava em caos, mas as autoridades, os agentes fizeram uma espécie de vista grossa e foi necessário que as pessoas viessem às ruas protestar de forma ou violenta ou não, mas tinham que manifestar. E como já foi dito aqui antes de Vossa Excelência chegar, houve aqui um debate acalorado, e nós percebemos que esses novos movimentos que hoje surgem no país, que agora o Governo, o Estado Brasileiro quer reprimir, tem que ser feito de uma forma não tão agressiva como se pretende fazer, porque como foi dito, eles não têm líderes. Apesar de nós querermos achar que é o partido A, é o partido B, são interesses internacionais que estão querendo conduzi-los, eu acho que não chega a esse ponto. Eu acho que são manifestações espontâneas de jovens que encontram-se reprimidos. Com relação à polícia, que na nossa leitura aqui estão tentando punir além do que já são punidos, porque o policial, na nossa ótica, eu também fui policial por 31 anos, estou demitido no momento por uma vontade política de um Governo. Eu não cometi nenhum crime, eu não matei, eu não formei quadrilha, mas fui demitido por uma vontade unilateral de um Governador que disse: olha, você está fazendo muita manifestação. Então vai para a rua. Tudo bem. Mas as punições que hoje as controladorias aplicam aos policiais porque apertam um pouco mais a algema na hora que a pessoa "estrebucha" por lá, tem sido punições desastrosas. Se um policial publica um livro para poder manifestar um pensamento dentro de um Estado Democrático, também é punido como se tivesse cometido um crime imperdoável. Os policiais têm sido punidos sim. Se é de forma mais coerente ou não, têm sido punidos. As corrupções que são praticadas nesse país, realmente o senhor construiu uma teia. É uma teia de interesses. O poder econômico interfere no Executivo Estadual, que, por sua vez, pede ao Federal para dar apoio. Enfim, é uma coisa imprescindível, é uma coisa que é inimaginável nós imaginarmos como nós vamos tentar recuperar um país que possa ser um país sadio do ponto de vista de tantas coisas ruins que tem. A sociedade... Assim, cobra muito, claro. Ela tem que cobrar, porque as pessoas, o povo vive em um ambiente social e espera, no mínimo, que o Estado a quem foi incumbido de protegê-la, que o faça, com as penas que tem que fazer. Agora, querer punir mais ainda o policial criando mecanismo para que ele... Vossa Excelência foi feliz quando disse, pelo menos nas palavras. Não se pode dar flores a um traficante na comunidade que recebe a polícia com fuzil, que sabe manipular melhor que o policial. Isso é uma verdade que está aí estampada. O Estado, através da mídia, fez aquele festival de invasão nos morros cariocas e nós vemos nos bastidores, para quem está lá mais perto, em tese aquilo não passou de um cenário cinematográfico. As crueldades no Rio de Janeiro, nas favelas, nos morros continuam tanto iguais quanto eram antes e o pior: aquela exibição cinematográfica acabou expandindo para o resto dos estados brasileiros as crueldades que só tinham lá. Hoje nós temos, em qualquer estado desse país, a comunidade carcerária degolada, as cabeças são ostentadas como prêmio de facções criminosas. Não é só o caso de Pedrinha, no Maranhão. No Ceará também tem, só que não é dada publicidade. O Governo, claro, não vai causar terrorismo na sociedade brasileira, mas crimes bárbaros estão sendo praticados todos os dias e ninguém toma providência nesse tocante. Eu compreendo que o tempo

é muito curto. Eu vou encerrar. Eu queria muito... Isso aqui é um debate para um seminário de dois, três dias, mas eu fico feliz em pelo menos ter Vossa Excelência tentando, no Congresso, supostamente maleável aos interesses de outros, sozinho tentando buscar uma mudança. Mas eu queria que Vossa Excelência tentasse, como também nós da segurança, não que seja corporativista, mas tente rever essa questão de punir mais ainda quem já é punido, que são os policiais que não têm apoio nenhum nem do Estado e nem tampouco da sociedade.

O Sr. Cel. Marlon Jorge Teza (Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais – FENEME) – Deputado, eu sou presidente da Federação Nacional dos Oficiais da PM e do Bombeiro e esse Projeto de Lei que o senhor é coautor, nós até temos uma nota técnica aqui, ele criou dentro das instituições... Talvez o Presidente da Associação das Praças não teve tempo de se manifestar, criou um clamor negativo. Por quê? Porque dá a impressão, esse Projeto, Deputado, que está punindo... Vai punir os bons. Porque o senhor é delegado, sabe muito bem, e o senhor deve ter tido em suas mãos vários autos de resistência. O auto de resistência, por si só não é bastante para encerrar um caso. O senhor sabe disso. Então uma lei não vai mudar o *status quo* que já existe. Aliás, vai piorar para o policial, porque aqui... Pelo menos o que está no Projeto de Lei, inclusive qualquer lesão corporal o policial pode ser preso. Vai para o espaço até a Lei 9.099 para o policial. Há uma celeuma aqui estendida para o policial militar, por causa do Código do Processo Penal Militar, mas é outra questão, que como ele disse, dá um debate para uma semana aí dentro do "juridiquês", mas analisando isso aqui, isso aqui vai ainda mais acovardar o policial, na nossa humilde opinião, porque nós escutamos... Como uma Federação, nós escutamos a posição das pessoas em vários estados, que tem estado que, erroneamente, acha bastante... A polícia acha bastante o auto de resistência para não levar o caso para a justiça, até pode ter, e até acho que tem. Mas esse Projeto de Lei, essa Lei, se vier a ser aprovada, ela não vai corrigir isso. Ao contrário, ela vai punir os bons, porque todos... Pelo menos na polícia a que eu pertenço, fui corregedor dois anos, todo auto de resistência é apurado e vai para a justiça. Quem vai arquivar ou não é a justiça, e isso é a Lei que está posta hoje. Então isso aqui está aterrorizando os policiais hoje. Está aterrorizando, porque o bom faz o seguinte: bom, eu não vou... Vai que lá no futebol eu dou um empurrão em alguém lá como policial, ele cai, machuca a cabeça e tal. Segundo está aqui, eu posso ser preso em flagrante e a autoridade vai decidir depois se é caso de liberar ou não liberar. Então cria uma dúvida danada. Então nós temos uma nota técnica até que o senhor pegou ali. Tem oportunidade de ler, Deputado, que nós rogamos para que ela seja analisada, e nós temos até umas propostas aqui. Eu sei que já está no Plenário para votar esse Projeto e o nosso medo é o seguinte: na emoção, no afamo de resolver, vai lá e vota e não se faz as emendas necessárias que todos os projetos têm. Então nós rogamos para que seja muito bem analisado isso, sem emoção, porque eu não tenho dúvidas que o policial lá na ponta vai se acovardar em face de algumas situações que podem, como consequência, ele lesionar alguém na sua atividade. Então eu até proponho que sejam feitas audiências públicas na Câmara, ou coisa parecida. Talvez até foi, mas nós, pelo menos, não fomos convidados e nós estamos à disposição, não é, P. Queirós, de policiais... A polícia civil está no mesmo sentido, para discutir isso com um pouco mais de profundidade, para evitar que os bons sejam mais punidos do que já são. Que se punam os ruins. Hoje tem mecanismo de se punir dentro da lei. A sociedade tem que ser esclarecida: um auto de resistência não é bastante para encerrar um caso. Só a justiça tem condição de fazer isso, perante a lei. Se alguém está fazendo errado, puna-se aquele que não está fazendo, porque que tenho certeza, o senhor sabe muito bem que tem estados que isso ocorre muito. Não vou citar aqui, mas ocorre. Então esse é o pedido e até parabenizar o senhor pela exposição genérica da corrupção. Realmente... Às vezes é só a polícia que responde pela corrupção, mas a corrupção é generalizada. Nós sabemos disso. Inclusive no Judiciário, e o senhor falou muito bem. E antes do CNJ, como não era isso? Deve ter muita coisa, porte todo

setor da sociedade tem corrupção. Não adianta. E nós temos que resistir a isso e fazer esse movimento nacional para mudar. E o senhor, como representante da segurança pública, um dos representantes lá no Congresso, é alguém que pode fazer mais e o cerne realmente está no maior problema, que é recurso público. Educação tem verba carimbada, que você diz, saúde tem, segurança pública... Olha, se tem que contingenciar, primeiro vai na segurança pública. Aqui é um exemplo, a SENASP aqui. Todo ano vem a tesoura e corta uma série de recursos orçamentários, que dificulta até para o conselho se reunir. Por quê? Porque não tem uma verba carimbada e já tem vários projetos que o senhor provavelmente está apoiando nesse sentido, de dar recursos para as instituições policiais ou de segurança pública do Brasil todo. Então essa era a minha manifestação: mais uma vez rogar para que analise com calma a nossa nota técnica. Estamos à disposição para qualquer eventualidade. Meus parabéns pela posição.

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Tem mais 4 pessoas. Fazer mais 3 e nós encerraríamos agora. Responderíamos essas 3 e na fala do Deputado nós encerramos as inscrições, porque já tem o adiantado da hora.

O Sr. Protógenes Queirós (Deputado Federal - PCdoB) – Bem, é difícil de nós, que pertencemos à instituição policial, um agente de segurança pública, entender um pouco essa questão originária da transformação do auto de resistência em instrumento de interesses políticos de alguns governantes que se acham no intuito de se proteger das suas mazelas usando a polícia. É difícil. O sentimento que norteou a proposta dessa legislação, repito, não é de punir mais o policial. É do policial enxergar o seguinte: eu não vou servir mais de marreta para governante nenhum. Agora, é difícil, porque está dentro da cultura da atividade policial, dos estados principalmente, em especial dos estados, de se comportar dessa maneira, que é mais fácil. E isso, inclusive até peço às entidades que façam um levantamento, estatisticamente, a quantidade de autos de resistência, os períodos inclusive, tomando os períodos, os estados, os locais e as vítimas e fizessem uma análise não só quantitativa, como psicográfica também, de perfil desses autos. Vai ser um flagelo. Nós vamos encontrar as vítimas de comunidade pobre, negros, desempregados, desassistidos, muitas das vezes inocentes, que o policial confundiu ou exagerou na sua ação, justificada pelo excesso da falta de estrutura da própria atividade. Se eu perguntar sobre o Coronel, o senhor foi corregedor. Se eu perguntar assim: lá, quando o senhor foi comandante, existia um departamento, uma diretoria, com um corpo de profissionais que acompanhasse a atividade sobre o perfil psicológico? Caso a caso. Mas não é uma coisa institucionalizada. Na minha instituição não tem. Nós temos sérias situações de alcoolismo, consumo de droga, transtornos mentais devido à atividade, e nós não temos. Então está justificada por esse aspecto. Então, o que aconteceu? Como a segurança pública, o quadro da segurança pública se tornou sem nenhuma importância, com esse processo de redemocratização passou a ser, como o próprio colega papiloscopista falou: olha, a saúde melhorou um pouquinho, a educação. A segurança pública é um dos pilares de sustentação do Estado e essa foi relegada ao abandono, ao trata-la de acordo com as situações que lhe apresentar. A tratar como remendo. Remenda a Polícia Militar do Distrito Federal. Remenda a Polícia Militar do Maranhão, remenda a do Pará. Ah, porque teve problema. Tem um conflito lá, remenda. Remenda a do Rio de Janeiro. Só remenda. Não há uma política institucional para a segurança pública. Não há uma política de Estado de segurança pública. Não há. Então, se nós pegarmos estatisticamente, nós vamos ver que houve um aumento muito grande nesses autos de resistência e tendo as vítimas com perfil em locais de vulnerabilidade social muito grande e vítimas muito pobres. Eu costumo dizer: é irmão matando irmão, porque quanto um policial militar ganha, quanto um policial civil ganha? Quanto eu ganhava na Polícia federal na época do Governo Fernando Henrique Cardoso? Eu tenho meu holerite R$ 2300,00 ganhava um delegado da Polícia Federal para cuidar do Brasil

inteiro. Então como se resolve isso? Se resolve o Governador... O Comandante vai lá e resolve o problema. Porque é assim, o comando é esse: vai lá e resolve o problema. Em razão da falta de credibilidade que a instituição policial está, esse ao resolver problema, vai gerar violência, vai gerar conflito e possivelmente vai gerar auto de resistência, porque eu não vou segurar esse problema nas minhas costas. Eu vou perder meu emprego e ainda vou para a cadeia. Então, em relação aos confrontos quando tem vítima, a legislação do Código Penal Brasileiro já é bem clara: matar alguém é punido: 12 a 30 anos de cadeia. Agora, a coleta de provas, tem que ter uma coleta de provas com isenção. Isenta. Não aquela coleta de provas do passado, que se colocar estatisticamente, os autos de resistência do passado e se olhar aqui de quando é, você pode olhar o período aqui, era um período de exceção, era um período da ditadura militar, e que estatisticamente, se colocarmos, usou até menos. Nós temos esse levantamento. Aí vai falar assim: mas tudo bem, tinham outros métodos. Os métodos agora estão mais transparentes. É que nem a venda de sentença que o CNJ está revelando para nós. Então por ser mais transparente é que nós detectamos o problema, e na detecção do problema, nós temos que por a termo isso. Isso aqui, essa Lei não vai resolver o problema. Não vai resolver o problema da escalada de violência, não vai resolver o problema se o policial for agredido. Temos um fenômeno chamado Crackolândia. Alguém já foi na Crackolândia aqui? Eu já fui mais de uma vez. O sujeito que consome crack, o dependente químico de crack é diferente do dependente químico de maconha e de cocaína. Ele está em completa alucinação. Eu estava na Crackolândia lá no Programa do Prefeito Fernando Haddad, que é aquele Programa de Braços Abertos, e fui lá no meio daquelas milhares de pessoas consumindo, tinha mais de mil dependentes químicos e tal, eu e o Senador Suplicy, e ele teve a coragem, foi comigo e eu falei: se prepara. Tem carteira no bolso, porque a turma vai avançar, porque eles estão em... Alguns estão em completo transe, alucinados. Aí, andamos de um lado para outro e o Senador Suplicy: Protógenes, me socorre aqui. Olha meu bolso. Estava todo mundo metendo a mão no bolso dele, puxando e eu fui pra lá para socorrer. Ele começou a meter a mão no meu bolso também. Eu também estou com a mão no bolso aqui, Suplicy. Agora estamos aqui no inferno, abraça o capeta, meu amigo. Vamos embora. Você não quis ir? E aí, em um determinado momento, um rapaz: me salva, me salva. Socorro. Ele estava completamente... Eu não quero morrer. Eu quero ir para esse programa aí. Peguei o menino. Ele falou: posso levar a minha namorada? Pode. Esse menino estava tão alucinado de ter consumido tanto crack, que ele vinha atrás de mim assim: nossa, que vontade de te dar uma canivetada nas costas. É muito bom um canivete nas costas, assim, por trás. Aí eu falei: Rapaz... Como um agente de segurança se comporta nisso aí? A primeira coisa: o cara vai dar uma canivetada, ele vai logo jantar o sujeito. Óbvio. E se o sujeito está com o canivete, eu não vou trata-lo com florzinha. Eu vou usar da minha legítima defesa dentro da proporcionalidade da agressão que eu estou sofrendo. Isso é fato. Então, o que eu quero dizer com isso, exemplificando essa situação concreta? Existe o "Crack. É possível vencer". Nós não temos treinamento adequado para os policiais. Não se tem. Para tratar desse problema de segurança pública, que é um problema não só de segurança pública, mas de segurança pública e de saúde pública, investindo bilhões, não atacando a causa, mas as consequências. Esse é um ponto. Outro ponto falava-se: hoje o policial é criminalizado até pelo uso de algema. Sim. Algema, Coronel. Eu inaugurei uma Súmula do Supremo que não podia mais se algemar bandido rico. Vocês lembram? Sumulou... Súmula Vinculante 11. Falou ali o Marcos. Não podia mais algemar, porque eu algemei o Banqueiro Daniel Dantas, que abastecia as contas do Marco Valério. O Marco Valério pegou 44 anos de cadeia e ele está solto. E ele foi condenado na Operação *Satiagraha* por tentar corromper policiais federais. Não foi por ter abastecido conta do Marco Valério e ter participado do mensalão de integrantes do PT e nem do PSDB. Eu sei que está solto, e mandando muito na República. Inaugurou-se uma *súmula vinculante* para os policiais não exercerem a sua atividade, pondo em risco até a atividade policial por conta dessa pessoa, dentro da subestrutura do país,

muito poderosa. Os policiais se manifestado através de livros... Eu mesmo escrevi um livro, lancei no dia 11, chamado Operação *Satiagraha*, os bastidores. Eu digo o que ocorreu na Operação nos bastidores dentro da minha instituição e fora. Eu já tenho umas duas investigações porque eu escrevi o livro. Eu escrevi e vou escrever mais. Manifestação de policiais. Nós, integrantes da área de segurança, era para nós manifestarmos. O nosso Código Penal Militar, o Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar nos permite isso? Não. A lei que estabelece, que legisla e normatiza a atividade dos policiais civis, dos federais, permite que nós nos manifestemos? Não. Por que nós nos manifestamos? Porque está demais. Ontem teve uma manifestação de ocupação de policiais civis no Palácio do Governador de Goiás, lá em Goiânia. Olha a que ponto chegamos. Por que eu me manifesto? Porque já está demais. A situação já fugiu do controle, da normalidade. Na semana passada, só concluindo e exemplificando para vocês, houve uma marcha do MST, Movimentação aqui. Lá no Congresso Nacional nós não sabíamos o que fazer. Eram quase 20 mil sem-terra marchando. A Presidenta Dilma saiu do Palácio, ficou na casa dela por orientação do Gabinete de Segurança institucional. Não tinha que ter ido, não. Tinha que ter ficado no Palácio. Tinha que ter ido na janela, tinha que ter recebido no dia. Não pode. Não sei o que fazer, é questão de proteção. Que questão de proteção? Está tudo errado. Quem deu essa orientação, errou. Quem deu essa orientação para a Presidente errou. O Supremo Tribunal Federal suspendeu a sessão. Errou. Ué, por que suspendeu? Estão fazendo alguma coisa de errado? Parece que estão fazendo alguma coisa de errado. Suspende, esconde todo mundo e vamos embora. E na Câmara lá, foi orientado para nós suspendermos a sessão. Estava o Presidente, Simão Sessim e veio a ordem para ele. Ele falou: não vou suspender. Isso aqui é a casa do povo. Suspender por quê? Nós estamos aprovando aqui a transformação do país, para melhorar esse país. Por que eu vou suspender? Que os sem-terra entrem e nós vamos votar a lei que estivermos votando aqui. Projeto de interesse do país. E não suspendeu a sessão. Foi o único órgão que não suspendeu a sessão. A que moral é isso? Ou você mantém uma postura que você não deve, não teme, não foge ao diálogo, não foge ao debate, ou agrava mais a situação. Aí a resposta foi colocar um Projeto de Lei antiterrorismo no Congresso ante a manifestação dos sem-terra e ante a morte do jornalista? Não é assim, gente. Não é assim. Só complementando, e a situação vai ser Copa do Mundo. Nós estamos em evento de Copa do Mundo. Nós temos um problema em várias situações nesse evento, que era para ser usado dinheiro privado. Investidores privados. Existe um sistema no país que os investidores privados estão participando, mas estão usando dinheiro público. Aí é fácil. Vamos trabalhar com o seu dinheiro. Me dá seu dinheiro que vou fazer algo para mim. Quem concorda com um negócio desses? Uma hora isso vai estourar. Aí, ao invés de pegarmos como exemplo... Tem lá a Arena da Baixada de Curitiba. Obra atrasada, consumiram R$ 236.000.000,00. Não justificam os R$ 236.000.000,00. R$ 330.000.000,00. Pediram um aporte de R$ 65.000.000,00, não é isso? À viúva, chamada viúva BNDES. O Governador colocou dinheiro, o Prefeito colocou dinheiro e o povo quer mais dinheiro. O que tinha que fazer no momento desses? A FIFA falou: olha, o calendário não dá. É um organismo internacional respeitado. O calendário não dá. Vocês não vão entregar isso. Não preenche os requisitos. Vamos remover o evento para outro estado. O que eu, Governo, tenho que fazer? Me esforçar para terminar, para dar mais dinheiro para a roubalheira? Não. Para. Não vai ter evento em Curitiba. Prender os responsáveis, bloquear os bens, devolver o dinheiro público. Exemplo para o mundo e exemplo para o país. Nós íamos ter uma Copa... Olha, o país está encarando com seriedade essa Cop. Quem errou, vai ter que pagar. Já começou pelo Curitiba. Ia diminuir, arrefecer um pouco as possíveis manifestações que vamos ter durante a Copa do Mundo. Não. Botaram gasolina. Botaram gasolina. Eu soube ontem que vão dar mais dinheiro, que vão fazer, que não sei o que e a Arena não vai ficar pronta na forma como manda os requisitos.

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Vamos para o último bloco de falas.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Primeiro, fazer uma restituição aqui à própria fala de... Assim, tem conselheiros que às vezes eu fico aqui com medo se esse cara fosse comandante. Na boa. Ia haver um extermínio do caramba, porque vivenciar algo da ditadura para o nosso tempo, principalmente estar à frente nesse Conselho, é muito complicado, porque eu não sei até que ponto quem são os bons, porque os bons são aqueles que torturam? São aqueles que matam? São aqueles que fazem o extermínio nas periferias? É complicado. Da mesma forma eu tenho o mesmo pensamento com relação a essa base de poder da própria polícia militar. Eu sei o que esperar de um bandido, mas eu não sei o que esperar da polícia militar. Eu, passar do lado do carro do BOPE, eu fico com medo. Eu olho. Na boa, mas eu consigo andar, passar dentro de uma periferia com os caras bebendo, traficando, fazendo qualquer coisa. Enfim, é muito complicado quando nós queremos eliminar esses nossos próprios anseios. E aí, no entender essa relação da própria punição, porque outras punições já tiveram. Até mesmo nós falávamos isso sobre a questão das próprias manifestações, e eu retribuí a mesma questão da própria polícia. Nós temos tantas repressões a essas relações das próprias manifestações e outras punições, até mesmo as questões policiais, mas isso... Para mim, eles não fazem... Não têm nenhum andamento. Por exemplo, as próprias procuradorias. As próprias procuradorias são militares. É a polícia militar que está ali. E dificilmente nós encontramos, em alguma procuradoria, que os caras fazem trabalho sério. Eu fui agredido nas manifestações no meu estado, e eu não estava na manifestação nesse dia. Eu fui para as manifestações, mas nesse dia eu não estava. Eu estava a serviço. Eu, na verdade, sou cinegrafista. Aí eu estava uniformizado, com crachá e tal. Peguei porrada da polícia. Peguei esculacho da polícia, me mandando ir para casa e não sei o que, e eu dizendo que estava trabalhando, e tudo. Nós fomos, eu fui, fiz a ocorrência. Nessa ocorrência, a ocorrência se perdeu. Eu tinha uma cópia da ocorrência. A ocorrência se perdeu e o número de ocorrência que me deram na própria delegacia de polícia não batia com o número da ocorrência que eles tinham. Depois, o meu equipamento que foi para a perícia se perdeu. Até hoje eu não sei onde está o equipamento e nós: de que forma vou chegar na Corregedoria? O trabalho da Corregedoria... Eu entendo um trabalho que é muito pobre. Primeiro, porque ele faz um serviço interno do que chega. Dificilmente nós conseguimos... Eu consigo ver algum trabalho da própria Corregedoria de Polícia que seja um serviço externo, de investigação deles mesmos. É um serviço externo. É o que chega. E se é um serviço externo, é do que chega, agora vamos entender quantas pessoas... Porque várias chegaram comigo também e disseram que foram agredidos na mesma manifestação e disseram: ah, isso não vai dá em nada. Imaginem isso. Quantas pessoas não fazem as ocorrências? E aí, se eu for trabalhar somente com o que chega, e ainda com o que chega ainda de uma forma ainda que dentro desse próprio veículo policial, que ele entra, na verdade às vezes nós não conseguimos, como eu não consegui chegar até os fatos, conseguir concluir para dar entrada em um processo por conta disso, aí é complicado. Então eu não falo só da relação da punição, mas essa própria estrutura que o Estado nos dá para que essas ações sejam mais severas, é muito complicado de se ter esse trabalho. E aí nós vamos para a comparação dos números, que hoje nós trabalhamos muito mais com isso, com essas relações dos dados. Por exemplo, São Paulo e Rio de Janeiro, no ano de 2012, foram quase 3.000 assassinados com relação a autos de resistência. Bahia chegou aí aos seus 416. E aí nós... Ou seja, são dados poucos, porque são dados que... Assim, eu sei que são muito mais do que isso, mas é o que essas instituições, por algum motivo, como você mesmo disse, Deputado, que o Estado não vai dizer: não, libera esses números e diz o que nós estamos fazendo, nós estamos matando jovens desse jeito. Não vão fazer isso. São poucos dados que nós temos com relação a isso. E aí eu, depois de passar esse caminho de nós termos esses dados e de nós também conseguirmos entender o papel da Corregedoria nesses processos todinhos, nós sabemos que, ainda mesmo com os autos de

resistência, esse não vai ser... Nós não vamos acabar com essas feridas, porque nós ainda vivemos, ainda vivenciamos toda essa trajetória do militarismo e tal, do regime militar, porque até hoje ainda é provocada tortura para que o bandido me dê uma resposta que eu quero. Às vezes nem é a resposta, mas ele quer que eu diga que eu fiz aquilo. Faz a tortura em mim para eu dizer que eu fiz aquilo. Eu tenho que dizer. Eu sou torturado enquanto eu não dizer que fiz aquilo. Ou seja, passando por esse regime, o senhor acredita que ainda é possível reestruturar essa polícia que nós temos, ou seria necessária uma nova polícia? Era isso. Obrigado.

O Sr. Alberto Aleixo de Souza (Redes de Desenvolvimento da Maré) – Deputado, eu saúdo Vossa Excelência e os demais que apresentaram o PL 4471. No território de atuação da minha instituição, que é o Complexo de Favelas da Maré, que é o maior complexo de favelas do Rio de Janeiro, tem uma população de 140 mil habitantes, que equivaleria... Maior população que 85% dos municípios do Brasil e essa questão do auto de resistência, nós vivemos lá no nosso cotidiano. Na minha atuação profissional, já fui testemunha de vários casos desses, e no meu estado, a política de segurança é baseada em pesquisas de segurança, de sensação de insegurança da população. Então lá eles elencaram 3 índices que justificariam a ação policial, a atuação da Secretaria, que seriam as letalidades violentas, os roubos de veículos e os roubos a pedestre. Na Maré nós não temos um caso de roubo de veiculo, nenhum caso de roubo de pedestre. Na Maré, o Estado perdeu a soberania do território. Então, quem diz que não pode roubar lá são os traficantes de droga. Então não é um problema para a Maré. É triste essa constatação. Nós temos uma solução de um problema por um viés que é dito pela criminalidade. Na questão das letalidades violentas, são três itens que são aferidos: os homicídios dolosos, o latrocínio e o auto de resistência. Então continua, na Maré, o maior problema sendo o auto de resistência. Ainda nós subdividindo essa questão. Esse é um aspecto do problema de como a Secretaria aborda o problema da segurança lá no estado. Além disso, tem outro aspecto que é mais cruel, que a sociedade muitas vezes aprova a atuação violenta, punitiva do estado, que os operadores do sistema acabam que se sentem justificados nessas ações, inclusive dentro das próprias favelas existem as pessoas que apoiam esse tipo de ação. Então assim, para nós, nós ficamos muito felizes com essa iniciativa, saudamos a iniciativa e eu entendo que nesse caso, eu acho que não devia haver preocupação dos policiais em relação a esse tipo de tipificação. O que eu não vejo que isso seja uma ameaça ou uma punição para os policiais. Na verdade, o que eu entendo é que dessa forma, os policiais não estariam acima da lei. Ele não seria visto como uma pessoa que estaria fora do julgamento comum de qualquer outro membro da sociedade. O que acontece na Maré, e sou uma testemunha desses fatos? Nós temos, no Rio de Janeiro, o uso maciço de veículos blindados, de helicópteros em operação... Um helicóptero que é usado para rádio patrulha em qualquer lugar do mundo, no Rio de Janeiro ele é usado como base de tiro. Então independente do policial estar em risco de vida ou ter alguma pessoa em risco, o policial atira do helicóptero, atira com fuzil na população, tentando alvejar o criminoso ou não, não sei, e o cara que está dentro do veiculo blindado atira também. Ele atira no traficante armado ou desarmado. Isso caracteriza que isso não está sendo usado como uma legítima defesa do policial nos exercício da função dele. Nós temos também os casos de perícia, que eles comprovam que muitos dos casos que estão classificados como auto de resistência, eles são nada mais do que execução sumária. Isso pode ser comprovado com a questão da distância do disparo, tiro pelas costas, uma série de laudos que não são levados em conta nas investigações. Então assim, nós ficamos muito felizes com a iniciativa e nós queremos dizer que para os policiais que estão trabalhando dentro da lei, eu não vejo isso como um problema. Muito pelo contrário. Eu acho que é uma proteção para eles que estão operando dentro das leis, dentro das regras. Por hora... É um tema que me emociona muito. É difícil falar, porque é área de atuação que estou há mais de

dez anos. Então isso, para nós, seria um salto na atuação, no desenvolvimento daquela comunidade e de outras do Rio de Janeiro.

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – Boa tarde, Deputado. Primeiramente é um motivo de felicidade ter mais uma voz de um operador, de um técnico em segurança pública, pelo menos um companheiro de trabalho na casa de leis. Geralmente o operador de segurança pública é sempre agente cumpridor das políticas, das ordens públicas de quem governa. Eu sou daqueles que veem o Poder Legislativo como Governo, o Poder Judiciário institucionalmente como Governo, o Poder Executivo como Governo. Nós sempre fomos objeto, joguete na mão desses que governam em nome do povo e foi preciso que nós também nos tornássemos Governo para poder interferir um pouco nessas ações de governo. Então é motivo de felicidade, para mim, ter um representante da categoria lá. Nós viemos de Minas Gerais. Eu sou Presidente do Sindicato de Polícia em Minas, o SINDPOL e estou aqui pela força política da COBRAPOL, que é a Confederação Brasileira de Policiais Civis. E independente do cargo, policiais civis; Eu fico preocupado e gostaria aqui de externar a posição da COBRAPOL, a posição dos policiais civis. Vou me abster de falar a minha preocupação, mas a preocupação dos operadores de um projeto dessa natureza que vem dizer um ponto do grande conflito, do grande arcabouço do que é hoje esse ensaio de Política Nacional de Segurança Pública e do risco que pode ser. Ontem eu disse que tem um ditado em Minas que nós usamos muito: o porco magro suja a água. O risco que um projeto desses pode causar diante de um cenário muito mais conturbado que está acontecendo, que é hoje essa carnificina que o Willy, nas suas falas tentou mostrar, que ontem nós mostramos para a Secretária, que antes de ontem nós tentamos mostrar para a Secretária, e infelizmente não fomos ouvidos, que o Ministro já foi para a TV e falou exatamente o contrário, que essa tragédia social de 55 mil pessoas por ano sendo assassinadas, e na maioria das vezes não é só assassinadas pelo cidadão comum. É também assassinada pelo aparato do Estado. Nós temos que dizer isso. A cada dia que passa, nós estarrecemos mais de ver o virtual se tornar real. A história que é contada em verso e prosa nos filmes aí, não é nada mais, nada menos do que a reprodução do dia-a-dia que nós estamos vendo. A Tropa de Elite, versão I e II não é ficção apenas. Mas o que nos causa preocupação, nós, policiais civis, e nós queremos que o amigo reproduza essa fala lá no Congresso e que reproduza aqui dentro também, porque nós falamos antes de ontem, ontem e hoje e não fomos ouvidos. Esse Conselho aqui é um Conselho que está funcionando como Conselho fictício. Aqui deveria ser a voz do trabalhador, a voz da Sociedade Civil e a voz dos gestores, mas nós não somos ouvidos. Nós agradecemos a importância que o amigo está nos dando em vir aqui. É um operador, é também um parlamentar, que tem importância na sua fala. A sua fala é muito ouvida lá fora, para que possa bradar, dar vasão, dar ouvidos ao que nós falamos aqui, ao que a sociedade civil fala, o que as entidades de classe falam, porque ouvir 200.000.000 de pessoas, nós sabemos que não tem como. Mas pelo menos da forma democrática, aqueles que foram eleitos, aqueles que foram escolhidos nas suas bases para vir aqui, têm que ser ouvidos. E nós iriamos sugerir para o Ministro, nesse debate sobre as manifestações, que ouvisse mais as pessoas antes de decidir. Que se o grande problema for manifestação, com relação ao aumento da violência, aumento da criminalidade, então esse problema não é tão grande assim, porque nas manifestações, no meu estado, morreram dois, os meninos que pularam do viaduto, foram jogados. Morreu Santiago Andrade. Vários policiais, vários, não passa de 100, foram vitimados, lesão corporal. Mas 55 mil pessoas morreram no ano de 2013 e não tinha manifestações de junho de 2013. E o que esse Ministério fez? O que o Gilmar Mendes fez? O que a Casa Parlamentar, o Renan Calheiros fez? Então nós ficamos estarrecidos, Deputado, em ver um projeto... Não o de Vossa Excelência, o 4471. Nós vemos que ele pode ser revisto, ele pode ser implementado. Ele não pode vir solteiro. Ele tem que vir casado com outro, que é o manual de procedimento policial avalizado pelos Direitos Humanos, avalizado pelas entidades

de classe, avalizado pela OAB, avalizado pelo Ministério. Até quando nós vamos ficar esperando isso, porque falaram da cartilha para o cinegrafista. O Ministro falou ontem. Da cartilha para o manifestante, como se proceder em manifestações. Mas não falaram da cartilha, do manual para o policial se proceder em manifestações, porque em países desenvolvidos, às vezes com menos população do que o nosso, às vezes menos rico do que o nosso, eles têm. Aí nós perguntamos: porque aqui não tem? Sabe por que aqui não tem? Na Inglaterra, a Scotland Yard, através do seu Diretor Ian Blair, ex-diretor, definiu que por causa de terrorismo, que é explosão de bombas em metrôs, anunciou o alerta vermelho. Aliás, o alerta laranja. Pode haver atos de terrorismo aqui. Teve na França, teve na Espanha. Vai ter aqui. Aí, um brasileiro, com feições fenotípicas orientais, parecia oriental, pulou a catraca, correu. Os policiais, usando o manual de procedimento, estava o alerta laranja, as circunstâncias era aquelas, alvejaram o brasileiro. Ele veio a falecer. Jean Charles Menezes. Mineiro. Foi julgado o procedimento dos policiais. Eles agiram dentro do manual de procedimento? Agiram. Quem caiu? Quem foi demitido? O Ian Blair. Qual era o nome dos policiais que atiraram nele? Ninguém até hoje soube. Por quê? Porque dentro do manual básico das normas que aquele país definiu, se a ação é legitima, se o operador é legitimo, ele não pode ser exposto. Quem tem que ser exposto é a política pública que oportunizou aquele momento. Então ela tem que ser revista. E quando se revê a política pública, o gestor da política pública também é revisto. Então nós clamamos. Nós, operadores que amamos o nosso país, amamos a nossa profissão, a sociedade é o nosso cliente preferencial. Eu falo isso, porque nós em Minas, nós da COBRAPOL definimos que não basta mais nós ficarmos falando “direito dos policiais”. Enquanto nós falarmos sobre os direitos dos policiais Deputado, nós vamos ser aquela voz que clama no deserto. Nós já descobrimos qual é o mote. Nós temos que falar de direito da população. Vamos pensar na população, e aí quem sabe sobre uma beiradinha para nós, e é assim que tem sido. No tocante aos encarceramentos, as galeras dantescas que ainda são as nossas delegacias, em Minas apenas 5% é delegacia. Briga de 10 anos. Quando nós falamos do policial que sofria tomando conta de preso, ninguém nos ouviu. Na hora que começamos a mostrar os direitos humanos dos presos, filmando cadeia e colocando em programa de TV, aí sim criaram um órgão típico para isso, com 17 mil operadores, que é a SUAPE. Então nós continuamos: vamos pensar na população. Vamos criar um manual de procedimento policial, que aí sim essa lei, esse Projeto que trata do auto de resistência vem completo, porque se não vier, vai ser como a fusão nuclear. Einstein, quando criou a bomba atômica, na verdade ele não criou a bomba atômica. Ele criou a fusão nuclear, a energia, a fusão dos átomos com a intensão de salvar, de ajudar a humanidade. Mas o homem criou a bomba. Então nós ficamos muito preocupados, porque tem manual para o manifestante, como se proceder, manual para os cinegrafistas e para os jornalistas. Mas e para o policial? Se alguma coisa der errado, ele vai sentar sozinho no banco do réu. E não tem nem advogado. Nem dinheiro para pagar advogado com os parcos salários que eles recebem. Precisam das entidades de classe para socorrê-lo. É violência para gerar mais violência. E que Vossa Excelência nos ajude a falar lá no Congresso que o Ministro da Justiça, que a Secretária de Segurança Pública Nacional não respeitam esse Conselho. Que esse Conselho não tem sequer orçamento aprovado para fazer uma segunda CONSEG. Que os princípios aprovados na primeira CONSEG não foram colocados em prática. As diretrizes ali aprovadas, que talvez tivessem sido colocadas em prática, grande parte dos problemas que nós temos hoje não teríamos eles ocorrendo. São essas as minhas palavras e faço a pergunta: tudo que se tem de desculpa hoje para não intervir no alvedrio dos governadores dos estados é o tal do pacto federativo. Nós não temos uma Política Nacional de Segurança Pública. Nós temos 27 projetos de governo diferentes no tocante à segurança pública, mais ou menos uns 100 projetos municipais, dos municípios ricos, as capitais dos ricos de segurança pública, mas não temos uma Política Nacional de Segurança Pública 25 anos depois da Constituição Federal. Por que não? E i que impede, na visão do senhor, eu acho que seria uma

aula para nós aqui, o que impede nós mudarmos o art. 144 da Constituição Federal, regulamentarmos esse artigo? O que falta? Porque até hoje nós temos 27,5, mais ou menos, projetos estaduais, 100 projetos municipais, mais ou menos, mas não temos uma Política de Estado para a segurança pública nacional. O que falta? Porque até hoje não se regulamentou? No mais, são essas as minhas palavras. Muito obrigado.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN BRASIL) – Primeiro, Deputado, eu queria parabenizá-lo pela sua fala, e dizer que esse Projeto de Lei é muito importante para nós. Uma das maiores causas das desigualdades sociais nesse país foi que nós construímos a nossa sociedade pensando na sociedade com bons e com ruins. E essa construção social com bons e com ruins foi feita, conselheiros, com base em princípios extremamente racistas. Nossa sociedade que se fez com base em dois poderes básicos que se confundem e que muitas vezes se mantém até hoje. Na minha opinião, se mantém até hoje: o poder econômico e o poder da violência, uso da força bruta. Se confundem. Se misturam. E com base nessa dicotomia que se mantém até hoje, nós reproduzimos muito da dicotomia, mando subserviência, do resquício, da escravidão. E porque eu estou falando isso? Porque quando nós fazemos um recorte racial das consequências do uso mal sucedido do auto de resistência, nós vemos um recorte que reproduz uma senzala. Nós vemos corpos negros mortos, esticados pelo chão, justificados por uma falsa legalidade estabelecida pelo Estado. Eu digo "falsa legalidade", porque o poder de legalidade deveria emanar do povo, e não emana, porque não reproduz as suas vontades, porque não é capaz de reproduzir seus anseios. Lógico que eu entendo. Nós temos uma democracia nova, em construção. Mas desde 88 nós não tivemos um Projeto de Política de Segurança Pública Nacional. Em todos os setores a Segurança Púbica Nacional não foi consultada. De todos os setores, a Segurança Pública Nacional não foi consultada. Agora se tem um Conselho Consultivo, mas que ou não está sendo consultado, ou está sendo mal consultado, ou melhor, está sendo mal ouvido. Então, primeiro eu gostaria de afastar de qualquer perspectiva de construção de um projeto de segurança pública essa visão de bons ou ruins. Nós não temos bons ou ruins. Hoje, no nosso país, nós ainda temos repressores e reprimidos. Um resquício pesado do militarismo, que nós ainda não conseguimos afastar da nossa Política de Segurança Pública. Conselheiros, eu falo enquanto sociedade civil, eu falo enquanto movimento negro. Nós não somos contra garantias de direitos para as polícias, não. Nós não somos contra a garantia de direitos para os aparatos de segurança pública, não. Muito pelo contrário, nós queremos profissionais bem remunerados, nós queremos profissionais respeitados, nós queremos profissionais fazendo as suas manifestações nas ruas e com apoio da legalidade sim, porque essa lei que proíbe, para mim, é totalmente inconstitucional. Ela limita a liberdade de expressão, de manifestação, e para isso, conselheiros, nós precisamos democratizar as instituições policiais, mas democratizar instituições policiais significa também levar o elemento povo para as políticas de segurança pública. As políticas de segurança pública precisam ser construídas através do elemento povo, a partir dele, porque ele é o destinatário final dessa política. Nós não podemos pensar a política de segurança pública do Estado, ou melhor, do Governo par o povo. Nós não podemos nos manter nessa transitoriedade que não nos contempla. Isso, para nós, é muito negativo. E aí, conselheiros, sabem o que nós mais desejaríamos? Reivindicar junto com os policiais nas ruas por melhorarias de condições para eles, porque a melhoraria das condições deles também significaria as nossas. Mas para isso nós precisaríamos estabelecer uma horizontalidade de política, que fica totalmente transversalizada com o povo, com a Sociedade Civil, com os trabalhadores, com gestores também. Mas o que nós temos é quem manda e quem obedece. Isso não funciona mais. Isso não funciona mais. Então assim, porque tanto medo assim da questão do auto de resistência? Eu não tenho autonomia para falar como trabalhador, mas eu acho que eu tenho autonomia para falar da visão da Sociedade Civil em defesa sim dos

trabalhadores. O auto de resistência é um instrumento para criminalizar os policiais. É o Estado permitir uma discricionariedade sem nenhuma formação, ou com uma má qualidade de formação para que os policiais violem direitos humanos e sejam punidos por isso. É o que o Estado quer: que os policiais violem direitos humanos e sejam punidos por isso. Isso não é o que nós queremos. Primeiro, porque nessa violação, nós somos os maiores alvos. No Brasil, morrem pretos e pobres. E os policiais da ponta, normalmente os praças não falam pelos oficiais. A nossa desigualdade não permitiu termos um grande número de negros na qualidade de oficiais. Temos alguns, mas ainda não de forma que represente o quantitativo da população nacional. Quem sofre na ponta também são as praças, e quase sempre negros. E quando brancos, como diria Caetano Veloso, tão pobres, que quase negros. Conselheiro, eu ouvi a fala do Conselheiro Marlon, que esse projeto acovarda os policiais. Eu discordo, Conselheiro. Não acovarda. Dignifica. Dignifica, e muito pelo contrário, permite à sociedade que ela deixe de se acovardar. Que ela veja nos aparatos de segurança pública, amigos, e não inimigos. Nem bons, e nem ruins. Iguais. Parceiros para a construção de uma política de segurança pública igualitária. Não universalista, mas igualitária substancialmente, que perceba as desigualdades desse país e consiga agir com uma diferença positiva. É disso eu nós precisamos, conselheiros. De uma política de segurança pública transversal. E quando eu falo “transversal”, na perspectiva de Estado também. Que consiga perceber e fazer valer a interinstitucionalidade. Quando o senhor, Deputado, fala do Programa Braços Abertos, eu fico muito feliz. Eu fico muito feliz, porque para mim, aquela é uma das maiores políticas de segurança pública que nós temos. De segurança? De segurança. De segurança, porque segurança também se faz com saúde. Segurança, porque segurança se faz com a dignificação das pessoas. Não com a sua vulnerabilização, mas com a dignificação, que nascem dignas e se tornam indignas pelos conceitos sociais. Então, Deputado, eu fico muito grato e feliz com a fala do senhor, com a fala do Conselheiro Denilson, porque eu percebo operadores de segurança pública com pensamento diferenciado, e nós precisamos que esses pensamentos contaminem, se proliferem no restante dos operadores de segurança pública. Nós não queremos mais o militarismo. Nós não queremos mais opressão. Nós queremos igualdade. Eu acho que sim, tivemos avanços sim. Não podemos negar os avanços. Mas eu falei ontem e repito hoje: nós temos muito medo do retrocesso ou da estagnação. Para além disso, Deputado, eu queria só que me deixasse mais com transparência em relação ao... O art. 284 do Código de Processo Penal, dentro dessa perspectiva de mudança... Posso estar equivocado, mas não seria uma norma desnecessária? Talvez não fosse o caminho mais natural a sua supressão ou modificação talvez? Porque salvo engano, ele não está dentro do rol dos artigos modificados. Eu gostaria de saber a opinião do senhor em relação ao art. 284 e talvez não fosse necessária a sua supressão. Obrigado.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Pediria ao Deputado Protógenes, que vai responder, e quando terminar as respostas, já possa fazer as suas considerações finais, por causa do tempo.

O Sr. Protógenes Queirós (Deputado Federal - PCdoB) – Eu acho que eu saio daqui, primeiro feliz por ter a oportunidade de ser convidado pela primeira para o Conselho. Me convidem sempre, viu? Eu acho que tem que ter... Se existe um Conselho, esse Conselho tem que ser ouvido. Se existe Conselho, esse conselho tem que ser participativo. Se existe Conselho, é porque esses conselheiros estão lá na ponta, trazendo todas as mensagens da sociedade e dos integrantes que eles representam. Então para que Conselho? Para nós estarmos aqui no Salão Negro do Ministro da Justiça legitimando: olha, somos democráticos. Temos um Conselho. O Ministério é democrático. A SENASP é democrática. Temos um Conselho. Aí olha, a Lei Antiterrorismo está lá no Congresso. Ué, a Lei é democrática. Temos o Conselho. Mas mal sabe o povo que esse Conselho nem se quer sabia dessa Lei, nunca debateu. Nem sequer sabe de

legislações antimovimentos sociais. Se passa no Brasil há muito tempo, mas é aquilo que eu repito: nós estamos no termômetro. Ninguém mais é trouxa. Ninguém é bobo mais. Foi 1.000.000 que saiu às ruas em junho do ano passado no Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília. Essas pessoas estão brincando com coisa seria. Depois vão tentar fugir, tentam se esconder, tentam não atender e tentam reprimir. E tentam usar aquilo que lhe é mais sagrado no Estado Brasileiro, que é o Estado de Direito. Aí tentam usar aquilo que é mais fácil, mais dominável, que são as forças de segurança pública. Os integrantes da força de segurança pública, colocando uns contra os outros. As falas nossas aqui... Eu concluo e saio daqui feliz, primeiro por ter participado e segundo, porque parece que as falas são divergente, mas elas são convergentes. Nós estamos do mesmo lado. Nós estamos do mesmo lado. Nós estamos do lado do Estado. Nós estamos do lado do que é certo. Nós estamos do lado do que é honesto. Nós estamos do mesmo lado, só que existe um sistema dominante que tenta colocar ou impor situações para ficarmos divergentes, porque não interessa estarmos do mesmo lado. Viu, Coronel Marlon? Não interessa. Mas nós estamos no mesmo lado. Qual o soltado da polícia militar hoje que mora na Zona Sul no Rio de Janeiro? Nenhum. E qual oficial subalterno, oficial superior da polícia militar que mora na Zona Sul do Rio de Janeiro? Também nenhum. Ué, tem alguma coisa que está batendo. Então a posição geográfica nossa nos permite dizer: estamos do mesmo lado. Nós chegamos ao ponto até de que colegas policiais militares que moram em comunidades de vulnerabilidade social, em favelas, ou comunidades que têm que esconder a farda, tem que esconder que é policial, porque senão é tratado como inimigo, ora, se um policial mora lá no local onde ele é agente do Estado e não consegue impor a sua autoridade, ele é um igual. Ele também pertence a esse mundo miserável, a esse mundo desqualificado. O Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Supremo, ele tentou inaugurar... Aliás, ele inaugurou ou acentuou essa cisão quando ele, na Operação *Satiagraha* todos aí... A mídia, a grande mídia brasileira divulgou, que era aquela frase: estamos vivendo o Estado Policial. O Estado Policial, na concepção dele, não era prender os bandidos comuns, ou permitir que o Estado exercesse seu poder de segurança pública, dando segurança à sociedade. O Estado Policial era porque estava prendendo corruptos que desviaram dinheiro público desse sistema que ele pertence. Então ele, para legitimar a atuação da atividade policial, se valeu do poder que ele tinha de Presidente do Supremo, a colocar a própria estrutura do Estado contra o Estado Policial. Os policiais que participaram da Operação *Satiagraha* foram perseguidos. Foram punidos. O meu colega Queiroz foi demitido. Então nós temos que ter a percepção, o seguinte, gente: estamos do mesmo lado. Nós estamos do mesmo lado. Não cabe agora nessa hora nós continuarmos alimentando esse dragão que está fomentando o conflito, que quer usar a força policial como instrumento, como máquina mortífera para os seus ideais de governo, os ideais de poder e estrutura dominante, de manter o sistema funcionando. É difícil um pouco essa compreensão, mas vamos chegar a essa compreensão. Vamos chegar. Com certeza vamos, nem que eu participe aqui o ano inteiro, diariamente com vocês. Willy colocou da estatística. É isso aí, Willy. É estatística. São mais de 3 mil e já passa aí mais de 20 mil do estresse... Aí tem que ter um componente, Willy. O estresse que esses policiais sofrem, porque eles estão do mesmo lado, o policial que vai trabalhar em um posto da Rocinha, como foi o caso do Amarildo, é um sujeito que saiu de casa sem comer, saiu de casa sem tomar café igual ao Amarildo. Levou a marmita. O policial que vai lá para a padaria comer de favor, ou vai lá para a porta da pensão comer de favor, para levar pão para casa, para levar carne para casa. Tem esse componente que não justifica isso, de maneira nenhuma, porque ele tem que ter a percepção que ele também é um Amarildo. Mas para justificar aquele meu surto psicótico de interesses outros que rolou ali naquele caso do Amarildo, eu meti lá que o homem desapareceu, que sumiu e depois eu coloquei que ele era vinculado ao tráfico. Olha, ele resistiu à prisão e tal, enfim, tentou montar uma história que foi toda desmontada. É difícil, porque é toda uma cultura herdada de um regime de exceção. O aparato de segurança pública tem essa herança e nós ainda não nos

libertamos dela. Tanto não nos libertamos, que os governos do regime civil que vieram não fortaleceram a instituição policial, os órgãos de segurança pública. Muito ao contrário, tentaram desmontar a estrutura de segurança do Estado. Ao invés de tentar transformar, não. Eles tentaram desmontar. É concebível um país não ter um órgão de inteligência estratégica funcionando, como a Central de Inteligência Americana, CIA, ou a ANSA? Nós temos aqui a Agência Brasileira de Inteligência. É o que? Não é nada. É uma agência de fofoca. Não tem nem números de agentes de inteligência suficientes para funcionar. Já está errado até na concepção de recrutamento. É concurso público. Mas está na Constituição que todo funcionário... Mas se é agente de inteligência, não pode ter concurso público. Começa errado aí. E todo mundo não concerta isso. Não concerta. Aí quando ocorre algo de ameaça externa no país, como eu já enfrentei, eu, Policial Federal enfrentei, que não me cabia... Ué, cabe aos órgãos de inteligência. Mas não tem. Aí vai para a Polícia Federal, Diretoria de Inteligência, que eu pertencia. Eu fazia trabalho de inteligência policial de Estado. Eu fui operacional de dois presidentes da república: o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Presidente Lula. Isso está errado. Eu tenho que ser operacional de inteligência policial do Estado Brasileiro, para dar segurança de Estado. Mas por quê? Porque não tinha estrutura, e não tem até hoje. Ao se reestruturar, tinha que criar assim, um Ministério, como tem em vários países sérios. O Ministério do Interior é que cuida da segurança externa do país, da política de inteligência de segurança externa e é respeitado. É dotado de orçamento. É dotado de um centro tecnológico, de treinamento, de recrutamento à altura da importância que esse órgão representa. Deveria, para reestruturar a segurança ou criar uma nova polícia, primeiro criar-se uma estrutura central, que unisse todas essas forças. Não é aqui no Ministério da Justiça, CENASP, nem nada. Está todo mundo sonhando. Coloca sonhadores, pessoas que... Já entrou na favela? Já tomou tiro? Já comandou? Não comandou? Como eu posso... Não é nem criticando, mas gente, é uma realidade. A sua visão vai ser diferente. Não significa que a contribuição é boa. É uma concepção diferente. Então tinha que criar uma estrutura central, orgânica, elevada a *status* de Ministério. Ou ser um Ministério do Estado Policial, ou ser o Ministério da Segurança Pública. Tem que ter um *status*, um órgão central de Ministério, porque senão, não une os interesses, não une a importância, não dá a importância ao que se representa com participação da sociedade, porque a sociedade que vai construir essa nova estrutura de segurança. Não é a estrutura policial. Não são integrantes da força de segurança, porque eu sou cidadão, eu moro na periferia. Eu vou chamar o meu vizinho para discutir essa política comigo. Eu não posso ser o dono da verdade. Então, Willy, é basicamente isso aí. Eu acredito nessa reestruturação, uma nova estrutura de segurança pública através de um poder central que unam essas forças, cada um dentro das suas peculiaridades; vão falar: a unificação das polícias vai resolver o problema. Desmilitarizar vai resolver o problema. A concepção não está na militarização, não está no fardamento, não está... A concepção é de funcionamento. É de atividade, da importância que é cada força policial dentro das suas competências e atribuições, e elevar a importância que é uma instituição de Estado, não da forma como se é praticada hoje. Cada estado tem uma farda diferente, um carro diferente, uma viatura diferente, um *cap* diferente. Quer dizer, se sai um policial de Minas Gerais e vai para São Paulo, o sujeito vai pensar que é um caçador de rolinha, que a farda é marrom. Se sai um policial militar do Rio de Janeiro e vai lá para a Bahia, o cara vai falar assim: você é guarda de trânsito? Então tem que haver alguma coisa que modifique nessa estrutura. Não é... Eu estou colocando a coisa simples, uma situação simples, que muitas das vezes vai ter uma diferença no futuro. Então as ações policiais têm que ser unificadas. Não são... A polícia militar não pode deixar de existir, a civil não pode deixar de existir, a federal, a rodoviária federal, a guarda municipal civil metropolitana. Agora, as ações têm que ser unificadas. Quando elas são unificadas, o resultado é prol sociedade. Eu ouvi também o Aleixo, o Complexo da Maré. Aleixo, eu conheço muito bem ali. Eu perdi um carro inclusive que os meninos levaram para o Complexo da Maré e nunca mais achei. Um gol, na década de 2007.

2006, 2007, e confesso a você, Aleixo: quando você falou: o Estado perdeu o território ali. Perdeu vários territórios em várias capitais. Perdeu porque a sociedade se auto organizou. Ela resolveu um problema social que o Estado não conseguiu resolver. O problema não está em venda e consumo de drogas nas comunidades pobres. O problema está em falta de estrutura do próprio Estado. Quando o Estado coloca estrutura, você vê que levanta a autoestima da população: eu tenho água encanada, eu tenho luz, tenho rua para eu passar, eu tenho escola onde meu filho está indo estudar perto de casa, eu tenho hospital, eu tenho fábrica aonde eu possa trabalhar, eu tenho empresa, e tenho banco, enfim. Você tem que levar dignidade. O Estado não pode não levar dignidade e levar polícia, que é mais fácil. É mais fácil. Eu costumo dizer: você invadir qualquer favela, eu vou prender um monte de gente, vou dizer que acabei com o tráfico, vou matar meia dúzia, vou trazer carregando, como teve aquela invasão a primeira invasão do Morro do Alemão, que logo que o Secretário Mariano Beltrane tomou posse, ele... O Mariano é meu colega da Polícia Federal e trabalhamos juntos na Diretoria de Inteligência, inauguramos a Missão Suporte, no Rio de Janeiro. E quando o Mariano se tornou Secretário, nós éramos alunos da Escola Superior de Guerra. Tínhamos concluído o curso em inteligência estratégica. Não que isso fosse mais inteligente. O cara que vai para essa área é até burro, mas é um curso muito importante. E dali formamos um Grupo de Trabalho e o Mariano, do nada é convidado para ser Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Eu vou contar isso, que é bem real. O Mariano é convidado. Ele reuniu esse Grupo de Trabalho da ESG e falou, gente, e agora, o que eu faço? Tinha colegas da polícia militar, colegas da polícia civil, do Exército, Marinha, Aeronáutica, das Forças Armadas, da Receita Federal. Falou assim: vamos montar um Grupo de Trabalho para ter uma Secretaria de Segurança Pública diferente, porque senão não vai dar certo. A primeira coisa, você tem que ter autonomia para indicar o Comandante da Polícia Militar e o Delegado Geral primeira da Polícia Civil. Então já saímos dali com os nomes. Vamos pegar os melhores... Tinha colega da polícia militar dentro desse Grupo de Trabalho, que indicou o Coronel que iria comandar, tinha colega da polícia civil. Indicou lá uns três nomes e reunimos e queria dar um tom de autonomia de uma instituição de Estado, instituição policial de Estado. Quando levou para a mesa do Governador, o Governador falou: não, aqui o negócio é diferente. Quem indica sou eu. E volta o Mariano: olha, deu tudo errado, gente. Ele falou que quem indica é ele. E agora? Eu falei, cara, você tem duas opções: ou vai ser você um Secretário marionete, um pau mandado, ou você não aceita essa tarefa. E se você aceitar ser pau mandado, a situação está tão grave, tão ruim no Rio de Janeiro, que você vai ter que mostrar para que veio, porque senão você não vai acreditar mais, vai estar em total descrédito. Pois bem. Ele não desistiu da tarefa de ser Secretário, não indicou o Comandante da Polícia Militar, não indicou. Entrou duas figuras que comandaram essas duas corporações. A primeira ideia que os caras tiveram foi aquela que eu falei, pelo caminho mais fácil. Escolheram o Morro do Alemão. Vamos lá e vamos fazer um arregaço. Dizia que a polícia existe, e que... Chegou lá, matou, inclusive a roupa que os colegas policiais militares ou civis usavam... Tinha um colega da polícia civil que usou até uma roupa do Exército Americano. Ele estava com um charuto... Está na primeira página do Jornal O Dia. Com algema traçada, fuzil... É guerra. O sujeito parecia que estava no Afeganistão, e aquele monte de corpos. Tomamos o território. O que é isso? Aí voltou o Grupo a se reunir. Eu falei, meu amigo, se você continuar assim, ou você cumpre aí essa sua tarefa de ser Secretário de Segurança Pública, mas ao final, a Anistia Internacional vai pegar você como exterminador de pessoas pobres e humildes de favelas do Rio de Janeiro. Estatisticamente você vai estar com a folha de matador. Matar é fácil. Resolver o problema da segurança pública é que é o grande desafio. Resgatar a credibilidade do Estado Brasileiro é o grande desafio. O caminho não é esse, amigo. Dali o Grupo se afastou e ele tomou destino, enfim. Está dentro da visão que ele acredita. Isso não vai questionar, mas ele acredita no que ele está fazendo. Unidade de Pacificação. Tentou, está usando o caminho, e vamos ver qual vai ser o resultado disso depois da gestão. A percepção

que eu tenho dessa perda de território, Alberto, o Estado não perdeu território. O Estado perdeu a credibilidade. Quando se tem credibilidade, o Estado se faz presente e a população respeita. No ano de 2003, eu fiz uma incursão na Favela Kelsin, colada ali na Maré. Nós fomos lá estourar uma fábrica de cigarro clandestino, enfim, que era dentro da Favela da Maré. Era um período de fevereiro. Era esse período assim, que antecedia carnaval, e um período onde estava um desgoverno total. O Governador Garotinho tinha acabado de sair... Aliás, já era o Governador Garotinho em 2003, não era? Não era o Sérgio Cabral. E estava uma confusão muito grande a segurança pública no Rio de Janeiro. E tinha muita manifestação com ônibus sendo queimados na Avenida Brasil. E nesse dia teve muito ônibus queimado, muito confronto policial e nós fomos fazer a incursão lá na Favela Kelsin. Aí veio um garotinho: tio, o negócio é o seguinte: vocês têm até 18h para sair daí, que o chefe na disse que se vocês não saírem 18h, o bicho vai pegar. Eu falei para o menino: fala para o chefe que eu vou sair a hora que o trabalho terminar. Eu não estou aqui para atrapalhar a vida dele, e nem quero que ele atrapalhe a minha vida. Não tem nada a ver com o movimento de vocês aí, mas eu não vou sair no horário que ele falou, não. Eu vou sair quando eu terminar o trabalho. Na boa. Sairmos de lá 20h da noite, 21h da noite. Ultrapassou e não tomamos nenhum tiro e nem também demos tiro em ninguém. Saímos de lá com o trabalho cumprido e tal e fomos embora. Fomos embora na boa. Aí eu coloco outro contraponto: eu fui na minha caminhada, já afastado da Polícia Federal, fui dar palestra no Brasil Inteiro, e várias entidades me convidavam, inclusive entidades de comunidades, dentro de comunidades. Eu fui na Comunidade Aglomerado da Serra. Ele conhece bem. Belo Horizonte. Naquela época o Presidente dos policiais civis era o... Acabou falecendo. O David. Tinha o David, tinha o Cláudio, da JOSP. Uma turma boa. Minas tem uma turma boa de segurança pública. E aí vem um recado dessa favela, Aglomerado da Serra, que eu tinha que ir lá para fazer entrevista na rádio, naquela Rádio Favela, e se eu podia ir lá. E a Rádio Favela ficava no alto da favela. Aí viraram os colegas e falaram: Protógenes, eu não aconselho você ir lá, não, porque é a favela mais perigosa, não é? Inclusive tem até um filme de confronto. É muito perigoso. A Rádio Favela fica no alto. O pessoal do movimento não deixa entrar. Eu falei: não, mas eles vão me buscar aqui, e eu fui sozinho. Não fui com ninguém, porque ficou todo mundo com medo. Segou um sujeito em uma Brasília, me pegou e... Era uma Brasília branca. Não é nem amarela. E fomos subindo. Subi lá no alto, estou vendo o pessoal. Eu falei: só faz o seguinte: eu vou entrar. Só não quero o pessoal do movimento armado com arma ostensiva e mostrando, porque é um desrespeito. Eu sou um agente do Estado. Então não fica bem. Fui lá, dei entrevista, falei contra as drogas, falei sobre o consumo de crack, que era um absurdo e tal. Desci a ripa. Desci a ripa em consumo de droga. Rasgado. Aí eu falei assim: vem cá, cadê o... São 18h e tal. Eu sou católico. Bota uma ave Maria, bota o Hino Nacional. Não. O Hino Nacional ninguém canta. Pois é. Faltou o Hino Nacional aqui. As crianças tudo chegando do colégio. Tinham que ouvir o Hino Nacional nessa rádio aí, que é bom. O Hino à Bandeira. Poxa, tio, isso aqui ninguém... Está bom. Eu fui embora sem ser molestado. Eu, policial. Delegado da Polícia Federal. Sem ser molestado. Fui embora. Me chamaram de novo. 15 dias depois me chamaram. Dá para o senhor ir de novo lá? Porque o pessoal gostou da entrevista. Nós poderíamos até manter. Eu falei: só que eu não moro em Minas. Eu moro em São Paulo, Brasília. Eu estou rodando. Mas eu vou. Aí 15 dias depois eu fui lá. Aí cheguei lá. Eles primeiro botaram logo na rádio o Hino Nacional. Era um em forma de funk e outro em forma de RAP. Eu tenho gravado até hoje. Um troço muito legal. Mas muito bacana. Rapaz, um negócio assim, fantástico. Quer dizer, a turma entendeu a mensagem. Aí teve outro menino que falou assim: olha, tio, o negócio é o seguinte: o senhor falou aí no negócio de droga e tal. Eu falei: sim, falei e vou falar de novo. Não, o senhor tem que falar mesmo, só que o pessoal do movimento, os garotos, querem falar com o senhor. Eu falei: mas o que é? Eles vão me prender? Vão me levar para o micro-ondas? Estou sozinho. Não. Eles querem conversar. Nós queremos conversar. Eu falei: está bom. Então faz o seguinte: não vem

ninguém armado, porque da conversa pode sair alguma coisa que eles não entendam e que eu também não entenda, nós nos estranharmos e de repente nós não resolvemos o problema da favela. Vamos resolver em outro mundo. Não, pode deixar. Aí foi um grupo de garotos, todos jovens. Tinha até criança deles, do tráfico mesmo. Sentaram em uma roda e começaram a falar. Teve um que se lamentou tanto e falou assim: tio, o negócio é o seguinte: o senhor tocou aí em um ponto que é muito importante. Nós queremos que o senhor faça esse discurso aqui mensalmente, porque está tendo muito consumo de crack aqui na favela, e está causando um problema sério aqui. E o nosso patrão, ele não falou quem era, está com raiva de nós do movimento, porque nós não sabemos onde colocar mais botijão de gás, fogão, geladeira, televisão, aparelho de som, porque está todo mundo trocando por pedra de crack. Nós não temos o que fazer. Tem que dar solução. Aí eu falei: mas pois é. Olha, sem apontar ninguém, mas como chega essa droga? Aqui tem algum laboratório? Porque eu falo com o pessoal do laboratório de refino e tal. Ele falou assim: não. É a polícia militar que traz. A polícia militar que traz na viatura, vem armado. Vende para nós, dá em consignação. Que Estado é esse? Cadê o Estado? Quer dizer, o próprio Estado mantendo o crime? É o próprio Estado mantendo o crime. Os bandidos infiltrados na instituição. Eu costumo dizer: não existe policial bandido. Existem bandidos infiltrados na instituição policial. A instituição policial é perene. Assim como é existem em todas as instituições, bons e maus profissionais. Então é perene. Agora os garotos falaram isso lá. Ajuda nós aí. E agora? É uma questão que dificilmente eu tive condições de encaminhar. Como encaminha isso? Primeiro, que o Comandante do Batalhão da região vai negar. Ele não vai admitir. Segundo, tem algum acerto maior para os colegas usarem, para esses bandidos, aliás, usarem a viatura da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais para subir naquela favela e fazer a distribuição de quilos e quilos de crack, levar arma, inclusive, também, é uma estrutura muito maior do que esses policiais que estão levando lá, esses bandidos, os seis foram presos. Era uma estrutura muito maior. Então estamos ou não estamos no mesmo lado? Estamos do mesmo lado, porque eu fui bem recebido. Eu não fui molestado. Ninguém me deu tiro, ninguém me deu porrada e ninguém me deu pedrada. Muito ao contrário. Eles me trouxeram uma demanda. Falaram assim: tio, o senhor é policial. Resolve isso para nós aí. Não dá. Então, esses autos de resistência sumária são justamente a legitimação desse estado de opressão, que o Estado... Esses integrantes corruptos que estão infiltrados no Estado impõem que haja essa divisão, que me dê legitimação, autorização para matar e nós temos que sair fora disso. É como o Denilson falou. Eu concordo, Denilson. Realmente a instituição... Não é a instituição policial. É instituição de Governo mesmo, atende a interesses do Governo. Quando quer bater, vai lá, quando quer matar, mata, e nós estamos sempre servindo ao patrão. Parar com isso. Concordo com o que você falou. Essa Lei não pode vir isolada. Vem com estatuto, ou manual, ou estatuto operacional policial para que haja um fortalecimento ainda mais do funcionamento dessa Lei, porque essa Lei... Podem ficar tranquilos, Coronel Marlon e colega Queiroz. Passando essa Lei, não resolve o problema de imediato e nem vai ser o melhor do mundo. Mas vai por à termo que eu, policial, antes de eu puxar a arma para um irmão meu, ou para um semelhante meu que mora no meu bairro, eu vou pensar duas vezes. Se houver um confronto mesmo, de eu estar tomando tiro, eu também não vou pensar duas vezes em mandar fogo pra lá, porque perdeu-se a razão, mas que vai haver uma diminuição, vai. Vocês podem ter certeza absoluta disso. Absoluta. Isso é estatístico. Não fiquem com medo dessa situação agora. No Congresso Nacional são vários interesses. E lá tem vários colegas deputados que querem sempre fazer um debate mais amplo e nesse debate mais amplo em colegas, tem policiais militares lá que podem encaminhar... Outros colegas policiais, que podem encaminhar... Eu mesmo vou encaminhar a sugestão de colocar em pauta o projeto dessa natureza, um compromisso de aprovar. Porque aí sim vai me isentar aquela minha ação, o meu estresse sofrido, a determinação do meu comando superior para... Chega lá e invade. Aí eu invado. Carandiru. O Coronel tomou 600 anos, mas quem mandou invadir foi o

Governador, e não apareceu. Então já vamos encerrando. Luiz Paulo, realmente o poder econômico é aliado. Já falei do Conselho. Essa questão de comparar a senzala... Nós já estamos vivendo isso aí já há muito tempo. Agora se assentou de uma forma mais clara, de uma forma mais vergonhosa, a da falência do próprio Estado em que agora já existe mais de um caso de pessoas, que são esses meliantes comuns, esses criminosos comuns, ladrão de galinha, por assim dizer, o batedor de carteira, o que rouba roupa no varal, na corda, de ser espancado, amarrado e colocado em praça pública, como teve um caso no Rio de Janeiro, aquele jovem negro, acorrentado. Então essa senzala já está exposta, agora voltando mais... Teve outro lá no Mato Grosso do Sul. O cara estava roubando lá. Foi espancado, amarrado com a mão para trás, jogado na rua, o povo chamando o povo para poder... Então é a chamada: fazer com as próprias mãos a própria lei. Então isso é muito perigoso. É um momento muito perigoso que nós estamos vivendo. Mas é um momento que o Estado perdeu totalmente a sua credibilidade, a sua autoridade. Não se dá exemplo. 500 kg de cocaína em um helicóptero que não era de um policial civil, militar. Não era de nenhuma população pobre, não era de negros, desempregados, desassistidos. 500 kg, meia tonelada de cloridato de cocaína em um helicóptero que pertencia a políticos. Olha, e a culpa é do piloto. O piloto é o traficante. E fica por isso mesmo. Não pode ficar por isso mesmo, gente. Tem casos que são emblemáticos. Como não pode fica por isso mesmo, o sujeito que abastecia as contas do Marco Valério está impune, sem nenhuma punição, sem nenhuma investigação no inquérito que eu descobri, o inquérito 2474, da até música isso, no inquérito 2474, que o Procurador Geral da República, Antônio Fernando, separou as pessoas desse inquérito, denunciou o que era mais fácil de denunciar, os políticos mais expostos: o José Dirceu, o João Paulo Cunha, o Genuíno, Presidente Nacional do PT, enfim. É mais fácil para expor. Na política já é todo mundo ladrão. Então vamos botar essa pauta para dominar, para esconder esse esquemão de desvio de dinheiro público que existe no país. O cara que abastecia está solto, sem nenhuma condenação de mensalão, nem tucano e nem PT. Ele foi condenado por tentar corromper policiais federais. Aí houve uma mexida nessa... E o Ministro Joaquim Barbosa nos deve essa explicação: porque isso ficou parado? Deve explicação qual é a estratégia dele, judicial. Se for uma estratégia para punir, está demorando, porque tinha que condenar o sujeito primeiro. Então tem uma interrogação aí que precisa ser esclarecida para a população. E mais: quando eu comecei a me manifestar a respeito dessa investigação na tribuna da Câmara, que é a minha grande arma, lá no Supremo disseram o seguinte: o maior problema do Supremo é esse inquérito. Como maior problema? É, Deputado. O senhor tem que ir devagar, porque isso é um problemão. Esse inquérito está trancado em um cofre, não tem a sai tramitação publicada. E mais: a tramitação é na mão de dois ou três funcionários de extrema confiança, e todas as diligências saem em envelope lacrado, porque isso foi divulgado, o senhor divulgou. Mas houve um acordo de cavalheiros. Aí quando o Ministro Joaquim Barbosa viajou, o Ministro Lewandowski... Outra coisa que eu falava aqui de suspeito, esse inquérito foi redistribuído para o Ministro Luiz Roberto Barroso. Ele, por questões de foro íntimo, se deu como suspeito. Até de uma forma honrada e digna. Ora, se tem processos que tem interesse do Ministro, ele não era para ser Ministro. Desculpa. Não é para estar lá. O Ministro Dias Toffoli foi advogado do PT. Não era para estar julgando caso do PT. Não era para estar lá. O Gilmar Mendes foi Advogado Geral da União na época do Fernando Henrique Cardoso, das privatizações, com vinculações sérias. Não era para estar lá. Então é uma corte que não tem legitimidade. Perdeu a legitimidade e isso se torna uma forma vergonhosa. A população perdeu o respeito por isso. O Ministro Lewandowski assumiu a relatoria desse caso e começou a movimentar esse inquérito no Supremo Tribunal Federal e veio uma ordem para trancar o inquérito no cofre. Uma ordem do Presidente, Joaquim Barbosa, para trancar no cofre. Então, se o caminho é esse, gente, nós temos que nos unir e ficar do mesmo lado. Nós não podemos nos dividir, não, viu, Coronel. Pode levar a informação para os colegas policiais militares. Nós não temos o dever de nos dividir. Nem nós

e nem população, nem comunidade. Nós temos que estar do mesmo lado, nos unir e exigir essas mudanças que fortalecem o Estado Brasileiro no voto. Se não tem voto, se é para a rua, com manifestação, então vamos para a rua. Obrigado.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Queríamos agradecer a presença. Nós fizemos o possível para contemplar o tempo, apesar do almoço, mas foi uma riqueza enorme de diálogo, de debate. Agradecer ao Deputado pela sua vinda aqui em nome do Ministério, em nome da nossa Presidenta, e passo a palavra a nosso... Para encerrar as nossas atividades de hoje de manhã, voltando às 15h. Obrigado, Deputado, pela presença.

19/02/2014
QUARTA-FEIRA
TARDE

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Está aberta a reunião do período da tarde. Vamos trabalhar agora o texto da moção.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Presidente, podemos dar início?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Podemos.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Então, nós vamos recuperar a moção e, logo em seguida, caso ela seja aprovada, já adiantamos para o segundo ponto. Então, "Considerando a segurança dos direitos fundamentais e sociais como princípio basilar do estado democrático de direito do País; considerando o reconhecimento político-institucional, jurídico-constitucional da livre manifestação como conquista democrática da república e garantia irrevogável da cidadania brasileira; considerando a importância da transparência, do controle social e da *accountability* na gestão da segurança pública, notadamente na mediação dos conflitos interpessoais e sociais pelas agências e órgãos do sistema de segurança público e justiça criminal; considerando a indivisibilidade e a universalidade dos direitos humanos como marco fundante da Justiça de transição no Brasil duramente conquistado na luta pela superação no Estado de exceção na história recente do País; considerando a legitimidade das manifestações sociais pacíficas e não violentas como expressão dos direitos da cidadania em prol da reivindicação de melhores condições de vida da população; considerando os riscos de retrocessos democráticos no campo da segurança pública em uma conjuntura de acirramento das relações interpessoais e institucionais no Brasil explicitadas pelas graves violações de direitos humanos praticadas contra civis a exemplo do desaparecimento do pedreiro Amarildo de Sousa e do profissional de imprensa Santiago Andrade e agentes policiais, como o policial militar do Estado do Mato Grosso do Sul Luiz Pedro de Souza Gomes, integrante do efetivo da Força Nacional, também vitimado fatalmente em confronto entre grupos de guerrilheiros armados e o Estado Brasileiro de Rondônia. Nesse contexto, a Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública, Conasp, cuja composição é formada por gestores, trabalhadores e Sociedade Civil no âmbito de Ministério da Justiça, em sua 26ª Reunião Ordinária, realizada entre os dias 17 e 19 de fevereiro de 2004, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 11 do Decreto 7.413 de 2010, combinado com o artigo 46, inciso IV do Regimento Interno deste Conselho, aprovou, por unanimidade, moção de apoio e reconhecimento a todas e todos ativistas dos direitos humanos, da Sociedade Civil e das agências e órgãos do sistema de segurança pública e justiça criminal em prol de uma segurança pública e justiça criminal democrática e cidadã. Para tanto, o Conasp

propõe a outorga de distinção e louvor aos familiares desses três ativistas como forma de reconhecimento de sua importância pela defesa dos direitos humanos. Do Polícia Militar Luiz Pedro de Souza Gomes, assim como toda a totalidade dos policiais da Força Nacional envolvidos no confronto ocorrido no dia 13 de novembro de 2013, no município de Porto Velho, próximo ao distrito de Rio Pardo; dos trabalhadores Amarildo e Santiago Andrade sendo lhes garantidos todo o apoio psicossocial, jurídico e administrativo possíveis para preservação da sua integridade física, moral e psicológica". Contribuições? Desculpe. Propõe, ainda e finalmente, que tal distinção seja realizada com a presença dos familiares e colegas profissionais das vítimas no edifício sede do Ministério da Justiça marcando simbólica e materialmente a defesa da vida da cidadania brasileira em respeito a quaisquer diferenças de credo, raça, etnia, orientação sexual, gênero, geracionais e classe social, como também a necessidade premente de reformas institucionais do sistema de segurança pública e justiça criminal no Brasil.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Aproveitar no texto, já que foi sugerido e aceito pelo Conselheiro Eduardo, tirar lutadores e deixar ativistas. Bom, nós vamos abrir para o debate e aprovação, mas já concedendo a palavra aos Conselheiros e também informando que nós precisamos alcançar o quórum de decisão. Conselheiro Duda Quadros.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Por favor, Conselheiro, poderia voltar ao texto porque eu acho que houve algum... Tem uma hora que o texto fala em conceder aos três ativistas e, depois, diz ao policial da Força e bem como ao Polícia Militar. Então, não é mais aos três.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Coloca-o aí como representando a totalidade.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – No parágrafo anterior diz: outorgar os três ativistas e lá embaixo diz ao policial e a todos.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Eu acho que poderia tirar os três e colocar só os nomes, mas deixar a totalidade pelo seguinte...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Tudo bem, representando a totalidade.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Aquela totalidade ali é porque morreu um policial e tinham 16 envolvidos que não morreram. As pessoas voltaram, ficaram lá onde houve o conflito e não tiveram nenhum tipo de atenção mais direta. A ideia é que viesse os familiares do policial e também aqueles para receber esta distinção.

O Sr. Eduardo de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Então, lá em cima onde tem três, tira o três e deixa a totalidade, se não um parágrafo está desdizendo o outro.

(Falas sobrepostas)

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Eu não compreendi, eu tiro o três?

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Boa-tarde a todos e todas, que sou eu, porque só tem eu de mulher na mesa, a não ser que alguém esteja camuflada, por enquanto só eu me vendo. Assim, eu queria fazer uma ali um adendo quando coloca a orientação sexual e gênero, que colocasse orientação sexual, identidade de gênero e gênero porque gênero só se refere a masculino e feminino e orientação sexual se refere aos desejos, identidade de gênero é a identidade das pessoas travestis, homossexuais e homens trans.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Por favor, conselheira, fica identidade sexual, identidade de gênero e gênero ou identidade de gênero apenas.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – identidade de gênero.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Ok.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Deixa-me explicar para Alex. Identidade de gênero é das pessoas trans, travestis, transexuais e homens trans.

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – O que é homens trans?

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Você não sabe o que é homens trans? Vou dar aula para você agora. Travestis e transexuais só no Brasil que se usa. O restante do mundo é pessoa trans tanto para travestis quanto para transexuais. Travestis porque, no Brasil, começou um momento chamado travesti e nós não queremos, pela história das companheiras que já se foram, que ele morra, mas todos nós somos transexuais, independentemente de quem vai fazer a cirurgia ou quem não vai. A cirurgia é apenas um ponto para quem deseja. Homens trans é o contrário, são mulheres, pessoas que nascem biologicamente do gênero feminino e se transformam, se transportam para o gênero masculino, que, antigamente, as pessoas chamavam de mulheres lésbicas masculinizadas, são homens trans. Ou transhomem, tanto faz, se vai para frente ou para trás é trans do mesmo jeito. Intersex é outra coisa, que aí nós estamos discutindo se nós colocamos no rol das homossexualidades porque nós precisamos ter um estudo para saber se a maioria dessas pessoas intersex tem orientação sexual, homossexual ou não, mas intersex são as pessoas que nascem com os dois órgãos genitais, chamado de dois sexos. E hoje nós queremos tirar dos documentos ‘sexo’ e colocar gênero porque sexo se refere a órgão genital, vagina, pênis, essas coisas. Nós queremos que as pessoas sejam identificadas como gênero masculino e gênero feminino. Há um debate muito grande para se mudar isso, mas é isso.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Só a título de sugestão. Lá, em Salvador, na Bahia, tem um grupo de pesquisa acadêmica que faz um trabalho dentro de uma linha de pesquisa com relação a intersexo e, se for interesse do movimento social, e eu acho que para a academia isso é muito rico, chegamos muito próximo da realidade das pessoas. Eu acho que é bacana. Uma vivência muito interessante.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Eu até trago para vocês que tiverem interesse em se aprofundar porque aqui muitos vão se deparar com essas situações, e aí trago para vocês porque tem histórias. Se vocês procurarem lá no Google homens trans, vocês vão encontrar a história de João Nery, que foi uma pessoa que viveu anos e anos escondida porque tinha uma identidade de gênero masculina e não era aceita. Ele, inclusive, estava essa semana no SuperPop, daquela Luciana Gimenez, que aí é um referencial dos homens trans, mas é uma população que viveu anos na invisibilidade. Está vindo para cena política agora. Por isso que as pessoas até estranham

quando falamos homens trans, o que é isso? É a mesma coisa. Travesti, todo mundo conhece porque está na rua, este em tudo quanto é lugar, tem o estigma da prostituição, isso e aquilo outro. Muita gente usa, mas faz de conta que não usa. Homens trans, viveram a vida toda nessa invisibilidade. Nós 'contemplaríamos' nas pessoas trans, da identidade de gênero.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Obrigado, mais alguma contribuição?

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Minha, por enquanto, não.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Senhor presidente.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Não temos quórum ainda, nós temos que adquirir quórum. Eu acho que nós deixamos isso aí e já vamos para a produção da outra para, quando chegar quórum, nós aprovamos. podemos ir para a outra e quando tivermos o quórum vota.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Pelo menos, ver se esses dois chegam e alguém entra em contato com o Marcello para dar quórum. Marcello chegando, não dá quórum. Os dois chegando também. Vamos para as outras, não vamos nos ater a isso. Depois, vemos se essas pessoas chegam.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – As passagens todas não ficaram marcadas para depois das 18h?

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Exceto os conselheiros que pediram para marcar antes porque tinham compromisso, foram: Coutinho, Coronel Lousada. Do coronel Marlon, não tenho certeza, mas o Coutinho e Louzada pediram para marcar mais cedo.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – A lista de presença já foi passada. Dos que não estiveram presentes que assinaram a lista, eu acho que vamos ter que tirar porque foi decidido naquela última reunião e que eu lembro - na Mesa Diretora, nós estávamos até conversando sobre isso - que as passagens ficaram todas marcadas para depois das 18 horas que era para ter a participação até o final. Só lembrar.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Eu acredito também que houve um extrapolar da palestra anterior.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Sugestão de encaminhamento. Nós, em princípio todos que estão aqui coordenaram, nós passamos para a outra moção, só que nós temos que acionar esse pessoal para que eles pudessem vir, senão, vamos abrir depois a carta aberta e sair daqui sem as moções e a carta aberta, aí realmente. Ainda bem que estamos no térreo.

O Sr. Thomas Edison Xavier L. Oliveira (FNOP) - Acabei de falar com o Pampolha, já está vindo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Presidente, a moção, o Willy e Luiz Paulo estão fazendo a proposta do jogador Tinga e outras discriminações com base na raça e etnia. Vamos para carta aberta.

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – Companheiros, estamos iniciando a elaboração da carta aberta. Vamos começar com a reflexão e, agora, vão os considerandos aí.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Eduardo, conselheiro, depois explique para o Conselheiro Duda o que é *accountability*. Explique, por favor, depois, conselheiro.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – No contexto que esses termos estão sendo usados, eles querem dizer a mesma coisa. Na verdade, *accountability* um termo que passou a ser utilizado como neologismo porque é usado por organismos internacionais que recomendam a transparência e o controle social dos órgãos públicos. É o termo da moda.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – É um termo que os governos gostam de trabalhar.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – A sugestão é o seguinte: nós estamos aqui tentando minutar algo neste quadro de complexidades, mas, se vocês puderam minutar algum parágrafo ou até já ir pensando para depois fazer a síntese porque nós não temos nenhuma pretensão de sermos exaustivos aqui na proposta.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Tinham algumas conselheiras aqui e essas mulheres não ficaram para esse ano, como é?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Estou sentindo muita falta delas também.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Até mesmo porque toda hora que alguém fala senhor e senhores eu não me sinto nessa mesa. Mesmo elas repetindo o vício de linguagem da Academia que é machista. Quando você fala senhores e tem mulheres, mulheres não se contemplam nessa generalização masculina. É senhores e senhoras.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Presidente.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Ok. Está aberta. A reunião está escancarada. Pessoal, a sugestão, Thomas, conselheiro sugeriu e eu achei pertinente nós lermos as três, aprovamos as três e, se tiveram alteração de português, alguma coisa, nós façamos porque tem gente que vai ter que viajar mais cedo e aí podemos ficar sem quórum e a aprovação será comprometida. O conteúdo fica aprovado.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Presidente, podemos começar?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Duda, vamos começar e deixa Willy concluindo. Eles estão fazendo uma moção também que vai ser lida.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Considerando a segurança dos direitos fundamentais e sociais como princípio basilar do estado democrático de direito do País; considerando o reconhecimento político-institucional e jurídico-constitucional da livre manifestação como conquista democrática da república e garantia irrevogável da cidadania brasileira; considerando a importância da transparência, do controle social e da *accountability* na gestão da segurança pública, notadamente na mediação dos conflitos interpessoais e sociais pelas agências e órgãos do sistema de segurança público e justiça criminal; considerando a indivisibilidade e a universalidade dos direitos humanos como marco fundante da Justiça de transição no Brasil duramente conquistado na luta pela superação no Estado de exceção na história recente do País; considerando a legitimidade das manifestações sociais pacíficas e não violentas como expressão dos direitos da cidadania em prol da reivindicação de melhores condições de vida da população; considerando os riscos de retrocessos democráticos no campo da segurança pública em uma conjuntura de acirramento das relações interpessoais e institucionais no Brasil explicitadas pelas graves violações de direitos humanos praticadas contra civis a exemplo do desaparecimento do pedreiro Amarildo de Sousa e do profissional de imprensa Santiago Andrade e agentes policiais, como o policial militar do Estado do Mato Grosso Luiz Pedro de Souza Gomes, integrante do efetivo da Força Nacional, também vitimado fatalmente em confronto entre grupos de guerrilheiros armados e o Estado Brasileiro de Rondônia. Nesse contexto, a Plenária do Conselho Nacional de Segurança Pública, Conasp, cuja composição é formada por gestores, trabalhadores e Sociedade Civil no âmbito de Ministério da Justiça, em sua 26ª Reunião Ordinária, realizada entre os dias 17 e 19 de fevereiro de 2004, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 11 do Decreto 7.413 de 2010, combinado com o artigo 46, inciso IV do Regimento Interno deste Conselho, aprovou, por unanimidade, moção de apoio e reconhecimento a todas e todos ativistas dos direitos humanos, da Sociedade Civil e das agências e órgãos do sistema de segurança pública e justiça criminal em prol de uma segurança pública e justiça criminal democrática e cidadã. Para tanto, o Conasp propõe a outorga de distinção e louvor aos familiares dos ativistas como forma de reconhecimento de sua importância pela defesa dos direitos humanos. Do Polícia Militar Luiz Pedro de Souza Gomes, assim como a totalidade dos policiais da Força Nacional envolvidos no confronto ocorrido no dia 14 de novembro de 2013, no município de Porto Velho, próximo ao distrito de Rio Pardo; dos trabalhadores Amarildo de Souza e Santiago Andrade sendo lhes garantidos todo o apoio psicossocial, jurídico e administrativo possíveis para preservação da sua integridade física, moral e psicológica. Propõe, ainda e finalmente, que tal distinção seja realizada com a presença dos familiares e colegas profissionais das vítimas no edifício sede do Ministério da Justiça marcando simbólica e materialmente a defesa da vida da cidadania brasileira em respeito a quaisquer diferenças de credo, raça, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, geracional e classe social, como também a necessidade premente de reformas institucionais do sistema de segurança pública e justiça criminal no Brasil.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Conselheiro Marcello quer fazer um adendo.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - No penúltimo parágrafo, na verdade, propõe-se ainda e finalmente. Para tanto, o Conasp propõe outorga de distinção e louvor aos familiares dos ativistas como forma de reconhecimento de sua importância pela defesa dos direitos humanos, do Polícia Militar Luiz. Acho que fico um pouco confuso. Sendo lhes garantido todo apoio psicossocial, jurídico e administrativo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Lendo de novo, talvez, na entrada do texto tenha ficado confuso porque essa questão do apoio psicossocial, jurídico e administrativo, é o seguinte: por exemplo, caso do Amarildo, desapareceu, e os familiares, receberam indenização? Têm informações do processamento da investigação, tem algum apoio psicológico? No caso do Santiago Andrade, a mesma coisa. No caso dos policiais da Força que estavam em operação e familiar. Na verdade, nós achamos por bem conectar não só a Força, mas outros casos para evitar que transparecesse uma ideia de...

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Eu acho que está ótimo. Eu acho que não ficou. E aí para nós não corrermos o risco: sendo lhes garantido todo o apoio. Garantirmos algo que não está na esfera de nossa competência garantir. Nós esperamos que seja, solicitamos.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Envidando esforços no sentido de... Esforços no sentido. Não (...), o órgão competente.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Na questão do local, quando fala um pouco mais acima, foi no distrito de Rio Pardo, próximo ao município de porto velho.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Envidando esforços no sentido da garantia.

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – No sentido de garantir.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Garantir todo o apoio. Aí segue.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Nós encaminhamos.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Aí tem que subir ali no item local ali mais para cima. Ele só leu Mato Grosso. Aí no distrito de Rio Pardo, é isso não é? No distrito de Rio Pardo, próximo ao município de, trocar ali. O distrito de Rio Pardo, próximo ao município de Porto Velho.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Para tanto, o Conasp propõe a outorga de distinção. Quem vai fazer a outorga de distinção, é um certificado?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Pode dar uma medalha, não sei. Qual a distinção que o Ministério entender. De repente, já tem alguma medalha, pode criar algo nesses termos. Pensei em voz alta. Não sei. Realmente, não pensamos nisso.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Podíamos fazer uma do Conasp mesmo, que isso aqui, na verdade, que é usado é o verso de certificado que não sei se ainda tem disponível. Na verdade, são em branco e nós poderíamos fazer para.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – O Conasp junto com o Ministério. Imagina um evento como esse com a presença do Ministro, de alguma maneira, isso, simbolicamente, trabalha essa dimensão de “quaisquer vidas perdidas das policias, dos civis, são vidas humanas e direitos humanos”. Não existe essa clivagem. Esse é o senso porque se fosse só a Força Nacional poderia transparecer. Uma síntese disso.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Ficou ótimo. Aí nós pensamos em alguma coisa e depois propomos.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Já foi lido na totalidade. Então, vamos ler o segundo documento porque as correções de português e essas coisas, fica o conteúdo aprovado.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Ler a moção que o Willy estava minutando, Luiz Paulo, para depois ir para a carta aberta. Luiz Paulo, pode ser?

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Só mais um detalhe. Eu estou conversando com o nosso presidente, eu não sei se, no final ali, nós fazemos só uma inversão e colocamos o Amarildo, o Santiago e depois o policial. Quando fala do policial, fala de outros. Nós colocamos Amarildo, Santiago...

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Na questão dos policiais, a ideia é que eles viessem também nessa atividade. Isso até para montar, Alex, de repente, quando for colocar no formato, aí ajusta a ordem. Até por uma questão cronológica.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) – Depois, muda. Foi mudado, foi aprovado. Só uma questão de ajuste.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Conselheiro Luiz Paulo vai ler, se puder aumentar. Tem condições de aumentar?

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Pode ler?

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Por favor, conselheiro.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Considerando a realidade dos contextos racistas que se apresentam nos mais diversos países do mundo em níveis sociais, culturas, políticos e institucionais; considerando a garantia da igualdade substancial preconizada na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; considerando a defesa dos direitos humanos e a perspectiva de garantia mínima de condições de vida em dignidade; considerando a necessidade de se afastar as perspectivas universalistas e os mitos da igualdade que delas decorrem; considerando a necessidade de posturas combatíveis aos preconceitos, discriminações, racismo e suas formas correlatas; o Conselho Nacional de Segurança Pública – esse aqui é um texto padrão, vou pular só essa parte - aprovou por unanimidade - ou não em relação ao conselho, se vai modificar o texto ou não, fique a vontade - moção de repúdio aos atos de racismo abaixo citados ao esportista brasileiro de futebol Tinga em uma partida no Peru, hostilizado pela torcida local; a manicure Tássia e o Polícia Militar ofendidos pela australiana Louisse Stephanie Gaunth no Distrito Federal; ao menor espancado e acorrentado em um poste da Zona Sul do Rio de Janeiro e outros casos correlatos, a ex-contratada Kátia Samara da empresa Domestiiar discriminada por sua estética capilar fora dos padrões da empresa ocorrido no Amapá; a repressão de cunho racista cometida em alguns shoppings do Brasil em relação a jovens que participaram do fenômeno que ficou conhecido como Rolezinho; em virtude da visibilidade que foi dada ao casos de racismo e discriminação supramencionados e por entender que estes representam uma constante no

cotidiano de mulheres e homens negros e negras neste país e dos cidadãos e cidadãs no mundo, o Conasp propõe que seja conferida a outorga de distinção e louvar às vítimas destacadas como referência de combate as desigualdades em todas as formas e níveis que elas se apresentam.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Só um segundo, por favor. Na verdade, depois preenche com o nome completo do esportista. E ali, será que colocamos o nome da empresa ou só o ocorrido no Amapá para não entrar nessa questão.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Coloca tão somente porque não pode o nome da empresa?

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Estou só perguntado.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Eu estou fazendo outra pergunta, se não pode colocar?

O Sr. Não Identificado - Pode.

O Sr. Não Identificado - Deve.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Você tem o nome da empresa?

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – É esse o nome, Domestiiar.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Ah, já está lá.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Esse caso foi registrado, oficializado?

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Está publicado isso, não é fato sigiloso. Está publicado, divulgado. Não tem problema isso não. Eles que mudem o nome da empresa.

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Pode voltar no início do texto. Esses famosos verbos de ligação. Considerando a realidade dos contextos racistas que apresentam nos mais diversos países do mundo e em níveis sociais. Teria que completar aí, do mundo e em níveis sociais, culturais, políticos e institucionais. E mais abaixo, esses dois parágrafos que falam dos direitos humanos talvez estejam repetitivos e daí um enfraquece o outro. Considerando a garantia da igualdade substancial preconizada na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na Constituição da República Federativa do Brasil já é a defesa dos direitos humanos e aí pode juntar e aí e a perspectiva da garantia mínima da condição de vida e dignidade.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Dessa forma?

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Isso, porque aí você juntou direitos humanos e potencializou o mesmo. E a perspectiva de garantia mínima de condição de vida digna, não é vida em dignidade ou de vida e dignidade.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Vida em condição de dignidade.

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Melhor ainda. Vida digna, condição de vida digna. Ok. Era isso que eu estava.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Mais sugestão?

O Sr. Joel Malta de Sá (Conselho Nacional das Guardas Municipais) - Só queria chamar a atenção na questão dos Rolezinhos, que eu conheço por São Paulo. Em São Paulo, o que aconteceu foi que vários jovens, eu vou citar o Shopping Itaquera, porque eu moro em um bairro próximo e frequento esse shopping, quando a Polícia Militar foi ao shopping, ela foi chamada porque vários jovens invadirem lojas, furtaram, roubaram pessoas e agrediram. Então, eu não sei quais foram os outros shopping que teve uma repressão de cunho racista. Só chamo atenção para tomarmos muito cuidado porque, em São Paulo, a repressão que houve, depois a prefeitura de São Paulo chamou os jovens, chamou os dirigentes de lojas e entraram num acordo. Então, eles frequentam porque os shoppings, nem todos os shoppings de São Paulo tem capacidade de receber de uma vez mil pessoas para poder... Não tem nem como esse pessoal entrar. Eu só estou chamando a atenção porque conheço o fato de São Paulo. Se houve outro, eu, realmente, desconheço se houve alguma repressão de cunho racista. Em São Paulo, o que houve foi isso, foi violência. Tanto que os jovens compareceram nas reuniões, foram várias com a prefeitura da cidade e até o secretário que foi designado conversou e eles entraram num acordo que esse tipo de movimento não aconteceria mais dessa forma totalmente desorganizada e eles também reprovaram essa forma de violência.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Mas teve um momento que foi fixada até na porta da entrada qual era o perfil.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Nós colocamos ali alguns shoppings exatamente para não dizer todos os shoppings. Nós entendemos que não aconteceu em todos os shoppings. Nós entendemos que aconteceu em alguns shoppings.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Aproveitando, lá na Paraíba, o que aconteceu não foi só de cunho racista, foi de cunho homofôbico também. Tanto que os dois movimentos se juntaram, fizeram uma nota contra o shopping e o shopping chamou os dois movimentos e criaram dentro do shopping um fórum de debate LGBT e racional. Teve um debate com todos os lojistas e o shopping se comprometeu de, nessas datas comemorativas, fazer eventos e divulgação de combate ao racismo e homofobia. Por isso, eu queria que incluísse também os crimes de homofobia também.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Fernanda, sua sugestão é que seja de repressão de cunho racista e homofôbica?

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Sim.

O Sr. Não Identificado - Não seria discriminatório?

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – É discriminatório, mas tem um público discriminado. Lá na Paraíba, os shoppings chamaram os dois movimentos para discutir porque lá queriam

proibir os meninos e as meninas de entraram de mãos dadas durante o *Rolezinho*. Tudo isso foi durante esse movimento.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Em alguns estados aconteceu da seguinte forma: o movimento se expandiu por entender que o shopping, na verdade, até mesmo atribuído pelos próprios governos e estados, dando estrutura asfáltica, outra visibilidade (...) desses empreendimentos e tal, tem o shopping como um espaço de lazer para todos.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Eu queria um aparte por causa da questão de pragmatismo de horário de voo de pessoas. O que nós precisamos? Precisamos aprovar e ajustar, depois nós podemos ajustar, porque senão nós vamos ficar sem quórum.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Só estou esclarecendo.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Estou falando que precisamos fazer isso antes de perder o quórum.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – O que acontece por conta disso que alguns se manifestaram na situação de fazer beijos em público, ou seja, beijo dentro dos shoppings e outras na sua própria maneira de vestir, se vestiram de modo...

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – O conteúdo que vamos aprovar, a discriminação, é isso que estamos aprovando aqui. O texto que precisar completar, nós completamos mesmo que o quórum já tenha saído porque já foi aprovado. Fica só a questão.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Já tem acordo. Vamos votar, eu só coloquei homofobia ali porque aconteceu, como ali está escrito, em alguns shoppings. Não foram todos.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Vamos aprovar os três. Vamos ler agora o terceiro. Não foi aprovado o primeiro e nem o segundo. Vai ser os três. Redação depois nós. Vamos aprovar os três porque nós ficamos mais livres para ajustar.

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Aprovar o conteúdo.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Presidente, ato contínuo, Carta Aberta. As manifestações populares desde os primórdios da nação são os mais poderosos e legítimos instrumentos de transformação e mudança sociais. No Brasil, o reconhecimento político e institucional e jurídico constitucional da livre manifestação é um dos pressupostos do Estado Democrático de Direito conquistado a duras penas com sacrifício de várias gerações. O advento da escolha do país como palco dos grandes eventos esportivos mundiais nesta década do século 21 deu ensejo a um despertar de um senso crítico da sociedade a partir de mobilizações de grande escala nas ruas e nas redes sociais sobre a conveniência e a oportunidade dos investimentos alocados na construção de estádios entre outros em detrimento da necessidade premente de investimento nos serviços públicos essenciais a exemplo da saúde, educação e segurança. A consequente eclosão de um sem número de passeatas, protestos, manifestações em todo o Brasil nem sempre - é verdade - pacíficas e não violentas colocando em cheque a atuação do poder público no atendimento as reais necessidades da população motivou a adoção de velhas práticas pautadas pela estigmatização, marginalização e criminalização de ativistas e

movimentos sociais. Dessa forma, o aumento da repressão policial, muitas vezes, injustificada e ilegítima, ignorando que os próprios policiais fazem parte do quórum dessa sociedade democrática tem agudizado, amplificado e acirrado os conflitos sociais de modo a colocar em risco o próprio Estado Democrático de Direito. Esse Conselho repudia toda e qualquer forma de violência praticada por cíveis contra profissionais da segurança pública assim como destes em relação a livre expressão e manifestação social. A toda evidência, a segurança dos direitos fundamentais e sociais deve não ser só preservada como também efetivada ao conjunto da Sociedade Civil e todos os profissionais do sistema de segurança pública e justiça criminal brasileira. Urge o estabelecimento de uma governança democrática da segurança pública no Brasil capaz de reduzir os vexatórios patamares de vitimização letal bem como os parcos, e não raro, contingenciados recursos, orçamentos estaduais e federais destinados a segurança pública. O fomento da transparência do controle social e da *accountability* na gestão de segurança pública constituiu um desafio irrevogável da democracia brasileira da qual instrumento de participação social, como o Conasp, afiguram-se vitais para a construção de políticas públicas como potencial de reafirmar o papel protagonista do Estado e de suas instituições na regulação, no controle e na mediação das violências interpessoais, sociais e institucional. Para tanto, a que se superar dicotomias sempre reducionistas que separam as instituições policiais da sociedade, haja vista que a indivisibilidade e a universalidade das direitos humanos duramente conquistados na luta pela superação do Estado de exceção na história recente do País não podem ser relegados sob pena de incorrer em um retrocesso democrático em uma conjuntura de acirramento das relações interpessoais e institucionais. Por conta disso, o Conasp, fiel a sua responsabilidade como sujeito coletivo do campo de uma segurança pública cidadã e democrática, não pode se furtar a rechaçar quaisquer medidas que venham ao encontro da criminalização e encarceramento em massa. A utilização indevida e inconstitucional das Forças Armadas na segurança urbana e a deslegitimação das polícias no seu mister de defesa do cidadão e dos pressupostos do Estado democrático de direito.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) - Lá em cima, tem uns pontos, na minha visão, enquanto representante do Ministério da Justiça, não tenho como apoiar. Eu acho que o texto ficou bom, mas têm algumas coisas, vamos voltar lá em cima, por favor. No terceiro parágrafo ali, dessa forma, o aumento da repressão policial muitas vezes injustificada e ilegítima, aí estamos formando o juízo de valor que eu acho preocupante. Essa parte não posso concordar não. Em que pese, nós termos tido vários conflitos e cada um tenha muitas visões, eu lembro que está acompanhando o que está acontecendo hoje na Ucrânia. Já tem 25 mortos. Em que pese todos os problemas que tivemos, aqui não teve morte. Então, mesmo com todos esses que nós vimos na rua. Por ação da polícia, não teve não. Na manifestação? Então, por favor, conselheiro, cita qual foi a morte na ação da polícia na repressão a manifestação.

O Sr. Willy Miranda Silva (FONAJUNE) – Está falando com relação à ação da própria polícia. A ação da própria polícia de ter jogado gás de efeito moral dentro de um dos departamentos lá, de edifício no Pará onde morreu a gari. Isso foi uma ação policial. Eles jogaram dentro. Ela morreu asfixiada. O outro foi em São Paulo, o caso do anão, foi aqui? Em Minas Gerais? O caso do anão que também foi morto com problemas respiratórios por conta disso.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) – Infelizmente, não comungamos da mesma visão nesse sentido.

O Sr. Denilson Aparecido Martins (COBRAPOL) – Como o nosso presidente, Almir Laureano colocou, são debates que, na verdade, tumultua e atrasa. De manhã, Dr. Marcello, nós, exaustivamente, demonstramos a nossa insatisfação com a decisão unilateral do Ministro em dar inclusive entrevista em apoiar um projeto que, ao nosso ver, criminaliza, dificulta o debate para com a população está manifestando antes mesmo de nós posicionarmos. Nós não entendemos aquilo. Eu pedi o esclarecimento da própria secretária, que participou na parte da manhã e poderia ter aconselhado melhor o Ministro e assim não fez. Reclamamos da comunicação. Essa comunicação passou aqui nas nossas costas enquanto nós discutíamos, a comunicação sequer ouviu o Conselho, sequer. Nós achamos que foi, totalmente, desrespeitoso. No tocante a questão das mortes, em Minas Gerais, tiveram duas mortes. Os rapazes foram pressionados pela turba que, fugindo da chuva de gás lacrimogêneo e artilharia de bala de borracha, vieram a precipitar-se no viaduto, e caíram, e morreram. Politraumatismo. O Estado ainda maquiou falando que foi lesão corporal gravíssima e depois não registrou seguida de morte. Então, impactou a estatística. Então, nós entendemos, essa não é uma manifestação oficial dentro dos parâmetros do decreto que instituiu o Conasp, mas é uma manifestação de repúdio, de manifesto, de protesto de nós Conselheiros com esse tipo de postura que está acontecendo. Na mesma hora que a nossa secretária fala que tem transparência, que esse Conselho é legitimo, não foi transparente o suficiente para falar conosco. Estava sendo dada a entrevista que o Ministério optou por um modelo de projeto que nós repudiamos aqui mais cedo e não nos informou em nada. É uma, como eu posso dizer, é uma erupção do Conasp para externar nas nossas bases, para justificar o que nós estamos fazendo aqui porque essas matérias eu fiquei sabendo disso à noite na TV. E, de manhã a caixa de e-mails lotada perguntando "o que vocês votaram aí cara?" Eu estou aqui na reunião do Conasp e o Ministro, que é assessorado por nós, isso aqui é um órgão consultivo, solta a matéria daquela igual o Protógenes foi cobrado aqui, "que projeto é esse que você colocou aí cara? Você está acabando com o auto de resistência". E me pergunta: "você está legitimando isso?". Estamos legitimando desde que outras matérias também sejam atendidas. Essa aqui é uma erupção nossa. É óbvio que nosso dileto amigo, nosso secretário-executivo tem o pleno direito de discordar, assim como todos nós, mas votar nós temos que votar porque senão fica difícil para nós. Obrigado.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Esse é o texto?

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Pode ser, mas eu tenho uma sugestão de alteração.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Eu estou falando que tem a questão que vai ter gente que vai sair e aí vamos ficar sem quórum.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Tem um parágrafo que fala da violência de Sociedade Civil em aos profissionais de segurança pública. Este Conselho repudia toda e qualquer forma de violência praticada por civis contra profissionais de segurança pública assim como destes em relação à livre expressão de manifestação social. Sugestivamente, eu acho que poderia colocar que este Conselho repudia toda e qualquer forma de violência praticada nas manifestações sociais. Eu acho que contempla de uma forma mais objetiva e talvez iniba alguma interpretação duvidosa. Exatamente.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) – Isso, na verdade, pode descer um pouquinho porque tem uma outra parte lá embaixo.

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu tinha pedido a palavra. Eu também teria alguma coisa a contribuir com texto, mas, se nós observarmos o conteúdo geral, eu vejo nesse texto, eu me sinto contemplado na maioria dele. Tem algumas coisas que não me sinto totalmente contemplado e que eu colocaria, alguma parte do texto, vamos colocar essa palavra mais para cá, mas eu me lembro e gostaria de lembrar aos colegas e às colegas presentes que nós temos uma questão de tempo e nós temos que aprovar três textos. Se não tiver algo que seja realmente contra todo mundo, vamos aprovar os textos, vamos aprovar o conteúdo e melhorar o texto porque, se uma pessoa tiver que ir embora, nós não teremos quórum para aprovar e aí o nosso trabalho desde segunda-feira, cinco e meia da manhã, quando sai de casa, se dará falho porque nós terminamos saindo daqui sem poder aprová-los.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Esse encaminhamento é uma questão de ordem e devemos encaminhar para isso.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Concordo também, conselheiros. Na minha interpretação, isso era uma questão de conteúdo mesmo e não meramente de texto, mas fica para o pleno do Conselho decidir.

O Sr. Não Identificado - Conselheiro Luiz, uma coisa é conteúdo, outra coisa é forma.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Isso interfere no conteúdo, conselheiro.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Estamos sentindo que esse terceiro texto me parece que precisa mais de ser debatido.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Na maioria do texto, quase que na totalidade do texto me sinto contemplado. Só estou fazendo a observação para que não passe sem essa observação, que eu acho importante, mas na minha concepção, temos que aprovar e temos que aprovar agora. Não deixar para posteriormente.

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Acho também que não é interessante apenas votarmos e deixar para posteriori a redação ser modificada. Eu acho que temos que provar a redação e não apenas a intenção do objeto concreto. Cada palavra que for modificada ou cada vírgula, tira totalmente a conotação de que o Conselho realmente quer externar aqui hoje.

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) – Nesse sentido, tem o fomento da transparência, a participação social como Conasp afiguram-se vitais para construção de políticas públicas com potencial de reafirmar papel protagonista do Estado e suas instituições na regulação, não sei se entraria com essa parte de regulação aí. Sendo bem franco.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Regulação de que?

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – O texto regulação.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Reafirmar o papel protagonista do Estado e de suas instituições na regulação, no controle e na mediação. Onde está o equívoco, que é o papel do Estado. É reafirmar o papel protagonista do Estado. O Estado, efetivamente, trabalha com instituições na regulação, no controle e na mediação. Estamos reafirmando o papel de protagonista do Estado.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Estamos aptos para a votação?

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Observação, exatamente, na linha do Duda. Eu acho que temos que aprovar todo o texto, não tem modificação, a exceção do primeiro. Uma sugestão do conselheiro Marcello, que é uma questão de ordem cronológica, dos nomes. Foi aprovado. E diria mais, conversei em *off* com o Alex, pedi a ele que, se possível - sabemos das dificuldades todas - se possível, até amanhã nós recebêssemos esse texto já no formato para nós podermos combinar a divulgação, sobretudo da carta aberta, e podermos compartilhar as moções, que são moções substantivas e a carta aberta é fundamental. Eu diria mais, não é só aprovar, é combinar a divulgação, independentemente da transcrição da ata e etc., que vai seguir o rito normal, mas para podermos porque estamos em um momento histórico, o tempo é fundamental. É isso.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Vamos tornar prático agora, vamos tornar a plenária para votação?

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu quero saber apenas se foi contemplado a questão lá que o Luiz Paulo levantou? A questão que o companheiro Luiz Paulo levantou para não ficar dúbio o entendimento, não levantar um dubiedade no entendimento.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Entendo, você colocou, sugere aqui: esse Conselho repudia toda e qualquer forma de violência.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Praticada nas manifestações sociais.

O Sr. Não Identificado - Sim, mas, na verdade, ele perde um pouco do segundo sentindo do que ele colocou, assim como destes em relação à livre expressão.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Manter o texto anterior.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Eu acho que tem que ter a votação e o consenso de todo mundo.

O Sr. Eduardo Pazinato (Fórum Brasileiro de Segurança Pública) – Vamos votar. Eu queria sustentar, quando pensamos em várias mãos, só para nós... Eu acho que tirando esse ponto, nós estamos aptos para votar. Nós quisemos marcar a questão da violência praticada dos civis contra os polícias e destes contra os civis justamente como forma de explicitar a superação dessa dicotomia que separa a polícia e cidadão e cidadão e polícia neste sentido. Então, por isso, eu proponho que seja mantido porque toda linha discursiva do texto vai nesse sentido, que é exatamente, na minha opinião, o sentido que está propondo. É toda forma de violência, mas marcar porque, eventualmente, parte dos segmentos dos direitos humanos fica quase como uma defesa do civil vitimado e parte do segmento das polícias ao contrassenso em relação às polícias. A ideia é uma síntese em relação a esse fundamento. Essa é a proposta.

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Pediria ao conselheiro Luiz Paulo que relevasse a sua solicitação porque tem que ter esse *feedback*. Nem o civil agride a polícia e nem a polícia agride o cidadão.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Eu concordo plenamente com está colocado aqui, nem o civil agride a polícia e nem a polícia agride o cidadão, sem sombra de dúvida.

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Eu rogo a Vossa Excelência... Deixe o texto como se acha. Vamos deixar como os colegas construíram a redação.

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – A única proposta que eu teria é que lá onde vocês pedem, no texto, que está muito bom, eu parabenizo e me sinto contemplado, são duas coisas que queria dizer. *Accountability*, para o cara que tem sotaque pernambucano dizer *accountability* é triste. Vocês me colocaram numa roubada muito grande. Eu assumo. A última é o seguinte: uma coisa que eu acho que deve concretizar mais, lá onde vocês falam de orçamento que foram dados para saúde, educação e segurança, eu colocaria segurança, saúde e educação porque a uma inversão de valores. Eu acredito que isso para o comunicado importante. Exatamente, porque saúde e educação já têm as suas verbas garantidas. Segurança é a única que não tem e segurança é irmã gêmea da saúde. Só funciona saúde e segurança, se houver educação. Está faltando agora é segurança e tem uma PEC para ser votada ou não é?

O Sr. Pedro Queiroz da Silva (ANASPRA) – Conselheiro Luiz, está fechada a redação como se encontrava antes?

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Conselheiro Alberto, só retornando. Eu não estou querendo polemizar e entendo a questão do tempo, mas só para explicar, quando colocamos em relação a livre expressão da manifestação social, talvez estamos nos referindo as formas de manifestação e não necessariamente aos manifestantes. O meu único questionamento é esse. Então, eu falo ou colocar todas as formas ou, tudo bem, pode fazer menção à questão da polícia e colocar assim como destes em relação aos manifestantes e a livre expressão. Nós contemplamos todo mundo de uma forma mais. Eu posso até expressar meu voto, está aprovado.

O Sr. Alberto dos Santos Cabral (Grande Oriente do Brasil) – Assim como destes em relação aos manifestantes e a.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Se todo mundo concordar.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – A plenária está apta para votar em bloco as três? Sim. Os que aprovam ficam como estão. Alguma abstenção? Alguma contra. Aprovado por unanimidade. *(Palmas!)* Nós vamos abrir agora, aí vamos construir o que foi combinado. Nós vamos dar a continuidade da pauta que é os Informes e aqueles que estão em viagem já podem...

O Sr. Marcello Barros de Oliveira (MJ) – Eu pediria só que o Denilson desse um minuto da sua atenção, por favor, Conselheiro, antes de ir embora. O Ministro, na verdade, reproduziu um anseio da Presidência da República. Não é o Ministro que cria a lei e ele vai ouvir sim o que sair dessa reunião do Conasp, assim como a carta aberta. A secretária tinha falado isso na reunião. Então, aquela posição, o grupo está em andamento com relação à questão da lei. A reunião que teve aqui, o tema era Colóquio sobre Segurança Pública e Jornalismo, onde tiveram presentes representantes de várias instituições ligadas às áreas de jornalismo, comunicação social, redes de televisão e que foi discutido não exatamente a questão da lei. O que foi discutido ali foi a questão, principalmente, da morte do cinegrafista Santiago que foi o que motivou isso aqui. A

própria reunião aqui, como todos aqui no Conasp, segue a mesma linha de não criminalizar os movimentos sociais, de não tornar, na verdade, esse processo todo dessa lida do Poder Público com as manifestações em algo que seja para criminalizar, apreender, encarcerar pessoas. A ideia nunca foi essa e esse continua não sendo o foco do Ministro. Na verdade, é o seguinte, estamos dentro do Ministério da Justiça, é, às vezes, uma fala nesse tom fica parecendo como se o Ministro se quer considerasse o Conasp. E isso não é uma verdade absoluta.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Abrir para informe, a Conselheira Fernanda, o informe.

A Srª. Fernanda Benvenutty (ABGLT) – Está esclarecido, mas tem uma reivindicação no esclarecimento. A informação que eu trago para vocês é que acabou de sair a Revista Saúde da Família número 34, onde a contracapa, estou eu fazendo a divulgação do cartão social do SUS para a população de identidade de gênero travestis, transsexuais e homens trans. É era só isso. Obrigada e até mais ver.

O Sr. Humberto Jorge A. Pontes (**Conselho de Dirigentes dos Órgãos Periciais do Brasil) -** Eu queria dar um informe e tocar no assunto que eu e Willy já falamos vários vezes e não tem sido observado. Nós vimos hoje que não conseguimos quase votar porque não tinha quórum. As pessoas estão vindo, não estão ficando na Reunião no Conasp. Nós estamos começando tarde aguardando a boa vontade dos Conselheiros que já estão em Brasília, pagos pelo MJ com diária e nós vemos aqui, Um plenário esvaziado. Isso é uma falta de respeito para com o Conselho, é uma falta de compromisso para com o Conselho e o Ministério da Justiça está pagando. Então, eu queria sugerir, não precisa de votação, mas a Secretaria Executiva, que, para as próximas reuniões, nós possamos saber, fosse distribuído conosco o horário das passagens de chegada e saída dos Conselheiros porque, hoje à tarde, quase não aprovávamos nada porque não tinha quórum. Quando, na verdade, as passagens foram emitidas, as diárias foram pagas. Eu acho isso uma falta de respeito para com a população que nos paga para estarmos aqui presentes. Eu acho que nós não podemos ser coniventes. Eu quero deixar o meu protesto e dizer que sou contra ao que está acontecendo e eu acho que tem que ser tomado providência. Não pode as pessoas estarem vindo para cá e resolverem assuntos de outra ordem que não seja do Conselho. Nós saímos do nosso Estado para ficar aqui três dias. Então, eu quero deixar aqui o meu protesto e o meu repúdio por termos aqui hoje, neste momento, Eduardo, um plenário esvaziado. Seria até às 18 horas. Se fossemos votar mais alguma coisa aqui, não votaríamos. Temos que estar pedindo, por favor, ligando para as pessoas para que possam vir para que nós pudéssemos trabalhar. Eu acho que isso aí é um negócio seriíssimo. E, por fim, só comunicar que, no próximo mês, conversei isso com o Almir, no próximo mês, em março, está sendo instalado o Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado da Paraíba. Então, recebemos uma convocação antes de vir e, na semana que vem, deve estar sendo publicado todos os membros que irão compor o Conselho Estadual de Segurança Pública do Estado da Paraíba. Eu quero desejar a todos um bom retorno, que possamos retornar aos nossos lares e encontrar nossas famílias assim como deixamos.

O Sr. Marco Antônio Pampolha Gomes da Silva (FENAPRF) – Eu quero trazer para a mesa a possibilidade de vermos, eu não sei se a maioria está gostando do Salão Negro. Talvez no Shopping ID, não sei se vai ser mais, mas eu vejo muita gente falando que prefere no Shopping ID. Não sei da possibilidade. E também, eu quero, rapidinho, eu vou deixar, me atrasei meia hora no almoço, eu chego todos os dias nove horas e nunca começa nove horas, sempre começa as

dez, às vezes até mais , me atrasei na hora de almoço, mas eu vou deixar a disposição da Secretaria se quiser cortar a diária ou o que for desse meu atraso, pode ficar a vontade.

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Duas coisas. Quanto ao horário, nós temos, tradicionalmente, o atraso de meia hora em razão de quórum regimental. O Regimento diz que tem que começar no horário e, depois de meia hora, começa com qualquer quórum, aliás, havendo, pelo menos, dez sendo um de cada segmento. Com meia, tradicionalmente, nós temos conseguido. Não é as 10h. Tem começado, tradicionalmente, as 9h30. Com relação ao atraso, no seu caso, você chegou e avisou que tinha outra agenda que ia fazer na hora do almoço e ia usar meia hora. Isso é uma coisa plausível. O que o conselheiro Humberto está falando é o pessoal que foi embora, eu vou até propor uma coisa. Por exemplo, teve Conselheiro que chegou e disse que não podia ficar na quarta-feira, que tinha compromisso na cidade dela e a passagem foi emitida de manhã. Eu fiquei sabendo depois quando ele me avisou hoje de manhã que não podia ficar. Eu acho que podemos começar, daqui para frente, o seguinte: as passagens só são emitidas depois das 19 horas. Se não pode ficar, a sua passagem vai ser emitida para o dia anterior. Não vai ganhar a diária do último dia. Ganhou a diária e saiu hoje cedo, onze horas de manhã. Não tem como vir o titular dois dias e o suplente um. Manda vir o suplente os três dias.

O Sr. Marco Antônio Pampolha Gomes da Silva (FENAPRF) – A verdade é que a carapuça não me serviu, mas, se alguém se sentiu ofendido, eu não tenho problema com isso.

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Acho que não é o caso aqui não. Com relação ao espaço, depende de duas coisas: uma é a agenda porque, às vezes, aqui está ocupado e lá está ocupado. E, em estando os dois disponíveis, cabe uma deliberação da Plenária qual é a primeira opção, aqui ou lá. Tem gente que prefere aqui e tem gente que prefere lá.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Só uma questão, Alex, porque tem a ver com sua fala. Essa questão de agenda, temos reunião bimestral. De dois em dois messes vamos precisar de um dia lá, agendar com antecedência. Uma questão de organização, de gestão mesmo. Aqui é quente, é complicado.

O Sr. Alex Canuto de Sá Cunha (Senasp) – Nós fizemos isso no ano passado. Nós tínhamos todos os dias reservados. No meio do ano, resolvemos mudar as reuniões de quarta, quinta e sexta para segunda, terça e quarta, aí deu problema de agenda. Teve mesmo que a reunião foi mudada a data, inclusive a semana e aí houve esse desencontro. Eu não sei como está a agenda do Shopping ID ainda, mas tem mais três ou quatro reuniões ordinárias, aliás, tem agosto, outubro e dezembro. A de agosto talvez tenha a proposta, podíamos até colocar porque a reunião do Fórum Brasileiro de Segurança Pública vai ser em São Paulo na última semana de julho. Nós não sabemos ainda, vai ter outra reunião extraordinária até final de julho, começo de agosto. Talvez, não é certeza ainda, façamos uma reunião extraordinária aqui em Brasília junto com a Plenária Nacional do Evento Diálogos Regionais, Conseg 2015. É possível fazer isso em maio e teríamos espaço para deliberar, mas, caso não haja, eu acho que poderíamos fazer uma antecipação. A proposta é antecipar uma semana a reunião de agosto, primeira semana de agosto para a última semana de julho e fazer lá em São Paulo casando com evento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, mais ou menos, como foi em Cuiabá. Só que em Cuiabá foi uma extraordinária de um dia. Nós faríamos dois dias lá em São Paulo. Tem essas duas propostas para deliberar, uma vai ser antecipar a reunião de agosto em uma semana para fazer em São Paulo e, dois, a primeira opção é aqui ou Shopping ID. Consulto a Plenária.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Vamos continuar com os informes.

O Sr. Eduardo Teodósio de Quadros (Rede Desarma Brasil) – Eu queria, primeiro, agradecer a oportunidade de estarmos reunidos aqui e dizer aos companheiros e a companheira que forma essa mesa que esse espaço é um espaço que, realmente, é uma conquista muito importante e nós temos sim que preservá-lo e lutar por ele mesmo que alguns momentos estejamos mais as acirrados, defendendo algumas propostas, que é mais para um lado e mais para o outro, mas essa construção é fundamental e o respeito, o carinho com o qual nós temos que manter. Essa é a nossa casa, o Conasp é a nossa casa. Vamos lutar para melhorar espaço cada vez. Antes de tudo, nós podemos ter as nossas divergências porque precisamos lutar por nossas causas, mas temos uma causa em comum, é a segurança pública cidadã. É incluir a população brasileira na segurança pública. Uma outra coisa que eu acho fundamental neste momento para todos nós é que nós precisamos dar este retorno e eu acho que hoje essa construção da carta, esse exercício que nós fizemos nesses três dias foi muito importante. Vamos agora fazer o exercício de dar respaldo, mas vamos fazer uma coisa, nós falamos muita em comunicação. Vamos nos comunicar entre nós nesses próximos dias não só para dar sustentação a carta aberta, mas para trocar informações entre nós dos nossos acontecimentos, do que nós podemos trazer para a próxima reunião e porque nós vamos viver um momento político muito importante, que é as discussões, os Diálogos Regionais Conseg 2015, porque nós precisamos construir a Conseg. A Conseg ainda não foi realizada e o diálogo vai ajudar para que nós possamos torna-la realidade ano que vem. E, por fim, nós tivemos aqui a presença da deputada Érica Kokay, que foi muito bem recebida. Ela trouxe a questão importante da lei e eu passei para o e-mail do grupo a proposta da lei. Eu queria pedir a Plenária que observasse isso para que nós, no próximo momento, pudéssemos fazer uma moção de apoio a luta da construção que essa deputada vem fazendo, que é muito interessante e que nós possamos apoiá-la. E aí eu sei que não ia dar tempo para trazer isso antes, mas eu gostaria de terminar a minha participação nesta reunião com este apelo da Rede Desarma Brasil para que nós possamos, vocês lerem e nós apoiarmos, fazermos um movimento de apoio a essa proposta de lei. E vou levar, mais uma vez, finalizar a minha fala pedindo a Secretaria Executiva do Conasp como é que nós podemos ter o retorno do encaminhamento que foi dado, tipo assim, a data do dia que foi entregue, a Resolução de outubro, se não me engano, a Resolução número 18 de outubro de 2013 referente à apuração dos fatos ocorridos em agosto de 2013 da ação da guarda no Parque do Cocó em Fortaleza. Ok. Eu gostaria de saber se deixar aqui para que nós possamos ter essa resposta. Muito obrigado a todos e vamos construindo juntos.

O Sr. Luiz Paulo Bastos da Silva (CEN Brasil) – Na verdade, Laureano, não é bem informe. Eu queria só parabenizar esse Conselho hoje porque a liberdade que foi falada outrora se constrói dessa forma, com diálogo, com respeito, sem sobreposição de palavras, sem sobreposição de opinião. Eu acho que essa carta aberta e a aprovação das moções hoje foi sim uma das liberdades desse Conselho. Eu espero que ele, enquanto Conselho Consultivo, não tenha, posteriormente, sua liberdade mitigada, que a nossa manifestação aqui nesse Conselho seja ouvida e reverbere para os outros setores desse Ministério e da sociedade.

O Sr. Almir Laureano dos Santos (Vice-Presidente do CONASP) – Obrigado, Conselheiro. Mais algum conselheiro gostaria de fazer uso da palavra? Não tendo nenhum conselheiro querendo fazer, agradecer a presença de todos, que possamos retornar para as nossos lares com sentimento de dever cumprido e obrigado. A 26ª reunião do Conasp está encerrada. Obrigado a todos.

8544
8545